



# PLANO DE PORMENOR DA JAGUNDA

Avaliação Ambiental Estratégica  
Relatório Ambiental

agosto 2012  
município de seia



lugar do plano, gestão do território e cultura

---

## Índice

1.	Introdução.....	10
2.	Objeto de Avaliação e Enquadramento da proposta do PP da Jagunda.....	12
2.1.	Objeto de Avaliação.....	12
2.2.	Enquadramento Geral da Área de Intervenção do Plano.....	13
2.3.	Enquadramento do PP da Jagunda no PDM de Seia.....	15
2.4.	Objetivos e Questões Estratégicas do Plano de Pormenor da Jagunda.....	18
2.5.	Proposta do PP da Jagunda.....	20
3.	Metodologia da Avaliação Ambiental.....	26
3.1	Estrutura do Relatório Ambiental.....	32
4.	Consultas.....	33
5.	Definição dos Fatores Críticos para a Decisão.....	35
5.1.	Quadro de Referência Estratégico.....	35
5.2.	Relação entre o Quadro de Referência Estratégico e os Objetivos Estratégicos do PP da Jagunda.....	36
5.3.	Fatores Ambientais.....	36
5.4.	Identificação dos Fatores Críticos para a Decisão.....	37
6.	Análise e Avaliação Estratégica dos Fatores Críticos para a Decisão.....	41
6.1.	Recursos Naturais.....	41
6.1.1.	Descrição do FCD e seus objetivos.....	41
6.1.2.	Situação existente e análise tendencial.....	41
6.1.3.	Análise SWOT.....	62
6.1.5.	Efeitos esperados, oportunidades e riscos.....	62
6.1.6.	Medidas e recomendações para seguimento.....	66
6.1.6.1	Medidas e recomendações de planeamento.....	66
6.1.6.2	Medidas e recomendações de monitorização.....	67
6.2.	Qualidade Ambiental.....	68
6.2.1.	Descrição do FCD e seus objetivos.....	68
6.2.1.	Situação existente e análise tendencial.....	68
6.2.3.	Análise SWOT.....	94
6.2.5.	Efeitos esperados, oportunidades e riscos.....	94
6.2.6.	Medidas e recomendações para seguimento.....	99
6.2.6.2	Medidas e recomendações de planeamento.....	100

6.2.6.1 Medidas e recomendações de monitorização .....	101
6.3. Qualidade de Vida.....	102
6.3.1. Descrição do FCD e seus objetivos .....	102
6.3.2. Situação existente e análise tendencial. ....	103
6.3.3. Análise SWOT.....	120
6.3.5. Efeitos esperados, oportunidades e riscos.....	121
6.3.6. Medidas e recomendações para seguimento.....	124
6.3.6.1 Medidas e recomendações de planeamento.....	124
6.3.6.2 Medidas e recomendações de monitorização .....	125
6.4. Ordenamento do Território .....	126
6.4.1. Descrição do FCD e seus objetivos .....	126
6.4.2. Situação existente e análise tendencial .....	127
6.4.3. Análise SWOT.....	139
6.4.5. Efeitos esperados, oportunidades e riscos.....	139
6.4.6. Medidas e recomendações para seguimento.....	140
6.4.6.1 Medidas e recomendações de planeamento.....	141
6.4.6.2 Medidas e recomendações de monitorização .....	141
7. Síntese da Avaliação Ambiental Estratégica do PP da Jagunda .....	142
8. Programa de Gestão e Monitorização Ambiental.....	144
8.1 Definição de Indicadores de Monitorização.....	145
8.2 Quadro de Governança para a ação.....	150
9. Participação Pública .....	152
10. Considerações Finais .....	153
11. Referências Bibliográficas.....	154
12. Anexos.....	157

## Índice de Figuras

Figura 1 – Aviso n.º 13077/2009 / Plano de Pormenor da Jagunda. ....	12
Figura 2 – Localização do Plano de Pormenor da Jagunda. ....	14
Figura 3 – Fotografia Aérea do PP da Jagunda.....	15
Figura 4 – Extrato da Planta de Ordenamento do Território PDM em Vigor (1997).....	16
Figura 5 – Extrato da Planta de Condicionantes PDM em Vigor. ....	17
Figura 6 – Planta de Condicionantes do Plano de Pormenor da Jagunda.....	18
Figura 7 – Planta de Implantação do PP da Jagunda.....	21
Figura 8 – Unidades de Execução do PP da Jagunda.....	25
Figura 9 – Fases da Avaliação Ambiental Estratégica (adaptado de RFCD do QREN, 2006). ....	27
Figura 10 - Representação esquemática em Diagrama de Venn da definição dos FCD. ....	29
Figura 11 – Áreas Classificadas na envolvente do PP da Jagunda (ICNB-SPINAT).....	42
Figura 12 – Biótipo florestal (Pinus pinaster) .....	47
Figura 13 – Uso atual do solo na área do Plano de Pormenor da Jagunda.....	48
Figura 14 – Corredores Ecológicos (PROF-BIN) .....	49
Figura 15 – Reserva Ecológica Nacional da área do Plano de Pormenor da Jagunda.....	51
Figura 16 – Reserva Agrícola Nacional da área do do Plano de Pormenor da Jagunda. ....	52
Figura 17 - Carta de Risco de Incêndio do Concelho de Seia .....	53
Figura 18 – Mapa das áreas ardidas do concelho de Seia (1999-2008).....	55
Figura 19 – Grupos e Unidades de Paisagem de Portugal Continental.....	56
Figura 20 – Sistema Intermunicipal de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos (Associação de Municípios do Planalto Beirão/ECobeirão). ....	69
Figura 21 – Enquadramento da área do plano na rede hidrográfica de Seia.....	72
Figura 22 – Linhas de Água de 1ª ordem presentes na área do plano. ....	73
Figura 23 – Extrato da geologia da área do plano. ....	74
Figura 24 – Estado da Massa de água (PGBHR_VML).....	78
Figura 25 - Extrato da Carta dos Solos (Atlas APA) .....	81
Figura 26 - Extrato da Carta de Uso dos Solos (Atlas APA).....	82
Figura 27 – Cartografia de ocupação do solo na freguesia de Seia (CLC 1990-2006).....	84

Figura 28 – Representação das Zonas e Aglomerações da Região Centro e localização das estações de Monitorização.....	85
Figura 29 – Mapa de Ruído do Plano de Pormenor da Jagunda – Situação Atual (Ano 2011) – indicador sonoro Lden.....	92
Figura 30 – Mapa de Ruído do Plano de Pormenor da Jagunda – Situação Atual (Ano 2011) – indicador sonoro Ln.....	93
Figura 31 – Trajetos e horários das carreiras de transportes coletivos rodoviários.....	104
Figura 32 – Trajetos do serviço de transporte coletivo urbano.....	105
Figura 33 – Paragens e horários do serviço de transporte coletivo urbano.....	106
Figura 34 – Unidades Biofísicas e Quadro de Referência Ambiental (PROT-C 2011).....	130
Figura 35 – Modelo Territorial – Baixo Vouga (PROT-C 2011).....	130
Figura 36 – Extrato da Planta de Ordenamento do Território PDM em Vigor, (1997).....	137
Figura 37 – Planta de Condicionantes do Plano de Pormenor da Jagunda.....	138
Figura 38 – Diagrama de Seguimento.....	144

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Resíduos recolhidos por habitante, no Continente e em Seia, em 2010 (INE).....	70
Gráfico 2 - Evolução da classificação da qualidade das águas na Estação de Qualidade de Nossa Senhora do Desterro, entre 2001 e 2009.....	76
Gráfico 3 - Evolução da classificação da qualidade das águas na Estação de Qualidade da Ponte de Vide, entre 2006 e 2009.....	77
Gráfico 4 - Índices de qualidade do ar registado na zona Centro Interior, nos anos de 2009 e 2010.....	87
Gráfico 5 - Emissões sectoriais de GEE em 2009 por setor de atividade(Fonte APA,2011).....	90
Gráfico 6 - Modo de Transporte utilizado nas deslocações para o local de trabalho/estudo.....	107
Gráfico 7 – Evolução da distribuição da população ativa por setores de atividades (Seia 2020).....	111

## Índice de Tabelas

Tabela 1 – Quadro global de áreas e índices do PP da Jagunda.....	22
Tabela 2 – Quadro de parâmetros de edificabilidade do PP da Jagunda.....	23
Tabela 3 - Entidades que responderam no âmbito da determinação do âmbito e do alcance da informação ambiental a tratar no Relatório Ambiental relativo à AAE do PP da Jagunda.....	33

Tabela 3 - Entidades que responderam no âmbito do Relatório Ambiental relativo à AAE do PP da Jagunda. ....	33
Tabela 4 - Quadro de Referência Estratégica para AAE do PP da Jagunda.....	35
Tabela 5 - Quadro demonstrativo dos Fatores Ambientais relevantes para o PP da Jagunda.....	37
Tabela 6 – Relação entre os Fatores Ambientais e os FCD definidos.....	39
Tabela 7 – Relação entre os FCD e os instrumentos de referência estratégica definidos.....	39
Tabela 8 - Principais Indicadores do <i>FCD – Recursos Naturais</i> . ....	41
Tabela 9 – Habitats naturais e seminaturais constantes do anexo B-I do Decreto-Lei n.º 49/2005.....	45
Tabela 10 – Espécies de Flora e Fauna constantes no Decreto-Lei n.º 49/2005 .....	46
Tabela 11 – Área ardida e número de ocorrências entre 2001-2010.....	54
Tabela 12 - Evolução do consumo de energia elétrica por consumidor (KWh/hab), entre 2005 e 2009.....	59
Tabela 13 - Evolução do consumo total de energia elétrica por tipo de consumo (kWh), entre 2002 e 2007, no concelho de Seia. ....	60
Tabela 14 - Evolução da energia elétrica produzida através de renováveis (GWh) em Portugal Continental e no distrito da Guarda (excluindo a energia de pequena Fotovoltaica) (DGEG).....	60
Tabela 15 - Evolução da potência acumulada licenciada por distrito (MW).....	61
Tabela 16 – Grandes Aproveitamentos Hidroelectricos(PGBHR_VML) .....	61
Tabela 17 – Pequeno Aproveitamento Hidroelectrico(PGBHR_VML) .....	61
Tabela 18 - Análise SWOT no âmbito dos Recursos Naturais .....	62
Tabela 19 - Principais oportunidades e riscos da proposta do PP DA JAGUNDA ao nível dos Recursos Naturais .....	63
Tabela 20 - Principais Indicadores do FCD – Qualidade Ambiental .....	68
Tabela 21- Quantidade em toneladas de resíduos urbanos recolhidos e tipo de destino.....	70
Tabela 22- Estações de amostragem da rede de qualidade da água superficial na bacia hidrográfica do.....	74
Tabela 23- Cinco classes de Classificação da qualidade da água, de acordo com o INAG.....	75
Tabela 24 – Evolução da qualidade da água na estação da Albufeira de Nossa Senhora do Desterro de 2001 a 2009.....	75
Tabela 25 – Evolução da qualidade da água na estação da Ponte de Vide de 2006 a 2009. ....	76
Tabela 26 – Evolução da qualidade da água subterrânea medida na estação de monitorização existentes em Seia, entre 2007 e 2009.....	79
Tabela 27 - Consumo de água por habitante no período compreendido entre 2005 e 2009.....	80
Tabela 28- Água captada e consumida em Seia. ....	80
Tabela 29 – Ocupação do Solo na Freguesia e Concelho de Seia.....	83
Tabela 30 – Ocupação do Solo na Freguesia de Seia 1990-2006.....	83
Tabela 31 - Índice de qualidade do ar e concelhos de saúde.....	86

Tabela 32 - Principais fontes e efeitos na saúde humana e no ambiente dos poluentes atmosféricos abrangidos pelo DL n.º 102/2010. ....	88
Tabela 33 - Número de excedências para os parâmetros de qualidade do ar, na estação do Fundão, nos anos de 2009 e 2010. ....	89
Tabela 34 - Emissões de Poluentes para o Concelho de Seia em 2005-2008. ....	89
Tabela 35 - Emissões totais de GEE em t/km2. ....	90
Tabela 36 - Análise SWOT no âmbito da Qualidade Ambiental. ....	94
Tabela 37 - Principais oportunidades e riscos da proposta do PP da Jagunda ao nível da Qualidade de Ambiental .....	95
Tabela 38 - Principais Indicadores do FCD – <i>Qualidade de Vida</i> . ....	102
Tabela 39 - Modo de Transporte utilizado nas deslocações para o local de trabalho/estudo, por freguesia (2001). ....	107
Tabela 40 - Taxas de Atividade e de Desemprego na região, sub-região, concelho e freguesias, segundo o sexo, 2001. ....	109
Tabela 41 – População residente economicamente ativa e empregada no concelho e freguesias, segundo o setor de atividade económica, 2001. ....	112
Tabela 42 – Indicadores do tecido empresarial concelhio. ....	113
Tabela 43 – Empresas sediadas no concelho da Seia, segundo a classificação das atividades económicas CAE-REV.3. ....	114
Tabela 44 – Evolução do Indicador do Poder de Compra per Capita. ....	115
Tabela 45 – Quantidade de águas residuais drenadas e tratadas no concelho de Seia entre 2006 e 2009. ....	116
Tabela 46 – Dormidas e hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros. ....	118
Tabela 47 – Intensidade turística. ....	119
Tabela 48 - Análise SWOT no âmbito da Qualidade de Vida. ....	120
Tabela 49 - Principais oportunidades e riscos da proposta do PP da Jagunda ao nível da Qualidade de Vida ..	121
Tabela 50 - Principais Indicadores do FCD – Ordenamento do Território. ....	126
Tabela 51 - Análise SWOT no âmbito da Ordenamento do Território. ....	139
Tabela 52 - Principais oportunidades e riscos da proposta do PP da Jagunda ao nível do Ordenamento do Território .....	139
Tabela 53 - Síntese da Avaliação Ambiental Estratégica do PP da Jagunda .....	142
Tabela 54 - Quadro de Governança para a Ação .....	150

## Lista de Acrónimos

AAE - Avaliação Ambiental Estratégica  
AIA - Avaliação de Impacte Ambiental  
ANPC - Autoridade Nacional de Proteção Civil  
APA - Agência Portuguesa do Ambiente  
ARHC - Administração da Região Hidrográfica do Centro  
CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro  
CMS - Camara Municipal de Seia  
DGGE - Direção-Geral de Energia e Geologia  
DGOTDU - Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano  
EN - Estrada Nacional  
ENCNB - Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade  
ENDS - Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável  
ETAR - Estação de Tratamento de Águas Residuais  
FA - Fatores Ambientais  
FCD - Fatores Críticos para a Decisão  
GEE - Gases com Efeito de Estufa  
ICNB - Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade  
INAG - Instituto Nacional da Água  
INE - Instituto Nacional de Estatística  
ONGA - Organização Não-Governamental do Ambiente  
PBH-Rio Minho - Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Minho  
PDM - Plano Diretor Municipal  
PP - Plano de Pormenor  
PEAASAR II - Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais II  
PENDR - Plano Estratégico Nacional do Desenvolvimento Rural  
PERSU II - Plano Estratégico para os recursos sólidos urbanos II  
PMDCI - Plano Municipal de Defesa da Floresta e Combate a Incêndios  
PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território  
PNUEA Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água  
PP da Jagunda - Plano de Pormenor da Jagunda.  
QE - Questões Estratégicas  
QRE - Quadro de Referência Estratégico  
QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional  
RAN - Reserva Agrícola Nacional  
REN - Reserva Ecológica Nacional  
RJIGT - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território  
RSU - Resíduos Sólidos Urbanos  
SGA - Sistema de Gestão Ambiental  
SIC - Sítio de Interesse Comunitário  
SIDS - Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável  
SNIRH - Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos  
SWOT - Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats  
TER - Turismo em Espaço Rural  
ZPE - Zona de Proteção Especial

## 1. Introdução

A avaliação ambiental estratégica (AAE) de planos e programas é um procedimento obrigatório em Portugal e um instrumento da política de ambiente cuja obrigatoriedade de aplicação decorre da publicação do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 58/2011 de 4 de maio, o qual consagra no ordenamento jurídico nacional os requisitos legais europeus estabelecidos pela Diretiva 2001/42/CE, de 25 de junho.

Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, procedeu à adaptação do regime de avaliação ambiental aos Instrumentos de Gestão Territorial, incorporando nos procedimentos de elaboração, alteração, revisão, assim como no acompanhamento, participação pública e aprovação dos Instrumentos de Gestão Territorial a análise sistemática dos seus efeitos ambientais, instruindo assim a avaliação ambiental de planos e programas.

O procedimento de AAE, de acordo com o disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 58/2011 de 4 de maio, consiste na *“...identificação, descrição e avaliação dos eventuais impactes significativos no ambiente resultantes de um plano ou programa, realizada durante um procedimento de preparação e elaboração de um plano ou programa e antes do mesmo ser aprovado ou submetido ao procedimento legislativo, concretizada na elaboração de um relatório ambiental e na realização de consultas, e a ponderação dos resultados obtidos na ponderação da decisão final sobre o plano ou programa e a divulgação pública de informação respeitante à decisão final”*.

A Avaliação Ambiental Estratégica visa assim estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e promover a integração das questões ambientais e de sustentabilidade nas diversas fases de preparação e desenvolvimento de políticas, planos e programas, que assegurem uma visão estratégica e contribuam para processos de decisão ambientalmente sustentáveis.

A Avaliação Ambiental Estratégica tem como objetivos globais (Partidário, 2007):

- Assegurar a integração de considerações ambientais, sociais e económicas nos processos de planeamento, de programação e de elaboração de políticas;
- Detetar oportunidades e riscos, avaliar e comparar opções alternativas de desenvolvimento enquanto estas ainda se encontram em discussão;
- Contribuir para o estabelecimento de contextos de desenvolvimento mais adequados a futuras propostas de desenvolvimento.

De acordo com o artigo 74.º, n.º 5, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro (com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009 de 20 de fevereiro) **“(...) os Planos de Pormenor que impliquem a utilização de pequenas áreas a nível local só são objeto de avaliação ambiental no caso de se determinar que são suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente”**.

O presente relatório ambiental constitui um contributo importante do processo de AAE para o Plano de Pormenor da Jagunda, concretizando a recomendação exposta no Artigo 5.º da Diretiva 2001/42/CE, (com transposição no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho) *“sempre que seja necessário proceder a uma avaliação ambiental, deve ser elaborado um relatório ambiental no qual serão identificados, descritos e avaliados os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano ou programa e as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos”*.

O relatório ambiental deve incluir as informações que razoavelmente possam ser necessárias, tendo em conta os conhecimentos e métodos de avaliação disponíveis, o conteúdo e o nível de pormenor do plano ou do programa e a sua posição no processo de tomada de decisões.

A realização de uma avaliação ambiental ao nível do planeamento e da programação garante que os potenciais efeitos ambientais são tomados em consideração durante a elaboração de um plano ou programa e antes da sua aprovação, contribuindo para a adoção de soluções inovadoras mais eficazes e sustentáveis e de medidas de controlo que evitem ou reduzam efeitos negativos significativos no ambiente decorrentes da execução do plano ou programa.

O presente Relatório Ambiental (RA) está organizado da seguinte forma: introdução (capítulo 1), , objeto de avaliação e enquadramento do PP da Jagunda (capítulo 2), metodologia da AAE (capítulo 3), consulta pública (capítulo 4), definição dos fatores críticos para a decisão (capítulo 5), análise e avaliação estratégica dos fatores críticos para a decisão (capítulo 6), síntese da AAE (capítulo 7) ,programa de gestão e monitorização ambiental (capítulo 8), participação pública (capítulo 9), considerações finais (capítulo 10), referências bibliográficas (capítulo 11) e anexos (capitulo 12).

## 2. Objeto de Avaliação e Enquadramento da proposta do PP da Jagunda

### 2.1. Objeto de Avaliação

O objeto de avaliação do presente relatório ambiental é o Plano de Pormenor da Jagunda - Seia.

Um Plano de Pormenor é um plano municipal de ordenamento do território que “*desenvolve e concretiza propostas de ocupação de qualquer área do território municipal, estabelecendo regras sobre a implantação das infraestruturas e o desenho dos espaços de utilização coletiva, a forma de edificação e a disciplina da sua integração na paisagem, a localização e inserção urbanística dos equipamentos de utilização coletiva e a organização espacial das demais atividades de interesse geral.*” (de acordo com o artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com a redação que lhe é conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro).

Em 30 de junho de 2009 a Câmara Municipal de Seia deliberou iniciar o processo de elaboração do plano de pormenor da Jagunda (aviso n.º 13077/2009).

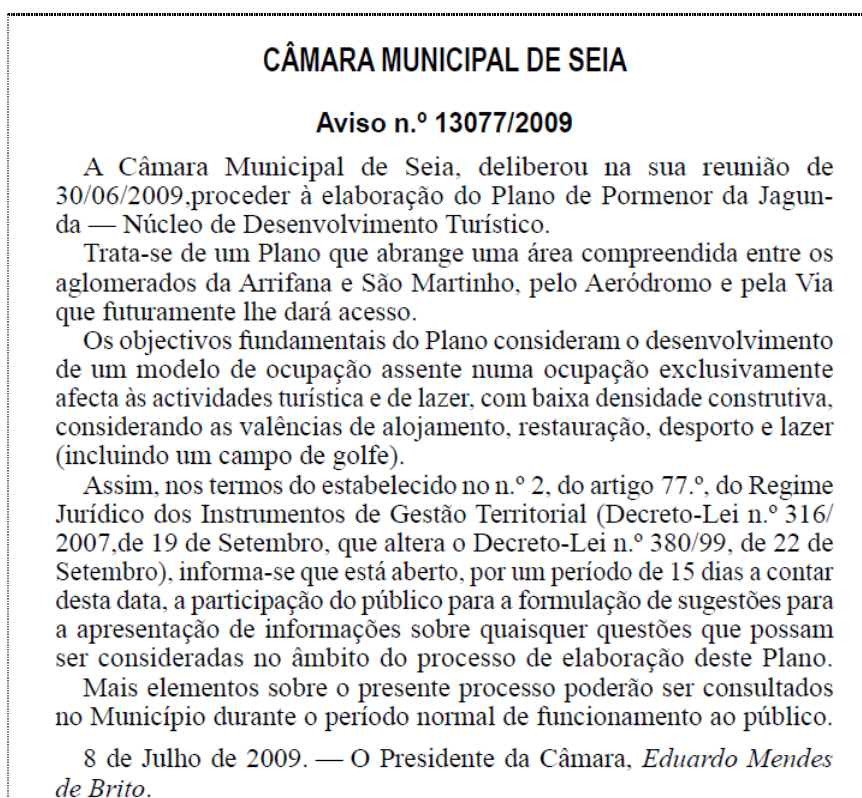


Figura 1 - Aviso n.º 13077/2009 / Plano de Pormenor da Jagunda.

É neste contexto que surge o presente Plano de Pormenor da Jagunda.

A definição rigorosa do objeto a avaliar – PP da Jagunda – exige, obrigatoriamente, o conhecimento prévio da situação do processo de elaboração deste, de forma a estabelecer o contexto e a natureza da avaliação.

## 2.2. Enquadramento Geral da Área de Intervenção do Plano

O município de Seia pertence à Região Centro (NUT II) e à Sub-Região Serra da Estrela (NUT III). O município é limitado a norte pelos municípios de Nelas e Mangualde, a nordeste por Gouveia, a leste por Manteigas, a sueste pela Covilhã, a sudoeste por Arganil e a oeste por Oliveira do Hospital. No município está localizado o ponto mais alto de Portugal continental, a Torre, na Serra da Estrela, com 1 993 metros de altitude.

O município é constituído por vinte e nove freguesias que se distribuem numa área total de 435,7km<sup>2</sup>. Segundo os dados provisórios dos censos de 2011, tem uma população de 24.702 habitantes, em 2001 contava 28.144 habitantes e em 2008 com 26 844 habitantes.

Dos pontos de vista social e económico sofre influência do efeito polarizador das cidades de Viseu e Coimbra, principalmente devido à maior oferta de emprego no sector terciário disponibilizado por estes centros urbanos. Não obstante, oferece diversos serviços públicos, que lhe conferem uma área de influência supramunicipal, como por exemplo o Hospital Nossa Senhora da Assunção e a Sede de Círculo Judicial.

Paralelamente, insere-se no Parque Natural da Serra da Estrela o que lhe confere um privilegiado e único enquadramento natural e paisagístico.

O concelho de Seia possui um património natural e paisagístico ímpar que se deve em muito à sua morfologia física, como os relevos e vales dos rios Mondego, Seia, Alva e Rio Ceira. Estes atravessam o município no sentido Este-Oeste.

A área do PP da Jagunda que se localiza nas freguesias de Seia e de Santa Marinha, tem influência da bacia do Rio Seia. Confina com a área do Aeródromo municipal a norte e com os aglomerados de Arrifana e São Sebastião.

Ainda a sul da área do PP localizam-se a maioria dos Grandes Equipamentos que servem o município, como a Escola Superior de Turismo e Hotelaria – Instituto Politécnico da Guarda, a Hospital Nossa Senhora da Assunção, o Museu Nacional do Pão e o Museu do Brinquedo, no centro do Aglomerado de Seia.

A área de intervenção é de cerca de 97 hectares.

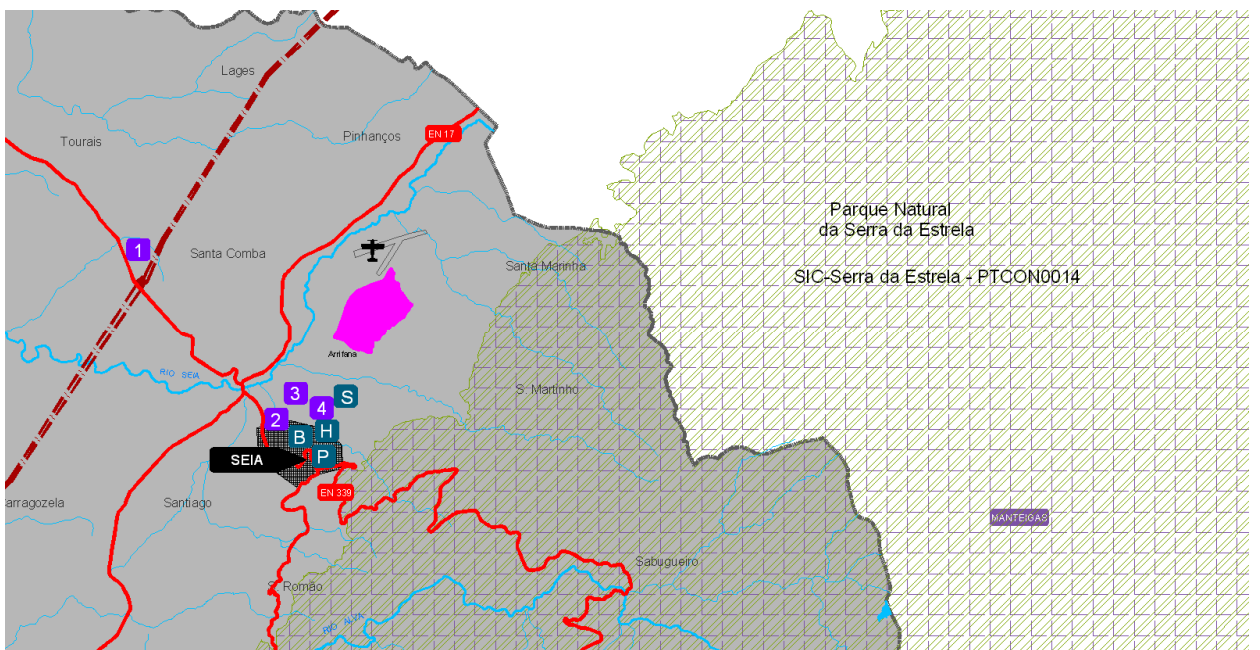
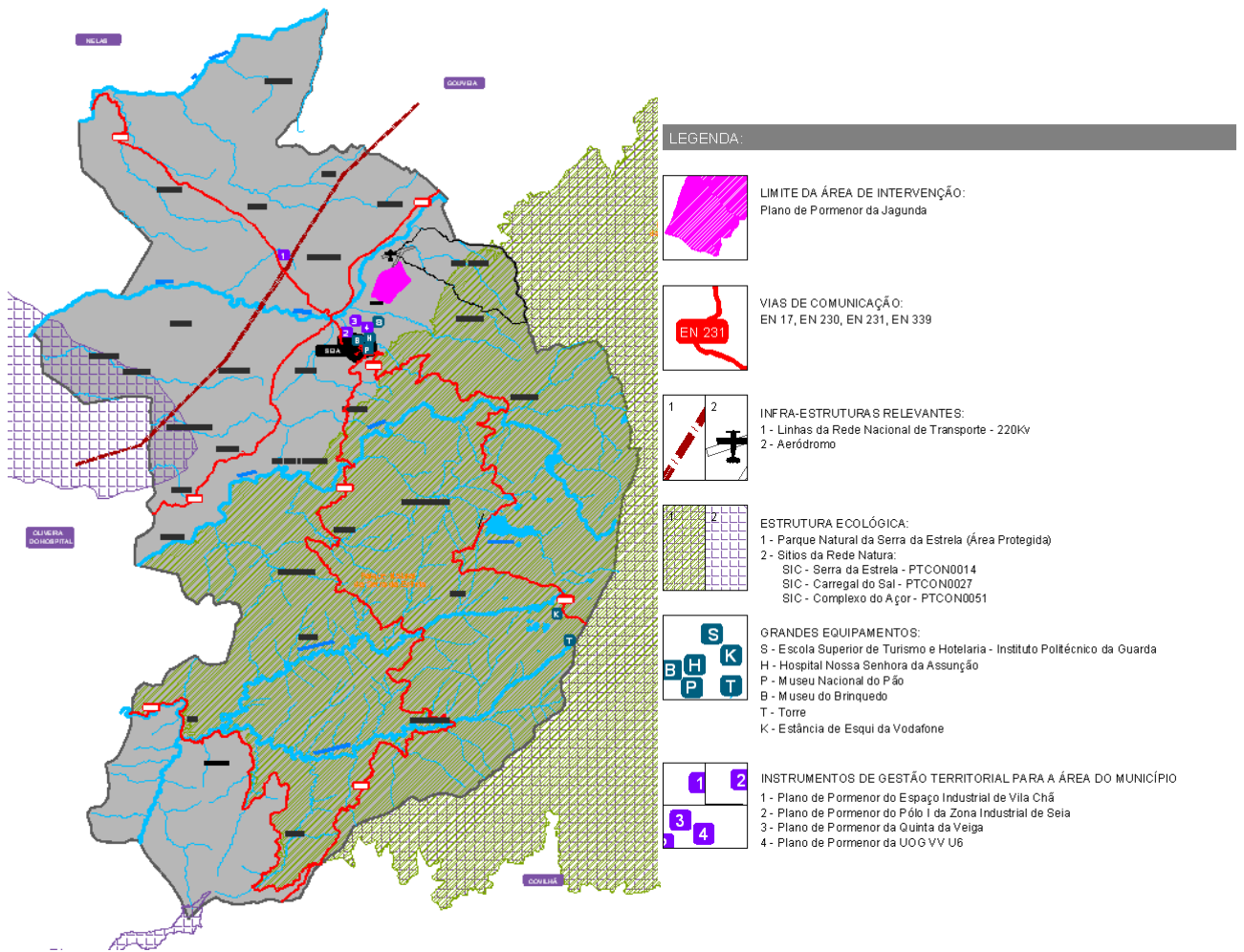


Figura 2 - Localização do Plano de Pormenor da Jagunda.

Fonte: Lugar do Plano, 2012



Figura 3 - Fotografia Aérea do PP da Jagunda.

As principais acessibilidades, a área é servida pela EM 522-4 e pela EM 522 que ligam a área do plano a Seia. A área localiza-se ainda próximo da EN17, que se desenvolve a cerca de 1 km a Oeste.

### 2.3. Enquadramento do PP da Jagunda no PDM de Seia

O Plano Diretor Municipal de Seia foi publicado em Diário da República - I Série B, através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 121/97, de 24 de julho, tendo sido alterado pela Declaração n.º 248/2003 (2.ª Série), publicada em Diário da República - II Série, n.º 178, de 4/8/2003.

Encontrando-se atualmente, com suspensão parcial na área destinada à implantação do aproveitamento hidroelétrico de Girabolhos., através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 35/2011, de 17 de agosto, publicada em Diário da República - I Série, n.º 157, de 17/8/2011.

De acordo com a Planta de Ordenamento do PDM em vigor, a área de intervenção do PP da Jagunda integra as seguintes classes de espaços: espaços agrícolas, espaços florestais e espaços naturais.

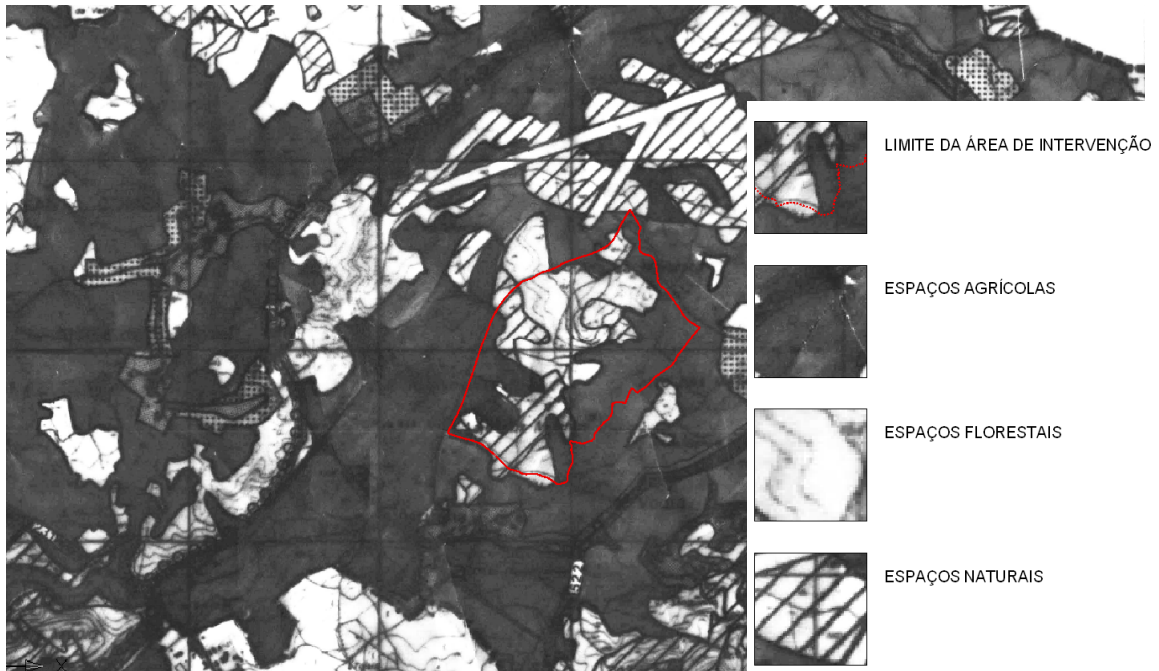


Figura 4 - Extrato da Planta de Ordenamento do Território PDM em Vigor (1997).

Fonte: Lugar do Plano, 2012

Trata-se de áreas, onde em geral, as atividades turísticas e de lazer são permitidas, mas não entendidas numa perspetiva integrada. Será portanto necessário um exercício de planeamento à escala daquele local que procure equacionar um modelo de ocupação turística integrada e sustentável daquele local.

Relativamente às condicionantes, a área do de intervenção integra áreas de Reserva Ecológica Nacional (REN) e Reserva Agrícola Nacional (RAN), localizadas principalmente na área oeste do plano e uma pequena área de RAN a norte, conforme se pode visualizar na figura seguinte.



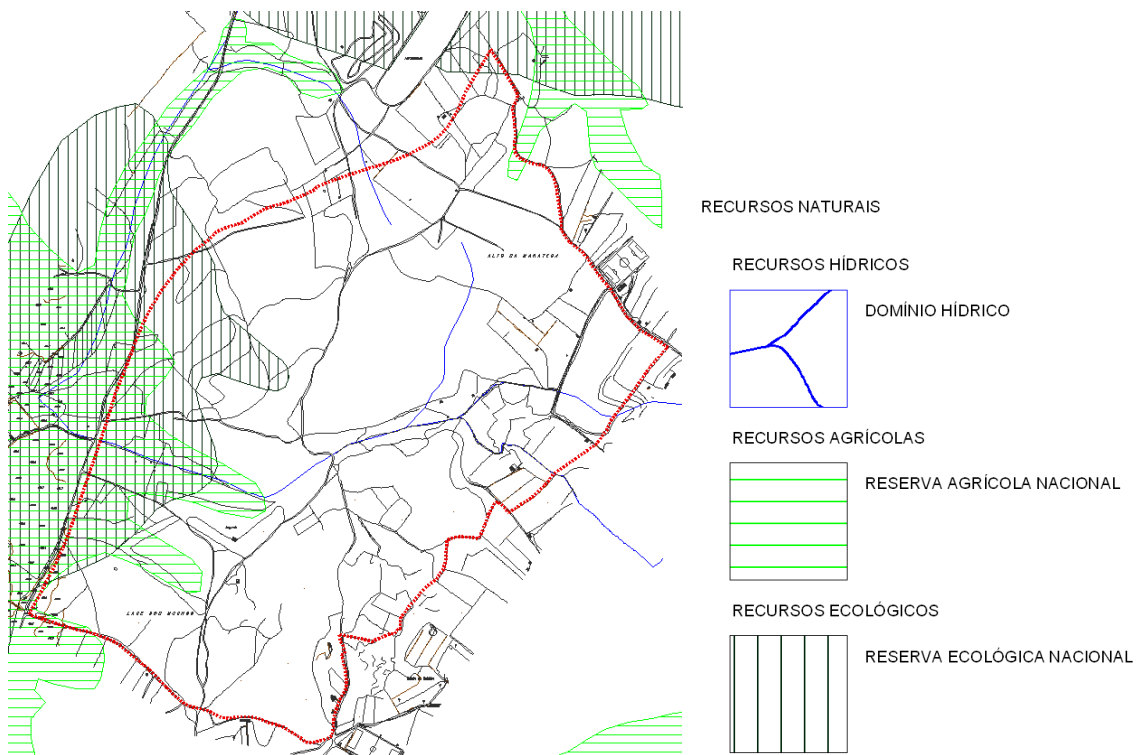


Figura 6 - Planta de Condicionantes do Plano de Pormenor da Jagunda.

Fonte: Lugar do Plano, 2012

## 2.4. Objetivos e Questões Estratégicas do Plano de Pormenor da Jagunda

A promoção do desenvolvimento do setor do turismo é um eixo fundamental de dinamização económica do concelho e da região.

Cabe ao Município no âmbito das suas atribuições e competências utilizar os instrumentos de ordenamento territorial ao seu dispor para fomentar o desenvolvimento económico, particularmente, e no enquadramento atual, no domínio da promoção da criação de emprego.

Neste âmbito, o Município de Seia entendeu iniciar um trabalho de elaboração de Planos de Ordenamento do Território, especialmente orientados para a planificação do desenvolvimento de áreas com potencialidades de desenvolvimento turístico.

O desenvolvimento de uma área turística de grande dimensão associada à promoção de um campo de golfe, com valências de alojamento, restauração, desporto e lazer, tem vindo a ser apontada como um trunfo importante a acrescentar à oferta turística existente em torno da Serra da Estrela. O desenvolvimento deste programa base nesta área, resulta da identificação de um conjunto de aptidões existentes nesta área, designadamente:

- i) Possuir uma localização estratégica entre a cidade e o aeródromo, estando previsto ser servida com a concretização dos eixos de articulação viária entre o aeródromo e a cidade, nomeadamente a ligação entre a via de acesso ao aeródromo e a Circular de Seia.
- ii) A existência de declives moderados e a pouca expressão de condicionantes ao nível do uso do solo, REN ou RAN, bem como as oportunidades de intervenção ao nível da recuperação e valorização paisagística, por incidir em terrenos, em geral devolutos e com ocupação arbustiva e florestal desordenada.
- iii) Ser possível reverter uma área contínua de grande dimensão, adequada designadamente a necessária ao equipamento “campo de golfe”, aproximadamente 60Ha.
- iv) Possuir excelentes condições de exposição e qualidade paisagística.

Acresce aos motivos e oportunidade que justificam a elaboração de um Plano, o interesse de investimento manifestado por um grupo empresarial, que inclusivamente apresentou um pedido de informação prévia para construção de um empreendimento turístico com campo de golfe, e que de algum modo se deseja suscitar um processo de concertação e colaboração na implementação do Plano a elaborar.

A elaboração de um Plano de Pormenor surge assim como o procedimento adequado à concretização dos objetivos de desenvolvimento daquela área, tendo em consideração a necessidade de enquadrar e definir o modelo de organização territorial e de ocupação turística que melhor salvaguarde a defesa dos valores ambientais, mas também que melhor defina um processo de transformação sustentável e economicamente viável daquela área.

Deverá admitir-se que o Plano a elaborar, possa reequacionar algumas das opções e coeficientes urbanísticos definidos no Plano Diretor Municipal, defendendo em todo o caso um modelo de ocupação assente numa ocupação construtiva de baixa densidade e exclusivamente afeta às atividades turísticas.

Em síntese, a intervenção a realizar pautar-se-á pelas seguintes questões estratégicas (QE):

**QE1:** Promover o desenvolvimento económico e social.

**QE2:** Promover um modelo de organização territorial e de ocupação turística que melhor salvaguarde a defesa dos valores ambientais.

**QE3:** Valorização paisagística da área de intervenção.

**QE4:** Melhorar as acessibilidades internas e externas.

## 2.5. Proposta do PP da Jagunda

O Plano de Pormenor da Jagunda estabelece as regras a que obedece a ocupação, uso e transformação do solo na respetiva área de intervenção, bem como o seu regime de execução, considerando os termos de referência preparados pelo município de Seia para a sua elaboração.

A área de intervenção do Plano integra a classe de solo rural e, em função dos usos previstos, é qualificada como Espaços de Ocupação Turística.

O Espaço de ocupação turística subdivide-se nas seguintes subcategorias de espaço, identificados na planta de implantação:

- a) **Estabelecimentos hoteleiros:** i) Hotel ii) áreas verdes exteriores envolventes para uso comum do Hotel iii) Aparthotel iv) Áreas verdes exteriores envolventes para uso comum do Aparthotel
- b) **Aldeamento turístico:** i) Unidades de alojamento ii) Áreas verdes e equipamentos para uso comum do Aldeamento Turístico
- c) **Equipamento de animação autónomo:** i) Campo de golfe ii) Club-House iii) Áreas verdes exteriores envolventes para uso comum da Club-House
- d) **Infra estruturas e equipamentos do Conjunto Turístico:** i) Portaria ii) Espaços e áreas verdes exteriores para uso comum iii) Equipamentos iv) Via e percurso pedonal afeto ao Aldeamento Turístico v) Via e percurso pedonal afeto ao Conjunto Turístico vi) Estacionamento de uso comum ao Conjunto Turístico
- e) **Espaço Canal**



**ESPAÇOS DE OCUPAÇÃO TURÍSTICA**

**EMPREENHIMENTOS TURÍSTICOS**

**ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS**

- HOTEL - H
- ÁREAS VERDES EXTERIORES ENVOLVENTES PARA USO COMUM DO HOTEL
- APARTHOTEL - APH
- ÁREAS VERDES EXTERIORES ENVOLVENTES PARA USO COMUM DO APARTHOTEL

**ALDEAMENTO TURÍSTICO - A**

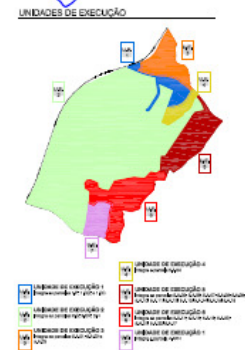
- UNIDADES DE ALOJAMENTO - A.00
- ÁREAS VERDES E EQUIPAMENTOS PARA USO COMUM DO ALDEAMENTO TURÍSTICO

**EQUIPAMENTO DE ANIMAÇÃO AUTÓNOMO**

- CAMPO DE GOLFE - G
- CLUB-HOUSE - CH
- ÁREAS VERDES EXTERIORES ENVOLVENTES PARA USO COMUM DA CLUB-HOUSE

**INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DO CONJUNTO TURÍSTICO**

- PORTARIA - P
- ESPAÇOS E ÁREAS VERDES EXTERIORES PARA USO COMUM - EC
- EQUIPAMENTOS - EQ
- VIA E PERCURSO PEDONAL (AFECTO AO ALDEAMENTO)
- VIA E PERCURSO PEDONAL (AFECTO AO CONJUNTO TURÍSTICO)
- Pe ESTACIONAMENTO DE USO COMUM DO CONJUNTO TURÍSTICO



**Implantação do PP da Jagunda.**

Fonte: Lugar do Plano, 2012

Apresentam-se de seguida, os parâmetros urbanísticos aplicáveis a todas as áreas edificáveis são as indicadas na Planta de Implantação.

**Tabela 1 - Quadro global de áreas e índices do PP da Jagunda**

QUADRO GLOBAL DE ÁREAS E ÍNDICES	
<b>ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PLANO (m<sup>2</sup>)</b>	<b>965.116 m<sup>2</sup></b>
<b>ÁREA DA PARCELA 1</b>	<b>31.727 m<sup>2</sup></b>
Área máxima de implantação	650 m <sup>2</sup>
Área máxima de construção	650 m <sup>2</sup>
Área máxima de impermeabilização	8.795 m <sup>2</sup>
<b>ÁREA DA PARCELA 2</b>	<b>596.029 m<sup>2</sup></b>
Área máxima de implantação	500 m <sup>2</sup>
Área máxima de construção	500 m <sup>2</sup>
Área máxima de impermeabilização	32.082 m <sup>2</sup>
<b>ÁREA DA PARCELA 3</b>	<b>50.331 m<sup>2</sup></b>
Área máxima de implantação	15.000 m <sup>2</sup>
Área máxima de construção	31.000 m <sup>2</sup>
Área máxima de impermeabilização	30.199 m <sup>2</sup>
<b>ÁREA DA PARCELA 4</b>	<b>33.742 m<sup>2</sup></b>
Área máxima de implantação	15.906 m <sup>2</sup>
Área máxima de construção	25.000 m <sup>2</sup>
Área máxima de impermeabilização	23.619 m <sup>2</sup>
<b>ÁREA DA PARCELA 5</b>	<b>250.878 m<sup>2</sup></b>
Área máxima de implantação	34.000 m <sup>2</sup>
Área máxima de construção	44.120 m <sup>2</sup>
Área máxima de impermeabilização	88.856 m <sup>2</sup>
<b>VIAS PÚBLICAS</b>	<b>2.404 m<sup>2</sup></b>
<b>INDICADORES E PARÂMETROS DE EDIFICABILIDADE</b>	
Área total de implantação máxima	66.056 m <sup>2</sup>
Área total de construção máxima	101.270 m <sup>2</sup>
Área total de impermeabilização máxima	183.550 m <sup>2</sup>
Índice bruto de ocupação (na área do PP)	6,8%
Índice bruto de utilização (na área do PP)	0,10
Índice bruto de impermeabilização (na área do PP)	19%
N.º máximo de unidades de alojamento previstas	857
Nº máximo de camas turísticas	2.642

Fonte: Lugar do Plano, 2012

Tabela 2 - Quadro de parâmetros de edificabilidade do PP da Jagunda

PARÂMETROS DE EDIFICABILIDADE									
PARCELA			ÁREA DE IMPLANTAÇÃO MÁXIMA	ÁREA DE CONSTRUÇÃO MÁXIMA	ÁREA IMPERMEAB. MÁXIMA	ALTURA MÁXIMA DA FACHADA	UNIDADES DE ALOJAM. - UA	TIPOLOGIA	OBSERVAÇÕES
Nº	IDENTIF.	ÁREA - m²	m²	m²	m²	m			
1	P	1.813	50	50	1.450	4,0	0	-	Portaria do conj. turist.
1	EQ	8.583	500	500	5.150	7,0	0	-	Equipamentos do conj. turist.
1	EC	14.631	100	100	2.195	7,0	0	-	Espaços uso comum do conj. turist.
1	VIAS	6.700	-	-	-	-	-	-	Vias do conj. turístico
SUB-TOTAL		31.727	650	650	8.795		0		
2	G	590.962	0	0	29.548	-	0	-	Área para prática de golfe
2	CH	5.067	500	500	2.534	7,0	0	-	Club-house
SUB-TOTAL		596.029	500	500	32.082		0		
3	H	50.331	15.000	31.000	30.199	10,0	206	-	Hotel
SUB-TOTAL		50.331	15.000	31.000	30.199		206		
4	APH	33.742	15.906	25.000	23.619	14,0	400	-	Aparthotel
SUB-TOTAL		33.742	15.906	25.000	23.619		400		
5	A.01	15.421	3.200	4.480	8.173	7,0	16	T2, T3, T4	Tipologia isolada/geminada
5	A.02	18.439	4.000	5.600	8.298	7,0	20	T2, T3, T4	Tipologia isolada/geminada
5	A.03	3.717	800	1.120	1.859	7,0	4	T2, T3, T4	Tipologia isolada/geminada
5	A.04	15.636	2.000	2.800	4.691	7,0	10	T2, T3, T4	Tipologia isolada/geminada
5	A.05	8.875	1.400	1.960	3.106	7,0	7	T2, T3, T4	Tipologia isolada/geminada
5	A.06	4.317	1.000	1.400	2.159	7,0	5	T2, T3, T4	Tipologia isolada/geminada
5	A.07	5.701	1.000	1.400	2.280	7,0	5	T2, T3, T4	Tipologia isolada/geminada
5	A.08	1.807	200	280	542	7,0	1	T2, T3, T4	Tipologia isolada/geminada
5	A.09	1.788	200	280	447	7,0	1	T2, T3, T4	Tipologia isolada/geminada
5	A.10	2.663	400	560	932	7,0	2	T2, T3, T4	Tipologia isolada/geminada
5	A.11	1.825	200	280	456	7,0	1	T2, T3, T4	Tipologia isolada/geminada
5	A.12	2.444	400	560	855	7,0	2	T2, T3, T4	Tipologia isolada/geminada
5	A.13	2.572	600	840	1.286	7,0	3	T2, T3, T4	Tipologia isolada/geminada
5	A.14	3.713	600	840	1.300	7,0	3	T2, T3, T4	Tipologia isolada/geminada
5	A.15	1.858	400	560	836	7,0	2	T2, T3, T4	Tipologia isolada/geminada
5	A.16	4.243	600	840	1.273	7,0	3	T2, T3, T4	Tipologia isolada/geminada
5	A.17	10.555	2.200	2.640	4.750	7,0	22	T1, T2, T3	Tipologia em banda
5	A.18	3.968	800	960	1.786	7,0	8	T1, T2, T3	Tipologia em banda
5	A.19	1.577	400	480	867	7,0	4	T1, T2, T3	Tipologia em banda
5	A.20	1.319	200	240	462	7,0	2	T1, T2, T3	Tipologia em banda
5	A.21	6.336	1.600	1.920	3.485	7,0	16	T1, T2, T3	Tipologia em banda

PARÂMETROS DE EDIFICABILIDADE									
PARCELA			ÁREA DE IMPLANTAÇÃO MÁXIMA	ÁREA DE CONSTRUÇÃO MÁXIMA	ÁREA IMPERMEAB. MÁXIMA	ALTURA MÁXIMA DA FACHADA	UNIDADES DE ALOJAM. - UA	TIPOLOGIA	OBSERVAÇÕES
Nº	IDENTIF.	ÁREA - m <sup>2</sup>	m <sup>2</sup>	m <sup>2</sup>	m <sup>2</sup>	m			
5	A.22	7.605	2.000	2.400	4.183	7,0	20	T1, T2 , T3	Tipologia em banda
5	A.23	13.658	3.600	4.320	7.512	7,0	36	T1, T2 , T3	Tipologia em banda
5	A.24	21.569	5.800	6.960	11.863	7,0	58	T1, T2 , T3	Tipologia em banda
5	VERDE+EQ.	51.522	400	400	15.457	7,0	0		Á. verdes+equipam. do aldeamento
5	VIAS	37.750	-	-	-	-	-	-	Vias do aldeamento
SUB-TOTAL		250.878	34.000	44.120	88.856		251		
TOTAL		962.707	66.056	101.270	183.550		857		

Fonte: Lugar do Plano, 2012

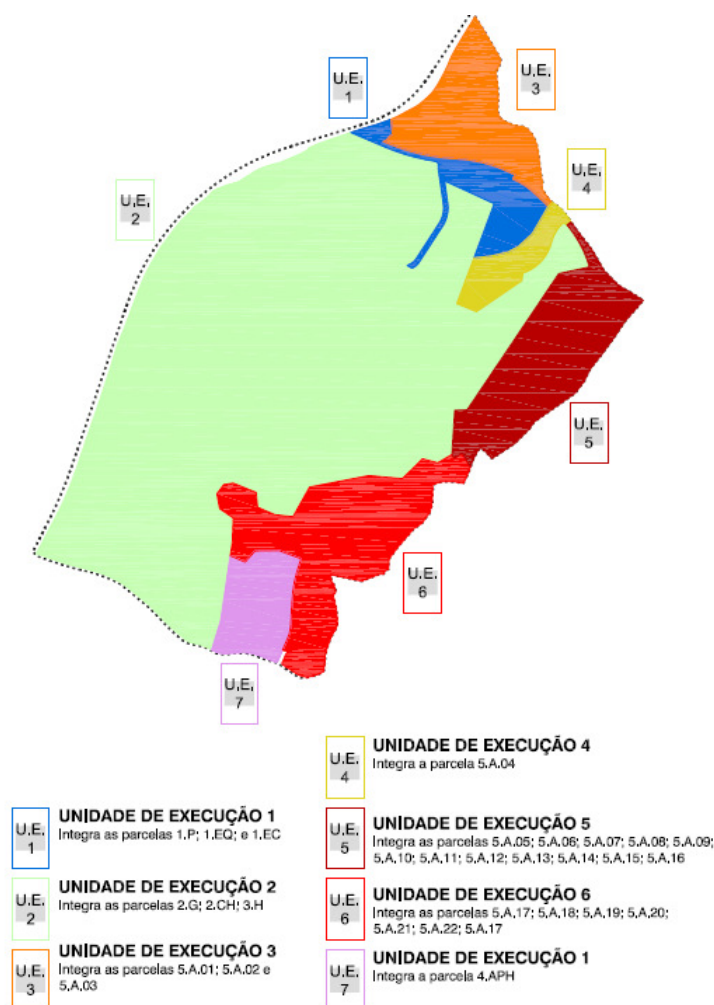
## **Redes de Infraestruturas**

Para a área do PP da Jagunda estão previstos as seguintes rede de infraestruturas:

- Abastecimento de água (potável e bruta).
- Drenagem pluvial.
- Águas residuais.
- Eletricidade: rede de iluminação pública, rede de média tensão e rede de baixa tensão.
- Gás.
- Telecomunicações.

## **Unidades de Execução**

Na área do Plano foram definidas sete Unidades de Execução (U.E.). Estas unidades de execução foram objeto de delimitação, por questões de ordem operacional, em função das tipologias funcionais que o Plano para elas admite (Figura 8).



**Figura 8 - Unidades de Execução do PP da Jagunda.**

Fonte: Lugar do Plano, 2012

### 3. Metodologia da Avaliação Ambiental

O processo da AAE desenvolve-se em diversos momentos, com recurso a metodologias próprias, e articulados entre si, destacando-se:

- Fase 1 – Definição do âmbito e do alcance da avaliação ambiental estratégica (integra o **Relatório de Fatores Críticos**);
- **Fase 2** – Análise e avaliação ambiental dos objetivos estratégicos da proposta do PP da Jagunda;
- Fase 3 – Elaboração do **Relatório Ambiental** com os resultados das consultas e **Declaração Ambiental**;
- Fase 4 – Definição do **Programa de Seguimento**;

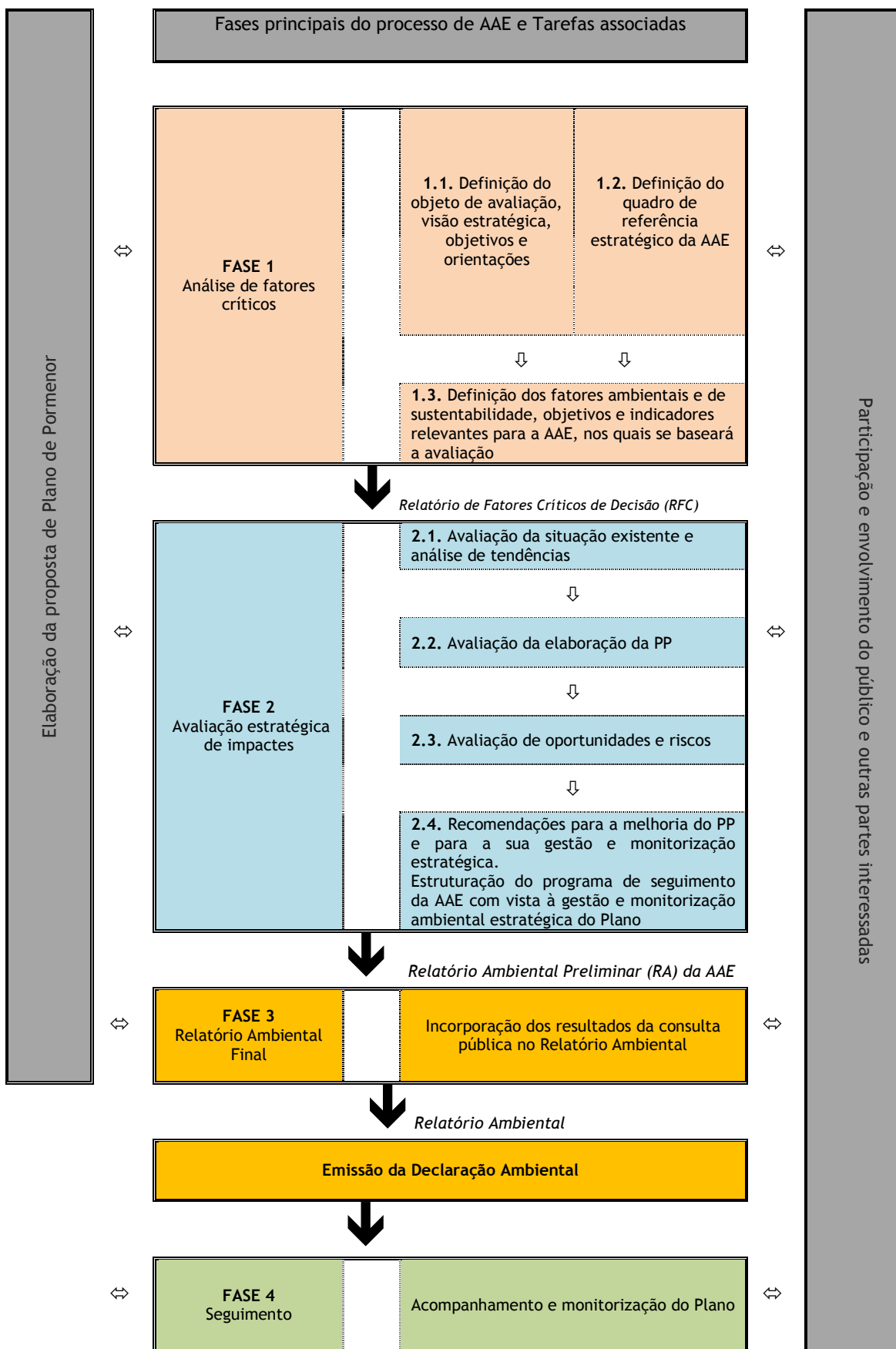


Figura 9 - Fases da Avaliação Ambiental Estratégica (adaptado de RFCD do QREN, 2006).

A metodologia utilizada seguiu as linhas de orientação presentes no “Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica” (APA, 2007), e nos documentos de apoio sobre “Avaliação Ambiental Estratégica dos Planos Municipais de Ordenamento do Território”, elaborados pela Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

### **Definição do Âmbito e do alcance da Avaliação Ambiental Estratégica**

O processo de AAE da proposta do PP da Jagunda inicia-se com a determinação dos Fatores Críticos de Decisão (FCD).

Em termos metodológicos a fase de delimitação do âmbito e do alcance, deve coincidir com a atividade inicial de caracterização e diagnóstico do processo de planeamento, prevendo as seguintes iniciativas:

- Identificação de condicionalismos à ocupação, utilização e transformação do solo e justificação dos principais objetivos estratégicos do instrumento de gestão territorial;
- Construção do quadro de referência relativo a outros planos e programas com os quais os PMOT se devam compatibilizar;
- Reconhecimento dos problemas, ameaças e oportunidades em função do enquadramento territorial existente e dos objetivos estratégicos do Plano;
- Definição dos objetivos de desenvolvimento tendo em consideração a avaliação de impactes de todas as intervenções que se pretendem concretizar na área do Plano;
- Fixação das prioridades e das estratégias territoriais;
- Definição de uma estratégia em função das opções de desenvolvimento consideradas adequadas;
- Seleção dos fatores ambientais relevantes, com base nos elementos de diagnóstico que suportam a elaboração do plano, na legislação e informação de base aplicável e em indicadores de referência;
- Identificação e caracterização das questões ou domínios que devam ser avaliados, em matéria de sustentabilidade ambiental, recorrendo a indicadores.

No processo de AAE, o momento de definição do âmbito implica:

- a determinação do âmbito da avaliação ambiental a realizar, através do processo de análise que permite identificar os Fatores Críticos de Decisão e respetivos critérios de análise;
- a determinação do alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no Relatório Ambiental, através do estabelecimento de indicadores que permitam caracterizar a situação de referência e realizar um diagnóstico relativo a potenciais riscos ou oportunidades decorrentes dos efeitos esperados impostos pelos objetivos estratégicos da proposta de alteração do PP da Jagunda.

Os Fatores Críticos de Decisão constituem os temas mais importantes a serem abordados no âmbito da AAE e identificam os aspetos que deverão ser considerados na tomada de decisão. O objetivo da definição dos FCD é assegurar a focagem da AAE, estabelecendo o alcance da avaliação de forma a perceber o enquadramento em que esta se realiza.

O estabelecimento dos FCD pressupõe a análise integrada dos seguintes elementos:

- **Quadro de Referência Estratégico (QRE)**, contexto macro-político nacional em matéria de ambiente e sustentabilidade;
- **Questões Estratégicas Fundamentais(QE)**, identificados na proposta de plano com potenciais implicações ambientais;
- **Fatores Ambientais (FA)**, pertinentes para a avaliação.

A determinação dos FCD resulta, numa primeira fase, da interação entre os objetivos do Quadro de Referência Estratégico preconizado e as Opções Estratégicas definidos na propostas do PP da Jagunda.

A análise de interação entre os objetivos dos instrumentos do Quadro de Referência Estratégico e as Opções Estratégicas (Anexo III) determina o grau de convergência dos objetivos estratégicos do PU com os objetivos de ambiente e sustentabilidade preconizados nos instrumentos do QRE:

- Relação forte (evidencia que os objetivos do QRE se encontram contemplados nos objetivos estratégicos da proposta do PP da Jagunda);
- Relação média (evidencia que os objetivos do QRE se encontram apenas parcialmente contemplados nos objetivos estratégicos da proposta do PP da Jagunda);
- Relação fraca a nula (evidencia a existência de objetivos do QRE que não se encontram devidamente contemplados nos objetivos estratégicos da proposta do PP da Jagunda).

Esta análise permite evidenciar as questões de sustentabilidade ambiental que se prefiguram como determinantes para integrarem os FCD que devem ser avaliados, por forma a contribuir para o processo de tomada de decisão e promover o alcance do(s) objetivo(s) de sustentabilidade ambiental pretendidos na execução do PP da Jagunda.

Da análise das relações existentes entre as duas componentes referidas (expressas nas tabelas anteriormente referidas), e da integração dos **Fatores Ambientais (FA)**, estabelecidos pela legislação e considerados importantes nesta avaliação, resultam os **Fatores Críticos de Decisão**, que reúnem os aspetos de ambiente e sustentabilidade relevantes que servirão de base para a tomada de decisão (Figura 10).

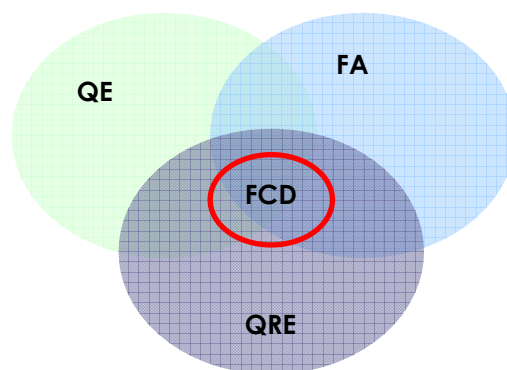


Figura 10 - Representação esquemática em Diagrama de Venn da definição dos FCD.

Definidos os FCD, identificam-se os critérios de avaliação, os objetivos de sustentabilidade e os indicadores associados a cada fator, que irão contribuir para avaliar a viabilidade e sustentabilidade da estratégia preconizada nas grandes opções do PP da Jagunda, facilitando a avaliação e contribuindo para uma tomada de decisão mais consciente e adequada.

Os critérios de avaliação refletem as questões pertinentes associadas a cada FCD e sustentam a estrutura que permite uma abordagem temática com maior enfoque em cada um dos domínios.

Para cada critério de avaliação são indicados os objetivos de sustentabilidade que deverão convergir para os objetivos que são preconizados nos instrumentos que constituem o Quadro de Referência Estratégico para o Plano de Pormenor da Jagunda. São ainda fixados indicadores que permitem suportar a análise prevista no Relatório Ambiental.

### **Análise e avaliação Ambiental das questões estratégicas do Plano de Pormenor da Jagunda.**

Para a elaboração do Relatório Ambiental a metodologia a adotar irá envolver a integração dos seguintes elementos:

- Análise da situação existente e das principais tendências;
- Avaliação das questões estratégicas preconizadas no plano em termos de oportunidades e riscos para a sustentabilidade territorial;
- Diretrizes para o seguimento;
- Estabelecimento de um quadro de governança para a ação;
- Estabelecimento de um programa de gestão e monitorização ambiental.

Na **análise da situação existente e das principais tendências**, associada a cada um dos FCD, recorre-se a uma análise do tipo SWOT, pretendendo-se efetuar um **diagnóstico geral das características ambientais, patrimoniais e de ordenamento do território existentes no concelho**, identificando, para isso, um conjunto de elementos positivos e negativos que ocasionam um conjunto de oportunidades e ameaças.

A avaliação estratégica dos principais **riscos e oportunidades** é desenvolvida com o intuito de perceber de que forma a **proposta do PP da Jagunda** poderá ter impactes significativos no ambiente ao nível de cada um dos FCD definidos.

Para tal, cruzaram-se as questões estratégicas do PP com os critérios identificados para cada FCD, permitindo assim assinalar as oportunidades e riscos decorrentes da implementação do plano.

Salienta-se que risco não significa consequência negativa, mas que o prosseguir uma dada estratégia pode originar riscos que necessitam ser evitados ou acautelados. Significa que uma determinada estratégia pode ser excelente do ponto de vista de um critério, mas apresentar apenas riscos, ou riscos e oportunidades, num segundo critério de avaliação. Assim, a estratégia em causa poderá continuar a constituir a melhor opção, se a avaliação global se apresentar como uma oportunidade e os riscos corresponderem a situações resolúveis ou passíveis de gestão adequada.

Com base nos indicadores definidos, e nos efeitos previsíveis que a implementação da proposta do PP pode ter sobre estes, são identificadas **diretrizes de seguimento** (medidas de minimização e/ou prevenção dos efeitos e de monitorização) que constituem orientações ou recomendações que podem contribuir para o acompanhamento dos efeitos da proposta do PP da Jagunda no que respeita aos FCD definidos, e que melhor integram os princípios e objetivos de sustentabilidade.

O estabelecimento de um **quadro de governança** para a proposta do PP da Jagunda permite identificar as entidades e os agentes que se considera terem um papel primordial na operacionalização, monitorização e gestão das ações previstas no futuro PP, garantindo o cumprimento dos objetivos relativamente aos FCD definidos, bem como à concretização das diretrizes propostas.

Para o estabelecimento do **programa de gestão e monitorização ambiental**, identificam-se indicadores de sustentabilidade e as medidas de monitorização. A execução deste plano é crucial para acompanhar o ciclo de planeamento e programação, servindo para monitorizar as diferentes fases da proposta do PP da Jagunda.

### **Elaboração da Declaração Ambiental**

Do processo de AAE resulta uma Declaração Ambiental, elaborada pela entidade responsável pela elaboração do Plano (no presente caso a Câmara Municipal de Seia), que reflete a forma como as considerações ambientais são ponderadas durante a preparação e elaboração do Plano, incorporando o plano e as medidas de controlo.

Esta declaração deverá conter:

- Uma síntese relativa às considerações ambientais que se encontram integradas no plano;
- As observações apresentadas pelas entidades consultadas na discussão pública e o resultado da respetiva ponderação;
- As razões que fundamentaram a aprovação do Plano de Pormenor da Jagunda à luz de outras alternativas razoáveis abordadas aquando da respetiva elaboração;
- As medidas de controlo previstas.

A declaração Ambiental deve ser enviada pela entidade responsável pela sua elaboração à APA. Para além disso, a Declaração Ambiental deve ser disponibilizada ao público para a consulta através da página da internet do município.

### **Execução do Plano e Monitorização da AAE**

Numa fase posterior, a Câmara Municipal de Seia deverá avaliar e controlar os efeitos significativos do ambiente decorrentes da aplicação / execução do plano, verificando se estão a ser cumpridas as medidas constantes da Declaração Ambiental, utilizando os indicadores de execução do plano. Para isso, deverá ser desenvolvido um conjunto de ações, nomeadamente (DGOTDU - 2008):

- Implementar um esquema ou programa para controlo da execução do plano e monitorização dos seus efeitos no ambiente;
- Monitorizar os efeitos da execução do plano no ambiente através de indicadores previamente selecionados;
- Elaborar estudos em função do que foi estabelecido durante a elaboração do plano ou de acordo com as necessidades que se venham a definir.

Este programa de seguimento é de importância fulcral para trabalhar as múltiplas dimensões de incerteza que caracterizam qualquer processo de decisão estratégico, e para poder continuar a assegurar o contributo da AAE na integração das questões de ambiente e sustentabilidade no processo de decisão.

Os resultados do controlo devem ser divulgados pela Câmara Municipal através de meios eletrónicos (atualizados com uma periodicidade mínima anual) e remetidos anualmente à Agência Portuguesa do Ambiente (artigo 11º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho).

### 3.1 Estrutura do Relatório Ambiental

O Relatório Ambiental foi elaborado de acordo com o artigo 6.º do decreto-lei n.º232/2007 de 15 de junho de 2007, reunindo os seguintes elementos:

1. Uma descrição do conteúdo, dos principais objetivos do plano ou programa e a sua relação com outros planos e programas pertinentes;
2. As características ambientais, das zonas suscetíveis de serem significativamente afetadas, os aspetos pertinentes do estado atual do ambiente e da sua provável evolução se não forem aplicados o plano ou o programa;
3. Os problemas ambientais existentes que sejam relevantes para o plano ou programa, incluindo, em particular, os relacionados com todas as zonas de especial importância ambiental, designadamente as abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na redação conferida pelo decreto-lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro.
4. Os objetivos de proteção ambiental, estabelecidos a nível internacional, comunitário ou nacional, pertinentes para o plano ou programa e a forma como estes objetivos e todas as outras considerações ambientais foram tomados em consideração durante a sua preparação;
5. Os eventuais efeitos significativos no ambiente, decorrentes da aplicação do plano ou do programa, incluindo os efeitos secundários, cumulativos, sinérgicos, de curto, médio e longo prazos, permanentes e temporários, positivos e negativos, considerando questões como a biodiversidade, a população, a saúde humana, a fauna, a flora, o solo, a água, a atmosfera, os fatores climáticos, os bens materiais, o património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico, a paisagem e a inter-relação entre os fatores supracitados;
6. As medidas destinadas a prevenir, reduzir e, tanto quanto possível, eliminar quaisquer efeitos adversos, significativos no ambiente, resultantes da aplicação do plano ou programa;

7. Um resumo das razões que justificam as alternativas escolhidas e uma descrição do modo como se procedeu à avaliação, incluindo todas as dificuldades encontradas na recolha das informações necessárias;

8. Uma descrição das medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto no artigo 11.º do mesmo decreto-lei;

Foi ainda elaborado um resumo não técnico das informações fornecidas ao abrigo das alíneas anteriores.

## 4. Consultas

De acordo com o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, a AAE requer que, antes da aprovação do projeto de plano ou programa e do respetivo relatório ambiental, a entidade responsável pela sua elaboração promova a consulta das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, seja suscetível de interessar os efeitos ambientais resultantes da sua aplicação.

As entidades consultadas e que responderam no âmbito do Relatório de Fatores Críticos (RFC) encontram-se listadas na Tabela 3, sendo feita referência à emissão de parecer/resposta.

**Tabela 3 - Entidades que responderam no âmbito da determinação do âmbito e do alcance da informação ambiental a tratar no Relatório Ambiental relativo à AAE do PP da Jagunda.**

Entidade Consultada	Comentário/Sugestão
	(S/N)
Agência Portuguesa do Ambiente	S
Comissão Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro	S
Instituto da Água, IP	N
ULS Guarda EPE - Centro de Saúde de Seia	S

Todos estes pareceres mereceram especial atenção e foram tidos em consideração na elaboração do relatório ambiental de Junho 2012 (os pareceres podem ser consultados no Anexo I)

**Tabela 4 - Entidades que responderam no âmbito do Relatório Ambiental relativo à AAE do PP da Jagunda.**

Entidade Consultada	Comentário/Sugestão
	(S/N)
Agência Portuguesa do Ambiente/Administração da Região Hidrográfica do Centro	S
Comissão Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro	S
Turismo de Portugal, IP	S
Autoridade Florestal Nacional	S
Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade	S
ULS Guarda EPE - Centro de Saúde de Seia	S

Todos estes pareceres mereceram especial atenção e foram tidos em consideração na elaboração do presente relatório (os pareceres podem ser consultados no Anexo II)

## 5. Definição dos Fatores Críticos para a Decisão

Segundo o “Guia de Boas Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica” os Fatores Críticos para a Decisão “constituem os temas fundamentais para a decisão sobre ao quais a AAE se deve debruçar, uma vez que identificam os aspetos que devem ser considerados pela decisão na conceção da sua estratégia e das ações que a implementam, para melhor satisfazer objetivos ambientais e um futuro mais sustentável”.

Ainda segundo a referida publicação, os FCD resultam da integração do **Quadro de Referência Estratégico** (QRE), das **Questões Estratégicas** (QE) e dos **Fatores Ambientais** (FA) e como já explicitado no capítulo relativo à metodologia, estes **Fatores Críticos para a Decisão** (FCD) constituem-se como os temas-chave a considerar no âmbito da avaliação, conferindo-lhe a focagem e seletividade necessária para se constituir como um processo de natureza estratégica.

No âmbito da elaboração do **Relatório de Fatores Críticos** (RFC), foram definidos quatro **Fatores Críticos para a Decisão** (FCD), com os respetivos critérios de sustentabilidade, tendo por base a metodologia acima enunciada.

### 5.1. Quadro de Referência Estratégico

O **Quadro de Referência Estratégico (QRE)** estabelece as orientações de políticas ambientais e de sustentabilidade, definidas a nível regional, nacional, europeu e internacional, relevantes para a AAE do objeto em análise. Os instrumentos de referência identificados definem o Quadro de Referência Estratégico, para o plano em análise, e permitem identificar os objetivos de sustentabilidade que devem ser considerados no desenvolvimento das opções do plano. Os instrumentos identificados e analisados como precursores de orientações estratégicas para a proposta do PP da Jagunda estão listados na Tabela 5.

Tabela 5 - Quadro de Referência Estratégica para AAE do PP da Jagunda

Instrumento de referência Nacional	Acrónimo
Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007 - 2013	QREN
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território	PNPOT
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável	ENDS
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade	ENCNB
Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética 2008-2015	PNAEE
Plano Nacional de Alterações Climáticas	PNAC
Plano Nacional da Água	PNA
Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde	PNAAS
Plano Estratégico Nacional do Turismo	PENT
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água	PNUEA
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais II	PEAASAR II

Plano Estratégico para os recursos sólidos urbanos II	PERSU II
Proposta para a Estratégia de Proteção dos Solos	PEPS
Programa Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego	PNACE
Plano Rodoviário Nacional	PRN - 2000
<b>Instrumentos de referência sectorial</b>	
Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Mondego	PBH - Rio Mondego
Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela	POPNSE
Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira interior Norte	PROFBIN
<b>Instrumentos de referência Regional</b>	
Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro	PROT-C
Programa operacional (PO) Regional do Centro 2007-2013 - Mais Centro	POR-C
<b>Instrumentos de referência Municipal</b>	
Plano Municipal de Defesa da Floresta e Combate a Incêndios de Seia	PMDFCI - Seia
Plano Diretor Municipal (PDM) de Seia	PDM
Plano Estratégico do Concelho de Seia 2020	PECS2020

No âmbito do RFC foram definidos os instrumentos de referência que constituem o QRE e sintetizados os respetivos objetivos de sustentabilidade (Anexo III).

## 5.2. Relação entre o Quadro de Referência Estratégico e os Objetivos Estratégicos do PP da Jagunda

A análise de interação entre os objetivos dos instrumentos do Quadro de Referência Estratégico (apresentados no Anexo III) e as Opções Estratégicas do PP da Jagunda, expressa-se nas tabelas de dupla entrada apresentadas no Anexo IV.

Conforme exposto detalhadamente no capítulo relativo à metodologia, esta análise permite evidenciar as questões de sustentabilidade ambiental que se prefiguram como determinantes para integrarem os FCD que devem ser avaliados, por forma a contribuir para o processo de tomada de decisão e promover o alcance do(s) objetivo(s) de sustentabilidade ambiental pretendidos na execução do PP da Jagunda.

Neste contexto, e tendo em consideração o avançado estado de evolução da proposta do PP da Jagunda, a identificação de relações fracas a médias determinará a introdução de medidas que promovam o alcance do(s) objetivo(s) de sustentabilidade ambiental pretendidos, numa fase posterior de seguimento.

## 5.3. Fatores Ambientais

Os **Fatores Ambientais** (FA) definem o âmbito ambiental relevante dado o alcance e a escala do plano ou programa em avaliação. Os FA considerados na presente análise são os legalmente definidos no Decreto-Lei n.º 232/2007, alínea e), n.º 1, artigo 6.º, no que respeita à *“biodiversidade, população, saúde humana, fauna, flora, solo, água, atmosfera, fatores climáticos, bens materiais, património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico, paisagem e inter-relação entre todos estes fatores”*.

Os fatores ambientais considerados relevantes para a proposta do PP da Jagunda definem o âmbito ambiental relevante no contexto territorial do instrumento de gestão territorial em estudo.

A determinação dos fatores ambientais relevantes para a proposta do Plano é orientada pelos fatores ambientais legalmente estabelecidos, sendo a sua escolha condicionada pelo reconhecimento prévio das especificidades do território abrangido pelo plano conjugada com o conhecimento das opções/objetivos estratégicos definidos pelo plano.

De forma a avaliar o grau de convergência entre os FCD definidos e os Fatores Ambientais estabelecidos no Decreto-Lei n.º 232/2007, foi elaborada a Tabela 6.

**Tabela 6 - Quadro demonstrativo dos Fatores Ambientais relevantes para o PP da Jagunda**

Fatores Ambientais estabelecidos no DL n.º 232/2007	Fatores Ambientais considerados relevantes
Biodiversidade	/
Fauna	/
Flora	/
Património Cultural	---
Atmosfera	/
Água	/
Solo	/
Fatores Climáticos	/
Paisagem	/
Bens Materiais	/
População	/
Saúde Humana	/

No presente caso, a não consideração dos FA “Património Cultural” na análise dos FCD, resulta do facto de na área abrangida pelo PP da Jagunda não ter sido identificado, nenhum elemento relacionado com o património arqueológico ou arquitetónico, ou qualquer outro fator de génese cultural.

#### 5.4. Identificação dos Fatores Críticos para a Decisão

Os FCD são o número limitado de domínios de estudo que constituem as dimensões do modelo de desenvolvimento sustentável que se adotou, para estudar as implicações do Plano. Deverão assegurar uma focagem estratégica e neste contexto deverão ser em número superior a três e inferior a oito (Partidário, 2007).

A determinação dos FCD resultou, numa primeira fase, da interação entre os objetivos do **Quadro de Referência Estratégico** (QRE) preconizado (Anexo II) e as **Questões Estratégicas** (QE) definidas no PP da Jagunda. Neste contexto, foram desenvolvidas tabelas de dupla entrada, onde se analisaram as relações de conflito e/ou complementaridade existentes (Anexo III). A análise das tabelas referidas permitiu determinar o grau de convergência das questões estratégicas do Plano com os instrumentos do quadro estratégico externo definidos.

Da análise das relações existentes nas tabelas anteriormente referidas, e da integração dos **Fatores Ambientais** (FA), estabelecidos pela legislação (e considerados como os mais relevantes), resultaram então os **Fatores Críticos de Decisão** que reúnem os aspetos de ambiente e sustentabilidade considerados relevantes, e que servirão de base para a tomada de decisão. Assim, os FCD para o PP da Jagunda, são:

↳ **Recursos Naturais**

Pretende-se avaliar os efeitos das propostas do Plano ao nível da biodiversidade, nomeadamente na fauna, flora e reabilitação ou fragmentação de habitats, ao nível dos recursos energéticos, assim como na preservação da paisagem natural, através da minimização das alterações a efetuar ao terreno, em termos de área construída, forma de implantação das construções e modelação topográfica do terreno.

↳ **Qualidade Ambiental**

Permite avaliar o contributo do Plano para a qualidade do ambiente no município, nomeadamente quais as implicações das ações propostas na qualidade do ar, água, ruído, gestão de resíduos e proteção do solo.

↳ **Qualidade de Vida**

Pretende-se avaliar os contributos do Plano para a melhoria na qualidade de vida, nomeadamente ao nível da mobilidade, infraestruturas, dinâmica turística e desenvolvimento socioeconómico.

↳ **Ordenamento do Território**

Pretende-se avaliar os efeitos das propostas do Plano ao nível da articulação com os planos em vigor e respetivas propostas de revisão e também com as condicionantes e servidões existentes e previstas

Neste âmbito, estabeleceu-se uma relação entre os Fatores Ambientais considerados mais relevantes, estabelecidos no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho e os FCD definidos (Tabela 7).

Tabela 7 - Relação entre os Fatores Ambientais e os FCD definidos

FA \ FCD	Recursos Naturais	Qualidade Ambiental	Qualidade de Vida	Ordenamento do Território
Biodiversidade	X			X
Fauna	X			X
Flora	X			X
Atmosfera		X	X	
Água		X		X
Solo		X		X
Fatores Climáticos		X	X	
Paisagem	X			X
Bens materiais			X	
População			X	
Saúde Humana		X	X	

Importa ainda a respeito dos FCD definidos demonstrar que os mesmos possuem uma relação direta com o cumprimento dos objetivos genéricos dos vários instrumentos identificados no quadro de referência, realçando-se a intensa relação dada pelos diferentes instrumentos para o FCD que se designou de Qualidade Ambiental (Tabela 8).

Tabela 8 - Relação entre os FCD e os instrumentos de referência estratégica definidos.

FCD \ FA	Recursos Naturais	Qualidade Ambiental	Qualidade de Vida	Ordenamento do Território
QREN			X	X
PNPOT	X	X	X	X
ENDS	X	X	X	X
ENCNB	X	X		X
PNAEE		X	X	
PNAC	X	X	X	
PNA	X	X	X	
PNAAS		X		
PENT			X	
PNUEA	X	X		
PEAASAR II	X	X	X	
PERSU II	X	X	X	
PEPS				X
PNACE			X	
PRN-2000			X	X
PBH - Rio Mondego	X	X		X

FCD FA	Recursos Naturais	Qualidade Ambiental	Qualidade de Vida	Ordenamento do Território
PROFBIN	X	X		X
POPNSE	X	X		X
PROT-C	X	X	X	X
POR-C	X	X	X	
PMDFCI	X	X	X	X
PDM	X	X	X	X
PECS2020		X	X	

## 6. Análise e Avaliação Estratégica dos Fatores Críticos para a Decisão

### 6.1. Recursos Naturais

#### 6.1.1. Descrição do FCD e seus objetivos

No âmbito do presente Fator Crítico de Decisão pretende-se avaliar os efeitos das propostas do Plano ao nível da biodiversidade, nomeadamente na fauna, flora e reabilitação ou fragmentação de habitats, ao nível dos recursos energéticos, assim como na preservação da paisagem natural, determinando as oportunidades e riscos, que correspondem respetivamente aos impactes positivos e negativos de natureza estratégica, usando, sempre que a informação disponível o permitiu, os domínios de avaliação e indicadores apresentados na Tabela 9.

Tabela 9 - Principais Indicadores do FCD - Recursos Naturais.

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
Recursos Naturais	Ecosistemas e habitats	<ul style="list-style-type: none"> <li>Evitar a alteração e perturbação de habitats</li> <li>Salvaguardar e promover o efeito de continuidade</li> <li>Preservação de áreas de ligação com o PNSE e com o Sítio PTCON0014 - Serra da Estrela</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Afetação de habitats</li> <li>Inserção em corredores ecológicos</li> <li>Afetação de áreas de REN e RAN</li> <li>Incêndios florestais e área ardida (ha)</li> </ul>
	Paisagem	<ul style="list-style-type: none"> <li>Garantir a integração na paisagem</li> <li>Proteger, valorizar e requalificar a paisagem e os valores paisagísticos existentes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Presença de valores paisagísticos</li> <li>Área construída vs áreas verdes e naturais</li> </ul>
	Recursos energéticos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a utilização de fontes de energia renováveis e consequentemente diminuir o consumo de energias não renováveis</li> <li>Maximizar a eficiência nos consumos energéticos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Variação do consumo de energia elétrica por habitante</li> <li>Variação do consumo de energia elétrica por tipo de consumo</li> <li>Produção de energia, a nível local, através de recursos renováveis (MWh)</li> <li>N.º de edifícios concelhios com certificação energética</li> <li>Implementação de técnicas de construção sustentável</li> </ul>

#### 6.1.2. Situação existente e análise tendencial.

##### ECOSSISTEMAS E HABITATS

##### Conservação da Natureza

A área de implantação do PP da Jagunda não integra nenhuma área integrada na Rede Nacional de Áreas Protegidas, classificadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 janeiro. Da mesma forma,

também não existem áreas integradas na Rede Natura 2000, classificadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 140/99, 24 abril revisto pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 fevereiro.

Considerando ainda o disposto no Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho, no Decreto Regulamentar n.º 83/2007, de 10 de Outubro, que refere limite do PNSE, na Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2000, de 5 de Julho, que define os limites do à definição do Sítio Rede Natura 2000 Sítio Serra da Estrela (PTCON0014) e no Plano Sectorial Rede Natura 2000, publicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de Julho, que caracteriza os Sítios da rede Natura 2000.

A área classificada mais próxima é o SIC da Serra da Estrela (PTCON0014) e o Parque Natural da Serra da Estrela.

Segundo dados do ICNB, o concelho de Seia integra 23141,2ha da área protegida do Parque Natural da Serra da Estrela, correspondendo a 53% da área concelhia.

O SIC da Serra da Estrela ocupa 52% da área concelhia, correspondendo a uma área de 22532ha (Plano sectorial da Rede Natura 2000).

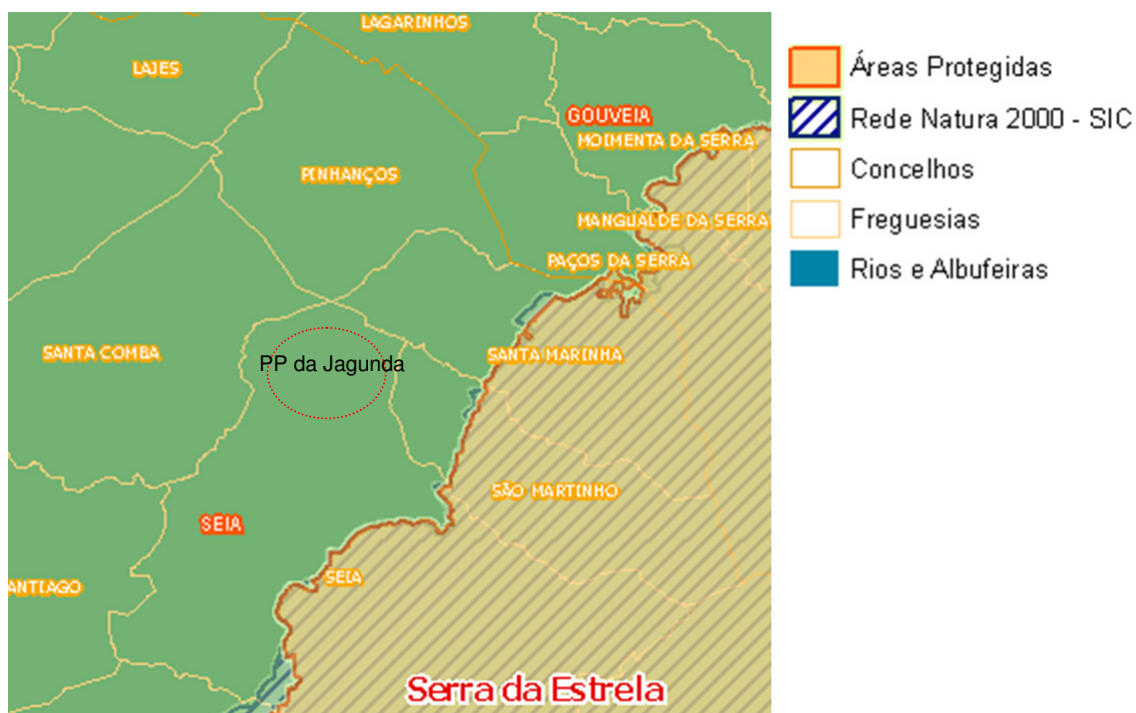


Figura 11 - Áreas Classificadas na envolvente do PP da Jagunda (ICNB-SPINAT).

### **Parque Natural e Sítio da Serra da Estrela**

A Serra da Estrela é constituída por planaltos alongados de direção NE-SW e é sobretudo imponente do lado Sudoeste, destacando-se no Planalto da Torre a maior altitude de Portugal Continental (1993m). As altitudes diminuem gradualmente para NE, em direção região da Guarda, onde a montanha quase se confunde com os planaltos da Beira Transmontana.

A geomorfologia que caracteriza a região do Parque Natural deriva essencialmente de deslocações tectónicas, que levantaram a montanha dos planaltos envolventes e a balançaram para Nordeste. As escarpas que a limitam são escarpas de falha com uma evolução relativamente longa, que devem ter dado origem atual Serra da Estrela.

O Decreto-Lei n.º 557/76, de 16 de julho, classificou o maciço da estrela como Parque Natural, referindo tratar-se de "uma região característica de montanha" onde subsistem "refúgios de vida selvagem e formações vegetais endémicas de importância nacional".

No Parque Natural da Serra da Estrela e no SIC da Serra da Estrela, o acidente orográfico que em conjunto com as serras do Açor e da Lousã forma o extremo ocidental da Cordilheira Central, podem distinguir-se cinco principais unidades paisagísticas: o planalto central, os picos e algumas cristas que se estendem a partir destes, os planaltos a menor altitude, as encostas e os vales percorridos por linhas de água. No Sítio encontra-se o ponto mais alto de Portugal Continental e parte importante de três bacias hidrográficas (Douro, Tejo e Mondego). A paisagem superior da serra, por ter sofrido uma forte influência da glaciação quaternária, possui uma morfologia peculiar (ICNB).

A situação geográfica do maciço montanhoso da Serra da Estrela, associada elevada altitude e ao relevo acidentado conferem-lhe uma grande diversidade climática. Estas características naturais juntamente com a atividade humana produziram um mosaico variado de habitats com elevado valor ecológico conjugando elementos representativos de diversas regiões biogeográficas.

Encontram-se nos locais mais elevados da serra cervunais e turfeiras, pequenas lagoas e charcos temporários que suportam uma grande biodiversidade e constituem habitats de espécies raras ou com distribuição muito localizada. Diversos habitats da serra estão protegidos por legislação comunitária (Diretiva Habitats) e portuguesa, sendo alguns deles considerados prioritários.

Na Serra da Estrela, tendo como referência a classificação altitudinal que considera a existência de três andares, podemos diferenciar as seguintes formações e vegetação que lhe está associada:

- **Andar basal**, de acentuada influência Mediterrânica que chega aos 900 m - A vegetação potencial do andar basal (mesomediterrânico) é dominada pelas série sub-húmida de azinhais do *Pyro bourgaenae-Quercetum rotundifoliae* S., pelos sobreirais mesomediterrânicos sub-húmidos a húmidos do *Sanguisorbo agrimoniodis-Quercetum suberis* S. e os carvalhais-negrais húmidos do **Arbuto unedonis-Quercetum pyrenaicae** S.. São também comunidades indicadoras deste andar sub-húmido e húmido tanto os piornais brancos de *Lavandulo sampaiouanae-Cytisetum multiflori* como alguns urzais que podem ter tojos da *Halimio ocymoidis-Cistetum psilosepalii* e *Ulici minoris-Ericetum umbellatae*. É neste andar que se encontra a maior parte das cidades, vilas e aldeias que se estendem pelo sopé da serra. É também neste andar que se encontram os olivais, terras de regadio, vinhedos e prados de azevém, bem como os pinhais de pinheiro-bravo que agora se estendem até aos andares superiores e ocupam já grande parte da área potencial de azinhal. Os azinhais, já residuais, encontram-se muito ameaçados, contudo, subsistem ainda alguns núcleos na base de vertentes declivosas de xisto. O PP da Jagunda localiza-se neste andar.

- **Andar intermédio**, situado entre os 900 e os 1.600 m - O andar intermédio (supramediterrânico, pelo menos húmido) é dominado pelos carvalhais-negrais húmidos do *Holco mollis-Quercetum pyrenaicae* e por diversos matos (giestais e urzeirais).É também neste andar que se encontram os castiçais e as

searas de centeio. Na parte superior do andar, principalmente nas zonas mais chuvosas e sombrias, os carvalhais são substituídos por vidoais da *Saxifraga spathularidis-Betuletum celtibericae*. O pastoreio, a atividade florestal e cerealfera são as principais atividades deste andar. Nas zonas onde o coberto arbóreo se apresenta degradado encontram-se os matos, principalmente os giestais de *Cytisus multiflorus* (giesteira-brava), em que também ocorre o rosmaninho (*Lavandula stoechas ssp.sampaioana*), os urgeirais de *Erica australis ssp.alpina* (urgeira), que se associa ao zimbro (*Juniperus communis ssp.alpina*) e os piornais de *Genista florida ssp. polygaliphylla* (piorno-dos-tintureiros), associado à giesteira-das-serras (*Cytisus striatus*).

- **Andar superior**, situado acima dos 1600 m - O andar superior (oromediterrânico) é dominado pelo zimbral climático endémico *Lycopodio clavati-Juniperetum nani*. Os giestais do *Lavandulo sampaioanae-Cytisetum multiflori* e do *Cytiso striati-Genistetum polygaliphyllae* bem como os caldoneirais do *Echinopartetum lusitanicae* são também frequentes neste andar. Na zona cacuminal com solo pouco profundo formam-se diversos mosaicos com o zimbral, onde se pode reconhecer a comunidade psicoxerófila cespitosa oromediterrânica *Jasiono centralis-Minuartetum (juressii) bigerrensis* e os matos pulviniformes orófilos endémicos do *Teucro salviastri-Echinopartetum pulviniformis*. Em solos hidromórficos, o zimbral coexiste com os cervunais bem drenados, o arrelvado perene orófilo endémico do *Campanulo herminii-Festucetum henriquesii*. O zimbral deixa quase de existir nos cervunais higrófilos do *Galio saxatilisNardetum* e desaparece por completo nas turfeiras, onde a comunidade turfófila *Junco squarrosi-Sphagnetum compacti* domina. Nas cascalheiras o *Phalacrocarpo oppositifoliiRumicetum suffruticosi* e o *Cryptogrammo crispae-Dryopteridetum oreadis* são as principais comunidades. Destacam-se ainda o urzal endémico *Junipero nani-Ericetum aragonensis* e o urzal higrófilo endémico *Potentillo herminii-Callunetum vulgaris*. Em resultado da deslorestação e, possivelmente, por influência das alterações climáticas posteriores, está área encontra-se totalmente desprovida do coberto arbóreo primitivo. É também neste andar que ocorrem grande parte das comunidades rupícolas e lacustres.

A serra da Estrela apresenta um variado mosaico de habitats, conjugando elementos representativos de diversas regiões biogeográficas, resultando a área mais emblemática de Portugal para valores naturais associados à altitude, muitos deles exclusivos.

Segundo o PSRN2000 (ICNB,2006), os principais habitats e valores naturais de flora e fauna da Serra da Estrela, são apresentados nas tabelas seguintes

Tabela 10 - Habitats naturais e seminaturais constantes do anexo B-I do Decreto-Lei n.º 49/2005

3130	Águas estagnadas, oligotróficas a mesotróficas, com vegetação da <i>Littorelletea uniflorae</i> e ou da <i>Isoëto-Nanojuncetea</i>
3260	Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da <i>Ranunculion fluitantis</i> e da <i>Callitricho-Batrachion</i>
3270	Cursos de água de margens vasosas com vegetação da <i>Chenopodion rubri p.p.</i> e da <i>Bidention p. p.</i>
3280	Cursos de água mediterrânicos permanentes da <i>Paspalo-Agrostidion</i> com cortinas arbóreas ribeirinhas de <i>Salix</i> e <i>Populus alba</i>
3290	Cursos de água mediterrânicos intermitentes da <i>Paspalo-Agrostidion</i>
4010	Charnecas húmidas atlânticas setentrionais de <i>Erica tetralix</i>
4020*	Charnecas húmidas atlânticas temperadas de <i>Erica ciliaris</i> e <i>Erica tetralix</i>
4030	Charnecas secas europeias
4060	Charnecas alpinas e boreais
4090	Charnecas oromediterrânicas endémicas com giestas espinhosas
5120	Formações montanas de <i>Cytisus purgans</i>
5230*	Mataçais arborescentes de <i>Laurus nobilis</i>
5330	Matos termomediterrânicos pré-desérticos
6160	Prados oro-ibéricos de <i>Festuca indigesta</i>
6220*	Subestepes de gramíneas e anuais da <i>Thero-Brachypodietea</i>
6230*	Formações herbáceas de <i>Nardus</i> , ricas em espécies, em substratos siliciosos das zonas montanas (e das zonas submontanas da Europa continental)

6410	Pradarias com <i>Molinia</i> em solos calcários, turfosos e argilo-limosos ( <i>Molinion caeruleae</i> )
6430	Comunidades de ervas altas higrófilas das orlas basais e dos pisos montano a alpino
6510	Prados de feno pobres de baixa altitude ( <i>Alopecurus pratensis</i> , <i>Sanguisorba officinalis</i> )
7140	Turfeiras de transição e turfeiras ondulantes
8130	Depósitos mediterrânicos ocidentais e termófilos
8220	Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica
8230	Rochas siliciosas com vegetação pioneira da <i>Sedo-Scleranthion</i> ou da <i>Sedo albi-Veronicion dillenii</i>
8310	Grutas não exploradas pelo turismo
91E0*	Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i> ( <i>Alno-Padion</i> , <i>Alnion incanae</i> , <i>Salicion albae</i> )
9230	Carvalhais galaico-portugueses de <i>Quercus robur</i> e <i>Quercus pyrenaica</i>
9260	Florestas de <i>Castanea sativa</i>
92A0	Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>Populus alba</i>
9330	Florestas de <i>Quercus suber</i>
9340	Florestas de <i>Quercus ilex</i> e <i>Quercus rotundifolia</i>
9580*	Florestas mediterrânicas de <i>Taxus baccata</i>

\* habitats prioritários

Tabela 11 - Espécies de Flora e Fauna constantes no Decreto-Lei n.º 49/2005

## Espécies da Flora constantes do anexo B-II do Dec. Lei n.º 49/2005 de 24/02

CÓDIGO ESPÉCIE	ESPÉCIE	ANEXOS
1385	<i>Bruchia vogesiacca</i>	II
1793	<i>Centaurea micrantha ssp. heminii</i>	II, IV
1784	<i>Centaurea rothmalerana</i>	II, IV
1885	<i>Festuca elegans</i>	II, IV
1890	<i>Festuca henriquesii</i>	II, IV
1891	<i>Festuca summilusitana</i>	II, IV
1390	<b><i>Marsipella profunda</i></b>	II
1865	<i>Narcissus asturiensis</i>	II, IV
1733	<i>Veronica micrantha</i>	II, IV

A negrito: espécie prioritária

## Espécies da Fauna constantes do anexo B-II do Dec. Lei n.º 49/2005 de 24/02

CÓDIGO ESPÉCIE	ESPÉCIE	ANEXOS
1078	<b><i>Callimorpha quadripunctaria</i></b>	II
1088	<i>Cerambyx cerdo</i>	II, IV
1065	<i>Euphydryas aurinia</i>	II
1024	<i>Geomalacus maculosus</i>	II, IV
1083	<i>Lucanus cervus</i>	II
1041	<i>Oxygaster curtisii</i>	II, IV
1116	<i>Chondrostoma polytepis</i>	II
1135	<i>Rutilus macrolepidotus</i>	II
1172	<i>Chioglossa lusitânica</i>	II, IV
1249	<i>Lacerta monticola</i>	II, IV
1269	<i>Lacerta schreiberi</i>	II, IV
1221	<i>Mauremys leprosa</i>	II, IV
1301	<i>Galemys pyrenaicus</i>	II, IV
1355	<i>Lutra lutra</i>	II, IV
1308	<i>Barbastella barbastellus</i>	II, IV
1310	<i>Miniopterus schreibersi</i>	II, IV
1307	<i>Myotis blythii</i>	II, IV
1321	<i>Myotis emarginatus</i>	II, IV
1324	<i>Myotis myotis</i>	II, IV
1305	<i>Rhinolophus euryale</i>	II, IV
1304	<i>Rhinolophus ferrumequinum</i>	II, IV
1302	<i>Rhinolophus mehelyi</i>	II, IV
1303	<i>Rhinolophus hipposideros</i>	II, IV

A negrito: espécies prioritárias

## Outras Espécies dos Anexos B-IV e B-V do Dec. Lei n.º 49/2005 de 24/02

	ESPÉCIE	ANEXO
FLORA	<i>Armeria sampaioi</i>	V
	<i>Arnica montana</i>	V
	<i>Cladina arbuscula</i>	V
	<i>Cladina portentosa</i>	V
	<i>Cladina rangiferina</i>	V
	<i>Gentiana lutea</i>	V
	<i>Iris lusitânica</i>	V
	<i>Lycopodium clavatum</i>	V
	<i>Murbeckiella pinnatifida ssp. heminii</i>	V
	<i>Murbeckiella sousae</i>	IV
	<i>Narcissus bulbocodium</i>	V
	<i>Narcissus triandrus</i>	IV
	<i>Rubus genevieri ssp. heminii</i>	V
	<i>Ruscus aculeatus</i>	V
	<i>Scilla beirana</i>	IV
	<i>Scrophularia heminii</i>	V
	<i>Scrophularia sublyrata</i>	V
	<i>Senecio caespitosus</i>	IV
	<i>Sphagnum capillifolium</i>	V
	<i>Sphagnum compactum</i>	V
	<i>Sphagnum gligensohnii</i>	V
	<i>Sphagnum palustre</i>	V
	<i>Sphagnum recurvum complex</i>	V
	<i>Sphagnum russowii</i>	V
	<i>Sphagnum squarrosum</i>	V
	<i>Sphagnum tenellum</i>	V
	<i>Spiranthes aestivalis</i>	IV
	<i>Teucrium salviastrum ssp. salviastrum</i>	V
	<i>Thymelaea broterana</i>	IV
FAUNA	<i>Discoglossus galganoi</i>	IV
	<i>Bufo calamita</i>	IV
	<i>Rana iberica</i>	IV
	<i>Rana perezi</i>	V
	<i>Triturus marmoratus</i>	IV
	<i>Felis silvestris</i>	IV
	<i>Eptesicus serotinus</i>	IV
	<i>Myotis daubentoni</i>	IV
	<i>Myotis nattereri</i>	IV
	<i>Nyctalus leisteri</i>	IV
	<i>Pipistrellus pipistrellus</i>	IV
	<i>Plecotus auritus</i>	IV
	<i>Plecotus austriacus</i>	IV
	<i>Tadarida teniotis</i>	IV

Para esta área classificada, os principais fatores de ameaça identificados para os valores naturais são o abandono da pastorícia tradicional de percurso, os incêndios e as queimadas, a construção de infraestruturas, a crescente pressão turística, a implantação de empreendimentos hidráulicos e hidroelétricos, a artificialização de linhas de água e as alterações aos regimes hídricos naturais, a florestação com espécies arbóreas exóticas, a colheita de espécies vegetais ameaçadas, a proliferação de flora exótica infestante e a extração de inertes.

**Enquadramento Biogeográfico**

A área do PP da Jagunda, segundo Costa et al.,(1998), localiza-se na Região Mediterrânica, Província Gaditano-Onubo-Algarviense, Setor Divisório Português, subsector Beirense Litoral.

O Beirense-Litoral é um Subsetor essencialmente silicioso, que se estende desde as areias e arenitos litorais de Leiria até à Ria de Aveiro e penetra pelo vale do Mondego até à encosta Noroeste da Serra da Estrela.

O Beirense-Litoral é a área de optimo biogeográfico dos carvalhais termófilos de carvalho-roble do *Rusco aculeati-Quercetum roboris viburnetosum tini*. Na sua orla arbustiva sombria ocorre a comunidade endémica em que domina o azereiro *Frangulo alni-Prunetum lusitanicae*. O urzal *Ulici minoris-Ericetum umbellatae* é uma das etapas regressivas dos carvalhais de *Quercus robur* mais abundantes.

### **Biótopos da área de estudo**

Na área de implantação do PP da Jagunda e na sua envolvente mais próxima ocorrem os seguintes biótopos principais:

Biótopo florestal – é o biótopo ocorrente na maior parte da área do PP, constituído principalmente por pinheiro bravo (*Pinus pinaster*) e ocupa cerca de 86ha. Nestas áreas o sub-coberto é geralmente composto por matos rasteiros e dispersos, constituídos principalmente por tojos (*Ulex* sp.), urzais (*Erica* sp.) e fetos (*Pteridium aquilinum*). Trata-se de habitats com baixo valor natural devido ao predomínio das plantações de pinheiro bravo.



**Figura 12 - Biótipo florestal (*Pinus pinaster*)**

- Biótopo agrícola – este biótipo ocupa uma área no PP de 12,3ha, sendo ocupado predominantemente por áreas de pastagem e vinhas. Este biótopo apresenta um valor natural médio, pois se por um lado favorece a presença de espécies ruderais, com baixo valor ecológico, por outro trata-se de um habitat seminatural que serve de ligação a outras áreas com maior valor natural.

- Galerias ripícola – nas margens dos cursos de água existentes na envolvente do PP, nomeadamente da ribeira de Seia e dos seus efluentes, ribeira de Vodra e o ribeiro do Barbil, ocorrem algumas folhosas (choupos). Constituem uma galeria ripícola relativamente contínua e bem preservadas, sendo por isso a área com maior valor natural na área envolvente próxima do PP. Na área do PP ocorrem somente linhas de água (valas)

- Biótopos artificiais (urbano consolidado) – próximo da área do PP localiza-se as povoações de Arrifana e São Martinho, que constituem habitats artificializados. É ainda de destacar a presença na envolvente de infraestruturas viárias (EM 522-4 e EM522). Trata-se de habitats com baixo valor natural devido ao predomínio de espécies herbáceas com características ruderais.

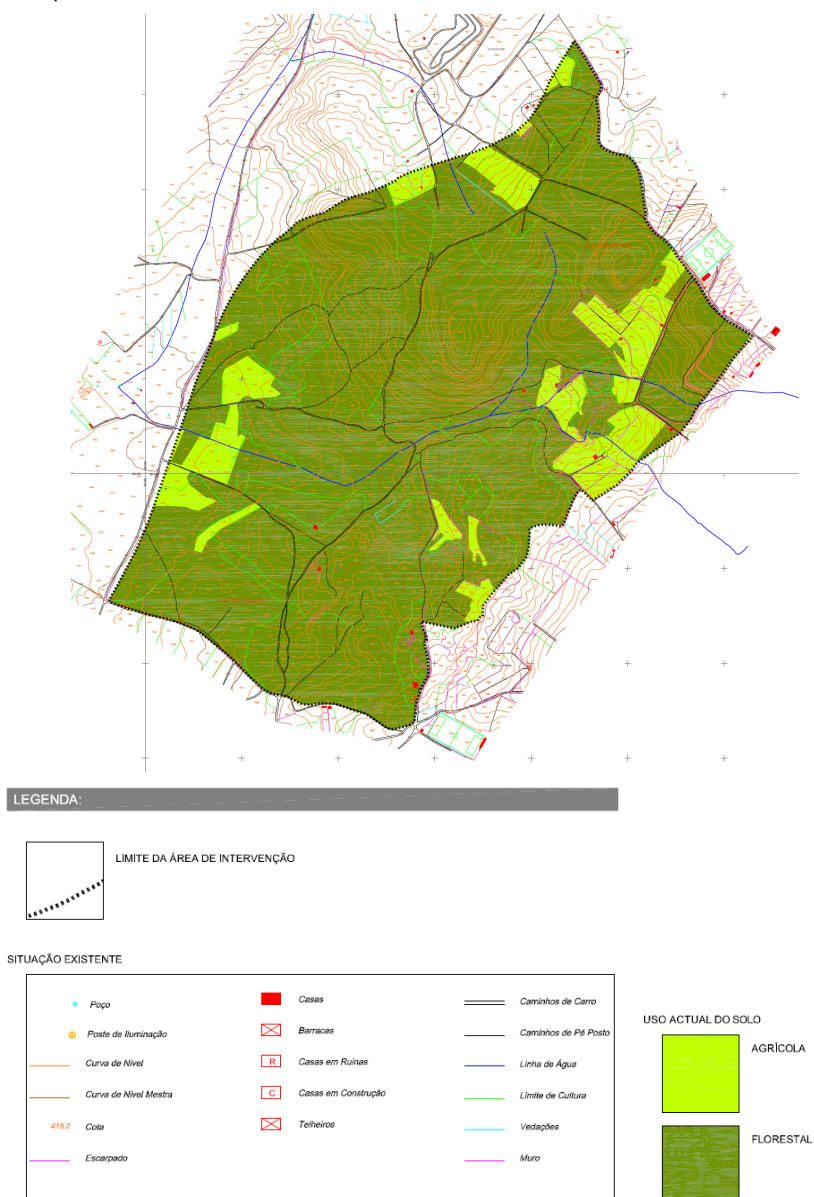


Figura 13 - Uso atual do solo na área do Plano de Pormenor da Jagunda

Fonte: Lugar do Plano, 2012

Considerando as espécies ocorrentes na área, ou com probabilidade elevada de ocorrência, e as exigências ecológicas em termos de habitats, nenhum dos biótipos terrestres sustenta comunidades de significativo valor conservacionista.

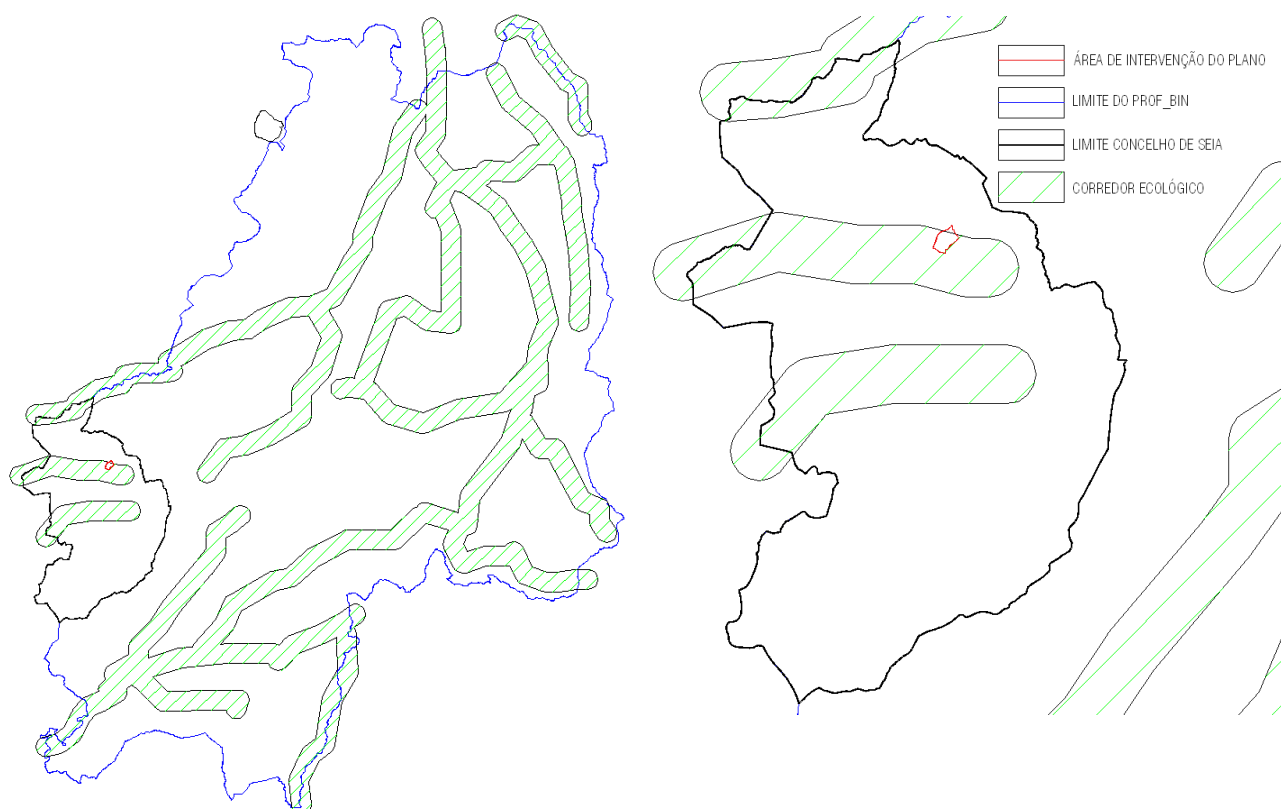
### **Corredores Ecológicos**

“Os “corredores ecológicos” podem ser definidos como os elementos que, pela sua estrutura linear e contínua (tais como rios e ribeiras e respetivas margens ou os sistemas tradicionais de delimitação dos campos) ou pelo seu papel e espaço de ligação (tais como lagos, lagoas ou matas), são essenciais à

migração, à distribuição geográfica e ao intercâmbio genético de espécies selvagens, à promoção da continuidade espacial e à conectividade das componentes da biodiversidade em todo o território e à adequada integração e desenvolvimento das atividades humanas". (MAOT, 1999).

Os corredores ecológicos pretendem salvaguardar as funções ecológicas de áreas mais ou menos extensas, promovendo a continuidade espacial e a conectividade das componentes de maior valia ambiental concelhias, essenciais para a manutenção da biodiversidade.

O Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte (PROF-BIN), define um conjunto de corredores ecológicos, os quais devem contribuir para a definição da estrutura ecológica municipal no âmbito dos PMOT e devem ser compatibilizados com as redes regionais de defesa da floresta contra os incêndios, sendo estas de carácter prioritário.



**Figura 14 - Corredores Ecológicos (PROF-BIN)**

Fonte: PROF BIN, 2006

Os corredores ecológicos definidos no PROF-BIN perfazem cerca de 10030 ha da área concelhia de Seia e 87ha da área do plano.

A proposta do PROT-Centro define uma Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA), a faz parte integrante do Modelo Territorial, e consiste no conjunto de áreas com valores naturais e sistemas fundamentais para a proteção e valorização ambiental, tanto na ótica do suporte à vida natural como às atividades humanas.

O objetivo da ERPVA é o de garantir a manutenção, a funcionalidade e a sustentabilidade dos sistemas biofísicos (ciclos da água, do carbono, do azoto), assegurando, desta forma, a qualidade e a diversidade das espécies, dos habitats, dos ecossistemas e das paisagens.

A ERPVA é constituída por áreas nucleares e corredores ecológicos:

- Áreas nucleares - correspondem às áreas de maior valia ambiental, distinguindo-se em áreas classificadas (Rede Nacional de Áreas Protegidas, Rede Natura 2000 e outras derivadas de convenções internacionais), e em outras áreas sensíveis, que abrangem áreas que possuem valor para a conservação da natureza (biótopos naturais de valor) como sejam as áreas agroflorestais e outros sistemas biogeográficos, não classificados.
- Corredores ecológicos: os corredores ecológicos estruturantes, que assentam nas principais linhas de água da Região e na zona costeira; e os corredores identificados nos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF), que constituem os corredores ecológicos secundários.

Os corredores ecológicos secundários são definidos de modo a promover as ligações entre as diferentes áreas da ERPVA como garantia da conectividade ecológica entre estas áreas e devem ter no mínimo 500m de largura para cada lado do eixo do rio.

Considerando as especificações da proposta do PROT-C, 500m para cada lado da ribeira do vodra, o corredor ecológico secundário perfaz 2,83ha da área do plano.

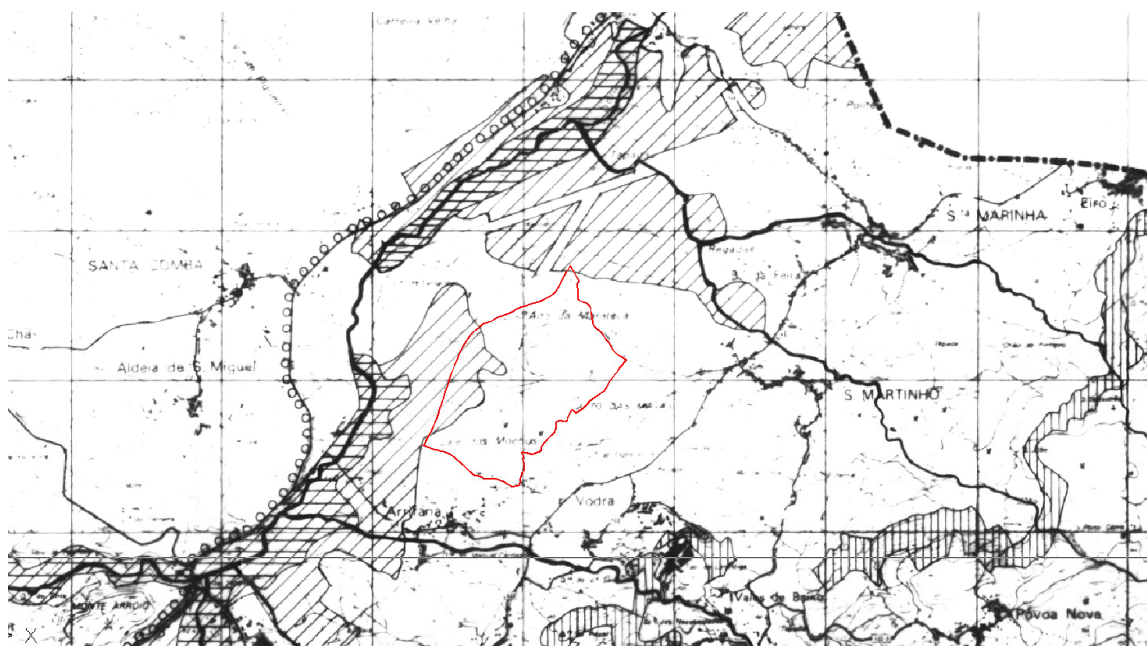
### **REN e RAN**

A Reserva Ecológica Nacional (REN), criada pelo Decreto-Lei n.º 321/83, de 5 de julho, tem contribuído para proteger os recursos naturais, especialmente água e solo, para salvaguardar processos indispensáveis a uma boa gestão do território e para favorecer a conservação da natureza e da biodiversidade, componentes essenciais do suporte biofísico do nosso país.

O atual regime jurídico da REN (DL n.º166/2008, 22 de agosto) prevê que a delimitação da REN ocorra em dois níveis: o nível estratégico, concretizado através das orientações estratégicas de âmbito nacional e regional, e o nível operativo, traduzido na elaboração a nível municipal de propostas de cartas de delimitação das áreas de REN com a indicação dos valores e riscos que justificam a sua integração.

A área afeta ao regime da REN Publicada ocupa 12,70 ha, que corresponde a 13% da área do Plano.

As áreas classificadas em REN correspondem a áreas de máxima infiltração. As quais são locais que, devido à natureza do solo e do substrato geológico e ainda às condições de morfologia do terreno, a infiltração das águas apresenta condições favoráveis, contribuindo, assim, para a alimentação dos lençóis freáticos.



**Figura 15 - Reserva Ecológica Nacional da área do Plano de Pormenor da Jagunda.**

Fonte: Lugar do Plano, 2012

A Reserva Agrícola Nacional (RAN), é o conjunto das áreas que, em virtude das suas características morfológicas, agroclimáticas e sociais, apresentam maiores potencialidades para a produção de bens agrícolas, formalizada com o objetivo de 'defender e proteger as áreas de maior aptidão agrícola e garantir a sua afetação à agricultura de forma a contribuir para o pleno desenvolvimento da agricultura portuguesa e para o correto ordenamento do território'.

Esta reserva foi criada pelo Decreto-Lei n.º 196/89, de 14 de junho, tendo este diploma sido alterado pelo Decreto-Lei n.º 274/92, de 12 de dezembro. Sendo que, presentemente o Regime Jurídico da RAN rege-se pelo Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março.

A área afeta à RAN ocupa 8,97 ha representa cerca de 9% da área total do plano.

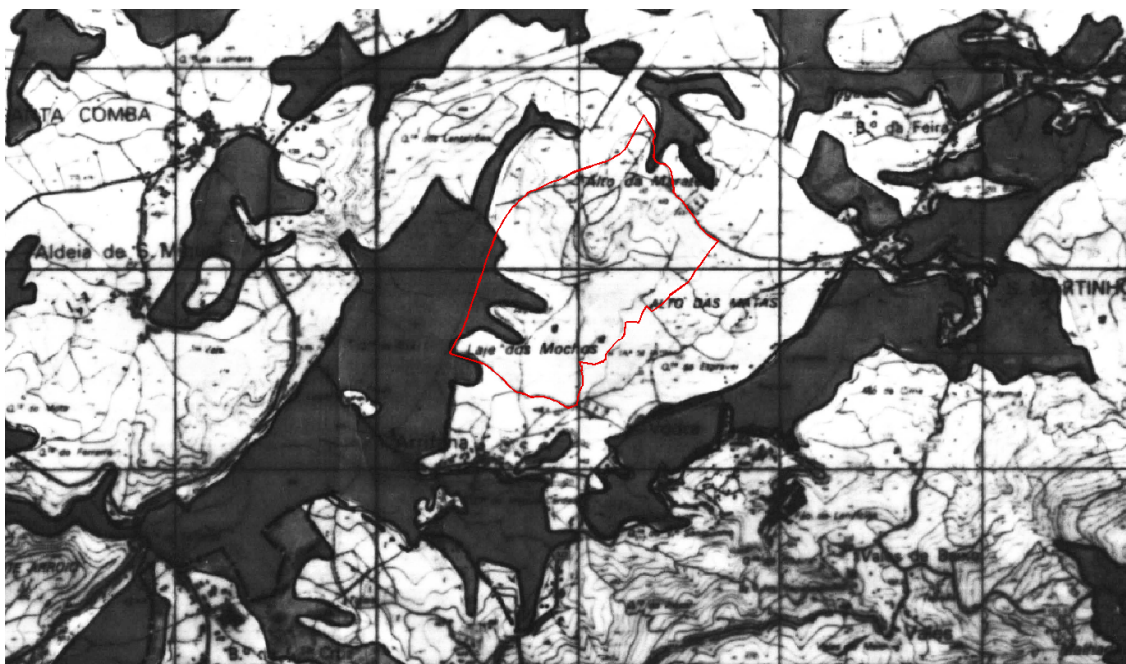


Figura 16 - Reserva Agrícola Nacional da área do do Plano de Pormenor da Jagunda.

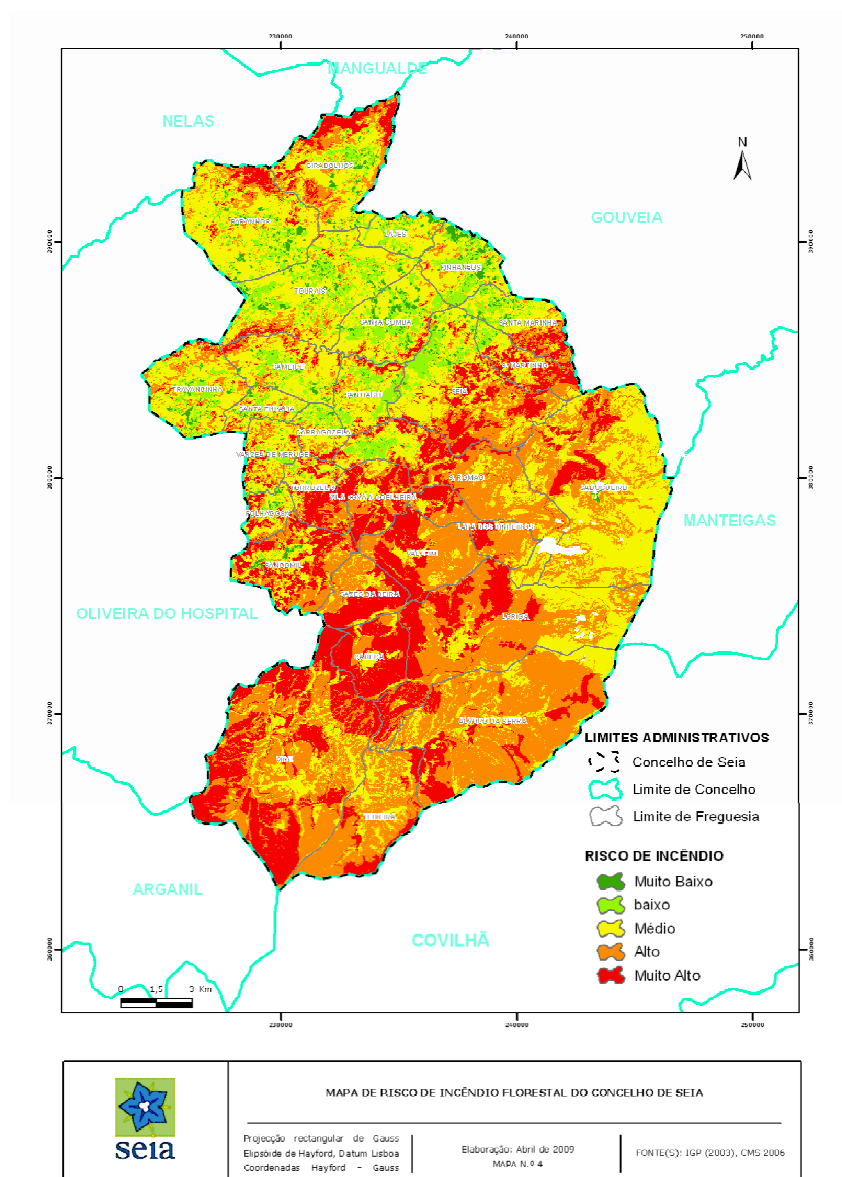
Fonte: Lugar do Plano, 2012

### **Risco de Incêndio**

O risco de incêndio florestal, expresso no mapa, seguinte atesta o potencial de perda de elementos em risco em função da perigosidade de um determinado fenómeno e vulnerabilidade desses mesmos elementos em risco. A análise de Perigosidade, divide-se em duas componentes: no tempo, por via da probabilidade calculada com base num histórico ou período de retorno, e no espaço, por via da suscetibilidade de um território ao fenómeno tratado.

Atendendo às características e realidade do Município em que 82,4% da sua área são espaços florestais, a classe de Risco na região em causa poderá ser encarada predominantemente como média e alta.

Pela análise da Carta de risco de incêndio constata-se risco de incêndio na área do plano varia entre o médio e o muito alto.



**Figura 17 - Carta de Risco de Incêndio do Concelho de Seia**  
 Fonte: Plano Operacional Municipal 2009-CMDFCIS

O número de ocorrências no período 2001 a 2010 foram em média de 110, porém, nos anos de 2002, 2003 e 2005 o número de ocorrência foram 186, 205 e 267, respetivamente, valores esses bastante acima da média (Tabela 12). De uma forma geral a área ardida acompanhou o aumento das ocorrências, o valor médio da área ardida entre 2001 e 2010 foi de 2696,7ha. Os anos de 2005 e 2010 foram os anos em que ardeu mais área no concelho de Seia.

Tabela 12 - Área ardida e número de ocorrências entre 2001-2010.

Ano	Concelho		Freguesia de Seia	
	N.º de Ocorrências	Área Ardida (ha)	N.º de Ocorrências	Área Ardida (ha)
2001	89	3966	3	0,7
2002	186	1304	20	299,5
2003	205	4227	32	26,0
2004	50	23,2	7	6,7
2005	267	8087	32	16,7
2006	82	68,6	17	1,7
2007	37	59,2	11	1,8
2008	75	62,2	10	0,6
2009	64	190,54	15	54,4
2010	49	8979,3	4	4484,1
Média	110,4	2696,7	15,1	489,2

Na freguesia de Seia, freguesia que abrange a área do plano, o número de ocorrência e a área ardida apresentam valores bastante inferiores à média concelhia.

Em 2010 ocorreram três grandes incêndios (>100ha) destruíram cerca de 8907 hectares de povoamentos e matos nas freguesias de Paranhos, Seia e Sandomil.

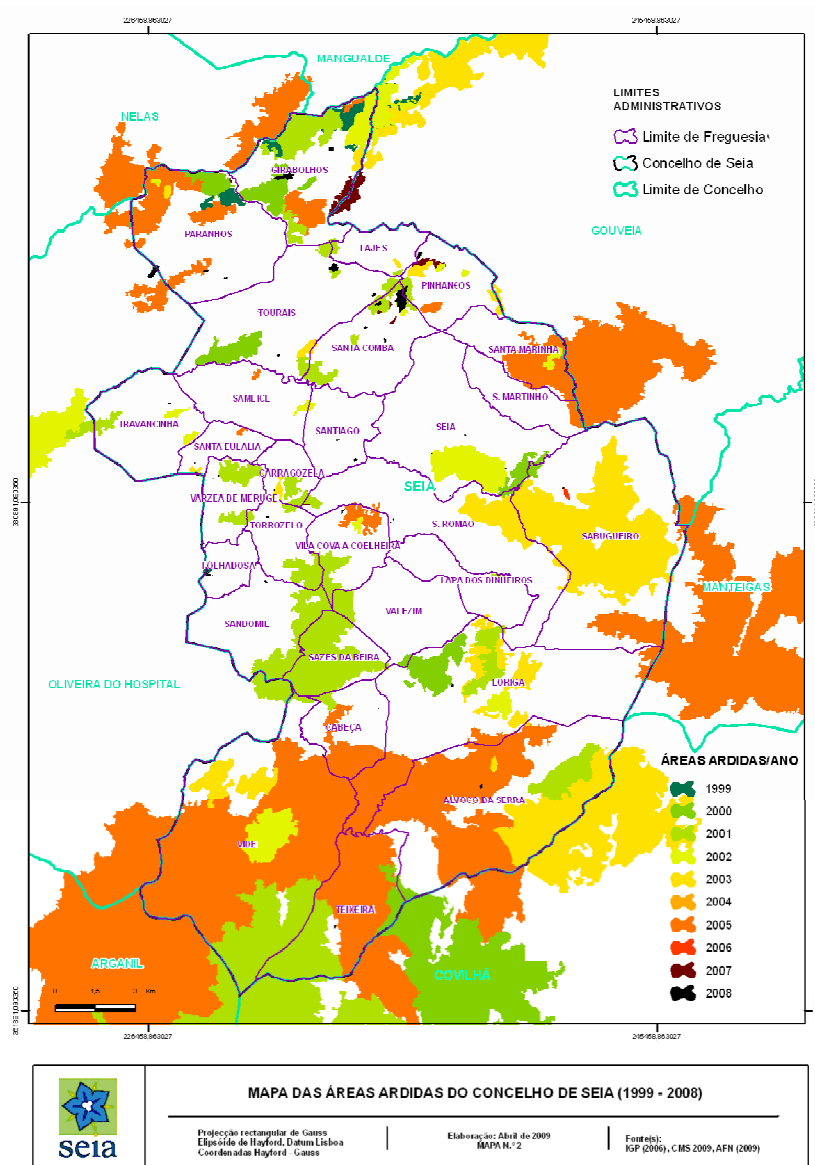


Figura 18 - Mapa das áreas ardidas do concelho de Seia (1999-2008).  
Fonte: Plano Operacional Municipal 2009-CMDFCIS

## PAISAGEM

Segundo a Lei de Bases do Ambiente paisagem é “a unidade geográfica, ecológica e estética resultante da ação do homem e da reação da Natureza, sendo primitiva quando a ação daquele é mínima e natural quando a ação humana é determinante, sem deixar de se verificar o equilíbrio biológico, a estabilidade física e a dinâmica ecológica.”

“A paisagem integra o património natural e cultural das regiões, contribuindo de forma marcante para a construção das culturas locais e para a consolidação da sua identidade, sendo também um elemento fundamental na qualidade de vida das populações” (in convenção europeia das paisagens, Conselho da Europa 2000).

O estudo “Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental”, identifica numa primeira apreciação das paisagens portuguesas, 128 unidades de paisagem, associadas em 22 grupos.

As unidades de paisagem são “áreas em que a paisagem se apresenta com um padrão específico, a que está associado um determinado caráter.” Os fatores considerados na sua delimitação, para o Estudo desenvolvido ao nível de Portugal continental foram: “geomorfologia, litologia, solos, uso do solo, dimensão das explorações agrícolas e padrão de povoamento. Foram também consideradas outras variáveis fundamentais, mas de modo mais implícito, tais como o clima, a proximidade ao mar, ou a presença de importantes estruturas e infraestruturas” procurando-se “identificar áreas com características relativamente homogéneas no seu interior, não por serem exatamente iguais em toda a sua superfície, mas por nelas se verificar um padrão específico que se repete e/ ou um forte caráter que diferencia a unidade em causa das suas envolventes.”

A região aonde se insere o plano, segundo o trabalho citado da DGOTDU, encontra-se inserida no grupo de paisagem F – Beira Alta e unidade de paisagem 45 – Dão e Medio Mondego.

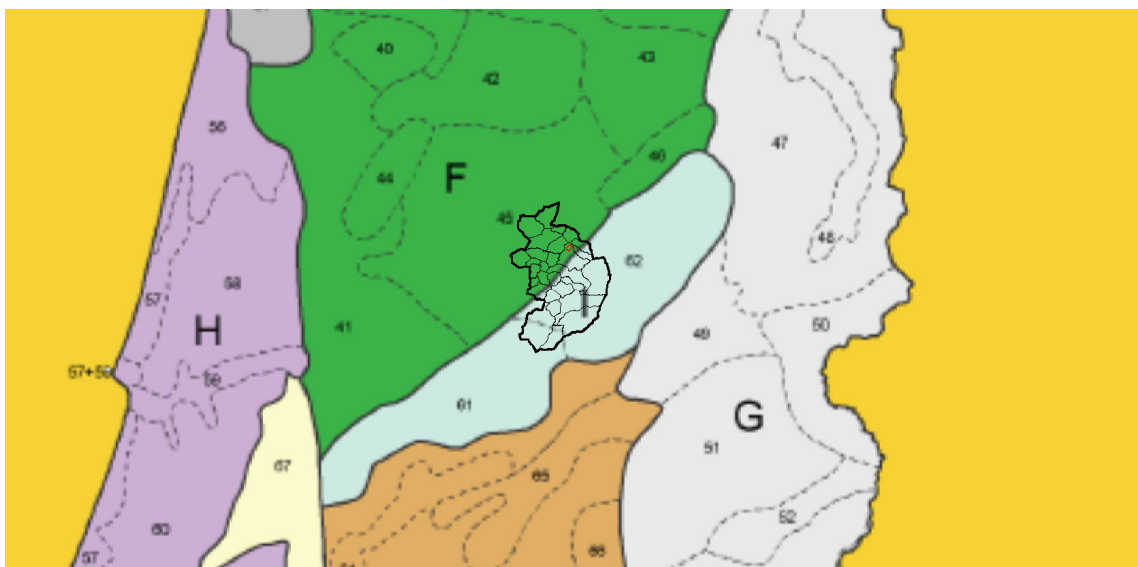


Figura 19 - Grupos e Unidades de Paisagem de Portugal Continental.

O grupo de unidade de paisagem (GUP) da Beira Alta, caracteriza-se, pela presença constante dos povoamentos florestais; a prevalência das cores verdes durante todo o ano; as manchas agrícolas constituídas por mosaicos de pequenas parcelas; a compartimentação de pedra, de oliveiras e/ou de cordões de vinha; os espigueiros; as linhas de água acompanhadas por galerias de árvores frondosas

A Beira Alta apresenta contrastes morfológicos a que corresponde uma humanização distinta.

Apresenta uma relativa diferenciação climática, resultado da situação geográfica em que se encontra, entre a faixa litoral e a zona mais interior do território nacional, delimitado por montanhas. Domina, no geral, um tipo climático de transição em que os dias ou períodos francamente atlânticos alternam segundo um ritmo bastante caprichoso com os de matriz continental.

Este GUP inclui-se no Maciço Antigo, dominando os granitos (junto ao limite Norte) e as rochas sedimentares (a Sul e na extremidade ocidental).

Dominam neste grupo de UP os solos litólicos, podendo ser separadas entre: zonas mais acidentadas em que estão fortemente representados os solos húmicos, em parte fase delgada, sendo muito significativos os afloramentos rochosos; zonas de granitos, menos acidentadas, dominando os solos litólicos húmidos e não húmidos, sendo frequentes as fases delgadas, assim como os afloramentos rochosos.

A este conjunto corresponde a zona de predominância natural do *Quercus robur* (carvalho roble) e do *Quercus pyrenaica* (carvalho negral).

O uso dominante corresponde à presença dos sistemas florestais, atualmente dominados por povoamentos de eucalipto, após sucessivos incêndios terem destruído grande parte dos pinhais. Esta enorme e relativamente recente expansão das áreas florestadas implicou a redução das superfícies de pastagens, e num segundo tempo, a ocupação de áreas agrícolas que perderam interesse devido à destruição dos sistema agropastoril tradicional e ao abandono demográfico das pequenas povoações. Nas zonas baixas e mais húmidas continua a praticar-se uma policultura de regadio, em parcelas de reduzida dimensão.

O povoamento é predominantemente aglomerado, observando-se alguma distinção na parte Sul do conjunto, designadamente na unidade Dão e Médio Mondego e a parte Sul da unidade Montes Ocidentais da Beira, onde surge um povoamento aglomerado com dispersão intercalar ou mesmo dispersão ordenada.

O concelho de Seia revela uma geografia física heterogénea, registando profundas variações no sentido Sudeste/Noroeste, conducentes a assimetrias na ocupação do território.

A geomorfologia deste território é marcada pela Serra da Estrela, sendo no seu ponto mais alto, a Torre, que Seia atinge a sua altimetria máxima (1.993 metros). Em oposição, a cota mínima regista-se no quadrante Norte do Concelho, junto ao rio Mondego (que ronda os 200 metros).

Condicionada pela disposição e orografia da Serra, as freguesias situadas no setor Sul e, sobretudo, Sudeste caracterizam-se por uma variação acentuada da altimetria, com declives abruptos, enquanto que as freguesias situadas a Norte/Noroeste apresentam uma topografia com menores oscilações.

A área de intervenção do PP insere-se no sopé da Serra da Estrela e caracteriza-se por ser uma zona pouco acidentada, na maior parte da sua extensão, com uma altimetria média de, sensivelmente, 420 m, contendo duas exceções, o Alto da Marateca que atinge os 481 m e outro acidente topográfico,

imediatamente a sul deste, que atinge a cota de 470 m. O restante terreno tem uma pendente suave no sentido Nordeste/Sudoeste.

A área do plano encontra-se assim na zona aplanada do vale do rio Seia, a Norte de um dos seus afluentes o ribeira do Vodra.

Cada unidade de paisagem corresponde a um espaço territorial no interior do qual se repete um determinado padrão, ou seja, um conjunto de características ao nível do relevo, da geomorfologia, do uso do solo, da presença humana (entre outros fatores), e que o distingue relativamente à unidade envolvente.

Tendo em conta os elementos anteriormente descritos, foram definidas para a área do Plano, as seguintes unidades de paisagem:

- Área Florestal e de Matos

Área essencialmente florestal e de matos. O relevo é acentuado a muito acentuado. O uso florestal é predominantemente de pinheiro bravo e apresenta uma ocupação desordenada. Apresenta um valor paisagístico médio.

- Área Agrícola

Predomina o uso agrícola, sendo as práticas mais comuns as pastagens, observando também áreas onde o uso agrícola foi abandonado. Apresenta um valor paisagístico médio.

## RECURSOS ENERGÉTICOS

### Consumo de Energia Elétrica

A energia esta na base do funcionamento de qualquer sociedade atual, sendo por isso um fator de extrema importância na economia mundial. No entanto, este indicador esta associado a diversos tipos de impactos ambientais, nomeadamente a emissões de poluentes para a atmosfera. Apesar dos esforços que se tem verificado para diminuir a dependência das fontes de energia não renováveis, o seu consumo continua em constante crescimento.

Analisando a evolução do consumo energético por habitante, no concelho de Seia, verifica-se que de 2005 para 2009 se registou uma estabilização dos consumos.

Tabela 13 - Evolução do consumo de energia elétrica por consumidor (KWh/hab), entre 2005 e 2009.

Área geográfica	2005	2006	2007	2008	2009
Continente	4525,2	4654,0	4752,4	4692,1	4646,8
Centro	5042,4	5220,8	5343,6	5281,3	5223,1
Serra da Estrela	2808,6	2828	2831,6	2654	2680,9
Seia	2843,1	2930,8	2930,3	2792	2841

Fonte: INE e DGEG.

Em 2009 consumo energético por habitante de 2841 kWh/hab. valor superior ao valor médio da sub-região da Serra da Estrela (2680,9 kWh/hab.) e inferior em cerca de 50% do consumo da região centro e de Portugal continental

Analisando a evolução do consumo de energia elétrica por tipo de consumo, verifica-se que os maiores tipos de consumo são o industrial seguido do setor doméstico. Em 2007 os setores que registaram maiores consumos de energia elétrica foram o industrial (43,1%), o doméstico (28,8%) e o não doméstico (28,8).

Entre 2005 e 2009 registou um aumento de 1,7% do consumo não doméstico e de cerca de 10 % na iluminação das vias públicas. O maior consumo de eletricidade está associado ao uso doméstico e industrial, correspondendo em 2009 a 39% e 26% do consumo respetivamente.

Tabela 14 - Evolução do consumo total de energia elétrica por tipo de consumo (kWh), entre 2002 e 2007, no concelho de Seia.

Tipo de Consumo	2005	2006	2007	2008	2009	$\Delta$ (2009-2005) %
Doméstico	29706101	30056747	29769057	28950667	29781862	0,3
Não doméstico	13667548	13914410	14223836	14123743	13894970	1,7
Indústria	22612314	23749743	23442685	20072210	19666661	-13,0
Agricultura	1515363	1501654	137897	1354072	1385098	-8,6
Iluminação das vias públicas	5741363	6197733	6073542	6337704	6299612	9,7
Iluminação interior de edifícios do Estado	4983434	4793482	4768206	4441236	4936163	-0,9

Fonte: INE e DGEG.

Relativamente à produção de energia a partir de fontes de energia renováveis, em Portugal, é manifesto o crescimento da potência instalada em FER nos últimos anos para produção de eletricidade. Atingiu-se em 2010, 9777,98 MW de potência instalada sendo 4917,25 MW em hídrica, 784,5 MW em biomassa, 3911,98 MW em eólica, 30 MW em geotérmica e 134,25 MW em fotovoltaica. Em 2010 foram produzidos 29566 GWh de energia elétrica a partir de FER.

Relativamente à produção de energia a partir de **recursos renováveis a nível concelhio**, a informação presente na DGEG é referente apenas ao distrito da Guarda.

Assim, de uma forma geral, de acordo com o relatório de outubro 2011, produzido pela DGEG relativo à energia renovável, a produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renovável (FER) está concentrada no Norte, principalmente nos distritos de Bragança, Viana do Castelo, Viseu, Coimbra, Vila Real e Braga (4612, 2709, 3112, 2667, 2628 e 2060 GWh).

A Tabela 15 apresenta a evolução da energia elétrica produzida a partir de FER, em Portugal continental e no distrito de Guarda (excluindo a energia de pequena fotovoltaica).

Tabela 15 - Evolução da energia elétrica produzida através de renováveis (GWh) em Portugal Continental e no distrito da Guarda (excluindo a energia de pequena Fotovoltaica) (DGEG)

Anos	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Continente	8 667	16 160	16 421	14 890	18 611	28 235
Guarda	335	795	729	755	885	1 458

A Tabela 16 apresenta a evolução da potência acumulada licenciada em Portugal continental e no distrito da Guarda.

Tabela 16 - Evolução da potência acumulada licenciada por distrito (MW)

Distritos	Grande hídrica	Eólica				Total			
		2008	2009	2010	OUT 2011	2008	2009	2010	OUT 2011
Total - Continente	6 677	3 699	4 247	4 549	4 554	10 466	11 051	12 244	12 777
Guarda	271	142	142	244	244	457	457	559	559

Importa no entanto referir que estão instalados no concelho de Seia 5 grandes aproveitamentos hidro-eléctricos (potências superiores a 10 MW), cujas características apresentam-se de seguida.

Tabela 17 - Grandes Aproveitamentos Hidroelectricos(PGBHR\_VML)

Aproveitamento	Curso de Água	Caudal (m3/s)	Queda (m)	Potência instalada (MW)	Energia produzida (GWh/ano)
Vila Cova	Rio Alva	10,7	240	23,4	64
Ponte de Jugais	Rio Alva	10,1	233	20,3	57
Desterro	Rio Alva	8,7	171	12,6	40
Sabugueiro I	Ribeira da Lagoa	2,64	594	13,2	48
Sabugueiro II	Ribeira Covão do Urso	2,74	442	10	28

Também no concelho de Seia encontra-se instalado um pequeno aproveitamento hidro-eletrico (<potências inferiores a 10 MW)

Tabela 18 - Pequeno Aproveitamento Hidroelectrico(PGBHR\_VML)

Aproveitamento	Curso de Água	Caudal (m3/s)	Queda (m)	Potência instalada (MW)	Energia produzida (GWh/ano)
Lagoa Comprida	Ribeira da Lagoa	2,64	28	0,632	1,68

A energia produzida nestas unidades, instaladas no concelho, é de 248,6 GWh/ano, prevendo-se o aumento a construção do aproveitamento hidro-eletrico de Girabolhos.

Com a publicação da legislação relativa à Certificação Energética de Edifícios, nomeadamente o Regulamento das Características de Comportamento Térmico em Edifícios (RCCTE) e Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização de Edifícios (RSECE), que impõem requisitos em projetos de novos edifícios e de grandes remodelações de forma a salvaguardar as condições de conforto térmico sem necessidades excessivas de energia, assim as intervenções no parque habitacional vão no sentido de promover a eficiência energética dos edifícios e a redução das emissões de GEE.

Segundo dados da ADENE - Agência para a Energia de 01/07/2007 a 31/12/2011, 467 edifícios do concelho de Seia foram certificados energeticamente, destes 245 foram classificados de igual ou superior a B-, correspondendo a 52% dos edifícios certificados.

### 6.1.3. Análise SWOT

Na tabela seguinte, apresenta-se a análise SWOT da situação tendencial da realidade territorial do PP da Jagunda para o FCD - Recursos Naturais. -

Tabela 19 - Análise SWOT no âmbito dos Recursos Naturais

Forças	Fraquezas	Situação Tendencial
<p>Município com elevado valor ecológico e conservacionista, sobretudo associado ao Parque e Sítio da Serra da Estrela e ao sítio Carregal do Sal.</p> <p>Carácter de ruralidade dos usos associado ao uso florestal predominante e aos aglomerados populacionais da envolvente.</p> <p>CISE-Centro de Interpretação da Serra da Estrela.</p> <p>Excelentes condições de exposição e qualidade paisagística.</p> <p>Número de ocorrências e incêndios florestais na freguesia de Seia inferior à média municipal.</p> <p>Condições naturais para a produção de energias renováveis, nomeadamente hidrelétrica.</p> <p>Concelho pertencente à Região Demarcada do Dão.</p>	<p>Degradação da qualidade paisagística motivada pelos terrenos devolutos e com ocupação arbustiva e florestal desordenada.</p> <p>Abandono dos espaços rurais.</p> <p>Área ocupada na sua maioria por pinheiro-bravo.</p>	<p>Manutenção do estado atual dos ecossistemas e habitats.</p> <p>Continuar da degradação da Paisagem da área do plano por abandono das práticas agrícolas e florestais.</p> <p>A tendência de evolução em relação aos consumos energéticos no concelho é a sua manutenção do estado atual.</p> <p>A tendência de evolução da produção de energia através de FER a nível concelhio é de aumento, com a energia hídrica como principal fonte.</p>
Oportunidades	Ameaças	
<p>Sensibilizar os agentes da área do planeamento para a compatibilização de interesses ecológicos e socioeconómicos.</p> <p>Definição de uma Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental com base nos recursos hídricos e no seu potencial ecológico;</p> <p>Criação de corredores de vegetação e áreas verdes favoráveis à promoção da Biodiversidade</p> <p>Melhoria da qualidade paisagística da área de intervenção com intervenções adequadas e integradas na paisagem local</p> <p>Implementação do Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (2008-2015).</p> <p>Promoção de Planos de Racionalização de Energia e Eficiência Energética.</p> <p>Utilização das energias renováveis e promoção da eficiência energética.</p> <p>Implementação de técnicas de construção sustentável.</p> <p>Aproveitamento Hidrelétrico de Girabolhos.</p> <p>Aproveitamento da biomassa.</p>	<p>Degradação e possível abandono por parte da população.</p> <p>Proliferação de espécies invasoras.</p> <p>Risco de incêndios médio a muito alto.</p> <p>Conversão de solo rural em urbano.</p> <p>Artificialização da paisagem e decréscimo do seu valor.</p> <p>Povoamento urbano disperso e sem integração com a envolvente.</p> <p>Resistência à mudança e à adesão de hábito de contenção e racionalização do uso de energia.</p> <p>Escassez dos combustíveis fósseis.</p>	

### 6.1.5. Efeitos esperados, oportunidades e riscos

A avaliação ambiental estratégica focaliza-se nas propostas do Plano cuja materialização está, em última análise, dependente da sua execução, produzindo um retrato dos potenciais efeitos positivos e negativos, isto é, dos principais riscos e oportunidades para a sustentabilidade.

Na tabela seguinte, identificam-se e classificam-se, as principais oportunidades e riscos para o FCD – *Recursos Naturais*.

Foi adotada a seguinte métrica para a classificação dos riscos e oportunidades:

(+,++) oportunidades; (-,-) riscos; 0 (sem relação)

**Tabela 20 - Principais oportunidades e riscos da proposta do PP DA JAGUNDA ao nível dos Recursos Naturais**

<b>O1: Promover o desenvolvimento económico e social.</b>			
<b>CRITÉRIO: Ecossistemas e habitats</b>			
<b>Oportunidades</b>		<b>Riscos</b>	
As atividades turísticas a desenvolver no PP estará associada aos recursos naturais do local.	+	Pressão humana sobre os ecossistemas e habitats.	-
<b>CRITÉRIO: Paisagem</b>			
<b>Oportunidades</b>		<b>Riscos</b>	
As atividades turísticas a desenvolver no PP estará associada as condições de exposição e qualidade paisagística do local.	++	O aumento de tráfego e de circulação de pessoas.	-
<b>CRITÉRIO: Recursos Energéticos</b>			
<b>Oportunidades</b>		<b>Riscos</b>	
Os edifícios serão concebidos de forma a racionalizar o consumo de energia através de elementos de ensombreamento, do posicionamento e dimensionamento dos vãos, da ventilação e iluminação naturais, dos materiais empregues nas fachadas e de um elevado isolamento térmico das diferentes componentes.	++	Aumento dos consumos energéticos por funcionamento da área turística.	-
As redes de iluminação das vias públicas e das vias e espaços de uso privativo comum serão concebidas com o objetivo de garantir um baixo consumo energético.	++		

<b>O2: Promover um modelo de organização territorial e de ocupação turística que melhor salvaguardada a defesa dos valores ambientais.</b>			
<b>CRITÉRIO: Ecossistemas e habitats</b>			
<b>Oportunidades</b>		<b>Riscos</b>	
O campo de Golfe e as áreas verdes do PP contribuem para a salvaguarda dos ecossistemas e habitats.	++	Artificialização do solo e consequentemente na diminuição do biótopo agrícola e florestal	-

A presença e definição de corredores de vegetação nos campos de golfe é de extrema importância na proteção dos ecossistemas e habitats e promoção das espécies autóctones.	++	A implantação do PP significará uma alteração do uso do solo para áreas de ocupação turística. O aumento da pressão humana irá introduzir perturbações na flora e fauna do local e na sua envolvente mais próxima,	-
As espécies de relva a selecionar para as áreas relvadas devem ser as que melhor se adaptam ao contexto edafo-climático da área do Plano.	++	O PP não contempla qualquer consideração sobre a salvaguarda do corredor ecológico, embora a galeria ripícola não seja diretamente afetada pelo plano.	-
O desenho do campo de golfe tirá partido de todas as áreas naturais do PP e suas condicionates de forma a valorizar e preservar os valores naturais.	++		
<b>CRITÉRIO: Paisagem</b>			
<b>Oportunidades</b>		<b>Riscos</b>	
O campo de golfe será dimensionado de forma otimizada integrada e coerente com as características da paisagem local.	++		
Aproveitamento da estética natural do terreno evitando o desnecessário aumento da terraplanagens e desmatações	++		
As áreas verdes de uso privativo (Logradouro) são objeto de projeto de arquitetura paisagista.	++		
<b>CRITÉRIO: Recursos Energéticos</b>			
<b>Oportunidades</b>		<b>Riscos</b>	
O uso de técnicas de construção sustentável.	++		

<b>O3: Valorização paisagística da área de intervenção.</b>			
<b>CRITÉRIO: Ecossistemas e habitats</b>			
<b>Oportunidades</b>		<b>Riscos</b>	
A valorização paisagística aproveitada a riqueza natural da paisagem contribui para a salvaguarda e proteção dos ecossistemas e habitats	++		
Plantação por espécies autóctones de áreas atualmente desarborizadas.	++		

A arquitetura das construções será dominada pela utilização de materiais naturais e ligados à tradição construtiva regional	++		
<b>CRITÉRIO: Paisagem</b>			
<b>Oportunidades</b>		<b>Riscos</b>	
Melhoria da qualidade paisagística da área de intervenção com intervenções adequadas e integradas na paisagem local	++		
A criação de áreas verdes associadas às da linha de água permite a valorização visual do espaço.	++		
<b>CRITÉRIO: Recursos Energéticos</b>			
<b>Oportunidades</b>		<b>Riscos</b>	
As áreas de jogo e o número de obstáculos serão dimensionados de forma otimizada integrada e coerente com as características da paisagem local, garantido a qualidade do campo de golfe e reduzindo consequentemente o consumo de energia.	++		

<b>O4: Melhorar as acessibilidades internas e externas.</b>			
<b>CRITÉRIO: Ecossistemas e habitats</b>			
<b>Oportunidades</b>		<b>Riscos</b>	
A via principal de acesso ao PP e a Seia (futura via de ligação ao aeródromo à circular de Seia) será construída utilizando um caminho agrícola já existente.	+	Fragmentação de habitats e ecossistemas como resultado da implantação de obstáculos físicos das vias rodoviárias a construir	-
<b>CRITÉRIO: Paisagem</b>			
<b>Oportunidades</b>		<b>Riscos</b>	
		Aumento das áreas impermeabilizadas e redução do espaço aberto resultante das vias a construir	-
<b>CRITÉRIO: Recursos Energéticos</b>			
<b>Oportunidades</b>		<b>Riscos</b>	
Diminuição dos consumos energéticos pela criação de percursos pedonais.	+		

A melhoria das acessibilidades contribuirá pra a redução dos consumos energéticos.	+		
--	---	--	--

### 6.1.6. Medidas e recomendações para seguimento

Relativamente às principais diretrizes que possam contribuir para uma observação e acompanhamento dos efeitos do Plano sobre o *FCD Recursos Naturais*.

As medidas e recomendações apresentadas não dispensam uma avaliação mais detalhada nos eventuais processos de Avaliação de Impacte Ambiental que venham a estar associados a projetos que serão naturalmente acolhidos pelo presente PP da Jagunda.

#### 6.1.6.1 Medidas e recomendações de planeamento

- Fomentar a formação e sensibilização ambiental dos cidadãos, tendo como base as potencialidades naturais do Concelho.
- Aplicação do Guia de Boas Práticas para Campos de Golfe da APA.
- Manutenção das áreas verdes comuns.
- Em sede de AIA deverão ser aprofundados os estudos referentes às implicações que o processo de urbanização poderá ter: sobre a fauna e flora locais.
- Recomenda-se a preservação tanto quanto possível da vegetação existente e a consolidação e plantação de vegetação com espécies autóctones ou tradicionais da paisagem por serem preponderantes na manutenção do potencial genético.
- Como normas básicas de projeto e intervenção recomenda-se a utilização de vegetação bem adaptada edafoclimaticamente (preferencialmente espécies autóctones), estratégias de diminuição de consumos de água de rega, utilização de materiais vegetais, inertes e equipamentos resistentes e de boa qualidade, e a preferência por pavimentos permeáveis ou semipermeáveis, com utilização de materiais naturais.
- Os projetos de arquitetura deverão salvaguardar a integração com a paisagem envolvente.
- Para diminuir a alteração visual ocasionada pela localização de novas estruturas edificadas, infra-estruturas e equipamentos, nomeadamente o impacte visual ocasionado pela iluminação:
  - A iluminação predominante deverá ser indirecta, de modo a minimizar a reflexão. A iluminação dos arruamentos não deverá ultrapassar a altura das habitações, devendo-se evitar que seja visível do exterior do empreendimento.
  - Não deverá ser utilizada iluminação de elevada intensidade, brilho ou cor. Não deverão existir pontos de luz em movimento ou intermitentes.
  - Os pontos de luz deverão ser integrados de forma a evitar visibilidade noturna de longo alcance que possa nomeadamente afetar as áreas naturais envolventes.
- Recomenda-se o reforço de requisitos visando o aumento da eficiência energética nas áreas dedicadas às atividades turísticas.
- Promover uma iluminação pública mais eficiente.

- Estabelecer normas que promovam a eficiência energética dos edifícios, nomeadamente no que se refere ao estímulo à utilização de fontes de energia solar para aquecimento de águas.
- Cumprir a legislação em vigor relativa à Certificação Energética de Edifícios, principalmente para edifícios a construir.
- Promover a adoção de técnicas de construção sustentável.

#### 6.1.6.2 Medidas e recomendações de monitorização

- Acompanhar a conectividade entre as linhas de água e áreas verdes comuns.
- Implementação de sistemas de monitorização de qualidade e sensibilidade visual da paisagem, nomeadamente no que respeita à qualidade e manutenção dos espaços verdes, qualidade ambiental e ecológica de espaços biofisicamente sensíveis como sejam as linhas de água , a qualidade da rede viária, a qualidade do edificado e a degradação das fachadas dos edifícios.
- Monitorizar os consumos energéticos na área do plano.
- Monitorizar o consumo de energia proveniente de fontes renováveis.

## 6.2. Qualidade Ambiental

### 6.2.1. Descrição do FCD e seus objetivos

No âmbito do presente Fator Crítico de Decisão pretende-se avaliar o contributo do Plano para a qualidade do ambiente no município, nomeadamente quais as implicações das ações propostas na qualidade do ar, água, ruído, gestão de resíduos e proteção do solo.

Tabela 21 - Principais Indicadores do FCD - Qualidade Ambiental

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
Qualidade Ambiental	Resíduos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover uma política adequada de gestão de resíduos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Capitação de RSU (Kg/Hab)</li> <li>Taxa de separação de resíduos</li> <li>Taxa de tratamento e reciclagem de resíduos</li> </ul>
	Água	<ul style="list-style-type: none"> <li>Assegurar a disponibilidade e qualidade dos recursos hídricos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Variação da qualidade da água superficial e subterrânea</li> <li>Variação do consumo de água</li> <li>Quantidade de água tratada reutilizada</li> </ul>
	Solo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Evitar a contaminação dos solos e dos recursos subterrâneos</li> <li>Promover uma reduzida taxa de impermeabilização do solo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Área de solo vulnerável à contaminação (m<sup>2</sup> e % da área do PP)</li> <li>Área de solo impermeabilizado (m<sup>2</sup> e % da área do PP)</li> </ul>
	Ar	<ul style="list-style-type: none"> <li>Assegurar uma gestão adequada da qualidade do ar que salvguarde a saúde pública</li> <li>Reduzir a poluição do ar</li> <li>Redução de gases com efeito de estufa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Índice de qualidade do ar</li> <li>Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites</li> <li>Emissão de poluentes atmosféricos NO<sub>x</sub>, SO<sub>2</sub>, COVNM e NH<sub>3</sub> (T/Km<sup>2</sup>)</li> <li>Quantidade de GEE (T/Km<sup>2</sup>)</li> </ul>
	Ruído	<ul style="list-style-type: none"> <li>Assegurar a emissão de níveis de ruído que não perturbem a saúde humana e o bem-estar das populações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>População afetada pelos níveis de ruído</li> </ul>

### 6.2.1. Situação existente e análise tendencial

#### RESÍDUOS

A designação "Resíduos Urbanos" é um termo abrangente respeitante à mistura de materiais e objetos que tem origem doméstica. Engloba ainda resíduos provenientes do setor de serviços ou de estabelecimentos comerciais ou industriais e de unidades prestadoras de cuidados de saúde com uma natureza ou composição afim dos domésticos.

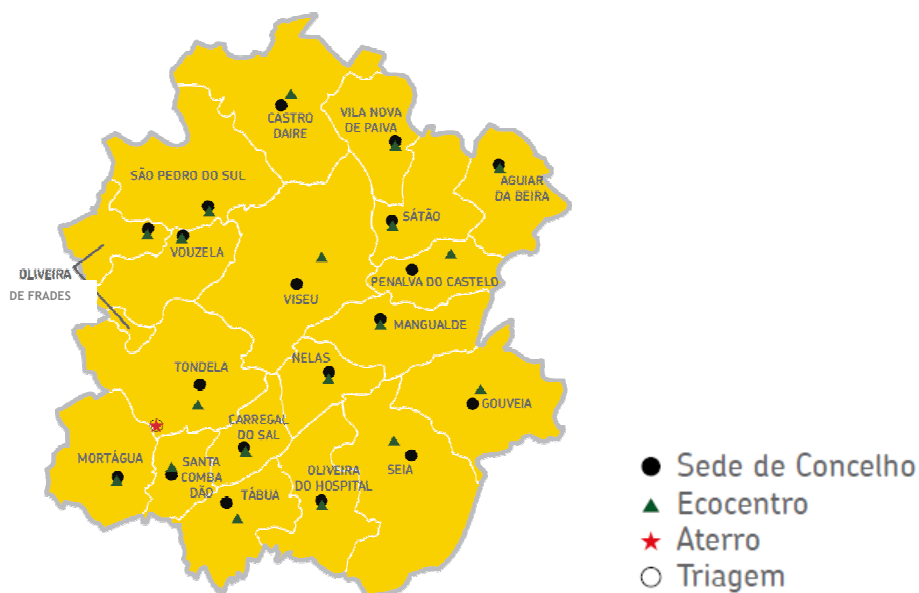
No que respeita aos resíduos, o aumento da produção de resíduos sólidos urbanos é particularmente preocupante nos países desenvolvidos, onde a melhoria das condições de vida promoveu o aumento do consumo.

No concelho de Seia a recolha dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) indiferenciados é efetuada pela Câmara Municipal, enquanto a recolha seletiva e o tratamento do total dos resíduos produzidos é da responsabilidade da Associação de Municípios do Planalto Beirão.

O sistema de recolha no concelho é constituído por uma estação de transferência, um ecocentro e vários ecopontos, distribuídos pelas áreas urbanas.

A Associação de Municípios do Planalto Beirão trata os Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) de toda a população do Planalto Beirão. Explora os aterros sanitários para onde é encaminhado o lixo comum e envia para reciclagem através da Sociedade Ponto Verde, após triagem, o resultado da recolha seletiva de toda a sua população, estimada em cerca de 365 000 habitantes.

A figura seguinte, indica as infraestruturas de gestão de RSU existentes no Sistema Intermunicipal, de acordo com dados disponibilizados pela Agência Portuguesa de Ambiente, referentes a 2008.



**Figura 20** - Sistema Intermunicipal de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos (Associação de Municípios do Planalto Beirão/ Ecobeirão).

De acordo com dados recolhidos pelo INE, em 2010, os resíduos urbanos recolhidos por habitante, em Seia, correspondiam a 358 kg/hab, sendo que a proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente era apenas de 31 kg/hab, equivalente a 9 % dos resíduos urbanos recolhidos.

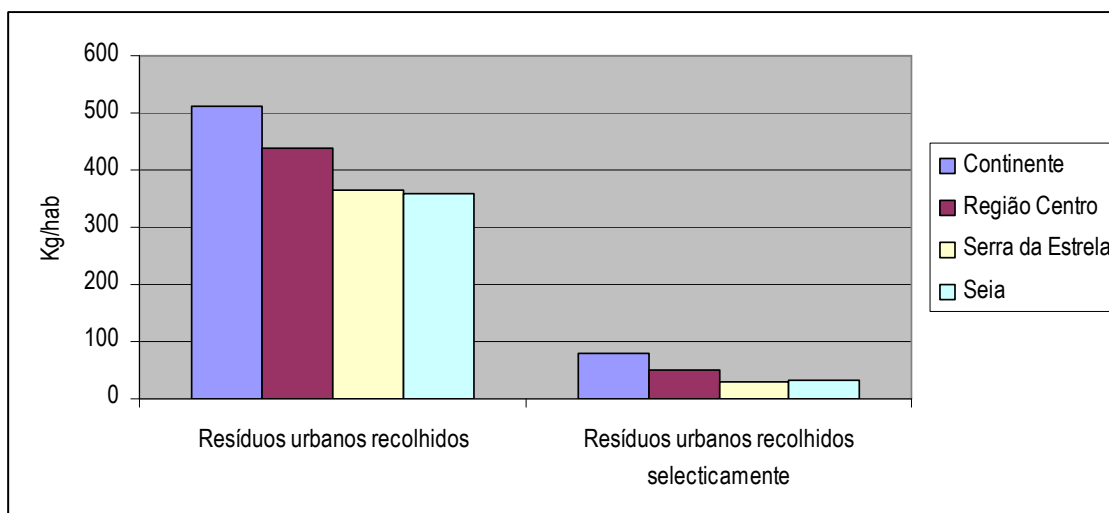


Gráfico 1 - Resíduos recolhidos por habitante, no Continente e em Seia, em 2010 (INE).

Da análise do gráfico anterior pode constatar-se que, de acordo com os dados de 2010, em Seia existe uma produção de Resíduos urbanos inferior ao registado para Portugal continental (511 Kg/hab), e existe uma menor recolha seletiva, em mais de 50%, desses resíduos.

No quadro seguinte encontra-se as quantidades de resíduos recolhidos e o destino dos mesmos, para o período 2002-2009, no concelho de Seia.

Tabela 22- Quantidade em toneladas de resíduos urbanos recolhidos e tipo de destino.

Ano	Resíduos urbanos recolhidos (t)				
	Total	Aterro	Valorização energética	Valorização orgânica	Reciclagem
2010	9503	8668	0	0	835
2009	9581	8828	0	0	752
2008	9845	9253	0	0	592
2007	9601	9012	0	0	588
2006	9662	9091	0	0	570
2005	9187	8648	0	0	538

Fonte: INE

Relativamente o destino dos resíduos é de dois tipos – deposição em aterro sanitário e reciclagem. Os dados revelam que a reciclagem em 2005, apresentava uma representatividade muito baixa, atingindo no 8,8% do total de resíduos urbanos recolhidos, em 2010.

## ÁGUA

### **Qualidade da água superficial e subterrânea**

Este indicador pretende avaliar a qualidade da água dos cursos de água superficiais, albufeiras e aquíferos da região, de acordo com os parâmetros legislados a nível nacional e comunitário, tendo em vista diferentes usos, incluindo os mais restritivos (e.g. consumo humano).

A degradação da qualidade do meio hídrico impede a boa utilização do recurso, bem como conduz a perturbações potenciais dos ecossistemas associados, tendo assim implicações de carácter ambiental, social e económico. A contaminação de água destinada ao abastecimento público coloca sérios riscos para a saúde pública.

### **Águas Superficiais**

A área em estudo insere-se na Bacia Hidrográfica do Rio Mondego (PBHR do Vouga, Mondego e Lis Mondego), esta bacia encontra-se subdividida na: sub-bacia do Mondego, a sub-bacia do Alva e a sub-bacia do Dão.

A precipitação anual da área da Bacia apresenta um valor médio de 1073 mm. Em ano médio, a precipitação mensal ponderada varia entre os 14 mm em julho e os 154 mm em dezembro. Em termos de evapotranspiração potencial na área da Bacia Hidrográfica do do Vouga, Mondego e Lis Mondego, obtiveram-se valores médios anuais de 718 mm.

A área do Plano de Pormenor situa-se entre a bacia hidrográfica da Ribeira das Tapadas (que junta a Ribeira do Vale Saraiva ou Ribeira de São Martinho e a Ribeira das Entre-Águas) e a bacia da Ribeira de Vodra.





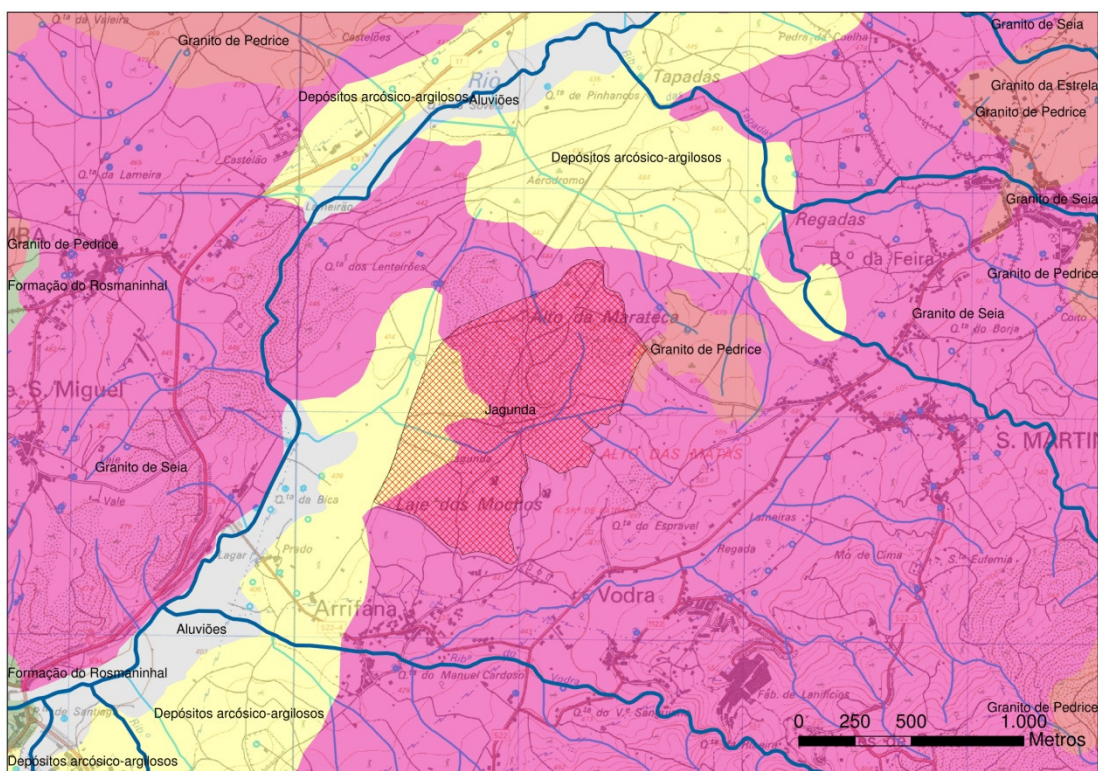


Figura 23 - Extrato da geologia da área do plano.  
 Fonte: CM Seia, 2012

No concelho de Seia estão estabelecidos dois pontos de monitorização da **qualidade de água superficial** integrados na rede de monitorização de qualidade de água da Bacia Hidrográfica do Rio Mondego, cuja designação e localização se apresenta na tabela seguinte.

Tabela 23- Estações de amostragem da rede de qualidade da água superficial na bacia hidrográfica do Mondego localizadas em Seia

Bacia	Curso de Água	Estação	Local	Localização (coordenadas M;P)
Mondego	RIO ALVA	ALB. NOSSA SENHORA DO DESTERRO (11K/02)	Albuf. N.Sra. do Desterro	237227; 380833
	RIO ALVOCO OU DE VIDE	PONTE DE VIDE (12K/01)	Ponte Vide	229639; 369722

Fonte: SNIRH

De acordo com o INAG, a classificação da qualidade da água para usos múltiplos permite obter informação sobre os usos que potencialmente podem ser considerados na massa de água classificada. Assim, são consideradas **cinco classes** de classificação da qualidade da água, conforme descrito no Tabela 24.

Tabela 24- Cinco classes de Classificação da qualidade da água, de acordo com o INAG

Classe	Nível de Qualidade
A - Excelente	Águas com qualidade equivalente às condições naturais, aptas a satisfazer potencialmente as utilizações mais exigentes em termos de qualidade.
B - Boa	Águas com qualidade ligeiramente inferior à classe A, mas podendo também satisfazer potencialmente todas as utilizações.
C - Razoável	Águas com qualidade aceitável, suficiente para irrigação, para usos industriais e produção de água potável após tratamento rigoroso. Permite a existência de vida piscícola (espécies menos exigentes) mas com reprodução aleatória; apta para o recreio, mas sem contacto direto.
D - Má	Águas com qualidade medíocre, apenas potencialmente aptas para irrigação, arrefecimento e navegação. A vida piscícola pode subsistir, mas de forma aleatória.
E - Muito Má	Águas extremamente poluídas e inadequadas para a maioria dos usos.

Parâmetro	Classe				
	A	B	C	D	E
pH	6,5 – 8,5		6,0 – 9,0	5,5 – 9,5	
Temperatura (°C)	≤ 20	21 - 25	26 - 28	29 - 30	>30
Condutividade (µS/cm)	≤ 750	751 - 1000	1001 - 1500	1501 - 3000	> 3000
SST (mg/l)	≤25	25,1 – 30,0	30,1 – 40,4	40,1 – 80,0	> 80,0
Oxigénio Dissolvido (% saturação)	≥ 90	89 - 70	69 - 50	49 - 30	< 30
Oxidabilidade (mg O <sub>2</sub> /l)	≤ 3,0	3,1 – 5,0	5,1 – 10,0	10,1 – 25,0	> 25,0
CBO <sub>5</sub> (mg O <sub>2</sub> /l)	≤ 3,1	3,1 – 5,0	5,1 – 8,0	8,1 – 20,0	> 20,0
CQO (mg O <sub>2</sub> /l)	≤10,0	10,1 – 20,0	20,1 – 40,0	40,1 – 80,0	> 80,0
Azoto Amoniacal (mg NH <sub>4</sub> /l)	≤ 0,1	0,11 – 1,0	1,10 – 2,0	2,01 – 5,00	> 5,00
Nitratos (mg NO <sub>2</sub> /l)	≤ 5,0	5,1 – 25,0	25,1 – 50,0	50,1 – 80,0	> 80,0
Azoto Kjeldahl	≤ 0,5	0,51 – 1,00	1,01 – 2,00	2,01 – 3,00	> 3,00
Fosfatos (mg P <sub>2</sub> O <sub>5</sub> /l)	< 0,54		< 0,94	> 0,94	
Coliformes totais (nº / 100 ml)	≤ 50	51 - 5000	5001 - 50000	> 50000	
Coliformes fecais (nº / 100 ml)	≤ 20	21 - 2000	2001 - 20000	> 20000	

Fonte: Adaptado do Instituto Nacional da Água, 2008

Em 2009, a Estação de Qualidade da Albufeira de Nossa Senhora do Desterro apresentou uma classificação “C”, equivalente a “Razoável”, sendo os parâmetros responsáveis por essa classificação o Oxigénio dissolvido (sat) e Azoto Kjeldahl.

A análise do gráfico 2 permite concluir que, ao longo dos últimos anos, a qualidade da água da estação da Albufeira de Nossa Senhora do Desterro apresentou uma variação de “Razoável” a “Boa”.

Tabela 25 - Evolução da qualidade da água na estação da Albufeira de Nossa Senhora do Desterro de 2001 a 2009.

Ano	Classificação	Parâmetros Responsáveis
2009	C - Razoável	Oxigénio dissolvido (sat) e Azoto Kjeldahl
2008	B - Boa	Coliformes totais, Coliformes fecais e <i>Streptococos fecais</i>
2007	B - Boa	pH, Coliformes fecais, Coliformes totais e <i>Streptococos fecais</i>
2006	B - Boa	<i>Streptococos fecais</i> , Coliformes totais, Coliformes fecais e pH
2005	B - Boa	Coliformes totais, Coliformes fecais, pH e <i>Streptococos fecais</i>
2004	B - Boa	Carência química de oxigénio, Coliformes totais, Azoto Kjeldahl, Coliformes fecais, <i>Streptococos fecais</i> e

Ano	Classificação	Parâmetros Responsáveis
		pH
2003	C - Razoável	Oxigénio dissolvido (sat)
2002	C - Razoável	Carência química de oxigénio
2001	C - Razoável	Carência química de oxigénio

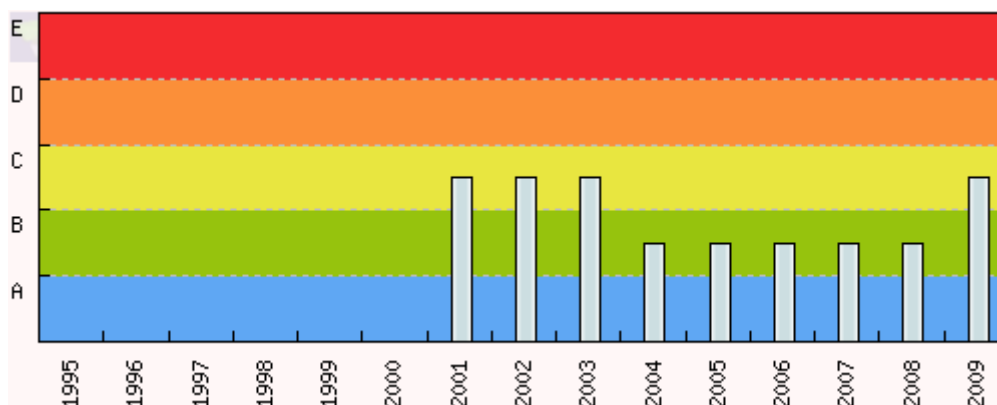


Gráfico 2 - Evolução da classificação da qualidade das águas na Estação de Qualidade de Nossa Senhora do Desterro, entre 2001 e 2009  
Fonte: INAG

Em 2009, a Estação de Qualidade da Ponte de Vide apresentou uma classificação “C”, equivalente a “Razoável”, sendo os parâmetros responsáveis por essa classificação o Oxigénio dissolvido (sat)

A análise do gráfico 3 permite concluir que, ao longo dos últimos anos, a qualidade da água da estação da Ponte de Vide apresentou uma variação de “Excelente” a “Razoável”.

Tabela 26 - Evolução da qualidade da água na estação da Ponte de Vide de 2006 a 2009.

Ano	Classificação	Parâmetros Responsáveis
2009	C - Razoável	Oxigénio dissolvido (sat)
2008	A - Excelente	
2007	A - Excelente	
2006	A - Excelente	

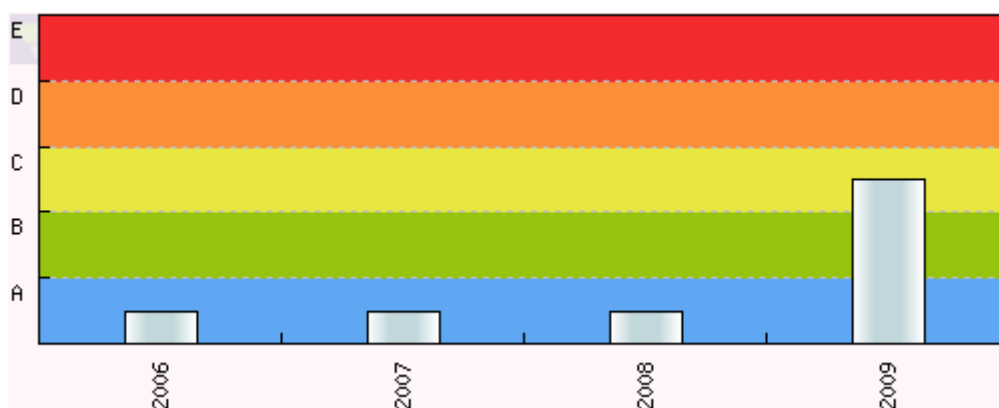


Gráfico 3 - Evolução da classificação da qualidade das águas na Estação de Qualidade da Ponte de Vide, entre 2006 e 2009

Fonte: INAG

O PBH Mondego refere que as principais fontes de poluição tóxica nesta bacia hidrográfica estão associadas ao setor doméstico e à indústria.

Nas águas superficiais, a agricultura é uma das principais fontes de poluição difusa quando praticada de um modo intensivo, em consequência do recurso a grandes quantidades de fertilizantes.

O Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos Rios Vouga, Mondego e Lis (PGBHR\_VML) apresenta uma classificação do estado das massas de água da Região hidrográfica do centro (Rh4). A classificação das águas superficiais baseia-se no conceito de “estado de uma massa de água”, expresso numa escala de cinco classes: Excelente, Bom, Razoável, Medíocre e Mau. Este resulta da conjugação dos resultados obtidos para o estado ecológico e para o estado químico dessa massa de água, sendo adotada a classe correspondente àquela que indica pior qualidade.

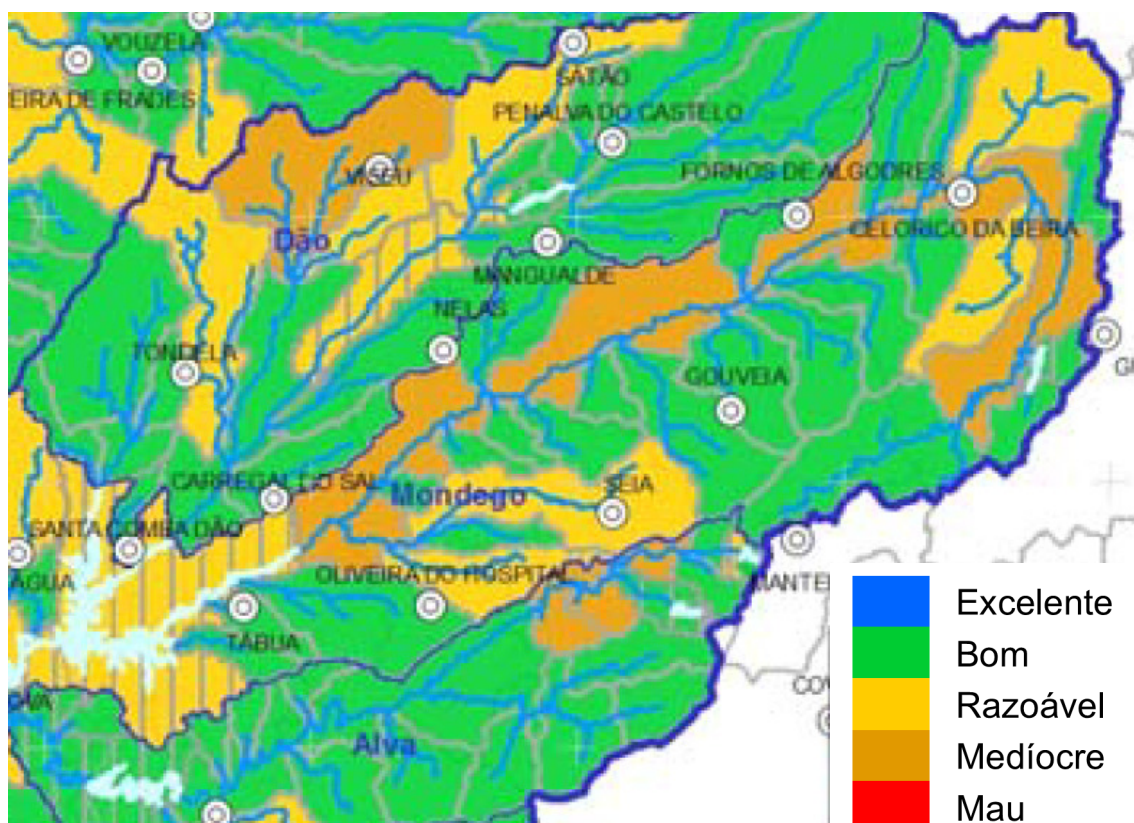


Figura 24 - Estado da Massa de água (PGBHR\_VML).

No concelho de Seia, o estado das massas de águas superficiais varia entre o Medíocre e o Bom.

Na sub-bacia do Mondego, as classificações inferiores a “bom” estão associadas às elevadas concentrações de matéria orgânica (CBO5). No entanto, estas devem-se às descargas de origem em efluentes urbanos.

### Águas Subterrânea

A água subterrânea constitui um importante recurso natural, imprescindível para a vida e integridade dos ecossistemas. Desempenham um papel fundamental tanto no abastecimento das populações como para a agricultura e indústria.

No que respeita ao sistema aquífero existente na área em estudo, o concelho de Seia insere-se no sistema aquífero do Maciço Antigo. O Maciço Antigo é a unidade geológica que ocupa maior extensão em Portugal, sendo constituído, essencialmente, por rochas eruptivas e metassedimentares. De acordo com o relatório do INAG, “Sistemas Aquíferos de Portugal Continental”, *“as litologias correspondentes àqueles tipos de rochas são habitualmente designadas pelos hidrogeólogos por rochas cristalinas ou rochas duras, ou ainda por rochas fraturadas ou fissuradas”*. Ainda de acordo com a mesma fonte, podem-se considerar como materiais com escassa aptidão hidrogeológica, pobres em recursos hídricos subterrâneos.

Através do sítio no SNIRH, recolheu-se a informação relativa a qualidade dos recursos hídricos subterrâneos através dos dados da estação de amostragem 233/C45, localizada no concelho de Seia.

A classificação da qualidade da água subterrânea é efetuada de acordo com o Anexo I do Decreto-Lei n.º 236/98 de 1 de agosto. Baseia-se nos parâmetros analíticos determinados pelo programa de monitorização de vigilância operada pela CCDR, a que correspondem esquemas de tratamento tipo distintos, definidos para tornar a água apta para consumo humano (água potável):

**A1** — tratamento físico e desinfeção.

**A2** — tratamento físico e químico e desinfeção.

**A3** — tratamento físico, químico de afinação e desinfeção.

(> **A3** – a baixa qualidade da água pressupõe tratamentos mais fortes)

As classes definidas são estabelecidas de acordo com a avaliação de parâmetros físicos, físico-químicos, químicos, microbiológicos.

Considerar-se-ão aptas para poderem ser utilizadas como origem de água para a produção de água para consumo humano as águas subterrâneas que apresentem qualidade superior ou igual à da categoria A1.

Tabela 27 - Evolução da qualidade da água subterrânea medida na estação de monitorização existentes em Seia, entre 2007 e 2009

	Vide
Freguesia	Vide
Bacia Hidrográfica	Mondego
Unidade Hidrogeológica	Maciço Antigo
Sistema de Aquífero	A0 - Maciço Antigo Indiferenciado
Tipo de Ponto de Água	Furo Vertical
N.º de Ponto de Água	233/C45
Classificação Anual, com base na qualidade da água	> <b>A3</b> : (Parâmetros responsáveis pela classificação da qualidade da Água (2007):Manganês)
	> <b>A2</b> : (Parâmetros responsáveis pela classificação da qualidade da Água (2008):Oxigénio dissolvido)
	> <b>A2</b> : (Parâmetros responsáveis pela classificação da qualidade da Água (2009):Oxigénio dissolvido)

No que diz respeito a proteção de água e captação, existe uma ausência de implementação/regularização de perímetros de proteção das origens de águas captadas para abastecimento público para consumo humano, conforme preceituado pelo Decreto-Lei n.º 382/99, de 22 de setembro, o que representa uma grande limitação na proteção dos recursos hídricos.

Todas as captações de água subterrânea destinadas ao abastecimento público de água para consumo humano, e a delimitação dos respetivos perímetros de proteção, estão sujeitas às regras estabelecidas no

mencionado Decreto –Lei n.º 382/99, de 22 de setembro, bem como ao disposto no artigo 37.º da Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro) e na Portaria n.º 702/2009, de 6 de julho.

O concelho de Seia é abastecido, conjuntamente com os municípios de Gouveia e Oliveira do Hospital, pelo subsistema de abastecimento de água da Senhora do Desterro/Captações da Serra das Águas do Zêzere e Coa.

O sistema de abastecimento serve uma população de 52.000 habitantes, sendo composto por 38 captações, 258 reservatórios, 4 estações elevatórias e 73 km de condutas adutoras.

O consumo de água por habitante em 2009 foi de 36 m<sup>3</sup>/hab., valor bastante inferior ao valor para Portugal Continental (63 m<sup>3</sup>/hab.).

**Tabela 28 - Consumo de água por habitante no período compreendido entre 2005 e 2009.**

Área geográfica	2005	2006	2007	2008	2009
Continente	59	50	56	61	63
Seia	39	40	35	41	36

Fonte: www.ine.pt;

Ao nível da captação do consumo de água este valor, entre 2005 e 2009, verificar uma relativa constância relativamente à média .

**Tabela 29- Água captada e consumida em Seia.**

Ano	Água Captada (milhares de m <sup>3</sup> )			Água consumida (milhares de m <sup>3</sup> )				
	Total	Superficial	Subterranea	Total	Doméstico	Comercial e Serviços	Industrial	Outros (*)
2009	2 517	2 044	473	996	919	19	25	33
2008	2393	1117	1276	1 104	1 104	0	0	0
2007	ND							
2006	2 383	1 135	1 248	961	961	0	0	0

(\*) Inclui os tipos de consumos não previstos nas rubricas anteriores (segurança contra incêndios, lavagem de ruas, rega etc.); Fonte: Anuários Estatísticos da Região centro 2002,2003,2004,2005,2006.

A água captada no concelho de Seia tem como origem as águas superficiais, embora as águas subterrâneas tenham também um peso significativo no volume captado.

Relativamente ao consumo de água por tipologia, a análise do quadro anterior, possibilita concluir que o setor doméstico são os maiores consumidores de água com uma taxa de consumo de cerca de 92%, verifica-se ainda que o consumo industrial representa cerca de 3% do consumo de água.

A reutilização da água tratada ocorre quando os efluentes, após tratados, são encaminhados diretamente de seu ponto de descarga até o local da reutilização, não sendo descarregados no meio ambiente. E a reutilização com maior ocorrência, destina-se a uso em indústria ou irrigação de espaços verdes.Segundo informação fornecida não existem medidas a nível municipal para a reutilização da água tratada.

## SOLO

### Solo e Capacidade de Uso do Solo

No concelho de Seia, as unidades pedológicas dominantes correspondem aos cambissolos e aos rankers (na zona da Serra da Estrela).

Segundo a classificação da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (**FAO**, sigla de Food and Agriculture Organization), os solos do Plano de Pormenor da Jagunda correspondem a cambissolos húmicos associados a cambissolos dístricos (rochas eruptivas). Estes podem-se classificar de moderadamente evoluídos, com uma profundidade que normalmente não ultrapassa os 50 cm, já com horizontes diferenciáveis.

Os cambissolos, equivalem aos solos Litólicos derivados de granitos, com espessura diminuta efetiva, mas que no entanto apresentam um teor considerável em matéria orgânica nos horizontes superficiais, embora pouco definidos. São solos que apresentam uma fertilidade muito variável dependendo do relevo, sendo estes mais férteis numa orografia plana. Nas zonas de relevo mais acidentados, são solos delgados e pobres com fraca aptidão agrícola, sobretudo nos solos de origem xistenta.

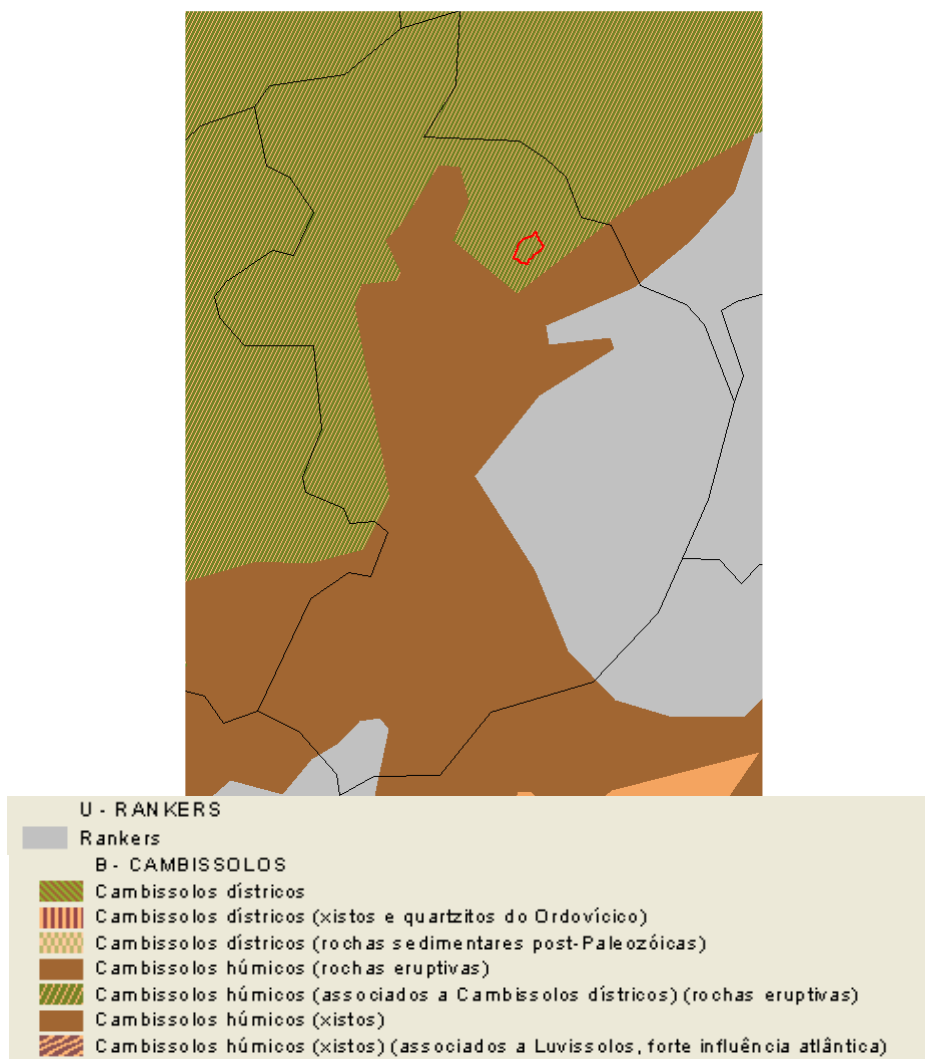


Figura 25 - Extrato da Carta dos Solos (Atlas APA)

A distribuição do uso dos solos torna-se importante sendo que existem áreas de solo mais propícias para Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrário (SROA) que trata da delimitação das diversas áreas de solos e respetiva classe de limitação ao nível de produtividade, aproveitamento, e outros fatores importantes ao uso do solo.

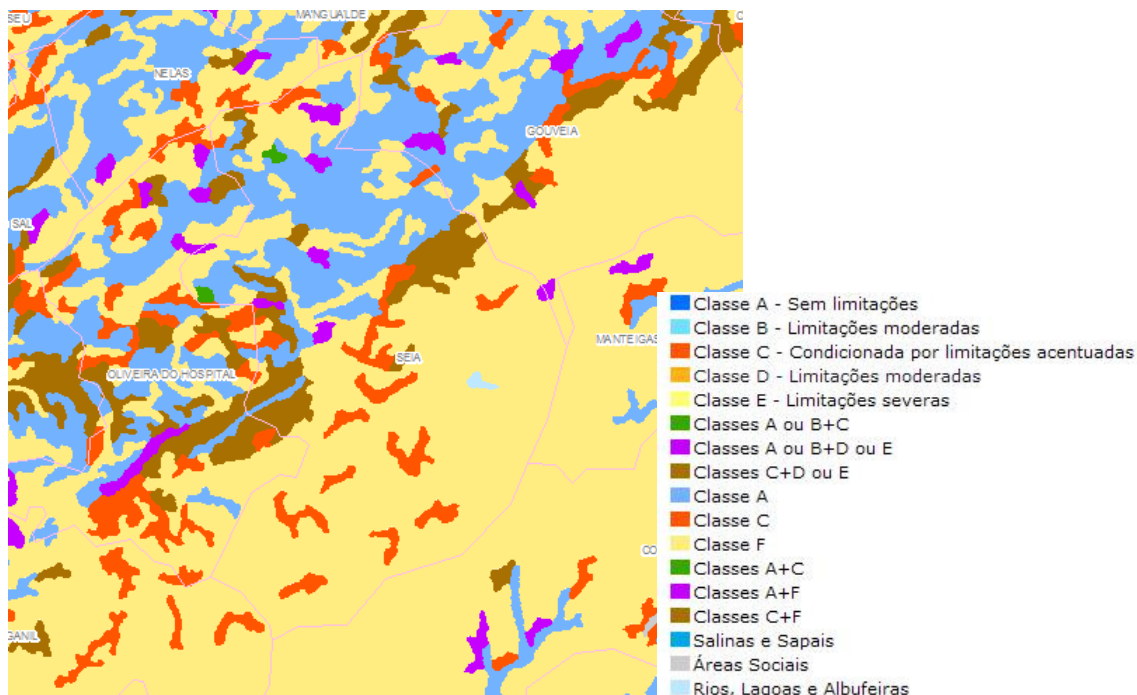


Figura 26 - Extrato da Carta de Uso dos Solos (Atlas APA)

A área do Plano encontra-se na Classe F (solo sem capacidade de uso agrícola, mas com moderada capacidade de uso florestal) e na Classe A (solos evoluídos) incluídos na RAN.

### **Ocupação do Solo**

De acordo com o PMDFCI (CM Seia, 2008), o concelho de Seia ocupa uma área de cerca de 43.592 ha. Desta área, cerca de 82,4%, ou seja, cerca de 35.906 ha são espaços florestais, os quais compreendem as áreas com povoamentos florestais, áreas incultas e áreas ardidas.

Os espaços agrícolas, que constituem aproximadamente 15,1% da área do concelho (6.575 ha), concentram-se nas freguesias situadas mais a Norte. Os espaços agrícolas são de pequena dimensão e fragmentados, localizando-se em muitos casos na proximidade imediata dos aglomerados populacionais. Os solos agrícolas estão em parte abandonados. Os espaços ocupados por áreas sociais totalizam 2,1% da área do concelho (935 ha).

Tabela 30 - Ocupação do Solo na Freguesia e Concelho de Seia.

	Ocupação do Solo (ha)						
	Áreas Sociais	Agrícola	Floresta	Incultos	Indústria extrativa	Aterros Sanitários	Superfícies Aquáticas
Concelho de Seia	934,87	6 578,37	15 130,81	2 0775,54	17,21	2,81	162,44
Freguesia de Seia	197,78	548,37	391,41	1 233,57			

Fonte: PMDFCI de Seia 2008

Em relação à ocupação do solo da área de intervenção, de acordo com os elementos constituintes do plano, os principais usos são: o uso agrícola (12,3 ha) e o florestal ( 86,4ha). O uso florestal ocupa cerca de 88% da área do plano.

De acordo com os dados do *Programa CORINE Land Cover* para a freguesia de Seia, de 1990 e 2006, destaca-se o facto da área urbana e industrial de Seia ter-se expandido. Verifica-se ainda um aumento da rede viária concelhia.

Tabela 31 - Ocupação do Solo na Freguesia de Seia 1990-2006.

	Ocupação do Solo (ha)				
	Áreas Sociais	Agrícola	Floresta	Matos e Incultos	Superfícies Aquáticas
Freguesia de Seia - 1990	181,74	767,77	986,66	322,59	3,17
Freguesia de Seia - 2006	197,78	548,37	391,41	1233,57	-

Observando as cartas de ocupação do solo de 1990 e 2006 do CLC, verifica-se um aumento um aumento de 38% de Matos e Incultos e uma redução de 27% da classe floresta e de 10% da classe agrícola.

Relativamente às fontes de contaminação do solo, elas podem ser pontuais ou difusas. As principais fontes difusas de contaminação do solo são: rede viária e os campos agrícolas. As fontes pontuais são: os aglomerados (efluentes domésticos).

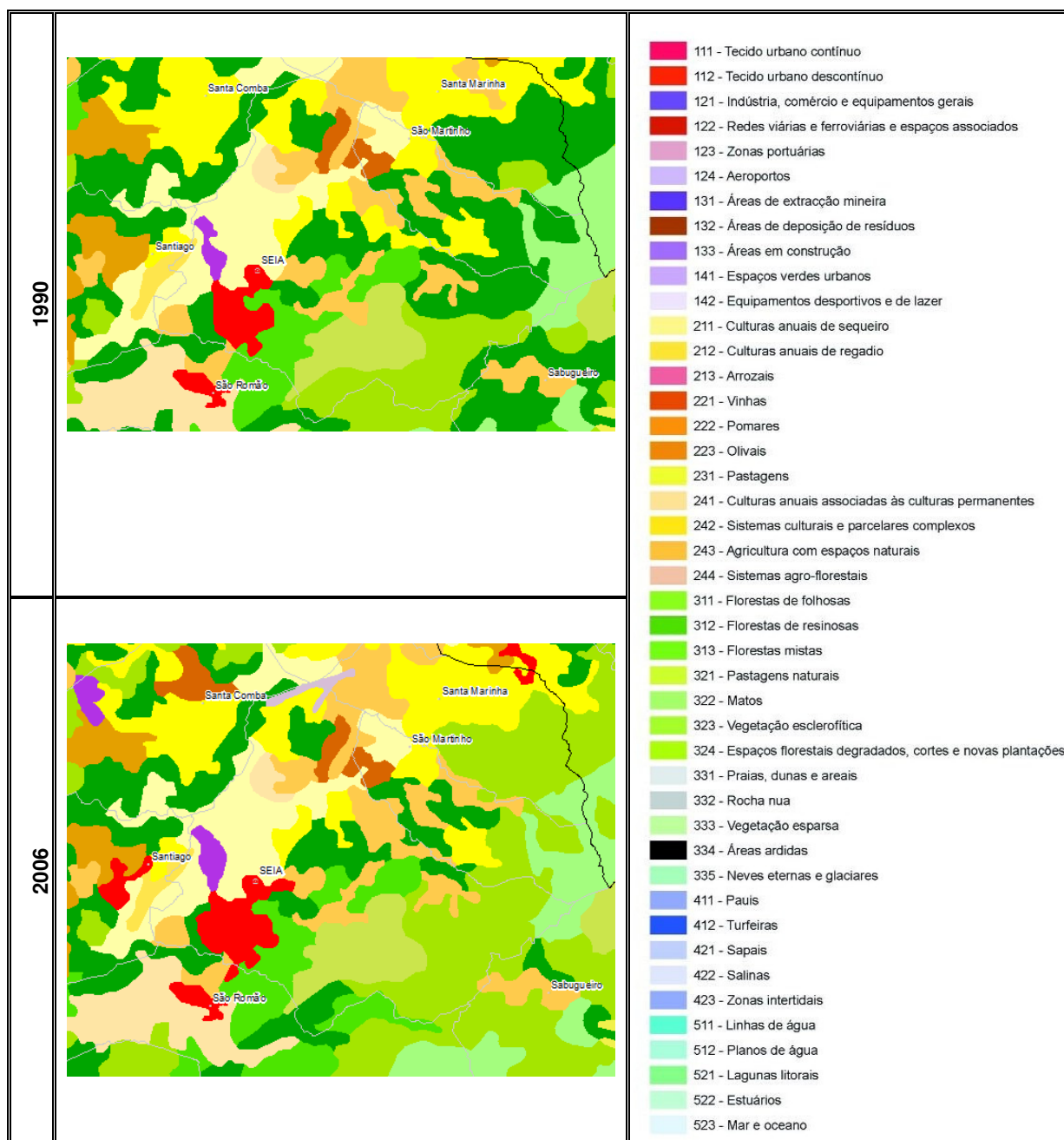


Figura 27 - Cartografia de ocupação do solo na freguesia de Seia (CLC 1990-2006).

## AR

**Índice de Qualidade do Ar**

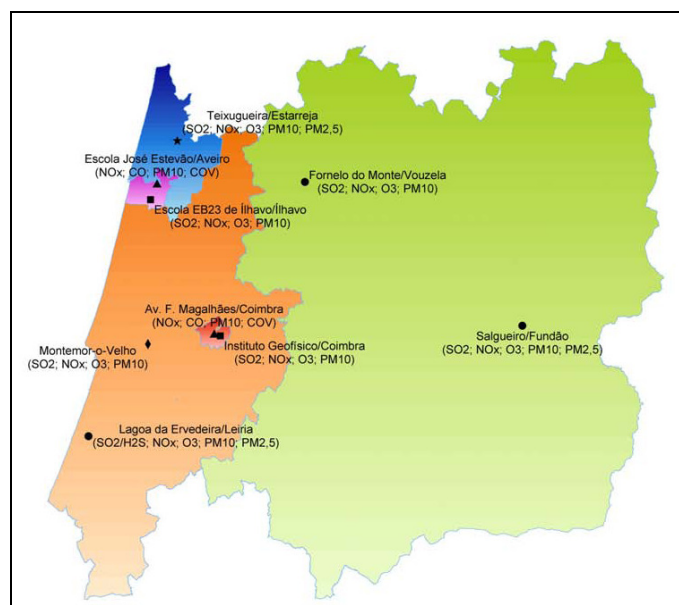
A qualidade do ar é o termo que se usa, normalmente, para traduzir o grau de poluição no ar que respiramos (www.qualar.org).

A poluição do ar, que é provocada por uma mistura de substâncias químicas, lançadas no ar ou resultantes de reações químicas, que alteram o que seria a constituição natural da atmosfera, tem vindo a ser a causa de um conjunto de problemas, nomeadamente a degradação da qualidade do ar; a exposição humana e dos ecossistemas a substâncias tóxicas; danos na saúde humana; danos nos ecossistemas e património construído; acidificação; deterioração da camada de ozono estratosférico e aquecimento global/alterações climáticas (www.qualar.org).

Entre os efeitos na saúde humana referem-se problemas ao nível dos sistemas respiratório e cardiovascular. Quanto aos danos nos ecossistemas podem citar-se a oxidação de estruturas da vegetação, que entre muitas outras consequências pode originar a queda prematura das folhas em algumas espécies ou o apodrecimento precoce de alguns frutos. Finalmente, quando se fala de prejuízos ao nível do património construído pode dar-se como exemplo o caso dos poluentes acidificantes que atacam quimicamente as estruturas construídas, causando a degradação dos materiais (www.qualar.org).

As unidades funcionais de avaliação e gestão da qualidade do ar, são as designadas zonas e aglomerações, no artigo 2º do Decreto-Lei n.º 102/2010, define-se zona como sendo “uma área geográfica de características homogéneas, em termos de qualidade do ar, ocupação do solo e densidade populacional” e aglomeração como uma “zona caracterizada por um numero de habitantes superior a 250 000 ou em que a população seja igual ou fique aquém de tal numero de habitantes, desde que não inferior a 50 000, sendo a densidade populacional superior a 500 habitantes/km²”.

O concelho de Seia encontra-se na zona de qualidade do ar do Centro Litoral.



**Figura 28 - Representação das Zonas e Aglomerações da Região Centro e localização das estações de Monitorização.**

**Índice de qualidade do ar (IQAr)** de uma determinada área resulta da média aritmética calculada para cada um dos poluentes medidos em todas as estações da rede dessa área. Os valores assim determinados são comparados com as gamas de concentrações associadas a uma escala de cores sendo os poluentes com concentração mais elevada responsáveis pelo índice ([www.qualar.org](http://www.qualar.org)).

No quadro seguinte são apresentados os conselhos de saúde em função IQAr, mencionando também as condições meteorológicas normalmente associadas.

**Tabela 32 - Índice de qualidade do ar e conselhos de saúde.**

Índice	Tempo	Conselhos de Saúde
<b>Mau</b>	Anticiclone com vento fraco; Estabilidade prolongada; Depressão do norte de África com uma corrente de SE no continente transportando poeiras do deserto; Ozono: forte radiação / tempo quente contínuo.	Todos os adultos devem evitar esforços físicos ao ar livre. Os grupos sensíveis (crianças, idosos e indivíduos com problemas respiratórios) deverão permanecer em casa com as janelas fechadas e utilizando de preferência sistemas apropriados de circulação/refrigeração do ar.
<b>Fraco</b>	Anticiclone com vento fraco; Situações de transição do estado do tempo; Estabilidade; Depressão do norte de África com uma corrente de SE no continente transportando poeiras do deserto; Ozono: forte radiação / temperaturas elevadas associadas a dias de céu limpo.	As pessoas sensíveis (crianças, idosos e indivíduos com problemas respiratórios) devem evitar atividades físicas intensas ao ar livre. Os doentes do foro respiratório e cardiovascular devem ainda respeitar escrupulosamente os tratamentos médicos em curso ou recorrer a cuidados médicos extra, em caso de agravamento de sintomas. A população em geral deve evitar a exposição a outros fatores de risco, tais como o fumo do tabaco e a exposição a produtos irritantes contendo solventes na sua composição.
<b>Médio</b>	Diversas situações meteorológicas com características de tempo agradáveis.	As pessoas muito sensíveis, nomeadamente crianças e idosos com doenças respiratórias devem limitar as atividades ao ar livre.
<b>Bom</b>	Passagem de frentes com atividade moderada; Outras situações meteorológicas com ventos moderados.	Nenhuns
<b>Muito Bom</b>	Vento moderado a forte - Temperaturas frescas; - Ocorrência de precipitação; Passagem de frentes com atividade moderada.	Nenhuns

Analisando o índice de qualidade do ar (gráfico 4) da zona de qualidade do ar Centro Interior, verificamos que o índice que se registou em maior número de dias na região, nos anos 2009 e 2010, foi o BOM,

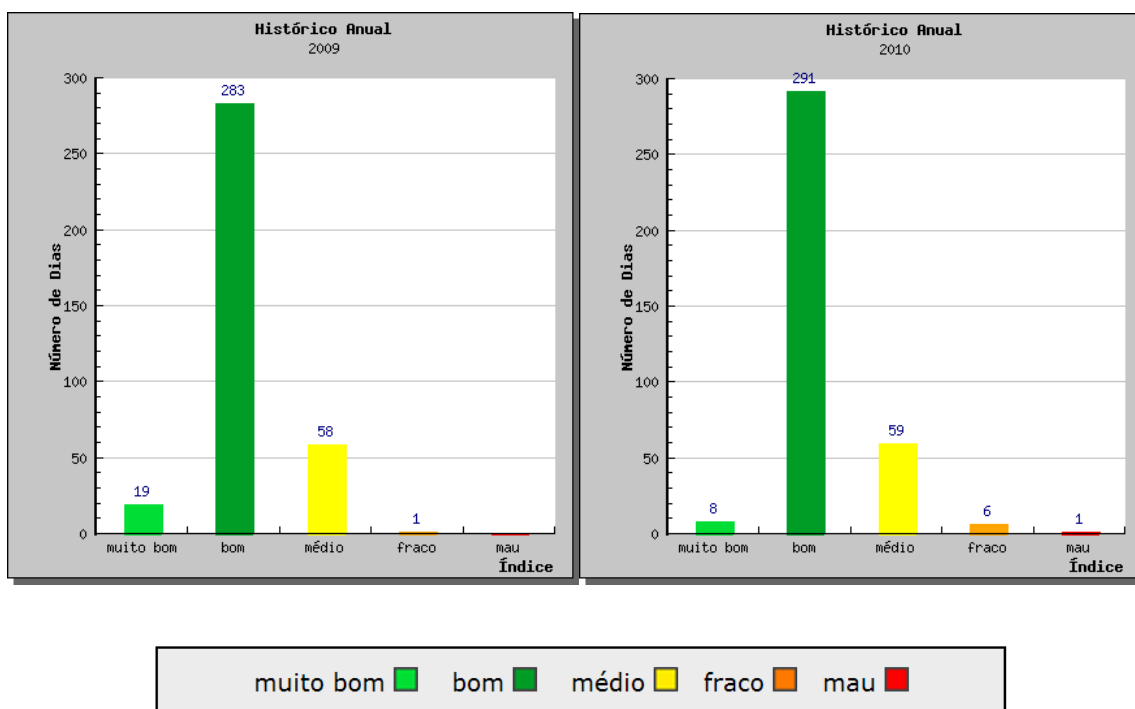


Gráfico 4 - Índices de qualidade do ar registado na zona Centro Interior, nos anos de 2009 e 2010.

#### **Dias com parâmetros que excedam as normas da qualidade do ar**

A capacidade de regeneração da atmosfera reduz-se consideravelmente à medida que o quantitativo de emissões de poluentes cresce exponencialmente, com a industrialização e com o aumento do número de veículos automóveis no planeta.

Os efeitos dos diferentes poluentes atmosféricos na saúde traduzem-se no aparecimento ou agravamento de doenças respiratórias e cardiovasculares, particularmente em populações sensíveis como crianças, idosos e indivíduos com problemas respiratórios.

No quadro seguinte resumem-se os efeitos na saúde humana e no meio ambiente provocados por alguns poluentes atmosféricos.

Tabela 33 - Principais fontes e efeitos na saúde humana e no ambiente dos poluentes atmosféricos abrangidos pelo DL n.º 102/2010.

Poluente	Características	Fontes emissoras	Efeitos na saúde humana e no ambiente
CO (monóxido de carbono)	Incolor e inodoro.	Tráfego. Indústrias.	Reduz a capacidade de transporte de oxigénio até aos tecidos vitais pelo sangue, afetando os sistemas cardiovasculares e nervoso. Em concentrações extremas pode provocar a morte por envenenamento.  Em concentrações mais baixas pode ser gravoso para indivíduos com problemas cardiovasculares e reduz o desempenho desportivo. Concentrações elevadas podem causar sintomas como dores de cabeça, tonturas e fadiga.
NO <sub>2</sub> (dióxido de azoto)	Castanho claro.	Tráfego. Indústrias (resulta da queima de combustíveis a temperaturas mais ou menos elevadas).	Concentrações elevadas podem provocar problemas do foro respiratório, principalmente em crianças, tais como asma ou tosse convulsa.  É um poluente acidificante, que pode contribuir para a formação de chuvas ácidas, as quais acidificam os meios naturais e atacam quimicamente algumas estruturas (por exemplo, os metais) e os tecidos vegetais.
SO <sub>2</sub> (dióxido de enxofre)	Incolor e inodoro em baixas concentrações. Cheiro intenso em concentrações elevadas	Indústrias (indústria química, pasta de papel, refinarias e caldeiras que utilizem combustível com alto teor de enxofre, como por exemplo, o fuelóleo).	Os seus efeitos encontram-se associados a doenças respiratórias (bronquite crónica ou asma) e cardiovasculares.  É um dos gases que contribui para as chuvas ácidas, que têm como consequência a acidificação dos meios naturais ou a corrosão de materiais metálicos.
PM10 (partículas)	As de origem mineral apresentam-se na forma sólida. As de origem orgânica resultam de condensação.	Tráfego. Indústrias. Obras de construção civil. Atividades agrícolas.	As partículas microscópicas podem afetar a atividade respiratória, em especial da população de risco, como as crianças e idosos, bem como daqueles que sofrem de doenças cardiovasculares e pulmonares.  O nível de risco depende do tamanho das partículas e da sua toxicidade. As partículas em suspensão também afetam o coberto vegetal e reduzem a visibilidade.
O <sub>3</sub> (ozono)	Incolor e poderoso oxidante.	Ao nível do solo resulta de reações químicas entre óxidos de azoto e os compostos orgânicos voláteis na presença de luz solar e de temperaturas elevadas.	A oxidação do ozono troposférico provoca irritações do trato respiratório, causando dificuldades respiratórias, inflamações brônquicas ou tosse. Estes efeitos fazem sentir-se especialmente em grupos sensíveis, como as crianças, idosos, doentes cardiovasculares e do foro respiratório.  O ozono é o principal constituinte do <i>smog</i> fotoquímico (mistura de nevoeiro e poluição). A exposição a níveis baixos deste poluente pode reduzir as funções pulmonares, originando dores no peito, tosse, náuseas e congestão pulmonar. A destruição das produções agrícolas e das árvores são outra das suas consequências.
C <sub>6</sub> H <sub>6</sub> (benzeno)	Incolor e altamente inflamável. Evapora-se rapidamente.	Tráfego. Indústrias.	Quando inalados os vapores causam tonturas, dores de cabeça e até inconsciência, afeta principalmente o fígado, a placenta e a medula óssea. Provoca doenças como a leucemia, cancro da pele e do pulmão.

A estação de medição de qualidade do ar que mede a qualidade do ar da região Centro Interior, mais próxima onde se encontra Seia é a estação do Fundão na freguesia de Salgueiro (concelho do Fundão), caracteriza-se por ser do tipo Rural Regional de Fundo.

Tabela 34 - Número de excedências para os parâmetros de qualidade do ar, na estação do Fundão, nos anos de 2009 e 2010.

Designação	Valor Ref. ( $\mu\text{g}/\text{m}^3$ )	N.º de Excedências Permitidas (dias)	N.º de Excedências	
			2009	2010
Ozono - Limiar de Alerta à população	240	-	0	0
Ozono - Limiar de Informação à população	180	-	0	3
Ozono - Base Octo-horaria (proteção da Saúde Humana)	120	25	30	31
Dióxido de Enxofre - Alerta	500	-	0	0
Dióxido de Azoto - Alerta	400	-	0	0
Partículas <10 $\mu\text{m}$	50	35	0	7

Fonte: www.qualar.org

Comparando as medições com os valores legislados, conclui-se que existe uma boa qualidade do ambiente na zona do centro interior, à exceção do ozono (base Octo-horaria) que registou um número de excedências superiores as excedências permitidas (35 excedências).

#### **Emissão de poluentes atmosféricos NO<sub>x</sub>, SO<sub>2</sub>, COVNM e NH<sub>3</sub> (T/Km<sup>2</sup>)**

Os principais focos de poluição atmosférica no concelho de Seia são o tráfego rodoviário e o funcionamento das unidades industriais.

Tabela 35 - Emissões de Poluentes para o Concelho de Seia em 2005-2008.

Ano	SO <sub>x</sub>	NO <sub>x</sub>	NH <sub>3</sub>	COVNM
2008	0,021	1,264	0,192	3,333
2007	0,026	0,802	0,230	2,808
2005	0,055	1,286	0,287	3,641

Fonte: APA

Refletindo sobre os dados da tabela anterior, verifica-se que no concelho de Seia as emissões de poluentes têm diminuído. O tipo de indústria que predomina no Concelho e a forma como se distribui pelo mesmo determina o tipo e quantidade de emissões de poluentes.

### Quantidade de GEE

Em termos sectoriais, as emissões em Portugal de GEE em 2009 provinham grande parte do setor energético (73%), essencialmente da produção e transformação de energia (26,7%) e dos transportes (25,7%), conforme o gráfico seguinte.

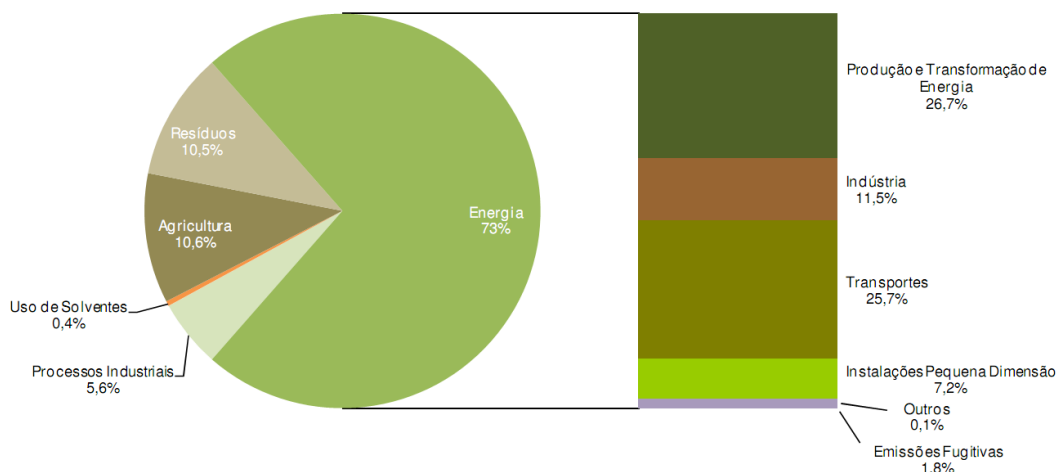


Gráfico 5 - Emissões sectoriais de GEE em 2009 por setor de atividade(Fonte APA,2011).

Segundo os dados de alocação espacial de emissões disponibilizados pela APA, as emissões totais de Gases com Efeito de Estufa (GEE) por Km<sup>2</sup>, são apresentados na tabela seguinte.

Tabela 36 - Emissões totais de GEE em t/km2.

Seia	2005	2007	2008
CH4	3,425	2,496	2,613
CO2	143,364	146	165
N2O	0,095	0,084	0,077

Fonte: APA

O concelho de Seia emitiu 165 t.km<sup>2</sup> de dióxido de carbono, 2,613 t.km<sup>2</sup> de metano e 0,077 t.km<sup>2</sup> de óxido de azoto em 2008.

Em 2008, a média nacional de emissão de CO<sub>2</sub>, CH<sub>4</sub> e N<sub>2</sub>O, situou-se em 1310,0. t.km<sup>2</sup>, 11,998. t.km<sup>2</sup> e 0,310. t.km<sup>2</sup> respetivamente, assim, o concelho de Seia contribuindo de uma forma pouco significativa nas emissões de gases de efeito de estufa.

## RUÍDO

No que respeita ao ambiente sonoro, o Regulamento Geral do Ruído (RGR) (Decreto-lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro) estabelece o regime legal aplicável à prevenção e controlo da poluição sonora, determinando a necessidade dos planos municipais de ordenamento do território assegurem a qualidade do ambiente sonoro, promovendo a distribuição adequada dos usos do território, tendo em consideração as fontes de ruído existentes e previstas.

Compete aos municípios estabelecer nos planos municipais de ordenamento do território a classificação, a delimitação e a disciplina das denominadas zonas sensíveis e mistas. Os municípios devem acautelar, no âmbito das suas atribuições de ordenamento do território, a ocupação dos solos com usos suscetíveis de vir a determinar a classificação da área como sensível, verificada a proximidade de infraestruturas de transporte existentes e previstas. Os municípios devem elaborar mapas de ruído, para os indicadores  $L_{den}$  e  $L_n$  para apoiar a elaboração, alteração e revisão dos PDM's.

Os Mapas de Ruído constituem uma ferramenta muito importante para prever e visualizar espacialmente os níveis sonoros de uma dada área, onde, nomeadamente, se identificam e catalogam fontes ruidosas e recetores expostos. Ainda, são um elemento fundamental para o apoio à decisão relativamente ao planeamento da ocupação e do uso de solo permitindo compatibilizar a localização de determinados serviços com as características ambientais do local. Por último, assumem um papel orientador relativamente à definição de prioridades para a adoção de medidas de mitigação de ruído.

Pretende-se portanto integrar o fator ruído na tomada de decisão de forma a evitar a coexistência de usos do solo conflituosos e prevenir a exposição das populações a um fator de poluição que vem sendo um dos principais fatores de mal-estar da população, no que às temáticas ambientais diz respeito.

O objetivo fundamental é assegurar os seguintes limites de exposição (artigo 11.º do RGR)<sup>1</sup>:

- a) As **zonas sensíveis** não devem ficar expostas a ruído ambiente exterior, **superior a 55 dB(A), expresso pelo indicador  $L_{den}$ , e superior a 45 dB(A), expresso pelo indicador  $L_n$ .**
- b) As **zonas mistas** não devem ficar expostas a ruído ambiente exterior, **superior a 65 dB(A), expresso pelo indicador  $L_{den}$ , e superior a 55 dB(A), expresso pelo indicador  $L_n$ .**

No âmbito do Plano Diretor Municipal foi elaborado, em 2004, um mapa de ruído do concelho de Seia. Os parâmetros de análise são apresentados no referido mapa de acordo com o antigo RGR, em nível diurno e nível noturno.

A análise do referido mapa, referentes à freguesia de Seia, revela baixos índices sonoros, em ambos os períodos de referência (diurno e noturno). O povoamento observado na freguesia de Seia está concentrado num núcleo urbano localizado na parte Oeste e ao longo das principais vias de circulação, nomeadamente das EN339, EN522, EN522-4, EM1122 e EM1124. Na grande maioria da área da freguesia, os níveis sonoros registados situam-se abaixo dos 55 dB(A), para o período diurno e dos 45

<sup>1</sup> Valores que podem variar consoante exista ou esteja projetada para a sua proximidade uma grande infraestruturas de transporte.

dB(A) para o período noturno, com exceção das habitações localizadas nas imediações das referidas vias, as quais estão expostas a níveis sonoros diurnos de 65 dB(A) e noturnos de 55 dB(A).

A principal fonte de ruído no concelho de Seia está, pois, associada ao tráfego rodoviário. Com exceção das vias principais EN17, EN230, EN231 e EN339, a maioria das restantes vias rodoviárias existentes apresentam baixos índices de tráfego médio horário. A atividade industrial presente no concelho pode constituir ainda uma fonte relevante de ruído. A zona industrial de Seia, abrange uma grande variedade de indústrias, no entanto, as indústrias existentes não apresentam em geral emissões de ruído elevadas. No concelho existe ainda a nova zona industrial localizada em Vila Chã, que dado o seu afastamento ao núcleo urbano não constitui uma fonte de ruído relevante.

O aeródromo municipal, localizado a Norte da área do Plano, na freguesia de Santa Marinha, representa uma fonte de ruído pontual dado o seu funcionamento estival.

Na elaboração do plano foram elaborados os mapas de ruído da situação atual, apresentados nas figuras seguintes.

A principal fonte de ruído da área do Plano é o tráfego rodoviário longínquo, nomeadamente, a EN17 e da EM522-4 e EM522

No que diz respeito ao ruído industrial na situação de atual, os levantamentos de campo efetuados no âmbito na elaboração dos Mapas de Ruído permitiram verificar que não há impacto ruidoso sobre recetores sensíveis. A qualidade do ambiente sonoro atual é elevada.

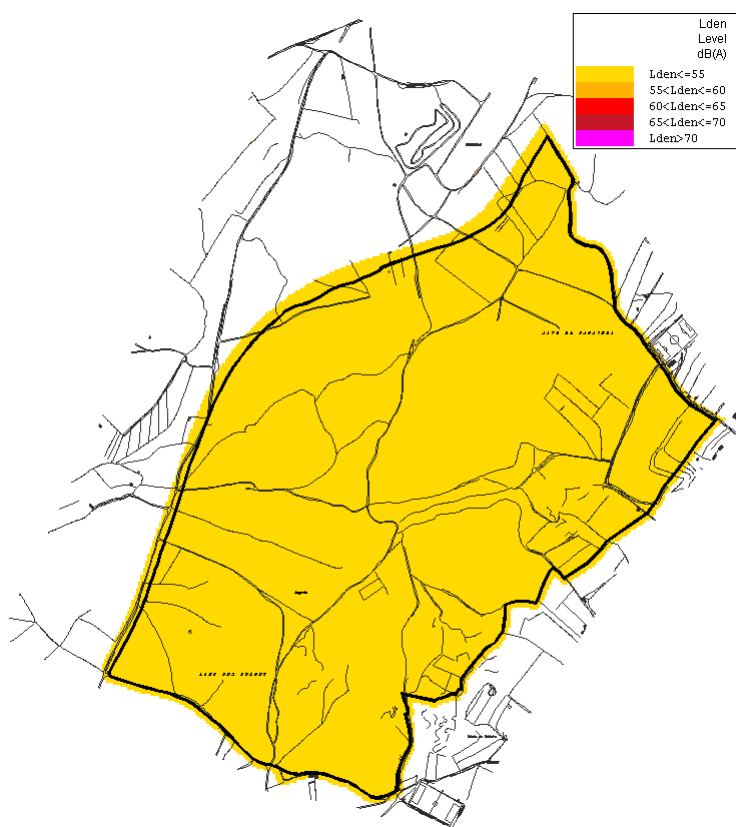


Figura 29 - Mapa de Ruído do Plano de Pormenor da Jagunda - Situação Atual (Ano 2011) - indicador sonoro Lden.

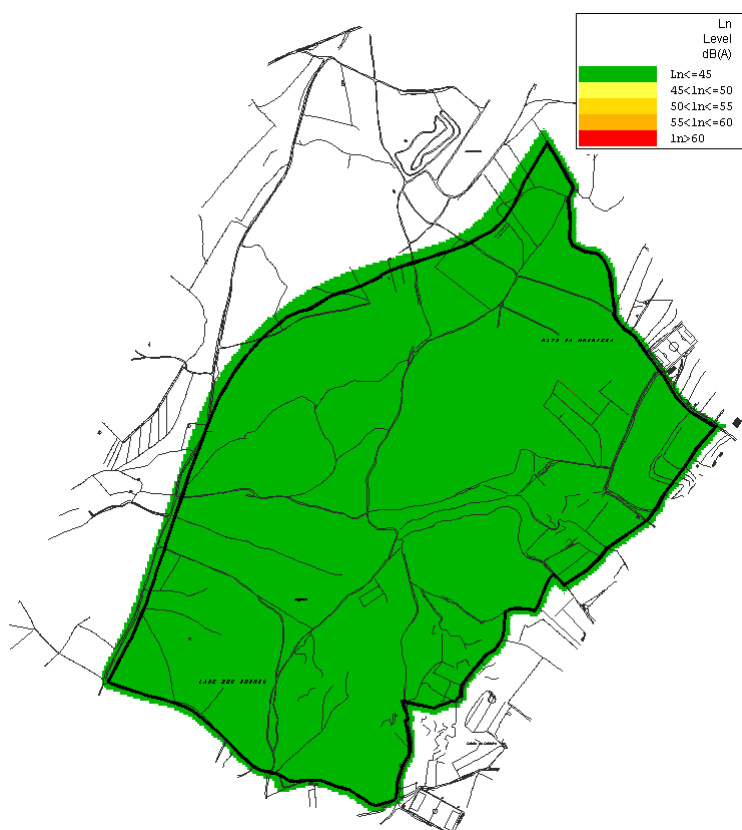


Figura 30 - Mapa de Ruído do Plano de Pormenor da Jagunda - Situação Atual (Ano 2011) - indicador sonoro Ln.

### 6.2.3. Análise SWOT

Na tabela seguinte, apresenta-se a análise SWOT da situação tendencial da realidade territorial do PP da Jagunda para o FCD - *Qualidade Ambiental*.

Tabela 37 - Análise SWOT no âmbito da Qualidade Ambiental.

Forças	Fraquezas	Situação Tendencial
<p>Produção de resíduos abaixo da média nacional.</p> <p>Presença de áreas agrícolas e florestais.</p> <p>Presença de solos evoluídos classificados em RAN.</p> <p>Ausência de ameaças significativas à qualidade ambiental, tais como qualidade do ar e ruído.</p> <p>Política da autarquia de sensibilização ambiental.</p> <p>Agenda 21.</p>	<p>Baixa taxa de recolha seletiva de resíduos.</p> <p>Estado razoável das massas de águas superficiais.</p> <p>Poliuição difusa da água e do solo devido às más práticas agrícolas.</p>	<p>A tendência de evolução na produção de resíduos no concelho será a manutenção dos níveis de produção atual.</p> <p>A tendência de evolução da qualidade e de consumo de água é de manutenção da situação atual.</p> <p>A tendência de evolução em relação à qualidade do ar e do ruído é a de manutenção dos bons níveis atualmente registados.</p>
Oportunidades	Ameaças	
<p>Otimização dos sistemas de gestão e valorização dos resíduos sólidos urbanos.</p> <p>A estratégia nacional de contenção da dispersão urbana, definida no PROT, promove a otimização das infraestruturas de recolha e tratamento de RSU.</p> <p>Implementar uma política de gestão de resíduos urbanos biodegradáveis (RUBs).</p> <p>Aplicação de uma gestão da qualidade do ar cada vez mais eficaz no âmbito dos objetivos estratégicos do QREN.</p> <p>Incorporação nos planos territoriais do mapa de ruído, como instrumento de apoio à gestão do território para salvaguarda da saúde e bem-estar da população.</p> <p>Aprovação do Plano de Gestão de Bacia Hidrográfica dos rios Vouga, Mondego e Lis</p>	<p>Potencial evolução dos níveis de consumo como força motriz para o aumento da produção de resíduos</p> <p>Risco de sobre-exploração do aquífero devido ao aumento dos caudais explorados.</p> <p>Contaminação do solo.</p> <p>Expansão desordenada do uso urbano.</p> <p>Aumento dos incultos e áreas de matos, devido ao abandono do uso agrícola e dos incêndios florestais.</p>	

### 6.2.5. Efeitos esperados, oportunidades e riscos

A avaliação ambiental estratégica focaliza-se nas propostas do Plano cuja materialização está, em última análise, dependente da sua execução, produzindo um retrato dos potenciais efeitos positivos e negativos, isto é, dos principais riscos e oportunidades para a sustentabilidade.

Na tabela seguinte, identificam-se e classificam-se, as principais oportunidades e riscos para o FCD – Qualidade Ambiental.

Foi adotada a seguinte métrica para a classificação dos riscos e oportunidades:

(+,++) oportunidades; (-,-) riscos; 0 (sem relação)

Tabela 38 - Principais oportunidades e riscos da proposta do PP da Jagunda ao nível da Qualidade de Ambiental

QE1: Promover o desenvolvimento económico e social			
CRITÉRIO: Resíduos			
Oportunidades		Riscos	
Uma gestão eficaz dos resíduos sólidos urbanos produzidos minimizará os riscos na qualidade do ambiente.	+	Aumento de produção de resíduos	-
CRITÉRIO: Água			
Oportunidades		Riscos	
Não ocorrem interferências diretas com a rede hidrográfica, a implantação deste plano irá ter efeitos positivos ao nível da qualidade dos recursos hídricos.	++	Execução de uma captação de água para rega dos espaços verdes e do campo de golfe.	-
Minimização dos consumos de água para rega do campo de golfe, segundo dados de projeto, o consumo de água será na ordem dos 187 829,4 m3 ao ano.	++	Aumento da produção de efluentes domésticos e industriais.	-
Reutilização das águas canalizadas pelos sistemas de drenagem superficial e sub-superficial do campo de golfe.	++	Possível contaminação da água por fertilizantes e produtos fitossanitários.	-
Utilização de espécies de relva adaptadas ao contexto edafo-climático minimizando o consumo de água	+		
Utilização de bacias de armazenagem de água (lagoas) como locais de armazenagem de água.	+		
O facto de estar prevista a infraestruturização da área do Plano, nomeadamente da rede pública de abastecimento de água, a qual é será servido pelo subsistema de abastecimento de água da Senhora do Desterro/Captações da Serra das Águas do Zêzere e Coa.	+		
O facto de estar prevista a infraestruturização da área do Plano, garantirá o correto encaminhamento dos efluentes produzidos para a ETAR de Seia	++		
Implementação de um sistema de monitorização e tratamento da água drenada recolhida.	++		
Os caudais pluviais serão encaminhados naturalmente para as linhas de água existentes.	+		

CRITÉRIO: Solo			
Oportunidades		Riscos	
Implementação de um sistema de monitorização e tratamento da água drenada recolhida.	++	Aumento da produção de efluentes domésticos e industriais.	-
		Possível contaminação dos solos por fertilizantes e produtos fitossanitários.	-
		Impermeabilização dos solos.	-
CRITÉRIO: Ar			
Oportunidades		Riscos	
Minimização da degradação da qualidade do ar - percursos pedonais permitem alternativa às deslocações em transporte automóvel.	+	Com o aumento de tráfego as emissões de poluentes também sofrerão um acréscimo.	-
CRITÉRIO: Ruído			
Oportunidades		Riscos	
Proteção da população ao ruído através das limitações impostas pelo zonamento acústico sobre as atividades ruidosas permanentes	+	Aumento dos níveis de ruído	-

QE2: Promover um modelo de organização territorial e de ocupação turística que melhor salvaguarda a defesa dos valores ambientais.			
CRITÉRIO: Resíduos			
Oportunidades		Riscos	
A utilização de técnicas de construção sustentável contribuirá para a minimização dos resíduos.	+		
CRITÉRIO: Água			
Oportunidades		Riscos	

Melhoria de tratamento de água residuais.	++		
Proteção das áreas de REN (áreas de máxima infiltração) existentes no Plano	+		
<b>CRITÉRIO: Solo</b>			
<b>Oportunidades</b>		<b>Riscos</b>	
Mobilização mínima dos solos através do aproveitamento da topografia natural do local	++	Impermeabilização dos solos.	-
Proteção das áreas de RAN existentes no Plano	+	Alteração dos usos agrícola e florestal existente por espaço de ocupação turística	-
As áreas verdes e os relvados campo de golfe garantirão a boa estabilização dos solos e controlo de erosão.	++		
<b>CRITÉRIO: Ar</b>			
<b>Oportunidades</b>		<b>Riscos</b>	
A definição de rede pedonal na área do plano, contribuirá para a diminuição do uso automóvel.	+		
<b>CRITÉRIO: Ruído</b>			
<b>Oportunidades</b>		<b>Riscos</b>	
O plano prevê medidas de controlo dos níveis de ruído no PP através do zonamento acústico.	++		

QE3: Valorização paisagística da área de intervenção.			
CRITÉRIO: Resíduos			
Oportunidades		Riscos	
Sem relação	0	Sem relação	0
CRITÉRIO: Água			
Oportunidades		Riscos	
A valorização paisagística do PP irá promover a proteção dos recursos hídricos, nomeadamente das linhas de água existentes no plano	+		
CRITÉRIO: Solo			
Oportunidades		Riscos	
A valorização paisagística do PP irá promover a proteção dos solos	+		
CRITÉRIO: Ar			
Oportunidades		Riscos	
A valorização paisagística do PP irá promover a redução da poluição através da existência de grandes áreas verdes.	+		
CRITÉRIO: Ruído			
Oportunidades		Riscos	
A valorização paisagística do PP, integrada e coerente com as características topografias do local reduzirá o ruído de circulação automóvel através da existência de espaços canal de baixos declives.	+		

O4: Melhorar as acessibilidades internas e externas.			
CRITÉRIO: Resíduos			
Oportunidades		Riscos	
Sem relação	0	Sem relação	0
CRITÉRIO: Água			
Oportunidades		Riscos	
Sem relação	0	Sem relação	0
CRITÉRIO: Solo			
Oportunidades		Riscos	
		Aumento dos territórios artificializados por construção das vias rodoviárias.	-
CRITÉRIO: Ar			
Oportunidades		Riscos	
Minimização da degradação da qualidade do ar - percursos pedonais permitem alternativa às deslocações em transporte automóvel.	+	Aumento das emissões gasosas por aumento de tráfego	-
CRITÉRIO: Ruído			
Oportunidades		Riscos	
Minimização da degradação da qualidade sonora - percursos pedonais permitem alternativa às deslocações em transporte automóvel.	+	Aumento ruído por aumento de tráfego	-

### 6.2.6. Medidas e recomendações para seguimento

Relativamente às principais diretrizes que possam contribuir para uma observação e acompanhamento dos efeitos do Plano sobre o *FCD - Qualidade Ambiental*.

As medidas e recomendações apresentadas não dispensam uma avaliação mais detalhada nos eventuais processos de Avaliação de Impacte Ambiental que venham a estar associados a projetos que serão naturalmente acolhidos pelo presente PP da Jagunda.

### 6.2.6.2 Medidas e recomendações de planeamento

- Incentivar o aumento da oferta de modos de transporte sustentáveis de acesso ao PP da Jagunda, e desta forma contribuir para o controlo das emissões de gases de efeito de estufa.
- Incentivar e privilegiar tecnologias inovadoras e ecoeficientes, que permitam uma redução do consumo de recursos naturais e uma menor produção de resíduos e emissões.
- Elaboração de um plano de gestão da água.
- Elaboração de um plano de gestão de fertilizantes e produtos fitossanitários.
- Estudar a aplicação de micorrizas na implantação e manutenção da relva.
- Estudar a possibilidade de reutilização das águas residuais tratadas nas ETAR do município na rega do campo de golfe e áreas verdes comuns.
- Implementação de sistemas de gestão eficientes de efluentes líquidos de forma a diminuir eventuais cargas poluentes emitidas para as linhas de água.
- Aplicação do Guia de Boas Práticas para Campos de Golfe da APA.
- Implementar medidas de proteção do solo, nomeadamente em relação à contaminação e à erosão.
- Verificação do cumprimento do regime jurídico da utilização dos recursos hídricos.
- Implementar um sistema de compostagem dos resíduos verdes produzidos e utilização do composto como fertilizante.
- O projeto de execução de campo de golfe deverá respeitar os seguintes critérios:
  - a) O sistema automático de rega a aplicar no campo de golfe restringe-se unicamente aos greens e fairways a construir;
  - b) Devem moderar-se quanto possível as dotações de rega, evitando grandes perdas por infiltração/evaporação;
  - c) Deverão projetar-se e gerir-se em plena conjugação os sistemas rega/drenagem, de forma a reduzir ao máximo as perdas de água;
  - d) As águas lixivantes do campo de golfe, depois de drenadas e eventualmente armazenadas temporariamente, deverão ser recirculadas podendo então ser reutilizadas nas águas de rega;
  - e) Deverá ser projetado um adequado sistema de drenagem das águas lixiviadas do campo de golfe, minimizando desse modo o risco de contaminação das águas subterrâneas;
  - f) As zonas preferenciais de infiltração de lixiviados do campo de golfe, como sejam os lagos artificiais, deverão ser rigorosamente impermeabilizadas por meio de geomembranas adequadas;
  - g) As valas de drenagem de lixiviados deverão ser, também elas, devidamente impermeabilizadas de forma a minimizar a infiltração no solo;
  - i) A preparação do solo para a implantação do campo de golfe deverá ter em conta o enriquecimento da sua componente orgânica (e. g. através da aplicação de fertilizante orgânico), por forma a conferir-lhe maior capacidade de adsorção, depuração e retenção da água;
  - j) Recomenda-se a adoção de cuidados especiais na escolha e aplicação de fertilizantes e pesticidas, preferindo os menos suscetíveis à lixiviação, os pesticidas com maior rapidez de degradação e menor grau de toxicidade. Relativamente aos fertilizantes, eles deverão ser reportados por várias aplicações, por forma a melhorar a sua eficácia e a minimizar as perdas por infiltração.

- Quando se prevê armazenamento das águas superficiais drenadas, em lagos, deverão ser controlados os fenómenos de eutrofização através da determinação do oxigénio dissolvido, clorofila e produção primária.
- Acreditação das atividades turísticas do plano como “Turismo eco2SEIA” que visa enaltecer as qualidades ambientais e o contributo dos serviços de turismo para o desígnio “Seia – Cidade de Baixo Carbono”.
- Implementação de sistemas de gestão ambiental (EMAS ou ISO 14 000).
- Todo o equipamento, máquinas e veículos afetos ao campo de golfe com motor, devem ser inspecionados e mantidos em boas condições de funcionamento, de modo a evitar a emissão de níveis sonoros superiores aos observados durante o seu normal funcionamento;
- Os equipamentos utilizados nas ações de manutenção, nomeadamente máquinas de corte de relva e manutenção da vegetação, devem obedecer aos valores limites de potência sonora estipulados no anexo II do Regulamento Geral do Ruído.
- Impor limitação de velocidade na área do plano.
- Desenvolver e implementar a Política de Gestão Ambiental do empreendimento turístico, que sensibilize os hóspedes e utilizadores para práticas de poupança de água e separação de resíduos

#### 6.2.6.1 Medidas e recomendações de monitorização

- Acompanhamento do sistema de recolha de resíduos promovendo a recolha seletiva dos mesmos
- Assegurar a qualidade da água, em função do uso para rega, de acordo com a legislação.
- Monitorização das condições de drenagem natural na área do plano.
- Monitorização das operações de proteção de linhas de água.
- Monitorização das iniciativas desenvolvidas com vista à sensibilização para o correto uso da água;
- Monitorização da qualidade da água superficial e subterrânea (pode ser através da captação. a realizar na área do plano).
- Monitorizar os caudais utilizados na rega provenientes da captação a realizar na área do plano.
- Apresentar à Assembleia Municipal, de dois em dois anos, um relatório sobre o estado do ambiente acústico da área do PP da Jagunda (exceto quando esta matéria integre o relatório sobre o estado do ambiente municipal (cf. Artigo 10.º do Regulamento Geral de Ruído).
- Solicitar dados do plano de monitorização dos estudos de impacte ambiental a serem realizados na área do plano para incorporar no relatório de seguimento.

## 6.3. Qualidade de Vida

### 6.3.1. Descrição do FCD e seus objetivos

No FCD – *Qualidade de Vida* irá atender-se aos efeitos da proposta de plano sobre a mobilidade e acessibilidades, infraestruturas, dinâmica turística e desenvolvimento socioeconómico.

A avaliação deste fator crítico pretende identificar os aspetos que as ações preconizadas na proposta do PP da Jagunda poderão desenvolver e que poderão ter influência na qualidade de vida das populações.

Para isso, identificaram-se critérios de avaliação e indicadores, que auxiliam o nível de pormenorização da análise que se pretende realizar – Tabela 39.

**Tabela 39 - Principais Indicadores do FCD - *Qualidade de Vida*.**

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
Qualidade de Vida	Mobilidade e acessibilidades	<ul style="list-style-type: none"> <li>Articular a ligação à rede viária envolvente</li> <li>Promover as deslocações em meios de transporte alternativo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Volume de tráfego</li> <li>Repartição modal</li> </ul>
	Desenvolvimento socioeconómico	<ul style="list-style-type: none"> <li>Diversificação da base económica</li> <li>Promover o emprego local</li> <li>Contribuir para a criação de riqueza e para a melhoria da qualidade de vida da população</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Taxa de Desemprego</li> <li>Evolução da População Ativa por Atividades Económicas</li> <li>Variação do número de empresas sediadas (%)</li> <li>Variação do número de Empresas por setor de atividade</li> <li>Poder de compra per capita</li> </ul>
	Infraestruturas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Garantir serviços de abastecimento de água para consumo humano</li> <li>Promover um consumo eficiente e racional do recurso água</li> <li>Garantir serviços de drenagem e de tratamento de águas residuais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Variação da percentagem da população servida por sistemas de abastecimento de água para consumo e de saneamento.</li> <li>Variação do número de iniciativas com vista à promoção do uso eficiente da água</li> <li>Eficácia do tratamento de efluentes</li> </ul>
	Dinâmica turística	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolver os produtos turísticos estratégicos: Touring cultural e paisagístico; Turismo da natureza; Tours de vinho e gastronomia; saúde e bem-estar</li> <li>Aumentar/melhorar as condições de apoio e suporte à prática turística</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Número de alojamentos turísticos</li> <li>Procura turística (numero de dormidas) nos estabelecimentos hoteleiros</li> <li>Intensidade turística (nº de dormidas em milhares/população residente em centenas)</li> </ul>

### 6.3.2. Situação existente e análise tendencial.

#### MOBILIDADE E ACESSIBILIDADES

O concelho de Seia é atravessado por um conjunto de vias que formam uma rede viária que assegura facilmente as ligações internas e as ligações externas de proximidade, designadamente aos concelhos vizinhos, encontrando-se igualmente numa posição muito favorável face às vias que permitem assegurar o estabelecimento das ligações regionais e nacionais.

O acesso ao local de implantação do PP faz-se pela EM522-4 que estabelece a ligação EN17 a Arrifana. A partir desta via acede-se à EM522, que estabelece a ligação com a via circular de Seia, que constitui o percurso preferencial de acesso ao centro da cidade de Seia.

A Via Circular de Seia apresenta um traçado linear, com 2 faixas de rodagem passeios e via ciclável, com cruzamentos efetuados em rotundas. A capacidade teórica desta via está estimada em cerca de 1.200 uvl/h (DGTT; HMSO).

A Via Circular de Seia caracteriza-se atualmente por apresentar um baixo volume de tráfego, TMD de 1547veículos, correspondendo a 129 uvl/h, encontrando-se muito abaixo do limite da sua capacidade de carga de 1.200 uvl/h (DGTT; HMSO).

A rede de transportes rodoviários interurbanos que serve atualmente o concelho de Seia, designadamente ao nível do transporte de passageiros, é assegurada através das seguintes operadoras de carácter regional: Marques, que domina a oferta; TransDev Centro; Auto Transportes do Fundão; Rede Expresso.

A figura seguinte resume a oferta, indicando os trajetos e horários das diferentes carreiras, cujo término ocorre na Estação Central de Camionagem (fonte: PP da Quinta da Veiga).

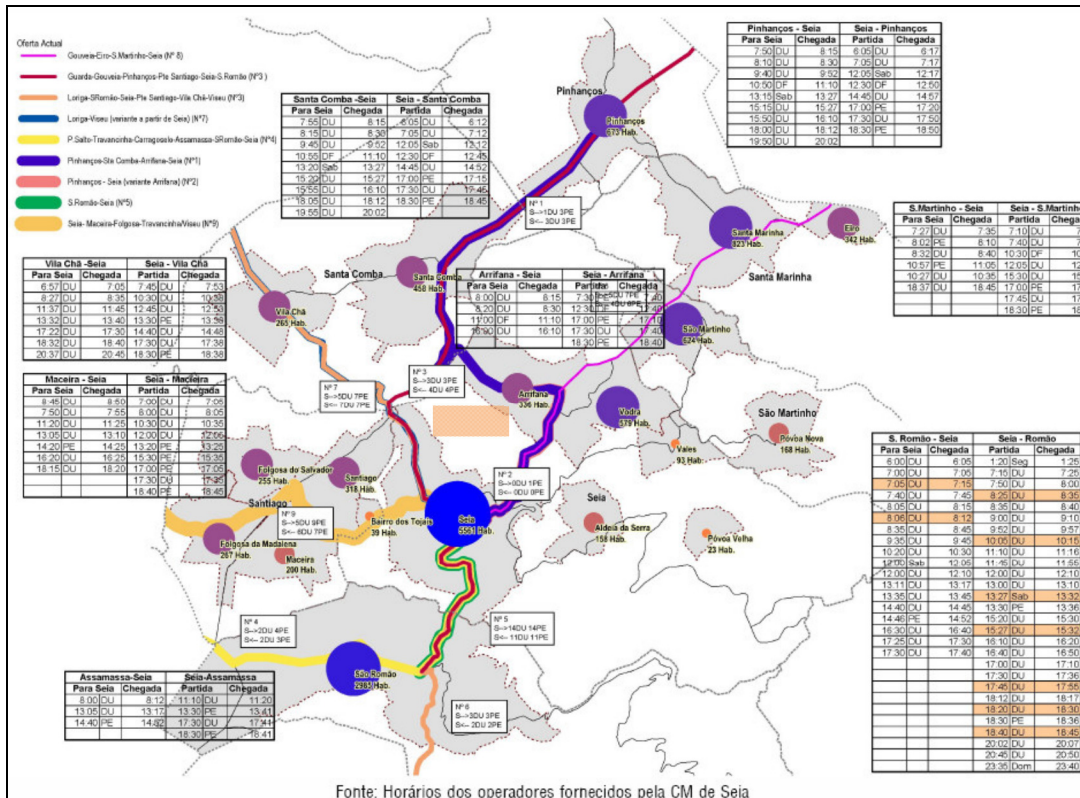


Figura 31 - Trajetos e horários das carreiras de transportes coletivos rodoviários.

A Câmara Municipal possui serviço de transporte coletivo urbano, que serve as principais áreas da cidade, não estando incluído nenhum percurso na área de implantação do PP da Jagunda. A paragem do circuito urbano mais próxima da área do PP da Jagunda é a correspondente à Escola Superior de Turismo

O serviço de transporte coletivo urbano inclui 14 carreiras diárias, que se iniciam às 8:15h e terminam às 18:40h.



Figura 32 - Trajetos do serviço de transporte coletivo urbano.

CIRCUITO URBANO	
CENTRAL CAMIONAGEM	1 08h15 - 09h00 - 09h45 - 10h30 - 11h15 - 12h00 - 12h45 - 13h30 - 14h15 - 15h00 - 15h45 - 16h30 - 17h15 - 18h00
AV. 1.º MAIO	2 08h17 - 09h02 - 09h47 - 10h32 - 11h17 - 12h02 - 12h47 - 13h32 - 14h17 - 15h02 - 15h47 - 16h32 - 17h17 - 18h02
CEMITÉRIO	3 08h18 - 09h03 - 09h48 - 10h33 - 11h18 - 12h03 - 12h48 - 13h33 - 14h18 - 15h03 - 15h48 - 16h33 - 17h18 - 18h03
CENTRO DE SAÚDE	4 08h19 - 09h04 - 09h49 - 10h34 - 11h19 - 12h04 - 12h49 - 13h34 - 14h19 - 15h04 - 15h49 - 16h34 - 17h19 - 18h04
BARROCA DA FONTE	5 08h21 - 09h06 - 09h51 - 10h36 - 11h21 - 12h06 - 12h51 - 13h36 - 14h21 - 15h06 - 15h51 - 16h36 - 17h21 - 18h06
CENTRO ESCOLAR SEIA	6 08h23 - 09h08 - 09h53 - 10h38 - 11h23 - 12h08 - 12h53 - 13h38 - 14h23 - 15h08 - 15h53 - 16h38 - 17h23 - 18h08
ESCOLA G. C. CARVALHO	7 08h24 - 09h09 - 09h54 - 10h39 - 11h24 - 12h09 - 12h54 - 13h39 - 14h24 - 15h09 - 15h54 - 16h39 - 17h24 - 18h09
ESCOLA SECUNDÁRIA	8 08h25 - 09h10 - 09h55 - 10h40 - 11h25 - 12h10 - 12h55 - 13h40 - 14h25 - 15h10 - 15h55 - 16h40 - 17h25 - 18h10
INTERMARCHÉ	9 08h26 - 09h11 - 09h56 - 10h41 - 11h26 - 12h11 - 12h56 - 13h41 - 14h26 - 15h11 - 15h56 - 16h41 - 17h26 - 18h11
S. ROMÃO	10 08h27 - 09h12 - 09h57 - 10h42 - 11h27 - 12h12 - 12h57 - 13h42 - 14h27 - 15h12 - 15h57 - 16h42 - 17h27 - 18h12
S. ROMÃO (CORREIOS)	11 08h28 - 09h13 - 09h58 - 10h43 - 11h28 - 12h13 - 12h58 - 13h43 - 14h28 - 15h13 - 15h58 - 16h43 - 17h28 - 18h13
INTERMARCHÉ	12 08h29 - 09h14 - 09h59 - 10h44 - 11h29 - 12h14 - 12h59 - 13h44 - 14h29 - 15h14 - 15h59 - 16h44 - 17h29 - 18h14
BAIRRO DOS MARTINHOS	13 08h30 - 09h15 - 10h00 - 10h45 - 11h30 - 12h15 - 13h00 - 13h45 - 14h30 - 15h15 - 16h00 - 16h45 - 17h30 - 18h15
R. MARIANA LENCASTRE	14 08h31 - 09h16 - 10h01 - 10h46 - 11h31 - 12h16 - 13h01 - 13h46 - 14h31 - 15h16 - 16h01 - 16h46 - 17h31 - 18h16
R. LEONARDO P. HOMEM	15 08h33 - 09h18 - 10h03 - 10h48 - 11h33 - 12h18 - 13h03 - 13h48 - 14h33 - 15h18 - 16h03 - 16h48 - 17h33 - 18h18
AV. 3 DE JULHO	16 08h35 - 09h20 - 10h05 - 10h50 - 11h35 - 12h20 - 13h05 - 13h50 - 14h35 - 15h20 - 16h05 - 16h50 - 17h35 - 18h20
INSTITUTO EMPREGO	17 08h36 - 09h21 - 10h06 - 10h51 - 11h36 - 12h21 - 13h06 - 13h51 - 14h36 - 15h21 - 16h06 - 16h51 - 17h36 - 18h21
BOMBEIROS	18 08h37 - 09h22 - 10h07 - 10h52 - 11h37 - 12h22 - 13h07 - 13h52 - 14h37 - 15h22 - 16h07 - 16h52 - 17h37 - 18h22
CORREIOS	19 08h38 - 09h23 - 10h08 - 10h53 - 11h38 - 12h23 - 13h08 - 13h53 - 14h38 - 15h23 - 16h08 - 16h53 - 17h38 - 18h23
CÂMARA SEIA	20 08h39 - 09h24 - 10h09 - 10h54 - 11h39 - 12h24 - 13h09 - 13h54 - 14h39 - 15h24 - 16h09 - 16h54 - 17h39 - 18h24
PRAÇA DA REPÚBLICA	21 08h41 - 09h26 - 10h11 - 10h56 - 11h41 - 12h26 - 13h11 - 13h56 - 14h41 - 15h26 - 16h11 - 16h56 - 17h41 - 18h26
HOSPITAL	22 08h43 - 09h28 - 10h13 - 10h58 - 11h43 - 12h28 - 13h13 - 13h58 - 14h43 - 15h28 - 16h13 - 16h58 - 17h43 - 18h28
ESCOLA PROFISSIONAL	23 08h44 - 09h29 - 10h14 - 10h59 - 11h44 - 12h29 - 13h14 - 13h59 - 14h44 - 15h29 - 16h14 - 16h59 - 17h44 - 18h29
R. DR. SIMÕES PEREIRA	24 08h46 - 09h31 - 10h16 - 11h00 - 11h46 - 12h31 - 13h16 - 14h00 - 14h46 - 15h31 - 16h16 - 17h00 - 17h46 - 18h31
AV. LUÍS VAZ DE CAMÕES	25 08h47 - 09h32 - 10h17 - 11h01 - 11h47 - 12h32 - 13h17 - 14h01 - 14h47 - 15h32 - 16h17 - 17h01 - 17h47 - 18h32
PRAÇA DA REPÚBLICA	26 08h48 - 09h33 - 10h18 - 11h02 - 11h48 - 12h33 - 13h18 - 14h02 - 14h48 - 15h33 - 16h18 - 17h02 - 17h48 - 18h33
ESCOLA ABRANCHES FERRÃO	27 08h51 - 09h36 - 10h21 - 11h05 - 11h51 - 12h36 - 13h21 - 14h05 - 14h51 - 15h36 - 16h21 - 17h05 - 17h51 - 18h36
ESCOLA SUP. TURISMO	28 08h52 - 09h37 - 10h22 - 11h06 - 11h52 - 12h37 - 13h22 - 14h06 - 14h52 - 15h37 - 16h22 - 17h06 - 17h52 - 18h37
ZONA INDUSTRIAL (ROTUNDA)	29 08h54 - 09h39 - 10h24 - 11h07 - 11h54 - 12h39 - 13h24 - 14h07 - 14h54 - 15h39 - 16h24 - 17h07 - 17h54 - 18h39
AV. TERRAS DE SENA	30 08h55 - 09h40 - 10h25 - 11h08 - 11h55 - 12h40 - 13h25 - 14h08 - 14h55 - 15h40 - 16h25 - 17h08 - 17h55 - 18h40

Figura 33 - Paragens e horários do serviço de transporte coletivo urbano.

Verifica-se assim que a cidade de Seia apresenta uma boa cobertura da rede de transportes coletivos rodoviários com frequência de circulação que satisfaz as necessidades de deslocação.

O modo de transporte mais utilizado no Concelho de Seia é, à semelhança das restantes unidades geográficas que aqui se apresentam, o automóvel particular ainda que, aqui, este tenha um peso significativamente maior – 46,3% do que o valor da região centro. A freguesia de Seia, aonde se encontra a área do plano, o uso do automóvel particular é ainda superior (48,5%)

Seguem-se as deslocações a pé com um peso de 32%. Os restantes modos de transporte representam no seu conjunto 22% do total dos trajetos efetuados como motivo trabalho e estudo.

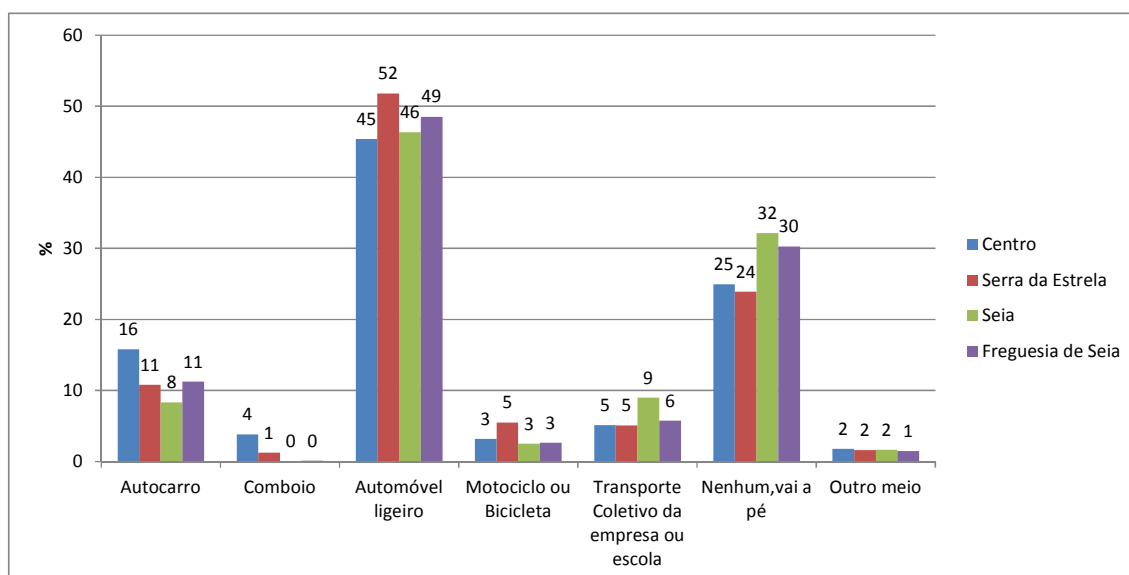


Gráfico 6 - Modo de Transporte utilizado nas deslocações para o local de trabalho/estudo.

Uma análise desagregada ao nível da freguesia permite constatar que é nas freguesias que apresentam maior urbanidade, que a dependência do automóvel assume maior expressão, sendo que em todas as freguesias do concelho este meio de transporte é igualmente utilizado na maior parte das deslocações (Tabela 40). A freguesia de Girabolhos é a que apresenta uma menor dependência (24,59%)

Tabela 40 - Modo de Transporte utilizado nas deslocações para o local de trabalho/estudo, por freguesia (2001).

Freguesias	Autocarro	Comboio	Automóvel ligeiro	Motociclo ou Bicicleta	Transporte Coletivo da empresa ou escola	Nenhum, vai a pé	Outro meio	% uso do Automóvel Ligeiro
Alvoco da Serra	66	0	72	382	46	46	10	37,36
Cabeça	32	0	17	3	2	18	0	29,63
Carragozela	38	0	116	0	9	48	2	61,63
Folhadosa	33	0	99	8	3	60	2	55,62
Girabolhos	53	1	31	7	16	65	1	24,59
Lajes	10	0	50	11	27	43	3	44,95
Loriga	56	0	151	5	8	461	10	25,05
Paranhos	55	3	326	0	86	265	9	46,50
Pinhanços	64	0	192	44	33	81	6	53,05
Sabugueiro	47	0	113	8	52	76	6	41,70
Sameice	29	0	84	9	13	60	5	46,43
Sandomil	99	0	174	9	40	152	14	43,27

Freguesias	Autocarro	Comboio	Automóvel ligeiro	Motociclo ou Bicicleta	Transporte Coletivo da empresa ou escola	Nenhum, vai a pé	Outro meio	% uso do Automóvel Ligeiro
Santa Comba	48	0	215	19	7	88	7	62,63
Santa Eulália	43	0	87	12	9	29	2	59,23
Santa Marinha	104	0	237	1	33	192	10	44,19
Santiago	83	0	388	22	46	94	5	67,26
São Martinho	68	0	230	14	15	57	1	69,03
São Romão	160	0	835	19	71	618	39	54,32
Sazes da Beira	11	0	43	30	22	47	2	41,58
Seia	174	8	2458	1	121	1367	30	60,64
Teixeira	22	0	7	46	1	38	1	13,64
Torrozelo	55	1	153	1	18	52	5	60,17
Tourais	100	2	390	3	18	187	26	57,78
Travancinha	54	1	121	41	41	46	2	54,90
Valezim	29	3	75	5	9	19	2	60,55
Várzea de Meruge	23	0	72	5	9	16	6	63,64
Vide	29	0	105	7	11	85	5	48,90
Vila Cova à Coelheira	1	0	108	6	63	59	3	45,41
Lapa dos Dinheiros	45	0	102	35	9	29	2	59,38
<b>Concelho Total</b>	<b>1631</b>	<b>19</b>	<b>7 051</b>	<b>382</b>	<b>838</b>	<b>4 398</b>	<b>216</b>	<b>53,79</b>

Fonte: INE, Censos 2001

## DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO

Relativamente à taxa de desemprego, o concelho de Seia, regista um valor superior a todas as unidades geográficas onde de insere, com 8% de desemprego, em 2001, sendo o sexo feminino o que mais contribuiu para este valor, registando uma taxa de desemprego feminino de 10,6%.

Nas freguesias do concelho, a que tem a maior percentagem de população desempregada é Cabeça com 32,3%, superando assim a média concelhia de 8,0% registada em 2001. Por seu turno a freguesia com a maior taxa de população ativa empregada é a freguesia de Seia com uma taxa de emprego de 49,6%, em 2001 (tabela 41).

Tabela 41 - Taxas de Atividade e de Desemprego na região, sub-região, concelho e freguesias, segundo o sexo, 2001.

Unidade Geográfica	Taxa de Atividade (%)			P.P. Tx Act (H-M)	Taxa de Desemprego (%)			P.P. Tx Desemp. (H-M)
	Total	H	M		Total	H	M	
Portugal	48,2	54,8	42,0	12,82	6,8	5,2	8,7	-3,5
Centro	45,5	52,9	38,6	14,29	5,8	3,9	8,1	-4,2
Serra da Estrela	39,9	47,3	33,2	14,09	7,9	5,6	10,9	-5,3
Seia - concelho	42,3	49,2	36,1	13,1	8,0	5,9	10,6	-4,7
Alvoco da Serra	31,4	39,2	24,4	14,8	12,3	6,7	20,5	-13,8
Cabeça	27,1	29,2	25,2	4	32,3	22,6	41,9	-19,3
Carragozela	45,2	56,5	35,5	21	9,9	7,6	13,0	-5,4
Folhadosa	39,6	45,9	34,5	11,4	5,3	2,2	8,6	-6,4
Girabolhos	27,2	38,5	16,7	21,8	11,5	9,0	16,7	-7,7
Lajes	36,2	45,7	28,7	17	7,1	4,8	10,2	-5,4
Loriga	46,8	51,4	42,4	9	8,8	4,4	13,8	-9,4
Paranhos	37,2	48,6	27,0	21,6	5,5	4,1	7,8	-3,7
Pinhanços	42,1	49	35,4	13,6	6,8	4,7	9,5	-4,8
Sabugueiro	46,8	54,4	39,2	15,2	10,9	9,6	12,6	-3,0
Sameice	42,8	52,8	34,7	18,1	2,9	1,1	5,3	-4,2
Sandomil	36,4	43,6	29,5	14,1	7,9	6,0	10,7	-4,7
Santa Comba	42,6	49,3	36,5	12,8	7	3,4	11,3	-7,9
Santa Eulália	41,3	49,4	33,5	15,9	4,5	3,8	5,5	-1,7
Santa Marinha	38,7	45,4	32,9	12,5	7,5	6,4	8,7	-2,3
Santiago	44,9	50,8	39,7	11,1	6,8	2,6	11,5	-8,9
São Martinho	39,1	46,1	32,5	13,6	12,5	9,9	16,1	-6,2
São Romão	47,5	53,5	41,7	11,8	10,2	8,0	12,9	-4,9
Sazes da Beira	29,3	36,9	22,7	14,2	10	11,9	7,3	4,6
Seia	49,6	53,6	45,9	7,7	7,7	6,4	9,2	-2,8
Teixeira	25,9	34,2	18,2	16	16,7	5,3	36,4	-31,1
Torrozeiro	45,5	53,8	38,0	15,8	6,3	4,5	8,5	-4,0

Unidade Geográfica	Taxa de Atividade (%)			P.P. Tx Act (H-M)	Taxa de Desemprego (%)			P.P. Tx Desemp. (H-M)
	Total	H	M		Total	H	M	
Tourais	37,3	48,8	27,5	21,3	2,9	1,4	5,2	-3,8
Travancinha	37	47,1	28,2	18,9	2,5	1,7	3,7	-2,0
Valezim	31,4	36,3	26,5	9,8	12,5	8,6	18,0	-9,4
Várzea de Meruge	41,3	48,6	33,6	15	1,7	1,4	2,2	-0,8
Vide	24,9	34,5	15,7	18,8	11,9	8,4	19,4	-11,0
Vila Cova à Coelheira	44,9	51,4	38,5	12,9	5,8	6,1	5,4	0,7
Lapa dos Dinheiros	42,5	48,8	36,0	12,8	10,7	7,7	15,1	-7,4

Fonte: INE, 2001: Recenseamento Geral da População.

Segundo os dados disponibilizados pelo Data centro da CCDR-Centro, referentes ao número de desempregados inscritos no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), a taxa de desemprego em 2010 era: 7,8 Portugal; 6,6 Região Centro; 9,0 Serra da Estrela e 9,2 Seia.

Assim verifica-se que os indicadores relativos ao desemprego têm demonstrado uma tendência de aumento, como seria expectável face ao contexto atual.

No que diz respeito à população residente economicamente ativa e empregada do concelho de Seia, em 2001, verifica-se que esta concentra-se maioritariamente no setor terciário (49,6%), assumindo o setor primário um peso muito inferior (5,0%) enquanto empregador da população.

Sobre a população ativa nos setores de atividade, e apoiados nos dados do INE, constata-se que o setor primário decresceu de 1981-2001, sendo o menos representativo na estrutura socioeconómica do Concelho, tendo sofrido uma quebra de 19,3%, ocupando, em todo o caso, ainda, cerca de 5,0% da sua população ativa.

Comparativamente, o setor secundário foi durante as décadas de '81 e '91, o mais expressivo, durante a década 91-2001 decresceu cerca de 10% .

No setor terciário, acompanhando a tendência generalizada a nível nacional, e viu o seu quantitativo aumentar praticamente 27,3% entre a década de '81 e '01.

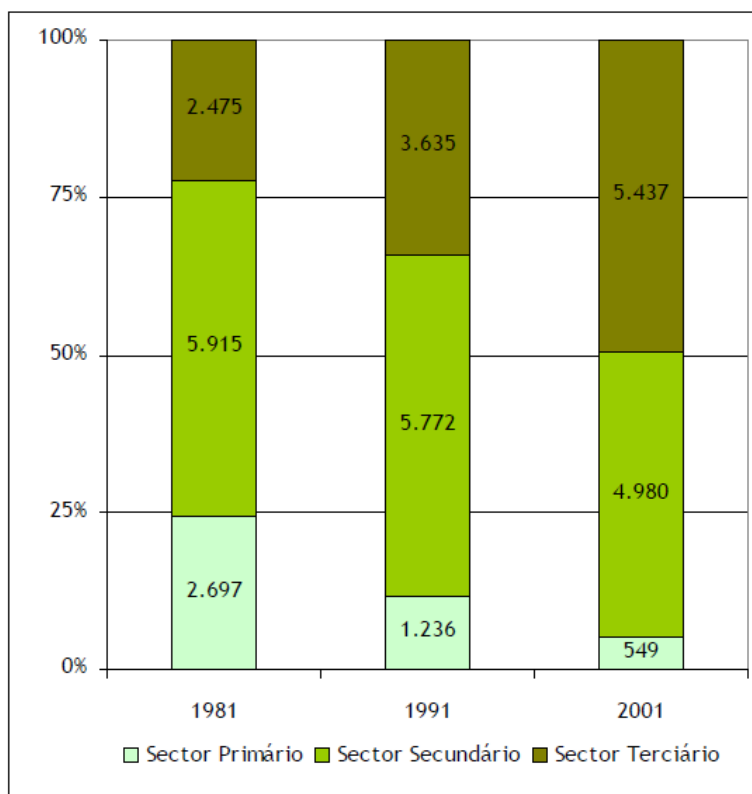


Gráfico 7 - Evolução da distribuição da população ativa por setores de atividades (Seia 2020).

Quando analisado ao nível das freguesias é possível constatar que existem algumas nuances à média registada pelo concelho. As diferenças registadas ao nível das freguesias traduzem as suas especificidades, sendo possível distinguir as freguesias mais rurais, das mais industrializadas ou urbanas bem como, e conseqüentemente, aquelas que se afastam, ou aproximam, mais da média concelhia.

Como apresentado no quadro 7 o setor primário é particularmente importante na Freguesia de Vide, onde é responsável pelo emprego de aproximadamente 27% da população ativa, assumindo igualmente um peso significativo na Freguesia de Teixeira (24,0%). No extremo oposto, sobressaem duas freguesias a saber: Seia (1%) e Valezim (1%).

O setor secundário é particularmente importante no emprego da população residente nas freguesias de Alvoco da Serra (63,5%) e Travancinha (63,5%). As freguesias onde o peso da população residente empregada no setor secundário é mais diminuto são: Teixeira (32,0%) e Seia (34,7%). As suas especificidades registadas nas freguesias encontram-se particularmente associadas aos pesos diferenciados que o setor primário e terciário registam.

No setor terciário, setor dos serviços, as freguesias que se apresentavam com as maiores percentagens da sua população ativa eram as freguesias de Seia ( 64,4% ), São Romão (55,1%) e de Cabeça ( 54,8% ). Estes dados apoiam a tese de a sede de concelho concentra a maior parte das funções urbanas (comércio, serviços,).

Tabela 42 - População residente economicamente ativa e empregada no concelho e freguesias, segundo o setor de atividade económica, 2001.

Zona Geográfica	Total	Primário		Secundário		Terciário	
		n.º	%	n.º	%	n.º	%
Alvoco da Serra	178	6	3,4	113	63,5	59	33,1
Cabeça	42	2	4,8	17	40,5	23	54,8
Carragozela	164	6	3,7	84	51,2	74	45,1
Folhadosa	161	4	2,5	70	43,5	87	54,0
Girabolhos	116	23	19,8	54	46,6	39	33,6
Lajes	104	20	19,2	44	42,3	40	38,5
Loriga	542	19	3,5	329	60,7	194	35,8
Paranhos	603	57	9,5	254	42,1	292	48,4
Pinhanços	276	18	6,5	130	47,1	128	46,4
Sabugueiro	238	5	2,1	140	58,8	93	39,1
Sameice	165	16	9,7	100	60,6	49	29,7
Sandomil	371	61	16,4	189	50,9	121	32,6
Santa Comba	294	29	9,9	142	48,3	123	41,8
Santa Eulália	127	9	7,1	76	59,8	42	33,1
Santa Marinha	421	22	5,2	232	55,1	167	39,7
Santiago	469	20	4,3	223	47,5	226	48,2
São Martinho	279	11	3,9	168	60,2	100	35,8
São Romão	1312	26	2,0	563	42,9	723	55,1
Sazes da Beira	90	11	12,2	42	46,7	37	41,1
Seia	3171	31	1,0	1099	34,7	2041	64,4
Teixeira	50	12	24,0	16	32,0	22	44,0
Torrozelo	225	5	2,2	109	48,4	111	49,3
Tourais	566	41	7,2	257	45,4	268	47,3
Travancinha	197	19	9,6	125	63,5	53	26,9
Valezim	105	1	1,0	54	51,4	50	47,6
Várzea de Meruge	114	3	2,6	62	54,4	49	43,0
Vide	185	50	27,0	66	35,7	69	37,3
Vila Cova à Coelheira	243	20	8,2	142	58,4	81	33,3
Lapa dos Dinheiros	158	2	1,3	80	50,6	76	48,1
<b>Seia - concelho</b>	<b>10966</b>	<b>549</b>	<b>5,0</b>	<b>4980</b>	<b>45,4</b>	<b>5437</b>	<b>49,6</b>

Fonte: INE, 2001: Recenseamento Geral da População.

Em 2009, o número de empresas de com sede em Seia era de 1990, correspondendo a uma densidade de empresas no município de 4,6 empresas/km<sup>2</sup>, valor superior ao da sub-região da Serra da Estrela (4,0 empresas/km<sup>2</sup>), valor que reflete necessariamente a atratividade do município.

Relativamente à dimensão das empresas no concelho, importa destacar a elevada proporção de microempresas, valor este que acompanha o registado na Região Centro.

Tabela 43 - Indicadores do tecido empresarial concelhio.

		Continente	Centro	Serra da Estrela	Seia
Empresas (N.º)	2008	1 054 373	237 534	3569	2062
	2009	1019248	229099	3448	1990
Densidade de empresas (N.º/km <sup>2</sup> )	2008	11,9	8,4	4,1	4,7
	2009	11,4	8,1	4,0	4,6
Proporção de micro-empresas	2008	95,5	95,8	96,0	95,7
	2009	95,6	95,9	96,3	95,9

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2008,2009 e 2010.;

O decréscimo do número de empresas concelhio entre 2008 e 2009, foi em percentagem igual à diminuição do número de empresa na sub-região da Serra da Estrela.

A análise do número de sociedades segundo a CAE-VER.3, em 2009, permite constatar uma maior concentração de empresas no setor do comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos automóveis e motociclos (com 29,4%). Seguem se depois o setor da construção (com 12%) e com representatividade semelhante os setores da indústria transformadora (9,7%) e do Alojamento, restauração e similares (16,6%).

De acordo com dados estatísticos do INE, relativos aos anos de 2008 a 2009, a distribuição das empresas, segundo a classificação das atividades económicas, evidenciou uma tendência de diminuição, apenas, no que se refere ao número de empresas, dos setores ligados ao transporte e armazenamento, as atividades administrativas e dos serviços de apoio, a educação e as atividades de saúde humana e apoio social, ocorreu um aumento. No entanto, em todos os restantes setores de atividades económicas, verificou-se uma tendência para a diminuição das empresas, facto que os dados acentuam ao registarem, naquele período, uma perda de 72 empresas (tabela 44).

Tabela 44 - Empresas sediadas no concelho da Seia, segundo a classificação das atividades económicas CAE-REV.3.

Empresas - Segundo a classificação das atividades económicas (CAE-REV.3)	2008		2009	
	N.º	%	N.º	%
Pesca e aquicultura (CAE A3)	0	0,0	0	0,0
Indústrias extrativas (CAE B)	2	0,1	2	0,1
Indústrias transformadoras (CAE C)	202	9,8	194	9,7
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio (CAE D)	1	0,0	1	0,1
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição (CAE E)	1	0,0	0	0,0
Construção (CAE F)	264	12,8	238	12,0
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (CAE G)	623	30,2	585	29,4
Transportes e armazenagem (CAE H)	56	2,7	57	2,9
Alojamento, restauração e similares (CAE I)	211	10,2	191	9,6
Atividades de informação e de comunicação (CAE J)	15	0,7	14	0,7
Atividades imobiliárias (CAE L)	22	1,1	22	1,1
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (CAE M)	153	7,4	144	7,2
Atividades administrativas e dos serviços de apoio (CAE N)	54	2,6	61	3,1
Educação	153	7,4	178	8,9
Atividades de saúde humana e apoio social	102	4,9	108	5,4
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	35	1,7	30	1,5
Outras atividades de serviços	168	8,1	165	8,3
<b>Total</b>	<b>2062</b>	<b>100</b>	<b>1990</b>	<b>100</b>

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2009 e 2010.

Como se constata pelo quadro anterior, as maiores perdas do número de empresas ocorreram no setor do comércio por grosso e a retalho e do Alojamento, restauração e similares.

O índice do poder de compra do município de Seia em 2009 correspondia a 67,74 % da média nacional, tendo aumentado 9,48% entre 1993 e 2009, e é 3,44% superior à média da sub-região Serra da Estrela contudo é 16,67% inferior ao índice da Região Centro.

O índice do poder de compra de Seia tem sofrido uma evolução favorável, apresentado o terceiro valor mais elevado em relação ao ao valor dos municípios limítrofes.

Tabela 45 - Evolução do Indicador do Poder de Compra per Capita.

Área Geográfica	Índice de Poder de Compra por localização geográfica			
	1993	2007	2009	2009-1993
Seia	58,26	65,83	67,74	9,48
Gouveia	61,67	58,61	61,93	0,26
Nelas	44,36	69,11	66,52	22,16
Mangualde	64,56	76,40	72,09	7,53
Manteigas	44,57	58,49	56,43	11,86
Covilhã	83,17	84,14	84,62	1,45
Serra da Estrela	56,90	61,95	64,30	7,4
Centro	72,94	83,76	84,41	11,97
País	100	100	100	0

Fonte: [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt)

## INFRAESTRUTURAS

### Rede de infraestruturas (água e saneamento)

Em Seia, os serviços de abastecimento e de distribuição de água são efetuados pelas Águas do Zêzere e Coa, S.A., pelo subsistema de abastecimento de água da Senhora do Desterro.

No que diz respeito à rede de abastecimento de água, o Concelho de Seia apresenta uma cobertura de 98% da população desde 2001, de acordo os dados do INE. A freguesia de Seia apresenta também a mesma taxa de cobertura.

Os sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais são o conjunto de estruturas e equipamentos que asseguram a conectividade hidráulica e fazem afluir as águas residuais urbanas a um meio recetor, com o objetivo de prestação de serviços de drenagem e tratamento de águas residuais.

As Águas do Zêzere e Coa, S.A., também efetuam a drenagem e tratamento de águas residuais do município de Seia e é composto por 2 Estações de tratamento de águas residuais, 3 estações elevatórias e 21 km de emissários.

Relativamente à **rede de saneamento básico**, os principais aglomerados do concelho possuem, ou está a ser implementado, um sistema de saneamento público. Em 2009, em Seia, a percentagem de população servida por sistemas de drenagem e por estações de tratamento de águas residuais era de apenas 83 e 80 % da população do concelho respetivamente. Na freguesia de Seia, a taxa de cobertura da rede de drenagem é de 100%.

**Tabela 46 - Quantidade de águas residuais drenadas e tratadas no concelho de Seia entre 2006 e 2009.**

Anos	Drenagem [m3(milhares)]			Tratamento [m3(milhares)]	População servida pelo Sistema de Drenagem de Águas Residuais (%)	População servida pelo Sistema Tratamento de Águas Residuais (%)
	Total	Doméstico	Outros	Águas Residuais Tratadas		
2009	933	933	0	1040	83	80
2008	455	455	0	443	41	41
2007	455	455	0	443	40	41
2006	455	455	0	384	40	37

Verifica-se que a maior parte das águas contabilizada no sistema de drenagem é de origem doméstica. A quantidade de água residual drenada de origem industrial é pouco significativa. Verifica-se igualmente em 2006 a 2007 nem toda a água residual que foi drenada foi tratada.

O município ainda não atingiu o objetivo de 90% de nível de atendimento do sistema público de saneamento de águas residuais definido pelo PEAASARII

O uso eficiente da água é um assunto da maior importância e deverá merecer a primazia nas políticas e programas de recursos hídricos. Nesse sentido o município tem realizado campanhas gerais de sensibilização à população para a necessidade de evitar o desperdício da água e contribuir para a concretização do Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)

## DINÂMICA TURÍSTICA

O turismo é uma atividade económica extremamente importante podendo desempenhar um papel decisivo em termos do desenvolvimento local e regional, e que pode dinamizar as potencialidades naturais e histórico-culturais, promovendo o desenvolvimento dos recursos endógenos.

A abordagem sobre uma perspetiva do turismo, enquanto meio de promoção do desenvolvimento integrado e sustentável das populações 'hospedeiras' constitui um facto consensual. No entanto a definição quanto aos modelos a preconizar é um processo demasiado complexo, marcado por profundas divergências, existindo uma bipartição entre os que, incondicionalmente, defendem o desenvolvimento sustentável, numa perspetiva holística, e os que preconizam uma abordagem economicista, que consubstancia a prova cabal da dificuldade de encontrar uma via consensual.

A oferta de estabelecimentos hoteleiros no concelho de Seia em 2010 era constituída por um total de 2 unidades distribuídas pelas seguintes tipologias: 1 hotel e 1 Hotel-apartamentos, com uma capacidade de alojamento de 270 camas.

O município apresenta ainda alojamentos turísticos no espaço rural, num total de 16 estabelecimentos com a capacidade de 265 camas.

Analisando a evolução das dormidas e do número de hóspedes em hotéis do concelho de Seia, verifica-se que de 2008 para 2010 se verificou um aumento de 1,4% no número de dormidas e de 8,0% no número de hóspedes.

O aumento número de dormidas e de hóspedes verificados em Seia e na sub-região da Serra da Estrela, apresenta uma tendência inversa ao que se verifica na região Centro.

Tabela 47 - Dormidas e hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros.

Ano	Unidade Geográfica	Dormidas				Hóspedes			
		Total	Hotéis	Pensões	Outros	Total	Hotéis	Pensões	Outros
2010	Centro	3 884 548	2 890 583	556 670	437 295	2 154 941	1 602 594	300 966	251 381
	Serra da Estrela	52 072	...	...	14 107	31 853	...	...	7 033
	Seia	38 871	24 764	0	14 107	22 450	15 417	0	7 033
2009	Centro	3 747 517	2 673 817	647 604	426 096	2 044 873	1 457 558	342 360	244 955
	Serra da Estrela	46 378	...	...	13 838	26 044	...	...	6 328
	Seia	36 002	22 164	0	13 838	19 887	13 559	0	6 328

O indicador intensidade turística avalia a relação entre a quantidade de turistas e a população residente num determinado território, indicando a dimensão dos potenciais impactes resultantes (SIDS n.º 69). O turismo pode considerar-se pouco sustentável quando a intensidade turística em determinada região ultrapassa os 50%.

O indicador é calculado através da razão entre o número de dormidas nos meios de alojamento recenseados ao longo do período de tempo em análise e a população residente multiplicada pelo número de dias em causa, multiplicado por 100.

Quando se verifica um acréscimo do número de visitantes superior a 50%, em relação à população residente, começam a surgir problemas ambientais, nomeadamente com a necessidade de adequação da capacidade das infraestruturas de saneamento, abastecimento e tratamento de águas, recolha e deposição de resíduos sólidos.

Tabela 48 - Intensidade turística.

Ano	Unidade Geográfica	Dormidas	População residente estimada	Intensidade Turística (IT) %
2010	Centro	3 884 548	2 375 902	0,44
	Serra da Estrela	52 072	46 496	0,31
	Seia	38 871	26 433	0,40
2009	Centro	3 747 517	2 381 068	0,43
	Serra da Estrela	46 378	46 969	0,27
	Seia	36 002	26 634	0,37

(\*) Numero de dormidas somente de hotéis e pensões

Analisando os dados do quadro anterior, verifica-se que em 2010 e 2009, a intensidade turística reflete um turismo sustentável ( $IT < 1,1$ ).

### 6.3.3. Análise SWOT

Na tabela seguinte, apresenta-se a análise SWOT da situação tendencial da realidade territorial do PP da Jagunda para o *FCD Qualidade de Vida*.

Tabela 49 - Análise SWOT no âmbito da Qualidade de Vida.

Forças	Fraquezas	Situação Tendencial
<p>Localização geográfica: proximidade a Manteigas, Gouveia, Guarda e à A25.</p> <p>Tecido empresarial dinâmico e empreendedor.</p> <p>Tradição e Know-how na indústria transformadora.</p> <p>Existência de um centro de formação profissional.</p> <p>Tradição e Know-how e competitividade na indústria agroalimentar.</p> <p>Existência de uma incubadora de empresas.</p> <p>Cobertura total da rede de abastecimento de água.</p> <p>Município com fortes recursos turísticos, nomeadamente, recursos naturais: Proximidade à Serra da Estrela:</p> <p>Potenciadores de Turismo Natureza, Turismo Ativo, Turismo Desportivo, Touring Cultural e Paisagístico (Percurso e trilhos pedestres, miradouros).</p> <p>Município com forte dimensão cultural, Histórica e Tradicional potenciadora do turismo cultural: casas, pelourinhos, solares...</p> <p>Município com tradição gastronómica: cozinha regional: queijos, licores, enchidos</p> <p>Alojamento rural: vários empreendimentos de turismo no espaço rural (incluindo casas de campo) e alojamento local.</p> <p>Existência da Escola Superior de Turismo e Telecomunicações de Seia.</p>	<p>Défices de acessibilidade inter-regional e intraconcelhia.</p> <p>Serviços de apoio à atividade económica pouco desenvolvidos.</p> <p>Elevada taxa de desemprego.</p> <p>Baixo nível do poder de compra per capita.</p> <p>Debilidade do tecido económico concelho</p> <p>Regressão do setor primário.</p> <p>Insuficiente cobertura ao nível da drenagem e tratamento de águas residuais.</p> <p>Falta de um trabalho estruturado e sistematizado com vista ao desenvolvimento integrado do setor do turismo.</p> <p>Falta de articulação entre os atores turísticos que intervêm.</p> <p>Falta de integração vertical e horizontal dos produtos de Seia.</p> <p>Reduzido marketing e divulgação de Seia enquanto destino.</p> <p>Reduzida formação de pessoal no setor do turismo e hotelaria.</p> <p>Deficiente oferta de alojamento hoteleiro</p> <p>Inexistência de uma rede de percursos pedestres devidamente classificados.</p>	<p>Ao nível da mobilidade a tendência de evolução corresponde ao aumento da mobilidade e acessibilidades face à construção de uma nova via de acesso ao aeródromo no âmbito do Plano de Desenvolvimento do Aeródromo de Seia.</p> <p>A tendência de evolução no desenvolvimento socioeconómico manutenção da situação atual de debilidade do tecido económico local.</p> <p>A tendência de evolução será a total cobertura do concelho pelo sistema de abastecimento de água e drenagem e tratamento das águas residuais.</p> <p>A tendência de evolução da dinâmica turística será a manutenção da situação atual, através da deficiente oferta de alojamento hoteleiro.</p>
Oportunidades	Ameaças	
<p>Redução das necessidades de efetuar viagens em transporte individual através da promoção da rede de transportes públicos.</p> <p>Aumento da extensão de vias cicláveis, que permitam aceder a diferentes áreas da cidade.</p> <p>Plano de desenvolvimento do aeródromo de Seia.</p> <p>Existência de incentivos à criação do próprio emprego</p> <p>Disponibilidade de áreas infraestruturadas para acolhimento de atividades económicas.</p> <p>Aumento da procura de Turismo de Natureza e Turismo em Espaço Rural.</p> <p>Similitude entre os produtos propostos no PENT e o potencial de Seia.</p> <p>Enquadramento sub-regional capaz de ampliar a oferta e os produtos (municípios</p>	<p>Manutenção das elevadas taxas de utilização do automóvel.</p> <p>Inexistência de uma concertação intermunicipal para a Beira Serra.</p> <p>Consolidação da tendência de litoralização do povoamento e das atividades económicas.</p> <p>Reduzida densidade demográfica e população envelhecida.</p> <p>Ineficaz tratamento das águas residuais gerados no concelho.</p> <p>Concorrência de outras regiões com maior tradição turística.</p> <p>Período de crise económica mundial.</p>	

envolventes). Grande valor natural de Seia - Serra da Estrela - Potencializador do Turismo de Natureza. Estudos para a instalação de um Campo de Golfe - potencializador do produto Golf. Criar uma incubadora de empresas na área dos serviços de animação turística. Promover o desenvolvimento do ecoturismo		
---	--	--

### 6.3.5. Efeitos esperados, oportunidades e riscos

A avaliação ambiental estratégica focaliza-se nas propostas do Plano cuja materialização está, em última análise, dependente da sua execução, produzindo um retrato dos potenciais efeitos positivos e negativos, isto é, dos principais riscos e oportunidades para a sustentabilidade.

Na tabela seguinte, identificam-se e classificam-se, as principais oportunidades e riscos para o FCD – *Qualidade de Vida*.

Foi adotada a seguinte métrica para a classificação dos riscos e oportunidades:

(+,++) oportunidades; (-,--) riscos; 0 (sem relação)

**Tabela 50 - Principais oportunidades e riscos da proposta do PP da Jagunda ao nível da Qualidade de Vida**

QE1: Promover o desenvolvimento económico e social			
CRITÉRIO: Mobilidade e acessibilidades			
Oportunidades		Riscos	
Promoção das deslocações em meios de transporte alternativos	+	O aumento da mobilidade e acessibilidade potencia o uso de transporte automóvel	-
CRITÉRIO: Desenvolvimento socioeconómico			
Oportunidades		Riscos	
A implementação do Plano deverá ter feitos positivos na fixação da população contribuindo para inverter a tendência de crescimento populacional que se verifica em Seia.	++		
A concretização de todos estes investimentos constituirá indiscutivelmente um fator de forte dinamização económica e social, com efeitos positivos ao nível local regional.	++		

Contribuirá assim para reduzir a taxa de desemprego e para elevar a taxa de atividade aumentando o nível de rendimento local.	++		
<b>CRITÉRIO: Infraestruturas</b>			
<b>Oportunidades</b>		<b>Riscos</b>	
Aumento da cobertura da rede de saneamento e de abastecimento de águas.	+		
<b>CRITÉRIO: Dinâmica turística</b>			
<b>Oportunidades</b>		<b>Riscos</b>	
Dinamização e diversificação das atividades económicas no plano, contribuindo para aumentar e qualificar a oferta turística do Concelho;	++		
Desenvolvimento de produtos turísticos estratégicos: turismo de natureza e paisagístico e Golfe	++		

<b>QE2: Promover um modelo de organização territorial e de ocupação turística que melhor salvaguardada a defesa dos valores ambientais.</b>			
<b>CRITÉRIO: Mobilidade e acessibilidades</b>			
<b>Oportunidades</b>		<b>Riscos</b>	
A rede viária proposta apresenta-se organizada e hierarquizada permitindo uma conexão adequada e ordenada entre os diferentes espaços criados ,satisfazendo as exigências das ocupações propostas em termos de acessibilidade viária.	++		
São de salientar, de forma positiva, as preocupações com a promoção do uso de modos suaves (o modo pedonal), que passa pelo adequação dos espaços e criação de passeios públicos à escala humana, que sustentará os fluxos pedonais gerados pelas ocupações propostas, e pelas vivências e funcionalidades	++		
<b>CRITÉRIO: Desenvolvimento socioeconómico</b>			
<b>Oportunidades</b>		<b>Riscos</b>	
A implementação do Plano deverá ter feitos positivos na fixação da população contribuindo para inverter a tendência de crescimento populacional que se verifica em Seia.	++		
Dinamização e diversificação das atividades económicas no plano, contribuindo para aumentar e qualificar a oferta turística do Concelho;	++		

A concretização de todos estes investimentos constituirá indiscutivelmente um fator de forte dinamização económica e social, com efeitos positivos ao nível local regional.	++		
<b>CRITÉRIO: Infraestruturas</b>			
<b>Oportunidades</b>		<b>Riscos</b>	
A concretização destes investimentos implicará também a infraestruturização da área do PP, nomeadamente no que se refere a redes de abastecimento de águas, drenagem de águas residuais e pluviais,.			
<b>CRITÉRIO: Dinâmica turística</b>			
<b>Oportunidades</b>		<b>Riscos</b>	
Esses efeitos positivos deverão decorrer e consubstanciar-se essencialmente no aumento e melhoria da oferta turística da região.	++		

<b>QE3: Valorização paisagística da área de intervenção.</b>			
<b>CRITÉRIO: Mobilidade e acessibilidades</b>			
<b>Oportunidades</b>		<b>Riscos</b>	
Sem relação	0	Sem relação	0
<b>CRITÉRIO: Desenvolvimento socioeconómico</b>			
<b>Oportunidades</b>		<b>Riscos</b>	
A valorização paisagística promoverá a instalação de atividades turísticas e potenciará o desenvolvimento socioeconómico.	++		
<b>CRITÉRIO: Infraestruturas</b>			
<b>Oportunidades</b>		<b>Riscos</b>	
Incremento das rede de infraestruturas para garantir uma área de elevada qualidade paisagística.	+		
<b>CRITÉRIO: Dinâmica turística</b>			
<b>Oportunidades</b>		<b>Riscos</b>	
Aumento da atratividade turística do Concelho.	++		

O4: Melhorar as acessibilidades internas e externas.			
CRITÉRIO: Mobilidade e acessibilidades			
Oportunidades		Riscos	
Melhoria e articulação à rede viária envolvente	++	A implementação do plano terá como consequência o aumento do tráfego local, quer no dia a dia quer no período de férias dado que acarretará novos fluxos para o área do plano	-
CRITÉRIO: Desenvolvimento socioeconómico			
Oportunidades		Riscos	
A melhoria das acessibilidades potencia a implantação das atividades económicas	+		
CRITÉRIO: Infraestruturas			
Oportunidades		Riscos	
Sem relação	0	Sem relação	0
CRITÉRIO: Dinâmica turística			
Oportunidades		Riscos	
Dinamização turística, em resultado da melhoria das acessibilidades	+		

### 6.3.6. Medidas e recomendações para seguimento

Relativamente às principais diretrizes que possam contribuir para uma observação e acompanhamento dos efeitos do Plano sobre o *FCD - Qualidade de Vida*.

As medidas e recomendações apresentadas não dispensam uma avaliação mais detalhada nos eventuais processos de Avaliação de Impacte Ambiental que venham a estar associados a projetos que serão naturalmente acolhidos pelo presente PP da Jagunda.

#### 6.3.6.1 Medidas e recomendações de planeamento

- Recomenda-se a ponderação da adequação da rede de transporte coletivo ao maior número de visitantes e trabalhadores da área de intervenção fomentando o mais possível a utilização dos transportes público em detrimento do transporte individual.

- Realizar campanhas de sensibilização para a utilização de meios de transporte mais sustentáveis.
- Maximizar a integração das iniciativas de desenvolvimento turístico em curso no âmbito do PP da Jagunda com as estratégias e iniciativas de âmbito regional.
- Recomenda-se também que sejam tomadas medidas a implementar nas fases seguintes de desenvolvimento, concretização e exploração dos investimentos previstos no PP da Jagunda destinadas a maximizar a captação dos benefícios económicos e sociais gerados pelos projetos ao nível local e/ou regional.
- Recomenda-se que seja dada preferência à contratação de recursos humanos oriundos da região, bem como ao aproveitamento de bens e serviços provenientes da região.
- Sensibilização dos operadores turísticos, promotores, agentes de viagens, empregados e turistas para a aplicação do Código Mundial de Ética do Turismo.

#### 6.3.6.2 Medidas e recomendações de monitorização

- Recomenda-se o acompanhamento da qualidade da acessibilidade, nomeadamente no que respeita a mobilidade sustentável, acessibilidade em espaço público e oferta de estacionamento;
- Recomenda-se o acompanhamento das condições de acessibilidade das zonas turísticas aos equipamentos de segurança e saúde de Seia.
- Garantir o planeamento e execução da infraestruturação necessária em termos de reservatórios, redes de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais e recolha e deposição de resíduos.
- Recomenda-se o acompanhamento da evolução da atividade turística.
- Implementação de sistemas de controlo de Qualidade dos serviços prestados pelas unidades a instalar.
- Promover políticas de qualificação progressiva da população ativa desempregada.
- Monitorização das iniciativas de promoção da área turística e do campo de golfe.
- Monitorização do contributo das atividades turísticas para o aumento da oferta de emprego.
- Monitorização da fixação e qualificação da população residente.
- Monitorização das redes de abastecimento da água potável e bruta, eletricidade, gás e da rede de recolha das águas residuais.
- Monitorização da limpeza e desobstrução periódica das linhas de água existentes e dos coletores pluviais, de modo a impedir a ocorrência de inundações.
- Monitorizar a evolução da utilização de Transportes coletivos.

## 6.4. Ordenamento do Território

### 6.4.1. Descrição do FCD e seus objetivos

No âmbito deste fator crítico pretende-se avaliar os efeitos das propostas do Plano ao nível da articulação com os planos em vigor e respetivas propostas de revisão e também com as condicionantes e servidões existentes e previstas.

Tabela 51 - Principais Indicadores do FCD - Ordenamento do Território.

FCD	Crítérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
Ordenamento do Território	Instrumentos orientadores do desenvolvimento territorial	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Garantir a compatibilidade com áreas condicionadas e respeito dos modelos de desenvolvimento territorial preconizados;</li> <li>▪ Proteger, promover a valorização e assegurar a conservação de áreas sujeitas a condicionantes, servidões e restrições de utilidade pública;</li> <li>▪ Assegurar a adequação a instrumentos de gestão territorial e planos sectoriais de diferentes escalas;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Alterações ao zonamento (ha).</li> <li>▪ Alterações às condicionantes e servidões (ha).</li> </ul>

## 6.4.2. Situação existente e análise tendencial

### INSTRUMENTOS ORIENTADORES DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Neste capítulo efetua-se a análise dos instrumentos de gestão territorial de âmbito regional, municipal e local com incidência sobre a área objeto do plano, com o objetivo de identificar a possível existência de conflitos de usos previstos ou de condicionantes ao uso dos solos na área de intervenção.

De acordo com a definição proposta pelo Conselho da Europa, por ordenamento do território entende-se a expressão espacial das políticas económicas, social, cultural e ecológica de toda a sociedade, constituindo simultaneamente uma disciplina científica, uma técnica administrativa e uma política concebida como uma aproximação interdisciplinar e integrada, tendente ao desenvolvimento equilibrado das regiões e à organização física do espaço segundo uma conceção global. Tem como objetivos fundamentais o desenvolvimento socioeconómico equilibrado das regiões, a melhoria da qualidade de vida, a gestão responsável dos recursos naturais e a proteção do ambiente e dos recursos naturais.

No ordenamento do território deve-se assim ter em consideração que existe um limite, denominada capacidade de carga, uma mensuração de quais os limites máximos suportáveis dos diferentes impactes que pode sofrer determinado recurso ou espaço natural. Alertando para que o uso excessivo dos recursos pode acarretar a sua destruição.

### **PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO - PNPOT**

O PNPOT constitui o quadro de referência para o desenvolvimento de um conjunto de instrumentos de gestão territorial que intervêm nos domínios temáticos e gerais que vêm desenvolver e concretizar as suas orientações universais, e âmbitos de intervenção.

Apresenta um modelo territorial articulado com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento sustentável que estabelece uma visão estratégica do território nacional com objetivos gerais de desenvolvimento económico, coesão social e proteção ambiental.

O PNPOT é o quadro de referência nacional para a implementação de um conjunto de estratégias e planos sectoriais associados, devendo orientar os modelos territoriais que vierem a ser definidos no âmbito regional, sub-regional e local, segundo a seguinte hierarquia:

- ▶ Planos Sectoriais
- ▶ Planos Especiais de Ordenamento do Território
- ▶ Planos Regionais de Ordenamento do Território
- ▶ Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território
- ▶ Planos Municipais de Ordenamento do Território, subdivididos em:

- ▶ Plano Diretores Municipais
- ▶ Planos de Urbanização
- ▶ Planos de Pormenor
  
- ▶▶ Programas de Ação Territorial

Sendo que as orientações e medidas que serão vertidas para estes instrumentos de gestão territorial desenvolvem-se segundo os princípios definidos na Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território (Aprovada pela Lei n.º 48/98, de 11 Agosto, com as alterações introduzidas por Lei n.º 54/2007, de 31 de Agosto) e no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, diploma alterado pelos Decretos-Lei n.º 53/2000, de 7 de Abril, 310/2003, de 10 de Dezembro, 316/2007, de 19 de Setembro, 46/2009, de 20 de Fevereiro e pelas Leis n.º 58/2005, de 29 de Dezembro e 56/2007, de 31 de Agosto).

A linha de rumo tomada pelo PNPOT sistematiza-se em seis objetivos complementares:

- ▶▶ Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos;
- ▶▶ Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração no espaço ibérico, europeu e global;
- ▶▶ Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais;
- ▶▶ Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social;
- ▶▶ Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública;
- ▶▶ Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições.

O PNPOT refere, na parte relativa à região Beira Interior.

- ▶▶ Explorar o potencial do eixo urbano estruturado pela A23 (Guarda-Covilhã-Castelo Branco), traduzindo-o num conceito de desenvolvimento policêntrico valorizador de sinergias e complementaridades num quadro estruturado de cooperação interurbana;
- ▶▶ Explorar a posição estratégica da Guarda nos eixos rodoviários e ferroviários para o desenvolvimento de serviços logísticos e para a localização empresarial;
- ▶▶ Apoiar as apostas da Covilhã de articular o polo universitário com um polo de localização de atividades mais intensivas em tecnologia e conhecimento;

- ▶ Reforçar o papel de Castelo Branco na articulação com o Médio Tejo e com as regiões de Espanha, criando condições para sedear atividades orientadas para os mercados do litoral e do interior da Península;
- ▶ Assumir uma estratégia comum de afirmação territorial e de aprofundamento da cooperação transfronteiriça e de exploração das oportunidades decorrentes da ligação a Espanha;
- ▶ Suportar o dinamismo emergente nas pequenas vilas melhor posicionadas relativamente aos eixos de comunicação e favorecer a sua articulação com as principais cidades;
- ▶ Promover o turismo nomeadamente nas áreas de maior valia patrimonial ou ambiental: aldeias históricas, Serra da Estrela, Vale do Côa/Vale do Douro;
- ▶ Valorizar os projetos de regadio da Cova da Beira e Idanha;
- ▶ Valorizar os recursos hídricos e recuperar a qualidade da água, concluindo os projetos integrados de despoluição, em particular, nas bacias do Mondego e do Zêzere;
- ▶ Organizar a rede de equipamentos de âmbito supramunicipal numa lógica de complementaridade, de especialização e de funcionamento concertado;
- ▶ Implementar soluções inovadoras de transporte público nas áreas rurais;
- ▶ Preservar a qualidade da paisagem e prevenir os fogos florestais.

### **Plano de Ordenamento do Centro – PROT-C**

O Plano Regional de Ordenamento do Território, PROT Centro, em elaboração, como instrumento fundamental de articulação entre o PNPT e os diversos instrumentos de política sectorial com expressão territorial, e os instrumentos de planeamento municipal, constitui a oportunidade de criar uma nova perspetiva sobre a inclusão da região centro no espaço nacional, de definir modelos de desenvolvimento que reforcem o potencial dos sistemas urbanos, científico e tecnológico e explorem a vantagem das novas acessibilidades e promovam a proteção e valorização dos seus recursos naturais e culturais.

O âmbito territorial do PROTC inclui a área geográfica de intervenção da CCDRC com uma extensão de 23 659 Km<sup>2</sup>, abrangendo 1 783 596 habitantes distribuídos por 78 municípios, entre os quais o município de Seia.

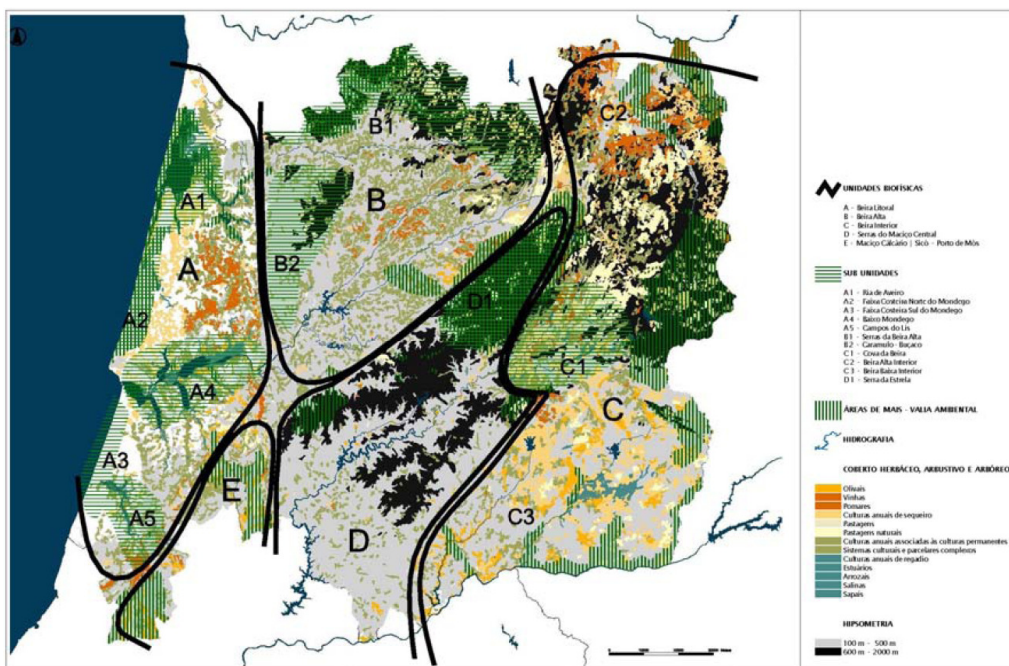


Figura 34 - Unidades Biofísicas e Quadro de Referência Ambiental (PROT-C 2011)

O PROT-C constitui um quadro orientador que, vinculando entidades públicas, assume uma natureza indicativa e estratégica, propondo um modelo de organização e estruturação do território, não se substituindo às decisões que, a jusante da sua aplicação, tenderão a incidir nesse mesmo território.

Seia encontra-se incluído no Sistema designado como Pinhal Interior e Serra da Estrela.

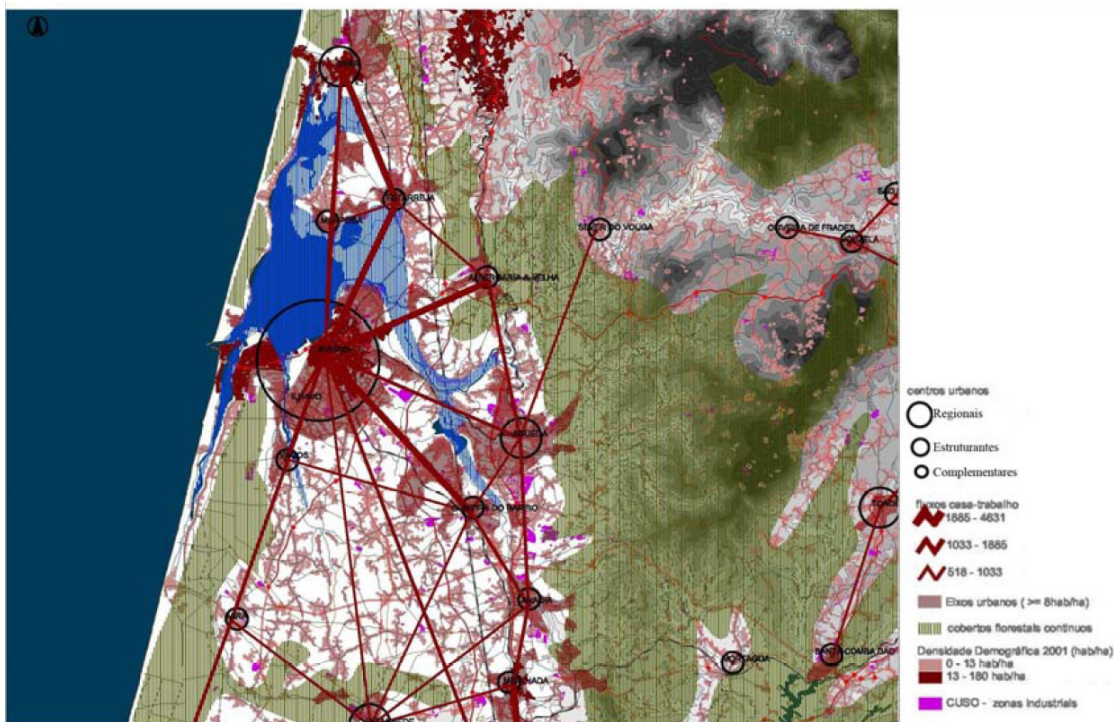


Figura 35 - Modelo Territorial - Baixo Vouga (PROT-C 2011)

O Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro foi elaborado ao abrigo da Lei de Bases da Política do Ordenamento do Território e do Urbanismo (LBOTU), que estabelece os fins, os princípios gerais e os objetivos da política de ordenamento do território e de urbanismo.

A Lei referida determina, ainda, a estrutura do sistema de gestão territorial e a sua composição, traduzida num articulado conjunto de quatro tipos de instrumentos de gestão territorial: os instrumentos de desenvolvimento territorial, os instrumentos de planeamento territorial, os instrumentos de política sectorial e, por fim, os instrumentos de natureza especial. De entre os instrumentos de desenvolvimento territorial, instrumentos com uma natureza estratégica e vocacionados para a definição das grandes opções com relevância para a organização do território, a Lei identifica os planos regionais de ordenamento do território (PROT).

Os PROT's definem a estratégia regional de desenvolvimento territorial, integrando as opções estabelecidas ao nível nacional e considerando as estratégias municipais de ordenamento do território e de desenvolvimento local, constituindo o quadro de referência para a elaboração dos planos especiais do ordenamento do território e dos planos municipais de ordenamento do território.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2006, de 23 de Março, que determinou a elaboração do PROT – Centro, estabeleceu orientações relativas aos objetivos estratégicos, ao modelo territorial, delimitando o respetivo âmbito territorial e fixando a composição da respetiva Comissão Mista de Acompanhamento.

No âmbito deste plano, são estipulados os seguintes Objetivos Gerais e Objetivos Estratégicos

Objetivos Gerais:

- ▶ Definir diretrizes para o uso, ocupação e transformação do território, num quadro de opções estratégicas estabelecidas a nível regional;
- ▶ Desenvolver, no âmbito regional, as opções constantes do programa nacional da política de ordenamento do território e dos planos sectoriais;
- ▶ Traduzir, em termos espaciais, os grandes objetivos de desenvolvimento económico e social sustentável formulado no plano de desenvolvimento regional;
- ▶ Equacionar as medidas tendentes à atenuação das assimetrias de desenvolvimento intrarregionais;
- ▶ Servir de base à formulação da estratégia nacional de ordenamento territorial e de quadro de referência para a elaboração dos planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento do território.

Objetivos estratégicos:

- ▶ O reforço dos fatores de internacionalização da economia regional e a valorização da posição estratégica da região para a articulação do território nacional e deste com o espaço europeu;

- ▶ A proteção, valorização e gestão sustentável dos recursos hídricos e florestais;
- ▶ O aproveitamento do potencial turístico, dando projeção internacional ao património natural, cultural e paisagístico;
- ▶ A mobilização do potencial agropecuário e a valorização dos grandes empreendimentos hidroagrícolas;
- ▶ O desenvolvimento de uma política integrada para o litoral;
- ▶ O reforço da cooperação transfronteiriça, visando uma melhor inserção ibérica das sub-regiões do interior.

Ao nível das opções estratégicas, e integradas já no modelo de desenvolvimento que o PROTC pretende criar, perspetivam-se algumas indicações para a unidade territorial na qual se insere o município de Seia-Pinhal Interior e Serra da Estrela.

É importante referir que os concelhos de Oliveira do Hospital, Seia e Gouveia têm uma dupla pertença: em termos funcionais pertencem à unidade territorial do Dão-Lafões e Planalto Beirão, em termos biofísicos pertencem à unidade territorial do Pinhal Interior e Serra da Estrela.

As prioridades de consolidação e qualificação desta unidade territorial são as seguintes:

- ▶ Recursos biofísicos, valores ambientais e paisagísticos, floresta e turismo. A Serra da Estrela, a Serra do Açor, a Serra da Lousã e Serra de Sicó, entre outros, com diferentes escalas e valores, constituem uma riqueza inegável destes territórios. No domínio do turismo de salientar as políticas de recuperação patrimonial de vários tipos de aglomerados rurais, tais como, aldeias históricas, aldeias de xisto, entre outras, que têm desempenhado um importante papel na ancoragem da atividade turística nesta unidade territorial;
- ▶ Garantia da qualidade da água na bacia do Zêzere e do Mondego;
- ▶ Articulação da política local (municipal e intermunicipal) com as políticas sectoriais nacionais no sector do turismo. O “produto” Serra da Estrela deve ser melhor definido em termos nacionais/regionais (ver o PENT), para que daí se consiga consensualizar um leque de objetivos, estratégias e ações que, a terem consequências nas políticas municipais/intermunicipais, sejam partilhados pelos diferentes municípios. O défice desta fratura sectorial/territorial a nível central/nível local, aumenta a deriva das políticas municipais ou de iniciativa municipal, e favorece dinâmicas de competitividade sem cooperação;
- ▶ O somatório dos planos sectoriais (e os seus conteúdo, desígnios e regulação) não garante quase nada, quando nada está concertado inter-setorialmente. Desígnios “horizontais” (como turismo e desenvolvimento rural; ambiente e paisagem; etc.) com lógicas “territoriais” exigem o consenso em torno de um número claro e restrito de prioridades. Nem é o somatório das vontades

locais/municipais (o que seria um processo a partir da base), nem a pulverização das prioridades nacionais (lógica a partir do topo) que tem a possibilidade de convergir. O escalão regional deve assumir responsabilidades e poderes consequentes para operacionalizar processos de arbitragem e gerir a construção das plataformas pertinentes de governação.

- ▶▶ Em matéria de estruturação do sistema urbano, as NUTS III da Serra da Estrela e do Pinhal Interior constituem um território “centrífugo”, ou seja, não dispõem de um centro principal de polarização, justificando-se:
  
- ▶▶ A Norte: Fornos de Algodres, Gouveia e Seia estão melhor posicionados face a Viseu e à rede de IPs e ICs que estrutura a região; as relações com a Guarda e com a Covilhã, questão mais importante no caso de Manteigas, devem ser ponderadas segundo o tipo de projetos e as razões da sua pertinência e operacionalidade;
  
- ▶▶ O reforço funcional das sedes de concelho, assegurando um “pacote mínimo” de equipamentos, serviços e redes de apoio social e sistema escolar obrigatório, discriminando positivamente o apoio a projetos que:
  - ▶ Combinem lógicas baseadas em critérios de hierarquia e volume de utilizadores, com lógicas de especialização;
  - ▶ Contribuam para o reforço de redes e complementaridades intermunicipais na gestão de equipamentos e organização de serviços (saúde, assistência social, educação/formação);
  - ▶ Assumam a importância da logística na qualidade do serviço prestado, otimizando o uso dos recursos já existentes (equipamentos e profissionais); intensificação do uso de tecnologias de informação combinadas com as formas convencionais de organização;
  - ▶ Combinem serviços móveis e fixos, concentrando equipamentos e organizando redes de prestação e de acessibilidade social;
  - ▶ Combinem “subsistemas” mais ou menos autónomos, articulando serviços, modos de funcionamento e rendibilização de espaços e recursos (p.ex. da rede escolar com equipamentos culturais e desportivos);
  
- ▶▶ Especial atenção para a população envelhecida e para a primeira infância e idade escolar;
  
- ▶▶ Prioridade ao ensino profissional, combinando saberes horizontais (como a informática, as línguas, as tecnologias), com especializações, instituições e saberes localmente enraizados;
  
- ▶▶ Nos domínios que recuperam saberes e especificidades culturais, tradicionalismos (incluindo os temas relacionados com o “desenvolvimento endógeno”, TER, termalismo, valores patrimoniais, desenvolvimento rural);

- ▶ Nos domínios que constituem procuras e prioridades conhecidas (apoio social, cuidados continuados);
- ▶ Políticas de apoio ajustada às microempresas em geral (caso do microcrédito), com especial atenção aos sectores contemplados nos programas de desenvolvimento rural, no turismo e nos serviços pessoais;
- ▶ Possibilidade de trabalhar lógicas de fileira, na combinação possível entre critérios de elegibilidade por parte de diferentes programas com origens financeiras e montagens institucionais diversas;
- ▶ Discriminar positivamente a amarração local das iniciativas (incorporação local de matérias primas e produtos intermédios, capacidade de construir relações com instituições escolares e de formação profissional), explorando os objetivos do desenvolvimento endógeno ou local e dando prioridade a instituições com provas reconhecidas de boas práticas;
- ▶ O aprofundamento das possibilidades de redes/projetos tematizados de expressão regional, nacional, transfronteiriça ou internacional (rotas turísticas, produtos com denominação de origem, “pacotes” mistos) nomeadamente o projeto de Rede de Aldeias de Montanha;
- ▶ No pano de fundo da rarefação, os desígnios ambientais, culturais, paisagísticos, empreendedoristas, etc., (desenvolvimento rural, valores ambientais, turismo TER, etc.), entram frequentemente em conflito por já se inscreverem em sociedades e territórios altamente fragilizados. O próprio solo agrícola, esgotados os sistemas tradicionais de produção, é cada vez mais frequentemente avaliado do ponto de vista estético da “qualidade paisagística”. A questão principal é a de que o “espaço rural” não pode ser um “fundo” de paisagem, ou o “vazio” entre edificado e vias, viabilizando sistemas de ocupação e uso do solo compatíveis. No caso de haver fortes investimentos em infraestruturas (caso dos perímetros de regadio), faz todo o sentido a defesa de políticas restritivas para a conservação dos solos; no outro extremo, nas situações mais extremas de desruralização, quando o solo classificado como rural ou agrícola ou florestal é apenas superfície de invasão de infestantes, faz mais sentido usar políticas incentivadoras do que restritivas;
- ▶ Nas áreas incluídas na Rede Natura, é necessário que o Estado defina ações e projetos mais visíveis no terreno. Um limite e uma restrição significam muito pouco se não houver políticas ativas para aquilo que se quer defender como a reposição de ecossistemas, a qualificação do sistema hídrico, a reflorestação com formações vegetais climáticas, ou, genericamente as políticas de conservação da natureza. O projeto CIUS - Centro de Investigação de Ungulados Silvestres na Serra da Lousã que tem como objetivos a criação de um laboratório de campo para investigação das populações portuguesas de ungulados, a

monitorização do estado sanitário das espécies de ungulados, a implementação de uma rede de recolha para epidemiovigilância das suas populações, o tratamento e recuperação de ungulados silvestres, a divulgação técnico-científica ao nível da investigação e práticas de gestão de ungulados, a formação em gestão e conservação destas espécies, educação ambiental (realização de workshops e cursos) e o turismo científico é um bom exemplo de ações de conservação e valorização da biodiversidade;

- ▶▶ A Estrutura Ecológica Municipal, EEM, deve também ter esta componente de projeto e ações (ações-piloto de carácter demonstrativo, pelo menos), devendo ser articulada com a escala extramunicipal;
  
- ▶▶ Para lá das questões ambientais, este cenário próprio das regiões em perda, implica uma maior e melhor focalização e articulação das políticas públicas nos diversos programas que possam, ao mesmo tempo, desenvolver os desígnios da coesão social, e trabalhar algumas componentes da competitividade deste tipo de territórios e contextos sociais onde a alta cotação ambiental e cultural contrasta com a escassez dos recursos humanos e de capital. O Parque Biológico da Serra da Lousã, é um exemplo de boas práticas de integração horizontal de políticas de inclusão social e de valorização das mais-valias ambientais, assim como, o trabalho da Associação de Desenvolvimento e Formação Profissional de Miranda do Corvo e Coimbra, entidade parceira do parque, que desenvolve formação profissional e cultural numa perspetiva intergeracional e de inclusão social;
  
- ▶▶ A questão é que o espaço rural não pode ser um fundo de paisagem ou o vazio entre edificado e vias, assim é necessário viabilizar sistemas de ocupação e uso do solo visando:
  - ▶ A conservação das áreas com potencialidades produtivas agrícola e florestal e fomento da produção competitiva e sustentável, nomeadamente da agricultura no caso dos perímetros de regadio;
  - ▶ A conservação da natureza, biodiversidade e ordenamento do espaço rural;
  - ▶ A melhoria da qualidade de vida e a diversificação da economia nas zonas rurais.

[ // Proposta Plano Regional Ordenamento Território CENTRO, maio 2011 ]

Não obstante o mesmo ainda não estar em vigor, não sendo por isso, produtor de efeitos relativamente ao Plano de Pormenor, foi o mesmo, no âmbito do presente procedimento de elaboração, ponderado por este.

Nos termos deste instrumento de cariz Regional, três prioridades fundamentais organizam estrategicamente o QRE-Centro materializado no PO Centro 2007-2013:

- ▶ Uma aposta em termos de qualificação de recursos humanos;
- ▶ A mobilização plena de recursos para o reforço da inovação e da competitividade;
- ▶ A valorização do território numa ótica de pleno aproveitamento da forte diversidade de recursos naturais, culturais, gastronómicos, paisagísticos e patrimoniais. Estas três opções, às quais se junta o objetivo da valorização da cooperação inter-regional, transnacional e transfronteiriça como instrumento de suporte à internacionalização da Região, desdobram-se, depois, num conjunto de objetivos estratégicos de programação, de que se destaca: Aproveitar o potencial turístico, dando projeção internacional ao património cultural, natural e paisagístico.

### **Plano Diretor Municipal - PDM**

O Plano Diretor Municipal de Seia foi ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 121/97, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 169, de 27 de julho, encontrando-se atualmente em fase de revisão. Definiu o modelo de desenvolvimento para o concelho, estabelecendo as principais regras a que se deve obedecer a ocupação, uso e transformação do solo de todo o território municipal, ficando qualquer iniciativa pública, privada ou cooperativa obrigatoriamente sujeita a estar em consonância com este instrumento de gestão territorial.

Durante o processo de revisão foi aprovada a primeira alteração em 2003 pela Assembleia Municipal.

De salientar que as principais áreas urbanizáveis, estabelecidas no PDM, se encontram nos espaços adjacentes à área urbana da freguesia de Seia, assim como do Carvalhal de Louça e Paranhos, contrastando com a área mais montanhosa do concelho, onde os espaços urbanos e urbanizáveis são muito circunscritos.

Em termos de enquadramento com o estabelecido no modelo de desenvolvimento preconizado no PDM, de acordo com a planta de Ordenamento, a área deste Plano de Pormenor, insere-se em “**Classe de Espaço Agrícola**”, “**Classe de Espaço Florestal**” e “**Classe de Espaço Naturais**”, o que exige que as intervenções nesta área dependam da elaboração de unidades operativas de planeamento - Planos de Pormenor.

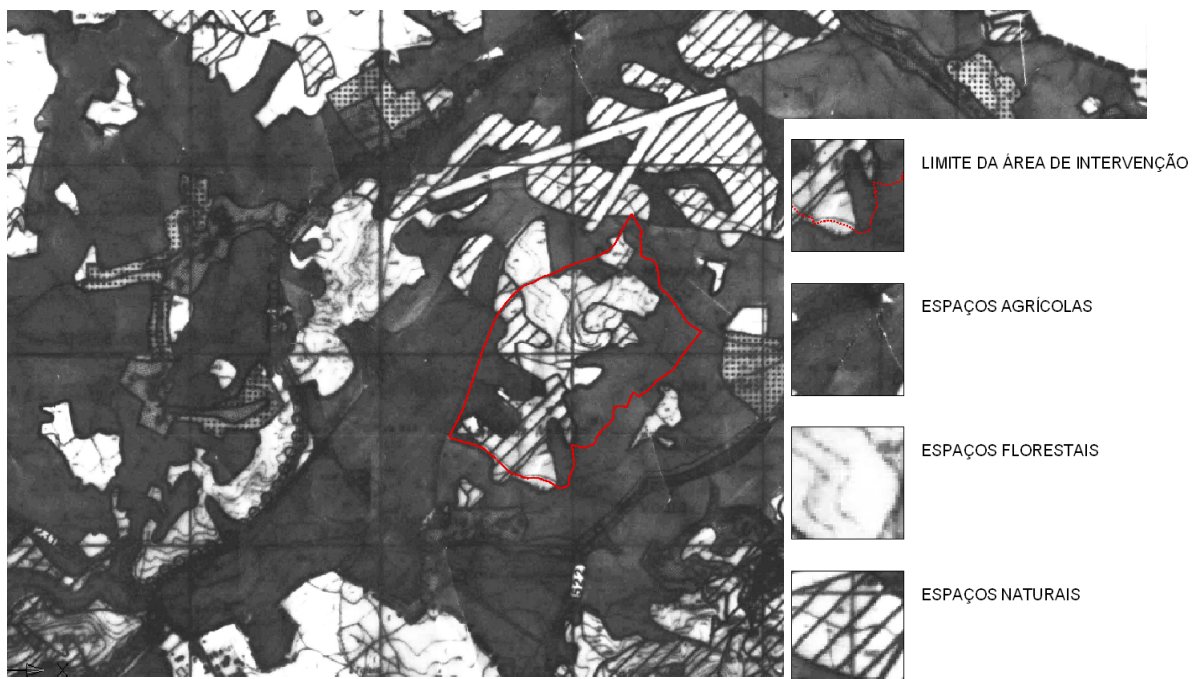


Figura 36 - Extrato da Planta de Ordenamento do Território PDM em Vigor, (1997)

Fonte: Lugar do Plano, 2012

### **Condicionantes e Servidões**

Na área do PP da Jagunda existem diversas condicionantes legais e servidões, nomeadamente:

- Reserva Ecológica Nacional – parte da área do PP encontra-se em REN, nomeadamente associada a zonas de máxima infiltração das linhas de água.
- Reserva Agrícola Nacional – parte da área oeste do plano do PP encontra-se em RAN, nomeadamente associada a zonas de solos evoluídos.
- Domínio Público Hídrico - corresponde à linha de água que atravessam a área de intervenção e respetivas faixas de servidão associadas;

Na Planta de Condicionantes do PDM, apenas se identificam as restrições de Reserva Agrícola (RAN) e Reserva Ecológica Nacional (REN), numa porção de terreno a oeste de pouca expressão, tratam-se assim de uma área em que as atividades turísticas e de lazer são permitidas.

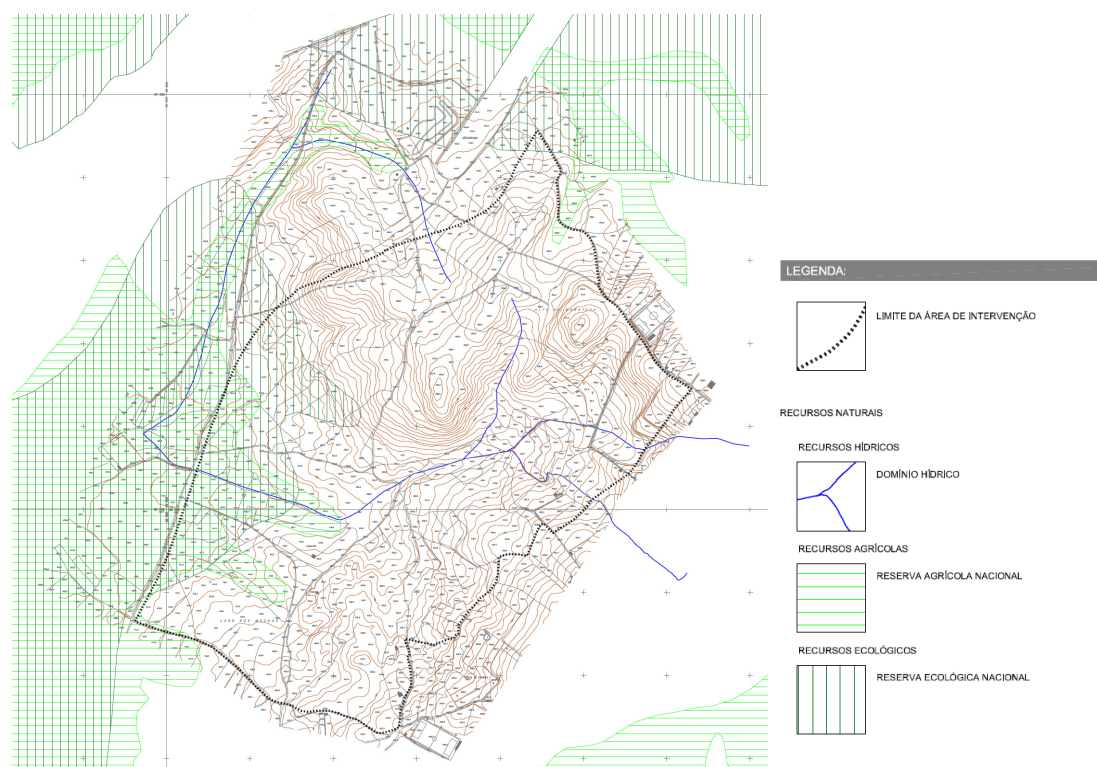


Figura 37 - Planta de Condicionantes do Plano de Pormenor da Jagunda.

Fonte: Lugar do Plano, 2012

### 6.4.3. Análise SWOT

Na tabela seguinte, apresenta-se a análise SWOT da situação tendencial da realidade territorial do PP da Jagunda para o FCD- Ordenamento do Território.

Tabela 52 - Análise SWOT no âmbito da Ordenamento do Território.

Forças	Fraquezas	Situação Tendencial
Área classificada na sua maioria como espaço florestal. Área compatível com a implementação de equipamentos de lazer, recreio e turismo.	Território expectante e ausência de estruturação.	A tendência de evolução a nível dos instrumentos orientadores do desenvolvimento territorial será a manutenção das condicionantes e das servidões e a compatibilidade com os PMOT.
Oportunidades	Ameaças	
Articulação de usos com o PDM em revisão. Contemplar no plano as condicionantes legais em vigor. Criação de um espaço de ocupação turística. Concretização de investimento no município através da construção de um empreendimento turístico com um campo de golfe.	Desfasamento relativamente ao processo de revisão do PDM. Desfasamento entre planos e projetos.	

### 6.4.5. Efeitos esperados, oportunidades e riscos

A avaliação ambiental estratégica focaliza-se nas propostas do Plano cuja materialização está, em última análise, dependente da sua execução, produzindo um retrato dos potenciais efeitos positivos e negativos, isto é, dos principais riscos e oportunidades para a sustentabilidade.

Na tabela seguinte, identificam-se e classificam-se, as principais oportunidades e riscos para o FCD – Qualidade Ambiental.

Foi adotada a seguinte métrica para a classificação dos riscos e oportunidades:

(+,++) oportunidades; (-,--) riscos; 0 (sem relação)

Tabela 53 - Principais oportunidades e riscos da proposta do PP da Jagunda ao nível do Ordenamento do Território

QE1: Promover o desenvolvimento económico e social			
CRITÉRIO: Instrumentos orientadores do desenvolvimento territorial			
Oportunidades		Riscos	
Permite o acolhimento de oportunidades de investimento no setor terciário.	++	Alteração do uso florestal e agrícola para um uso turística	-

QE2: Promover um modelo de organização territorial e de ocupação turística que melhor salvaguardada a defesa dos valores ambientais.			
CRITÉRIO: Instrumentos orientadores do desenvolvimento territorial			
Oportunidades		Riscos	
Proporciona a possibilidade de compatibilizar a atual diferenciação entre os usos do PP e os usos propostos.	+		
Manutenção e compatibilidade das condicionantes e servidões existentes	++		
A proposta configura assim um sistema coerente de ocupações variadas no território em que as funções urbanísticas e de desenvolvimento turístico em harmonia com outras funções de proteção e conservação, contribuem para um desenvolvimento equilibrado e sustentado do território.	++		

QE3: Valorização paisagística da área de intervenção.			
CRITÉRIO: Instrumentos orientadores do desenvolvimento territorial			
Oportunidades		Riscos	
Contribui para a conservação da paisagem através da compatibilização com os PMOT	+		

O4: Melhorar as acessibilidades internas e externas.			
CRITÉRIO: Instrumentos orientadores do desenvolvimento territorial			
Oportunidades		Riscos	
Sem relação	0	Sem relação	0

#### 6.4.6. Medidas e recomendações para seguimento

Relativamente às principais diretrizes que possam contribuir para uma observação e acompanhamento dos efeitos do Plano sobre o *FCD – Ordenamento do Território*.

As medidas e recomendações apresentadas não dispensam uma avaliação mais detalhada nos eventuais processos de Avaliação de Impacte Ambiental que venham a estar associados a projetos que serão naturalmente acolhidos pelo presente PP da Jagunda.

#### **6.4.6.1 Medidas e recomendações de planeamento**

##### **INSTRUMENTOS ORIENTADORES DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

- Articulação e integração atempada das propostas do PP da Jagunda na estrutura de usos promovida pela revisão do PDM, atualmente em curso.
- Controlo estrito e operacional das normas regulamentares e propostas de ocupação e transformação do território.
- Articulação do PP da Jagunda com o PNPT e PROT-C no sentido do desenvolvimento dos produtos turísticos estratégicos da região centro.
- Assegurar a minimização de áreas impermeabilizadas nas áreas a edificar.

#### **6.4.6.2 Medidas e recomendações de monitorização**

- Acompanhamento da ocupação do solo rural em cada subcategoria, nas áreas de construção e edificação.

## 7. Síntese da Avaliação Ambiental Estratégica do PP da Jagunda

Na avaliação de efeitos foram identificados os principais efeitos positivos (oportunidades) e negativos (riscos), decorrentes das opções estratégicas do plano, a fim de apoiar a tomada de decisão relativa à proposta de plano e assegurar a sua sustentabilidade, através da integração de opções mais sustentáveis durante a fase de projeto e de exploração.

Tabela 54 - Síntese da Avaliação Ambiental Estratégica do PP da Jagunda

FCD	Critérios	Tendência de Evolução sem PP da Jagunda	Tendência de Evolução com PP da Jagunda
Recursos Naturais	Ecosistemas e habitats	→	↗
	Paisagem	→	↗
	Recursos energéticos	↗	↗
Qualidade Ambiental	Resíduos	→	↗
	Água	→	↘
	Solo	→	↗
	Ar	→	→
	Ruído	→	→
Qualidade de Vida	Mobilidade e Acessibilidades	↗	↗
	Desenvolvimento socioeconómico	→	↗
	Infraestruturas	↗	↗
	Dinâmica turística	→	↗
Ordenamento do Território	Instrumentos orientadores do desenvolvimento territorial	→	→
<b>Legenda</b>			
Tendências de evolução	↘	→	↗
	Negativa	Sem alteração significativa	Positiva
	Afastamento dos objetivos e metas		Aproximação aos objetivos e metas

De um modo geral, e pese embora a necessidade de acautelar um conjunto de diretrizes de seguimento para garantir a valorização das oportunidades e a minimização dos riscos associados à sua fase de implementação, considera-se que a proposta de plano procura internalizar de forma adequada os impactes ambientais mais significativos no contexto da sua escala de intervenção, constituindo-se como um contributo bastante positivo para a sustentabilidade territorial do concelho de Seia.

## 8. Programa de Gestão e Monitorização Ambiental

Atendendo à natureza executória das propostas do Plano de Pormenor da Jagunda, a monitorização e avaliação, estratégica e operacional torna-se fundamental, quer do ponto de vista do desempenho ambiental associado à execução das mesmas, quer dos seus impactes sobre o ambiente. Esta importância é, aliás, sublinhada no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, no seu artigo 11.º, quando refere que “as entidades responsáveis pela elaboração dos plano e programas avaliam e controlam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos”.

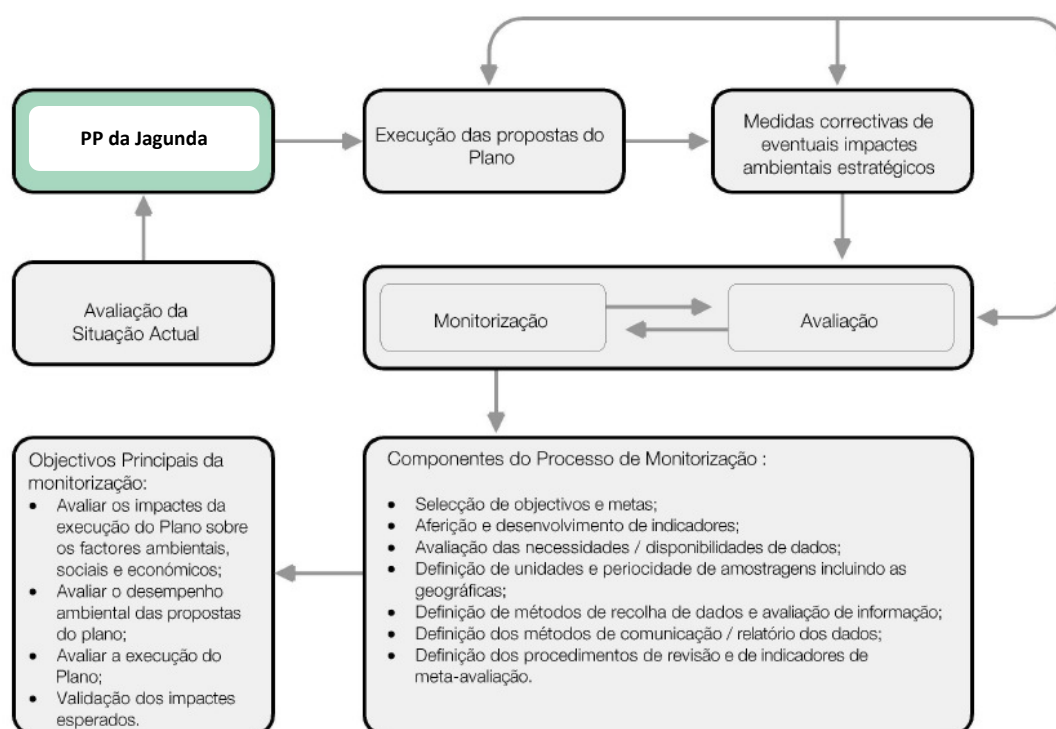


Figura 38 - Diagrama de Seguimento.

O objetivo central desta fase é o de promover o acompanhamento sistemático de um conjunto de dinâmicas em domínios que, de um modo mais direto ou indireto, influenciam as condições ambientais e de sustentabilidade do território, procurando, deste modo, apoiar os processos de conceção e decisão de políticas e medidas de intervenção à escala urbana e permitindo acompanhar com regularidade o exercício das atividades previstas, assim como o desempenho das entidades responsáveis pela sua execução.

Assim, neste ponto apresentam-se os princípios gerais e abordagens recomendadas para o processo de gestão e monitorização da execução das propostas do PDM, sob o ponto de vista da sustentabilidade e do respetivo desempenho ambiental, bem como as correspondentes medidas de controlo, ou seja, na

definição de medidas corretivas a aplicar, decorrentes da identificação atempada dos eventuais efeitos negativos significativos e imprevistos, e consequentes da execução do Plano e que têm como objetivo final assegurar a redução dos impactes ambientais, melhorando o desempenho ambiental da execução das propostas do PP DA JAGUNDA.

## 8.1 Definição de Indicadores de Monitorização

A monitorização das opções estratégicas do Plano será desenvolvida, pelo município, de acordo com os indicadores e as metas definidas no quadro anterior, e tendo em conta os seguintes objetivos:

- Acompanhar e validar a avaliação dos efeitos no ambiente identificados no decurso da avaliação ambiental do Plano;
- Avaliar se a aplicação das opções do Plano contribui eficazmente para alcançar os objetivos de sustentabilidade definidos;
- Avaliar a eficácia das diretrizes propostas, com o objetivo de minimizar eventuais efeitos negativos e potenciar os efeitos positivos;
- Promover uma maior participação e envolvimento dos agentes com responsabilidades no processo de avaliação ambiental do plano.

O plano de controlo constitui uma base para avaliar o impacto do plano de ação e o respetivo desenvolvimento das ações adotadas. Esta avaliação será feita através da análise de indicadores, com base no desempenho ambiental.

Os indicadores apresentados (Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores, por fator de decisão) permitem assegurar a construção de um sistema próprio e permanente de recolha, tratamento e análise de dados, no sentido de conhecer a situação na área de influência do Plano e como detetar e medir tendências de evolução ao longo da sua execução.

Durante a fase de seguimento os indicadores podem também ser adaptados, face aos resultados obtidos, ou à facilidade em obter informações/dados que à data não se encontram sistematizados. As metas podem ter que ser reajustadas devido a alterações normativas ou dos objetivos estratégicos.

Durante a fase de seguimento os indicadores podem também ser adaptados, face aos resultados obtidos, ou à facilidade em obter informações/dados que à data não se encontram sistematizados. As metas podem ter que ser reajustadas devido a alterações normativas ou dos objetivos estratégicos.

**FCD – Recursos Naturais**

Objetivo	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
<b>Ecosistemas e habitats</b>				
Evitar a alteração e perturbação de habitats Salvaguardar e promover o efeito de continuidade Preservação de áreas de ligação com o PNSE e com o Sítio PTCO0014 - Serra da Estrela	Afetação de habitats	ha	ICNB/CMS	Anual
	Corredores ecológicos	ha	CMS	Anual
	Afetação de áreas de REN	ha	CMS	Anual
	Afetação de áreas RAN	ha	CMS	Anual
	Incêndios florestais	N.º	CMS	Anual
	Área ardida (ha)	ha	CMS	Anual
	Estudos de Impacte Ambiental realizados na área do Plano	N.º	CMS	Anual
<b>Paisagem</b>				
Garantir a integração na paisagem	Área com valores paisagísticos	ha	CMS	Anual
Proteger, valorizar e requalificar a paisagem e os valores paisagísticos existentes	Área construída vs áreas verdes e naturais	ha	CMS	Anual
<b>Recursos energéticos</b>				
Promover a utilização de fontes de energia renováveis e consequentemente diminuir o consumo de energias não renováveis Maximizar a eficiência nos consumos energéticos	Consumo de energia elétrica por habitante	KWh/hab	CMS	Anual
	Consumo de energia elétrico por tipo de consumo	kWh	INE	Anual
	Produção de energia, a nível local, através de recursos renováveis	MW	INE/DGEG	Anual
	N.º de edifícios concelhios com certificação energética	N.º	CMS	Anual
	Implementação de técnicas de construção sustentável	N.º	CMS	Anual

**FCD – Qualidade Ambiental**

Objetivos	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
<b>Resíduos</b>				
Promover uma política adequada de gestão de resíduos	Capitação de RSU (Kg/Hab)	Kg/habitante	INE	Anual
	Taxa de separação de resíduos	%	CMS	Anual
	Taxa de tratamento e reciclagem de resíduos	%	CMS	Anual
	Resíduos Biodegradáveis valorizados	Ton	CMS	Anual
<b>Água</b>				
Reduzir os níveis de poluição da água para níveis que não prejudiquem os sistemas Naturais Aumentar o aproveitamento e reutilização de água Promover o uso eficiente da água Assegurar a proteção das linhas de água	Qualidade da água superficial e subterrânea;	Índice	INAG	Anual
	Utilização de água, por setor, e proporção reutilizada;	m3	INE/CMS	Anual
	Quantidade de água tratada reutilizada	m3	INE/CMS	Anual
	Cumprimento dos parâmetros de qualidade de água para rega	%	CMS	Anual
	Variação da percentagem de perdas de água no sistema público de abastecimento.	%	CMS	Anual
	Número de iniciativas com vista à promoção do uso eficiente da água na área do PP.	n.º	CMS	Anual
<b>Solo</b>				
Evitar a contaminação dos solos e dos recursos subterrâneos Promover uma reduzida taxa de impermeabilização do solo	Área de solo impermeabilizado ( )	m2 e % da área do PP	CMS	Anual
<b>AR</b>				
Assegurar uma gestão adequada da qualidade do ar que salvguarde a saúde pública Reduzir a poluição do ar Redução de gases com efeito de estufa	Qualidade do ar (IQar)	nº dias (IQar=Bom ou Muito Bom)	CCDRN/APA	Anual
	Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites	n.º	CCDRN/APA	Anual
	Emissão de poluentes atmosféricos NOx, SO2,COVNM e NH3	ton/Km2	CCDRN/APA	Anual
	Quantidade de GEE (CO2, CH4,N2O)	ton/Km2	CCDRN/APA	Anual
<b>Ruído</b>				
Assegurar a emissão de níveis de ruído que não perturbem a saúde humana e o bem-estar das populações	Recetores sensíveis exposta níveis de ruído superiores aos valores máximos admissíveis	%	CMS	Anual
	Medidas de minimização de ruído	n.º	CMS	Anual

	Numero de queixas por excesso de ruído decorrentes da laboração das unidades turísticas	n.º	CMS	Anual
--	---	-----	-----	-------

**FCD – Qualidade de Vida**

Objetivos	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequência de Amostragem
<b>Mobilidade e Acessibilidades</b>				
Articular a ligação à rede viária envolvente  Promover as deslocações em meios de transporte alternativo	Repartição modal	%	INE	Anual
	Numero dos movimentos pendulares diários dos empregados nas áreas turísticas da área-plano com incidência no município	nº de hab	INE	Anual
	Cobertura da rede de transportes coletivos	N.º de carreiras diárias	CMS	Anual
<b>Desenvolvimento socioeconómico</b>				
Diversificação da base económica  Promover o emprego local  Contribuir para a criação de riqueza e para a melhoria da qualidade de vida da população	Taxa de Desemprego	%	INE	Anual
	Número de postos de trabalho criados	N.º	CMS	Anual
	Evolução da População Ativa por Atividades Económicas	%	INE	Anual
	Variação do número de empresas sediadas	%	INE	Anual
	Variação do número de Empresas por setor de atividade	%	INE	Anual
	Poder de compra per capita	%	INE	Anual
<b>Infraestruturas</b>				
Garantir serviços de abastecimento de água para consumo humano  Promover um consumo eficiente e racional do recurso água  Garantir serviços de drenagem e de tratamento de águas residuais	Taxa de cobertura da população concelhia por Infraestruturas (água).	%	INE/CMS	Anual
	Taxa de cobertura da população concelhia por Infraestruturas (saneamento).	%	INE/CMS	Anual
	Taxa de cobertura da população concelhia por Infraestruturas (eletricidade).	%	INE/CMS	Anual
	Número de iniciativas com vista à promoção do uso eficiente da água	N.º	CMS	Anual
	Taxa de efluentes tratados	%	CMS	Anual
<b>Dinâmica turística</b>				
Desenvolver os produtos turísticos estratégicos: Touring cultural e	Procura turística (numero de dormidas) nos estabelecimentos hoteleiros	n.º	INE	Anual

paisagístico; Turismo da natureza; Tours de vinho e gastronomia; saúde e bem-estar  Aumentar/melhorar as condições de apoio e suporte à prática turística	Intensidade turística (nº de dormidas em milhares/população residente em centenas)	Índice IT	INE	Anual
	Taxas de ocupação hoteleira dos empreendimentos turísticos do PP	%	INE	Anual

### FCD - Ordenamento do Território

Objetivos	Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Frequencia de Amostragem
<b>Instrumentos orientadores do desenvolvimento territorial</b>				
Garantir a compatibilidade com áreas condicionadas e respeito dos modelos de desenvolvimento territorial preconizados;  Proteger, promover a valorização e assegurar a conservação de áreas sujeitas a condicionantes, servidões e restrições de utilidade pública;  Assegurar a adequação a instrumentos de gestão territorial e planos sectoriais de diferentes escalas;	Alterações ao zonamento (ha).	ha	CMS	Anual
	Alterações às condicionantes e servidões	ha	CMS	Anual

## 8.2 Quadro de Governança para a ação

O quadro de governança para a ação é fundamental para o sucesso da implementação do PP da Jagunda, uma vez que identifica as responsabilidades institucionais dos vários intervenientes na AAE, em todo o processo de implementação do próprio Plano.

Entendendo-se governança “como o conjunto de regras, processos e práticas que dizem respeito à qualidade do exercício do poder, essencialmente no que se refere à responsabilidade, transparência, coerência, eficiência e eficácia”, (Partidário 2007), identifica-se um quadro de governança para o Plano de Pormenor da Jagunda, que garanta o cumprimento dos objetivos definidos relativamente aos FCD definidos, bem como à concretização das diretrizes propostas.

Desta forma, são identificadas na tabela 55 as entidades e os agentes que se considera terem um papel primordial na operacionalização, monitorização e gestão das ações previstas no futuro PP da Jagunda, auferindo-lhes os conceitos de sustentabilidade ambiental e territorial.

Tabela 55 - Quadro de Governança para a Ação

Entidades	Ações
Instituto da Água/Administração Hidrográfica do Centro	<ul style="list-style-type: none"> <li>Manter atualizados os resultados da monitorização da qualidade da água.</li> <li>Fomentar e apoiar os processos de participação pública.</li> <li>Promover a manutenção das linhas de água, avaliando a necessidade de limpeza e desassoreamento das mesmas</li> </ul>
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro	<ul style="list-style-type: none"> <li>Manter atualizados os resultados da monitorização da qualidade da água dos recursos hídricos e da qualidade do ar.</li> <li>Fomentar e apoiar os processos de participação pública.</li> <li>Acompanhar a fase de monitorização do Plano.</li> </ul>
ULS-Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Acompanhar a fase de monitorização do Plano.</li> </ul>
Câmara Municipal de Seia	<ul style="list-style-type: none"> <li>Solicitação de Estudos de Impacte Ambiental dos projetos a implementar no PP da Jagunda.</li> <li>Articular com todas as entidades intervenientes no processo de AAE para que a implementação das ações previstas no PP da Jagunda decorram de forma sustentável.</li> <li>Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental.</li> <li>Fomentar e apoiar os processos de participação pública.</li> <li>Garantir a implementação dos diversos Plano Municipal de Ordenamento do Território.</li> <li>Controlar os défices infraestruturais existentes, nomeadamente ao nível do saneamento básico.</li> <li>Controlar as perdas/fugas de água no abastecimento.</li> <li>Adotar práticas quotidianas de valorização ambiental e energética.</li> </ul>
Juntas de Freguesia	<ul style="list-style-type: none"> <li>Operacionalização de operações de gestão de resíduos</li> <li>Fomentar diferentes formas de participação pública.</li> </ul>

Entidades	Ações
Autoridade para as Condições do Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Controlo do cumprimento da legislação relativa à segurança e saúde no trabalho.</li> </ul>
Águas do Zêzere e Coa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir o fornecimento e qualidade da água para consumo.</li> <li>• Garantir a recolha e tratamento das águas residuais.</li> <li>• Controlar as perdas/fugas de água no abastecimento.</li> </ul>
DGEG - Direcção Geral de Energia e Geologia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manter atualizadas as perspectivas de desenvolvimento da produção com origem em fontes de energia renováveis e das respetivas metas e objetivos a diferentes prazos e escalas de planeamento.</li> <li>• Incentivar a adoção de medidas de eficiência energética a todos os níveis (e.g. municípios, empresas, famílias).</li> </ul>
ADENE	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover utilização da ER e das boas práticas associadas à eco-eficiência energética e à certificação energética.</li> </ul>
Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão - Ecobeirão, SA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir e acompanhar todo o processo de recolha e tratamento de Resíduos.</li> </ul>
População em Geral	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contribuir para o alcance das metas estabelecidas.</li> <li>• Participar ativamente nos processos de decisão, em sede própria, nomeadamente nos processos de Consulta Pública.</li> <li>• Adotar práticas quotidianas de valorização ambiental e energética.</li> <li>• Participar ativamente na conservação dos valores naturais do seu município com vista à promoção de um desenvolvimento sustentável</li> </ul>

## 9. Participação Pública

O Envolvimento Público e Institucional encontra-se definido de acordo com o n.º 3 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro, bem como do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 58/2011 de 4 de maio, após a elaboração do Relatório Ambiental, e previamente à sua aprovação, a proposta de plano, o Relatório Ambiental e o respetivo Resumo Não Técnico, serão objeto de Discussão Pública.

A consulta pública durante o processo de desenvolvimento de uma Avaliação Ambiental Estratégica é faseada, sendo da responsabilidade da Câmara Municipal de Seia desenvolver os processos de consulta pública estabelecidos na legislação, nomeadamente:

- A Câmara Municipal de Seia deverá promover a consulta pública sobre o âmbito da AAE (Relatório de Fatores Críticos) às entidades com responsabilidades ambientais específicas (no mínimo), às quais possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano (de acordo com o n.º 3, artigo 5º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho);
  - As entidades a consultar deverão ser a Agência Portuguesa do Ambiente; Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.; Administração da Região Hidrográfica do Centro, I.P.; Comissão de Coordenação; Desenvolvimento Regional do Centro; Administração Regional de Saúde do Centro; Direção Regional da Economia do Centro; Instituto de Infraestruturas Rodoviárias, I.P.
- Antes da aprovação do Plano e do respetivo Relatório Ambiental, a Câmara Municipal promove novamente a consulta às entidades com responsabilidades ambientais específicas, para emissão de parecer (de acordo com o n.º 3 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho);
- Concluído o período de acompanhamento a Câmara Municipal procede à abertura de um período de discussão pública, através de Aviso a publicar no Diário da República, tendo como objetivo recolher sugestões formuladas por associações, organizações ou grupos não governamentais, ou outras pessoas interessadas. A consulta pública e o prazo de duração são publicitados através de meios eletrónicos (página da internet da Câmara Municipal), e divulgados através da comunicação social. Durante o período de discussão pública, o projeto de Plano e respetivo Relatório Ambiental, assim como os pareceres da comissão de acompanhamento ou da CCDR, e os demais pareceres eventualmente emitidos, estão disponíveis ao público na Câmara Municipal, e noutros locais indicados pela autarquia (n.º 6, n.º 7 e n.º 8 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, articulado com o n.º 3 do artigo 77).

## 10. Considerações Finais

O presente relatório serve de base à segunda fase do processo de AAE da proposta do Plano de Pormenor da Jagunda.

Este relatório identifica os principais efeitos (positivos e negativos), a fim de apoiar a tomada de decisão relativamente à proposta de plano e assegurar a sustentabilidade da proposta, através de integração de opções mais sustentáveis durante o seu desenvolvimento em fase de projeto e de funcionamento.

O processo de Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de alteração do PP da Jagunda foi suportado na análise de quatro FCD – Recursos Naturais, Qualidade Ambiental, Qualidade de Vida e o Ordenamento do Território.

No decurso da avaliação de cada FCD foi garantida a integração de objetivos de sustentabilidade identificados nos instrumentos que constituem o Quadro de Referência Estratégico para a AAE.

Importa também evidenciar o facto das opções estratégicas que formalizam o Plano terem sido acompanhadas pelas entidades com responsabilidades ambientais específicas, já estão impregnadas de iniciativas de sustentabilidade que as configuram como opções estratégicas ambientalmente úteis.

Durante o processo de AAE não foram evidenciados/identificados impactes ambientais significativos não minimizáveis ou compensáveis decorrentes diretamente das opções estratégicas do Plano.

As diretrizes de seguimento propostas, irão contribuir para uma potenciação dos impactes positivos previstos e para uma mitigação dos impactes negativos. Desta forma, espera-se que a presente Plano de Pormenor se constitua como uma intervenção de planeamento sustentável.

Evidencia-se, no entanto, a importância do acompanhamento da implementação do Plano através do cumprimento do programa de gestão e monitorização ambiental, de forma a monitorizar a evolução dos principais indicadores de sustentabilidade face a metas estabelecidas em documentos estratégicos, e que poderão ter influência direta nas questões relacionadas com o ordenamento do território e na qualidade ambiental do concelho.

Com a implementação da presente proposta do plano, promove-se a melhoria da qualidade ambiental e das condições de vida das populações locais, uma vez que se prevê a criação de mais postos de trabalho, permitindo-se a instalação de novas unidades sujeitas ao cumprimento estrito dos normativos ambientais para o setor e para a atividade específica.

De facto, pelas considerações efetuadas, a proposta de plano apresentada resulta num balanço positivo entre as oportunidades de desenvolvimento criadas e os riscos inerentes.

## 11. Referências Bibliográficas

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. Relatório da Qualidade do Ar na Região Centro 2007-2009.
- Direção-geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano; Guia para a Avaliação Estratégica de Impactes em Ordenamento do Território. Coleção Estudos 9. Lisboa: MCOTA-DGOTDU; 2003.
- Direção-geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano; Avaliação Ambiental Estratégica dos Planos Municipais de Ordenamento do Território. Documento de apoio 1. Lisboa: MCOTA-DGOTDU; 2008.
- Direção Geral do Ambiente; Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. Amadora: DGA; 2000. ISBN 972-8419-48-1.
- Caetano, M., V. Nunes e A. Nunes; CORINE Land Cover 2006 for Continental Portugal, Relatório técnico; Instituto Geográfico Português;2009
- Caetano, M., A. Araújo, A. Nunes, V. Nunes e M. Pereira, 2009. Accuracy assessment of the CORINE Land Cover 2006 map of Continental Portugal, Relatório técnico, Instituto Geográfico Português.
- OECD - DAC, 2006. Good Practice Guide on applying Strategic Environmental Assessment (SEA) in Development Cooperation, OECD, Paris.
- Partidário, Maria do Rosário; Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica. Amadora. Agência Portuguesa do Ambiente; 2007. ISBN 978-972-8577-34-6.
- Partidário, M.R. 2006. Termos de referência e Metodologia para Avaliação Ambiental Estratégica, das propostas de Programas Operacionais, no âmbito do quadro de Referência Estratégico Nacional, QCA IV (2007-2013) e Diretiva Europeia 2001/42/CE.
- Partidário, M.R. 2004. Avaliação estratégica de impactes em planos de uso do solo. Sociedade & Território, 37/38: 183-193.
- SIAM – Alterações Climáticas em Portugal. Cenários, Impactos e Medidas de Adaptação – Projeto SIAM II. F. D. Santos e P. Miranda (Editores). Gradiva, Lisboa. 2006.
- ICNB;Integração das Orientações de Gestão do Plano sectorial da Rede Natura 2000 nos Planos Municipais de Ordenamneto do Território.;2008
- ICNB; Relatório Ambiental do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela;2008

- ERM Portugal,Lda; Caracterização dos Valores Naturais- Revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela;2008
- Costa, J. C., Aguiar, C., Capelo, J. H., Lousã, M. & Neto, C. Biogeografia de Portugal Continental. Quercetea;1998.
- Câmara Municipal de Seia; Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) de Seia - Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Seia;2008.
- Recurso; Relatório Ambiental Plano de Pormenor da Quinta da Veiga;2009
- ECO 14;Mapa de Ruído da área de implantação do Plano de Pormenor da Jagunda;2012
- Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e do Ordenamento do Território. ARH-Centro; Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos Rios Vouga, Mondego e Lis integradas na Região Hidrográfica 4. Relatório Técnico;2011.

#### **Legislação principal:**

- Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente).
- Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro (estabelece as bases de Ordenamento do Território).
- Decreto-Lei n.º 181/2009, de 07 de agosto (primeira alteração ao Decreto-lei n.º 316/2007 de 19 de setembro).

#### **Sites consultados:**

- <http://www.cm-seia.pt>
- <http://www.inag.pt>
- <http://www.ine.pt>
- <http://www.dgge.pt>
- <http://www.apambiente.pt>
- <http://www.pordata.pt>
-



## 12. Anexos

**Anexo I** – Parecer da entidade consultadas e que responderam no âmbito do Relatório dos Fatores Críticos.

**Anexo II** – Parecer da entidade consultadas e que responderam no âmbito do Relatório Ambiental.

**Anexo III** – Instrumentos do Quadro de Referência Externo e respetivos Objetivos Estratégicos.

**Anexo IV** – Relação entre o Quadro de Referência Estratégico definido e as Questões Estratégicas da proposta do Plano de Pormenor da Jagunda.

## **ANEXO I**

Parecer das entidades consultadas e que responderam no âmbito do Relatório dos Fatores Críticos.

## **ANEXO II**

Parecer das entidades consultadas e que responderam no âmbito do Relatório Ambiental.

## **ANEXO III**

Instrumentos do Quadro de Referência Externo e respectivos Objetivos Estratégicos.

**Quadro Estratégico de Referência Nacional (QREN) - DL n.º 74/2008, de 22 de abril e RCM n.º86/2007, de 13 julho**

O Quadro Estratégico de Referência Nacional configura o instrumento que constitui o enquadramento para a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal no período 2007-2013.

**Objetivos**

O QREN pretende:

- Promover a qualificação dos Portugueses
- Promover o crescimento sustentado através, especialmente, dos objetivos do aumento da competitividade dos territórios e das empresas, da redução dos custos públicos de contexto;
- Garantir a coesão social atuando, em particular, nos objetivos do aumento do emprego e do reforço da empregabilidade e do empreendedorismo, da melhoria da qualificação escolar e profissional, do estímulo às dinâmicas culturais, assegurando a Inclusão social;
- Assegurar a qualificação do território e das cidades traduzida, em especial, nos objetivos de assegurar ganhos ambientais, promover um melhor ordenamento do território, estimular a descentralização regional da atividade científica e tecnológica, prevenir riscos naturais e tecnológicos e, ainda, melhorar a conectividade do território e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento.
- Aumentar a eficiência da Governação

**Plano Nacional da Política de Ordenamento Territorial (PNPOT) - (Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro)**

O PNPOT constitui o guia orientador do sistema de gestão territorial e da política de ordenamento do território, sendo também um instrumento chave de articulação desta política com a política de desenvolvimento económico e social, em coerência com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e com as diversas intervenções com incidência territorial, designadamente as consideradas no Quadro de Referência Estratégico Nacional para o período de programação financeira comunitária QREN 2007-2013.

**Objetivos Estratégicos**

O PNPOT apresenta os seguintes **objetivos estratégicos**:

1. Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos;
2. Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração no espaço ibérico, europeu e global;
3. Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais;
4. Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social;
5. Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública;
6. Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições.

<b>Estratégia Nacional Para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS) - RCM n.º 109/2007, de 20 de agosto</b>
A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) para o período 2005/15 consiste num conjunto coordenado de atuações que, partindo da situação atual de Portugal, com as suas fragilidades e potencialidades, permitam assegurar um crescimento económico célere e vigoroso, uma maior coesão social, e um elevado e crescente nível de proteção e valorização do ambiente.
<b>Objetivos principais</b>
A ENDS apresenta os seguintes objetivos: <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Qualificação dos portugueses em direção à Sociedade do Conhecimento;</li> <li>2. Economia sustentável, competitiva e orientada para atividades de futuro;</li> <li>3. Gestão eficiente e preventiva do ambiente e do património natural;</li> <li>4. Organização equilibrada do território que valorize Portugal no espaço Europeu e que proporcione qualidade de vida;</li> <li>5. Dinâmica de coesão social e responsabilidade individual;</li> <li>6. Papel Ativo de Portugal na Cooperação para a Sustentabilidade Global.</li> </ol>

<b>Estratégia nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB) – RCM n.º 152/2001, de 11 de outubro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 20-AG/2001, de 31 de outubro</b>
A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB) foi acolhida na ordem jurídica portuguesa através da resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de outubro, vigorando até 2010.
<b>Objetivos Gerais e Opções estratégicas</b>
A ENCNB é um documento centrado em três <b>objetivos gerais</b> : <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conservar a natureza incluindo os elementos notáveis da geologia geomorfologia e paleontologia;</li> <li>• Promover a utilização sustentável dos recursos biológicos;</li> <li>• Contribuir para a prossecução dos objetivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da conservação da natureza em que Portugal está envolvido, em especial os objetivos definidos na Convenção sobre a Diversidade Biológica.</li> </ul> <p>Para a concretização dos objetivos acima expostos a ENCNB formula <b>dez opções estratégicas</b>:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, bem como a monitorização de espécies, <i>habitats</i> e ecossistemas;</li> <li>2. Constituir a Rede Fundamental de Conservação da Natureza e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, integrando a Rede Nacional de Áreas Protegidas;</li> <li>3. Promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social;</li> <li>4. Assegurar a conservação e a valorização do património natural dos sítios e das zonas de proteção integrada no processo da Rede Natura 2000;</li> <li>5. Desenvolver em todo o território nacional ações específicas de conservação e gestão de espécies e <i>habitats</i>, bem como de salvaguarda e valorização do património paisagístico e dos elementos notáveis do património geológico, geomorfológico e paleontológico;</li> <li>6. Promover a integração política de conservação da natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais;</li> <li>7. Aperfeiçoar a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local;</li> <li>8. Promover a educação e a formação em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade;</li> </ol>

9. Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil;
10. Intensificar a cooperação internacional.

#### Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE) (2008 -2015) – RCM 80/2008, 20 de maio

O Programa Nacional de Ação para a Eficiência Energética é um plano de ação agregador de um conjunto de programas e medidas de eficiência energética.

#### Objetivos

O PNAEE é um plano de ação para a eficiência energética, estabelecendo como meta a alcançar até 2015 a implementação de medidas de melhoria de eficiência energética equivalentes a 10 % do consumo final de energia, relativa à eficiência na utilização final de energia e aos serviços energéticos.

O PNAEE abrange quatro áreas específicas, objeto de orientações de cariz predominantemente tecnológico: Transportes, Residencial e Serviços, Indústria e Estado. Adicionalmente, estabelece três áreas transversais de atuação — Comportamentos, Fiscalidade, Incentivos e Financiamentos — sobre as quais incidiram análises e orientações complementares.

#### Áreas de Transportes – objetivos:

- ✓ Aumento da eficiência energética no transporte particular, por via da renovação de equipamentos e estímulo à aquisição de veículos e produtos energeticamente eficientes.
- ✓ Estimular a utilização de meios de transporte energeticamente mais eficientes como os transportes coletivos em detrimento do transporte individual nas deslocações pendulares, não deixando de aumentar sempre que possível a eficiência energética dos primeiros.
- ✓ Redução do consumo de energia no transporte de passageiros e mercadorias, por via da transferência para sistemas de transporte energeticamente mais eficientes e introdução de medidas de melhoria da eficiência nos transportes rodoviários.

#### Metas:

- Reduzir em 20% o parque de veículos ligeiros com mais de 10 anos.
- Reduzir em mais de 20% as emissões médias de CO<sub>2</sub> dos veículos novos vendidos anualmente (143g/km em 2005 para 110g/km).
- 20% do parque automóvel com equipamentos de monitorização (computador de bordo, GPS, cruise control ou verificação automática de pneus) .
- Criação de plataforma inovadora de gestão de tráfego com rotas otimizadas por GPS.
- Criação de planos de mobilidade urbana para capitais de distrito e centros empresariais com mais de 500 trabalhadores.
- Transferência modal de 5% do transporte individual para coletivo.
- 20% do comércio internacional de mercadorias transferido do modo rodoviário para marítimo.

#### Área Residencial e Serviços – objetivos:

- ✓ Tornar o parque atual de equipamentos domésticos (eletrodomésticos e iluminação) mais eficiente quer por via da substituição direta quer através do desincentivo à compra de novos equipamentos com performances energéticas significativamente inferiores às melhores práticas já existentes no mercado, quer por via do estímulo a uma mudança de comportamentos na aquisição e no consumo de energia.
- ✓ Melhorar o desempenho energético dos edifícios, através da melhoria da classe média de eficiência energética do parque edificado, mediante a implementação do Sistema de Certificação Energética.
- ✓ Promover a substituição do consumo de energia não renovável por energia renovável através da maior facilidade de acesso a tecnologias de micro-geração e de aquecimento solar.

#### Metas:

- Programa de incentivo à reabilitação urbana sustentável, com o objetivo de ter 1 em cada 15 lares com classe energética otimizada (superior ou igual a B-).
- Programa de renovação de 1 milhão de grandes eletrodomésticos.
- Substituição de 5 milhões de lâmpadas por CFL.
- Benefícios no licenciamento à construção eficiente (majoração da área de construção).
- 75 mil lares electroprodutores (165MW potência instalada).
- 1 em cada 15 edifícios com Água Quente Solar.

#### Área de Indústria – objetivos:

- Promover o aumento da eficiência energética por via da modificação dos processos de fabrico, da introdução de novas tecnologias e da mudança de comportamento.

#### Metas:

- Redução de 8% do consumo energético da indústria transformadora.
- Criação do Sistema de Gestão de Consumos Intensivos de Energia com alargamento às médias empresas (> 500 tep) e incentivos à implementação das medidas identificadas.

**Área Estado – objetivos:**

- O comportamento do Estado deve constituir uma referência para o Mercado, assim pretende-se reduzir a energia consumida no Setor Estatal a um ritmo superior ao definido como objetivo geral na diretiva europeia, através da implementação de medidas de eficiência energética e alteração de comportamentos de consumo.

**Metas:**

- Certificação energética de todos os edifícios do Estado.
- 20% dos edifícios do Estado com classe igual ou superior a B-.
- 20% da frota de veículos do Estado com emissões de CO2 inferiores a 110 g/km.
- Phase-out da iluminação pública ineficiente.
- 20% da semaforização de trânsito com iluminação eficiente (LED).

**Comportamentos – objetivos:**

- Programa orientado para duas vertentes: em primeiro lugar para a divulgação e informação sobre tecnologias de vanguarda e em segundo lugar para a evidência dos casos de excelência como forma de aumentar a consciencialização para a temática da eficiência energética e de incentivar os diferentes agentes (principalmente os de carácter mais dispersos e difíceis de abranger em regimes obrigatórios) a seguirem o exemplo por via da “competição” entre pares.

**Medidas:**

- Lançamento do “Prémio Mais Eficiência” para premiar a excelência ao nível das várias vertentes (ex. empresas, edifícios, escolas, entre outros).
- Conceito “Mais Eficiência Energética”: “selo”/credenciação para identificar boas práticas em cinco vertentes: Casa, Autarquia, Empresa, Escola e Equipamentos.
- Aumento da consciencialização para a eficiência energética e mudança de comportamentos através de campanhas de comunicação e sensibilização.

**Fiscalidade – objetivos:**

- Utilização de ferramentas fiscais (taxas, abatimentos ao rendimento, benefícios e incentivos) que visem incentivar a procura de equipamentos ou materiais energeticamente mais eficientes e que ao mesmo tempo desincentivem a aquisição de equipamentos menos eficientes face às melhores alternativas já existentes no mercado de forma corrente.

**Medidas:**

- Novo regime de tributação automóvel e fiscalidade sobre os combustíveis industriais.
- Regime de amortizações aceleradas para equipamentos e viaturas eficientes.
- Incentivos fiscais à microprodução e alinhamento progressivo da fiscalidade com o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (ex. benefício em IRS a habitações classe A/A+).

**Incentivos e financiamento – Medidas:**

- Incentivo à eficiência no consumo elétrico - incentivo aos clientes de maior consumo por contrapartida de prémio aos de menor consumo e do Fundo de Eficiência Energética.
- Cheque eficiência: Prémio equivalente a 10% ou 20% dos gastos em eletricidade durante 2 anos em caso de redução verificada de 10% ou 20% do consumo de eletricidade.
- Crédito bonificado: €250M/ano para investimentos em eficiência (enfoque reabilitação urbana).
- Dinamização de Empresas de Serviços de Energia através de incentivos à sua criação (QREN), concursos para auditorias no Estado e regulamentação do “Contrato Eficiência”.

<b>Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) - RCM nº 119/2004, 31 de julho</b>
O Programa Nacional para as Alterações Climáticas configura o instrumento de política do Governo que suporta o cumprimento do Protocolo de Quioto pelo Estado Português.
<b>Objetivos</b>
O PNAC 2006 pretende: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforçar a monitorização nos diversos setores e alargar o esforço de cumprimento do Protocolo de Quioto, “através de medidas nos setores não abrangidos pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão”;</li> <li>• Acautelar que os diversos setores desenvolvam um esforço de monitorização apertado de modo a garantir a execução das diferentes medidas;</li> <li>• Reforçar a verba do Fundo Português de Carbono.</li> </ul>

<b>Plano Nacional da Água (PNA) - DL nº 112/2002, de 17 de abril</b>
O Plano Nacional da Água define as orientações de âmbito nacional para a gestão integrada das águas, fundamentadas em diagnóstico da situação atual e na definição de objetivos a alcançar através de medidas e ações, de acordo com o Decreto-Lei nº 45/94 de 22 de fevereiro.
<b>Linhas de orientação</b>
O estabelecido no PNA segue as seguintes linhas de orientação: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da produtividade da água e promoção do seu uso racional, com o máximo respeito pela integridade territorial das bacias hidrográficas;</li> <li>• Proteção, conservação e requalificação dos meios hídricos e dos ecossistemas associados;</li> <li>• Satisfação das necessidades das populações e do desenvolvimento económico e social do país;</li> <li>• Respeito pela legislação nacional e comunitária relevante e satisfação dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado português;</li> <li>• Acesso à informação e participação dos cidadãos na gestão dos recursos hídricos.</li> </ul>

<b>Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS) - RCM n.º 91/2008, de 4 de junho</b>
O Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde 2007–2013 tem como desígnio melhorar a eficácia das políticas de prevenção, controlo e redução de riscos para a saúde com origem em fatores ambientais, promovendo a integração do conhecimento e a inovação, contribuindo também, desta forma, para o desenvolvimento económico e social do país.
<b>Objetivos</b>
No horizonte referido, são objetivos do plano: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Intervir ao nível dos fatores ambientais para promover a saúde da pessoa e das comunidades a eles expostos;</li> <li>• Sensibilizar, educar e formar os profissionais e a população em geral, por forma a minimizar os riscos para a saúde associados a fatores ambientais;</li> <li>• Promover a adequação de políticas e a comunicação do risco;</li> <li>• Construir uma rede de informação que reforce o conhecimento das inter-relações Ambiente e Saúde.</li> </ul>

**Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) – RCM n.º 53/2007, de 4 de abril**

O Plano Estratégico Nacional do Turismo serve de base à concretização de ações definidas para o crescimento sustentado do Turismo nacional nos próximos anos.

**Linhas de Desenvolvimento Estratégico**

Tem em conta as seguintes Linhas de Desenvolvimento Estratégico:

- **Mercados emissores** - Apostar na captação de turistas de 20 mercados emissores internacionais e no desenvolvimento do Turismo interno.
- **Estratégia de produtos** - Consolidar e desenvolver 10 produtos turísticos estratégicos.
- **Linhas orientadoras para as regiões** - Desenvolver ofertas distintivas para as regiões, alinhadas com a proposta de valor do destino Portugal, capitalizando a vocação natural de cada região e desenvolvendo os seus fatores de qualificação.
- **Linhas de orientação para os pólos** - Desenvolver 6 novos Pólos Turísticos para diversificar a oferta turística em Portugal e implementar um modelo de desenvolvimento sustentado.
- **Acessibilidades aéreas** - Reforçar as acessibilidades aéreas com as cidades/regiões com maior potencial turístico em cada mercado emissor.
- **Eventos** - Dinamizar um calendário nacional de eventos que assegure o reforço da notoriedade do destino e o enriquecimento da experiência do turista.
- **Enriquecimento da oferta** - Desenvolver e inovar conteúdos tradicionais portugueses que constituam fatores de diferenciação turística.
- **Qualidade urbana, ambiental e paisagística** - Tornar a qualidade urbana, ambiental e paisagística numa componente fundamental do produto turístico para valorizar e qualificar o destino Portugal.
- **Qualidade de serviço e de recursos humanos** – Reforçar a qualidade do Turismo português aos longo dos “momentos de verdade” de interação com o turista, através da implementação de um sistema de qualidade turística e da formação e valorização dos recursos humanos.
- **Promoção e distribuição** – Implementar uma abordagem inovadora, comunicando uma proposta de valor diferenciada, atuando por mercado emissor e segmento, conferindo maior enfoque no canal internet, promovendo uma gestão proactiva da relação com prescritores e definindo como prioridade o destino Portugal.
- **Eficácia e modernização da atuação dos agentes públicos e privados** - Facilitar a interação das empresas com o Estado, promover a difusão do conhecimento, estimular a investigação e o desenvolvimento e a adoção de práticas inovadoras pelas empresas, incentivar a modernização empresarial.

**Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA) - RCM nº 113/2005, de 30 de julho**

O Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água tem como principal finalidade a promoção do uso eficiente da água em Portugal, especialmente nos setores urbano, agrícola e industrial, contribuindo para minimizar os riscos de escassez hídrica e para melhorar as condições ambientais nos meios hídricos.

**Objetivos específicos**

O PNUEA assenta sobre quatro áreas programáticas (compreendendo cada uma delas um conjunto de ações):

- Medição e reconversão de equipamentos de utilização da água;
- Sensibilização, informação e educação;
- Regulamentação e normalização

- Formação e apoio técnico.

A definição de metas para o PNUEA passa pela definição de um indicador que traduza a eficiência de utilização da água em qualquer dos setores considerados, tornando direta e transparente a comparação entre metas e resultados obtidos, simplificando uma situação que de outro modo seria complexa. Assim:

- **Meta no consumo urbano** – Tendo em conta as perspetivas de evolução em termos de controlo de perdas, de procedimentos dos utilizadores e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir, ao fim de um período de 10 anos, uma eficiência de utilização da água de 80%.
- **Meta no consumo agrícola** - Tendo em conta as perspetivas de evolução em termos de área regada, de procedimentos dos utilizadores e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir a 10 anos uma eficiência de utilização de água de 65%.
- **Meta no consumo industrial** - Tendo em conta as perspetivas de evolução em termos de procedimentos dos utilizadores industriais e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir ao fim de 10 anos uma eficiência de utilização da água de 85%.

#### Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais II (PEAASAR II) - Despacho nº 2339/2007, de 14 de fevereiro

O Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais II estabelece as orientações e fixa os objetivos de gestão e proteção dos valores ambientais associados aos recursos hídricos no horizonte 2007-2013.

#### Objetivos estratégicos e objetivos operacionais

Os objetivos estratégicos são os seguintes:

- Universalidade, continuidade e qualidade do serviço
- Sustentabilidade do setor
- Proteção dos valores ambientais.

No que se refere aos objetivos operacionais, deste constam:

- Servir cerca de 95% da população total do país com sistemas públicos de abastecimento de água;
- Servir cerca de 90% da população total do país com sistemas públicos de saneamento de águas residuais urbanas, sendo que em cada sistema integrado o nível de atendimento desejável deve ser de pelo menos 70% da população abrangida;
- Garantir a recuperação integral dos custos incorridos dos serviços;
- Contribuir para a dinamização do tecido empresarial privado nacional e local;
- Cumprir os objetivos decorrentes do normativo nacional e comunitário de proteção do ambiente e saúde pública.

Para a prossecução destes objetivos deverão ser adotadas um conjunto de medidas, de entre as quais:

1. Realizar os investimentos necessários à conclusão e à expansão dos sistemas “em alta” e à continuação da infraestruturação da vertente “em baixa”, com especial enfoque nos investimentos visando a articulação entre ambas as vertentes;
2. Rever os princípios de enquadramento legal, técnico, económico e financeiro aplicáveis aos sistemas multimunicipais e alargar o leque de soluções institucionais de gestão empresarial;
3. Promover uma maior integração territorial e funcional dos sistemas plurimunicipais vizinhos, de forma a potenciar economias de escala e da gama e mais valias-ambientais;
4. Promover a criação, na vertente em “baixa”, de sistemas integrados, tanto quando possível territorialmente articulados com as soluções existentes na vertente em “alta”, e com um regime tarifário uniformizado na área de intervenção de cada sistema, regulamentar a gestão de sistemas municipais e criar uma Lei de Base de Concessões em “baixa”;
5. Implementar as disposições da Lei nº 58/2005, de 29 de dezembro, Lei da Água, diretamente relacionadas com o abastecimento de água e o saneamento de águas residuais e incentivar o uso eficiente da água e o controlo e prevenção da poluição;

6. Estimular o investimento privado e promover a concorrência, com especial destaque para um alargamento e dinamização muito significativos do mercado dos contratos de exploração e prestação de serviços, promovendo assim o desenvolvimento do tecido empresarial nacional e local;
7. Reforçar e alargar o âmbito dos mecanismos de regulação de serviços e de regulação ambiental e de inspeção.

#### Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos II (PERSU II) - Portaria nº 187/2007, de 12 de fevereiro

O PERSU II constitui um instrumento estratégico diretor da gestão de resíduos sólidos urbanos (RSU) para o período de 2007 a 2016, fundamental para que o setor possa dispor de orientações e objetivos claros, bem como de uma estratégia de investimento que confira coerência, equilíbrio e sustentabilidade à intervenção dos vários agentes diretamente envolvidos.

Destacam-se como principais agentes envolvidos e/ou a envolver na prossecução da estratégia consignada no PERSU II, entre outros, os Sistemas Intermunicipais e Multimunicipais, os Municípios e os Operadores Provados do Setor dos RSU.

#### Principais desafios

A estratégia vertida no presente Plano implicará um investimento e um esforço de todos os agentes envolvidos, designadamente ao nível da implementação de melhores práticas de gestão de RSU, entendido como indispensável para atingir desafios como os da:

- Prevenção da produção.
- Maximização da reciclagem.
- Minimização da deposição em aterro.

#### Proposta para a Estratégia de Proteção dos Solos (PEPS)

A Proposta para Estratégia de Proteção dos Solos configurará o instrumento de política do Governo que suporta o cumprimento dos objetivos de proteção e prevenção da degradação dos solos bem como da sua utilização sustentável.

#### Objetivos

São propostos como objetivos:

- Prevenir uma maior degradação do solo e preservar as suas funções nas situações em que:
  - ✓ o solo é utilizado e as suas funções são exploradas, sendo, portanto, necessário tomar medidas relativas aos modelos de utilização e gestão de solos, e
  - ✓ o solo funciona como sumidouro / recetor dos efeitos de atividades humanas ou fenómenos ambientais, sendo necessário tomar medidas na fonte.
- Reabilitar os solos degradados, garantindo um nível de funcionalidade mínimo coerente com a sua utilização atual e prevista, tendo assim igualmente em conta os custos da reabilitação do solo.

<b>Programa Nacional de Ação para o Crescimento e Emprego (PNACE)</b>
O Programa Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego 2005/2008 é um programa integrado e pragmático que Portugal vai desenvolver no contexto da União Europeia, face aos desafios colocados pela economia e pela sociedade globalizada em que tem que competir e se quer afirmar.
<b>Desafios</b>
Os desafios são: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reorientar a aplicação dos recursos públicos dando prioridade aos investimentos indutores de crescimento e criadores de emprego.</li> <li>• Estimular o investimento em setores chave, reestruturar o capital de risco, atrair o investimento privado, apoiar a modernização do tecido empresarial.</li> <li>• Melhorar a eficiência dos mercados. Reforçar a função reguladora e fiscalizadora do Estado, em particular a regulamentação dos serviços, garantindo condições de livre concorrência e acesso a “inputs” produtivos em condições mais favoráveis.</li> <li>• Promover o emprego qualificado.</li> <li>• Promover a inovação, o empreendedorismo e a internacionalização. Reforçar a capacidade de criação de valor nas empresas.</li> <li>• Promover a criação de emprego, atrair e reter o maior número de pessoas no emprego, atingir uma taxa de emprego global de 69%.</li> <li>• Promover um uso mais sustentável dos recursos naturais e reduzir os impactos ambientais.</li> <li>• Promover a eficiência energética.</li> <li>• Melhorar o ordenamento do território e a eficiência dos instrumentos de ordenamento.</li> <li>• Promover um sistema urbano policêntrico e a crescente integração das cidades e do país em espaços supranacionais.</li> <li>• Melhorar a mobilidade dos transportes e aproveitar as oportunidades de exploração da logística.</li> </ul>

<b>Plano Rodoviário Nacional (PRN - 2000) – D.L. n.º 222/98,17 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/99,26 de julho, e pelo D.L. n.º 182/2003,16 de agosto</b>
O atual Plano Rodoviário Nacional define uma rede nacional, que desempenha funções de interesse nacional e internacional. A rede rodoviária nacional é constituída pela rede nacional fundamental e pela rede nacional complementar.
<b>Objetivos</b>
O PRN – 2000 tem como principais objetivos: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Introdução de significativas inovações relativamente ao PRN85, potenciando o correto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários, o desenvolvimento de potencialidades regionais, a redução do custo global dos transportes rodoviários, o aumento da segurança da circulação, a satisfação do tráfego internacional e a adequação da gestão da rede.</li> <li>• Necessidade de aumentar a densidade da rede de estradas nas zonas fronteiriças, promover o fecho de malhas viárias, assim como melhorar a acessibilidade de alguns concelhos, o que contribuirá para a correção das assimetrias que ainda se verificam no desenvolvimento socioeconómico do País.</li> <li>• Reclassificação de algumas das estradas não incluídas no anterior plano rodoviário nacional como estradas nacionais e instituir uma nova categoria viária, a das estradas regionais.</li> <li>• Preocupação assumida em matéria de melhoria qualitativa da rede rodoviária, com especial relevo para a defesa ambiental em meio urbano, para os dispositivos de combate à sinistralidade nos mais diversos planos e para os instrumentos de informação necessários à boa gestão e utilização das infraestruturas em causa.</li> </ul>

**Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Mondego – PBH Mondego - DReg. nº 9/2008, de 1 de março**

O Plano de Bacia Hidrográfica (PBH) é um plano sectorial que assenta numa abordagem conjunta e interligada de aspetos técnicos, económicos, ambientais e institucionais, envolve os agentes económicos e as populações diretamente interessadas, tem em vista estabelecer de forma estruturada e programática uma estratégia racional de gestão e utilização da bacia hidrográfica do Mondego, em articulação com o ordenamento do território e a conservação e proteção do ambiente.

**Objetivos Estratégicos**

**Gestão da Procura** – assegurar uma gestão racional da procura de água, em função dos recursos disponíveis e das perspetivas socioeconómicas;

**Proteção das Águas e Controle de Poluição** – garantir a qualidade do meio hídrico em função dos usos;

**Conservação da Natureza** – assegurar a proteção dos meios aquáticos e ribeirinhos com interesse ecológico, a proteção e recuperação de habitats e condições de suporte das espécies nas linhas de água e no estuário;

**Proteção e Minimização dos Efeitos de Cheias, Secas e Poluição Acidental** – promover a minimização dos efeitos económicos e sociais das secas e das cheias, no caso de elas ocorrerem, e dos riscos de acidentes de poluição;

**Valorização Social e Económica da Utilização dos recursos** – potenciar a valorização social e económica da utilização dos recursos;

**Articulação do Domínio Hídrico com o Ordenamento do Território** – preservar as áreas do domínio Hídrico;

**Quadro Institucional e Normativo** – racionalizar e otimizar o quadro normativo e institucional vigente;

**Regime Económico-Financeiro** – promover a sustentabilidade económica e financeira dos sistemas e a utilização racional dos recursos e do meio hídrico;

**Conhecimento dos Recursos Hídricos** – aprofundar a conhecimento dos recursos hídricos.

**Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte - (PROFBIN) - D.R. n.º 12/2006, 24 de julho**

O Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte vincula os instrumentos de política sectorial que incidem sobre os espaços florestais e visa enquadrar e estabelecer normas específicas de uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, por forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado destes espaços.

**Princípios orientadores e objetivos principais**

Obedece aos seguintes princípios orientadores:

- a) Promover e garantir um desenvolvimento sustentável dos espaços florestais;
- b) Promover e garantir o acesso à utilização social da floresta, promovendo a harmonização das múltiplas funções que ela desempenha e salvaguardando os seus aspetos paisagísticos, recreativos, científicos e culturais;
- c) Constituir um diagnóstico integrado e permanentemente atualizado da realidade florestal da região;
- d) Estabelecer a aplicação regional das diretrizes estratégicas nacionais de política florestal nas diversas utilizações dos espaços florestais, tendo em vista o desenvolvimento sustentável;

- e) Estabelecer a interligação com outros instrumentos de gestão territorial, bem como com planos e programas de relevante interesse, nomeadamente os relativos à manutenção da paisagem rural, à luta contra a desertificação, à conservação dos recursos hídricos e à estratégia nacional de conservação da natureza e da biodiversidade;
- f) Definir normas florestais ao nível regional e a classificação dos espaços florestais de acordo com as suas potencialidades e restrições;
- g) Potenciar a contribuição dos recursos florestais na fixação das populações ao meio rural.

Objetivos gerais os seguintes:

- Otimização funcional dos espaços florestais assente no aproveitamento das suas potencialidades.
- Prevenção de potenciais estrangimentos e problemas
- Eliminar as vulnerabilidades dos espaços florestais:

**Sub-região homogénea do Alto Mondego:**

- Ocupar a totalidade dos espaços florestais arborizados com espécies que apresentem bom potencial produtivo;
- Desenvolver a atividade silvo-pastoril, nomeadamente:
  - i) Aumentar o nível de gestão dos recursos silvo-pastoris e o conhecimento sobre a atividade silvo-pastoril;
  - ii) Integrar totalmente a atividade silvo-pastoril na cadeia de produção de produtos certificados;
- Desenvolver a prática da pesca nas águas interiores, nomeadamente:
  - i) Identificar as zonas com bom potencial para o desenvolvimento da atividade da pesca e desenvolver o ordenamento dos recursos piscícolas;
  - ii) Dotar todas as zonas prioritárias para a pesca identificadas no inventário com infraestruturas de apoio (por exemplo: acessos e pontos de pesca) e criar zonas concessionadas para a pesca;
- Recuperar as áreas em situação de maior risco de erosão.

**Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela – POPNSE - Decreto Regulamentar n.º 50/97, de 20 de novembro**

Estabelece a reclassificação do Parque Natural da Serra da Estrela

**Objetivos específicos**

São objetivos específicos do POPNSE:

- Promover a conservação dos valores naturais, desenvolvendo ações tendentes à salvaguarda dos aspetos geológicos e das espécies da flora e fauna com interesse científico ou paisagístico.
- Promover o desenvolvimento rural, levando a efeito ações de estímulo e valorização das atividades económicas tradicionais que garantam a evolução equilibrada das paisagens e da vida da comunidade.
- Salvaguardar o património edificado, levando a efeito ações de reabilitação, bem como promovendo uma construção integrada na paisagem.
- Apoiar a animação sociocultural, através da promoção da cultura, hábitos e tradições populares.
- Promover o repouso e o recreio ao ar livre, de forma que a Serra da Estrela seja visitada e apreciada sem que daí advenham riscos de degradação física e biológica para a paisagem e para o ambiente.

**Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT - Centro) - RCM n.º 31/2006, de 23 de março**

O Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro é o instrumento de gestão territorial que estabelece a definição para o uso,

ocupação e transformação do solo, a integração das políticas sectoriais no ordenamento do território e na coordenação das intervenções e as orientações para a elaboração dos PMOT.

## Objetivos

São objetivos estratégicos do PROT-Centro:

a) Definir as opções estratégicas de base territorial para o desenvolvimento da região Centro, contemplando, designadamente:

- A concretização das opções constantes dos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, no respeito pelos princípios gerais da coesão, da equidade, da competitividade, da sustentabilidade dos recursos naturais e da qualificação ambiental, urbanística e paisagística do território;
- O reforço dos fatores de internacionalização da economia regional e a valorização da posição estratégica da região para a articulação do território nacional e deste com o espaço europeu;
- A proteção, valorização e gestão sustentável dos recursos hídricos e florestais;
- O aproveitamento do potencial turístico, dando projeção internacional ao património natural, cultural e paisagístico;
- A mobilização do potencial agropecuário e a valorização dos grandes empreendimentos hidroagrícolas;
- O desenvolvimento de uma política integrada para o litoral;
- O reforço da cooperação transfronteiriça, visando uma melhor inserção ibérica das sub-regiões do interior.

b) Definir o modelo de organização do território regional, tendo em conta a necessidade de:

- Valorizar a natureza multipolar da rede urbana para o desenvolvimento de um sistema urbano verdadeiramente policêntrico, reforçando a integração entre sistemas urbanos sub-regionais;
- Densificar as interações intrarregionais, nomeadamente estruturando as redes regionais de equipamentos e serviços, e melhorando as redes estruturantes de transportes internas à região;
- Reforçar o potencial de desenvolvimento dos grandes corredores de transporte nacionais e transeuropeus que atravessam a região, modernizando infraestruturas, estimulando complementaridades entre centros urbanos e melhorando as articulações com as redes intrarregionais;
- Reforçar a rede regional de instituições de ensino superior, de I & D e centros tecnológicos, em articulação com os espaços de localização de atividades intensivas em conhecimento e conteúdo tecnológico;
- Desenvolver uma rede de áreas empresariais para o ordenamento e aumento da competitividade do modelo de industrialização difusa da faixa litoral;
- Identificar a estrutura de proteção e valorização ambiental, integrando as áreas classificadas (incluindo os imperativos decorrentes da Rede Natura 2000) e outras áreas ou corredores ecológicos relevantes do ponto de vista dos recursos, valores e riscos naturais e da estruturação do território;
- Proteger e valorizar o património arquitetónico e arqueológico, condicionando o uso dos espaços inventariados e das suas envolventes;
- Desenvolver novas formas de relação urbano-rural, com base na diversificação de funções dos espaços rurais e na organização de uma rede de centros de excelência em espaço rural;
- Articular a estratégia de desenvolvimento territorial com as opções definidas para a região do Norte e para a região de Lisboa e Vale do Tejo, em particular tendo em conta a localização do novo aeroporto de Lisboa e a futura acessibilidade ferroviária em alta velocidade.

c) Identificar os espaços sub-regionais relevantes para a operacionalização do PROT e desenvolver estratégias e propostas adequadas à sua diversidade, valorizando especificidades e reforçando complementaridades como meio de afirmação da competitividade e coesão regionais;

d) Definir orientações e propor medidas para o uso, ocupação e transformação do solo adequadas às especificidades dos modelos e padrões de povoamento, às características das estruturas urbanas e às exigências dos novos fatores de localização de atividades, em particular para contrariar os fenómenos de urbanização e edificação difusa para fins habitacionais ou instalação de atividades não rurais;

e) Definir orientações e propor medidas para um adequado ordenamento agrícola e florestal do território, bem como de salvaguarda e valorização da paisagem, das áreas protegidas ou classificadas e de outras áreas ou corredores ecológicos relevantes;

f) Identificar e hierarquizar os principais projetos estruturantes do modelo territorial proposto, bem como os que concorram para o desenvolvimento dos setores a valorizar, e definir orientações para a racionalização e coerência dos investimentos públicos;

g) Contribuir para a formulação da política nacional e regional de ordenamento do território, harmonizando os diversos interesses públicos

com expressão espacial, e servir de quadro de referência e definir orientações para as decisões da Administração e para a elaboração de outros instrumentos de gestão territorial;

h) Definir mecanismos de monitorização e avaliação da execução das disposições do PROT- Centro.

#### Programa Operacional Regional do Centro (POR-C)

O POR-C consiste num documento que estabelece o quadro de referência para a aplicação dos investimentos a cofinanciar pelos Fundos Estruturais na Região Centro, que serão objeto de gestão regionalizada, em conformidade com as opções estratégicas previamente estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Regional.

#### Princípios orientadores e objetivos principais

##### 1. Competitividade, Inovação e Conhecimento

- Criação de micro e pequenas empresas inovadoras.
- Projetos de I&D, em particular projetos de cooperação entre micro e empresas e entidades do Sistema Científico e Tecnológico.
- Projetos de investimento produtivo para inovação em micro e pequenas empresas.
- Qualificação de micro e pequenas empresas.
- Projetos-piloto de energias renováveis.
- Desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento.
- Projetos de infraestruturas, equipamentos e redes de suporte à atividade empresarial.
- Ações coletivas de desenvolvimento empresarial.

##### 2. Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos

- Parcerias para a regeneração urbana.
- Redes urbanas para a competitividade e inovação.
- Mobilidade urbana.

##### 3. Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-Regionais

- Provisão de bens e serviços públicos em áreas rurais.
- Valorização de recursos específicos do território.
- Qualificação integrada de espaços sub-regionais (redes de mobilidade, equipamentos e infraestruturas para a coesão social e territorial).

##### 4. Proteção e Valorização Ambiental

- Ciclo Urbano da Água.
- Prevenção de riscos naturais e tecnológicos.
- Gestão de recursos hídricos.
- Gestão ativa da Rede Natura e Biodiversidade.
- Valorização e Ordenamento da Orla Costeira.
- Proteção e valorização de outras zonas sensíveis e de qualificação da paisagem.
- Estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos

##### 5. Governação e Capacitação Institucional Governo eletrónico regional e local.

- Facilitar a relação das empresas e dos cidadãos com a administração desconcentrada e local.
- Promoção institucional da região.

#### 6. Assistência Técnica

- Gestão, acompanhamento, avaliação, controlo, informação e comunicação de PORegional.

### Plano Municipal de Defesa da Floresta Contar Incêndios (PMDFCI)

Os PMDFCI desenvolvem orientações de planeamento Nacional e Regional segundo as normas da Portaria 1139/2006 de 25 de outubro e as orientações técnicas estabelecidas pela atual AFN,

#### Princípios orientadores e objetivos principais

Objetivos municipais do PMDFCI:

- Aumentar a resiliência do território aos Incêndios Florestais
- Reduzir a incidência dos incêndios
- Melhorar a eficácia e a eficiência do ataque e da gestão de incêndios
- Recuperar e reabilitar os ecossistemas e as comunidades
- Adotar uma estrutura orgânica e funcional eficaz

### Plano Diretor Municipal de Seia (PDM)

O Plano Diretor Municipal de Vagos estabelece um conjunto de orientações e parâmetros para uso, ocupação e transformação do solo no município de Seia, dando cumprimento ao estabelecido nos termos do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro, para o ordenamento do território

#### Objetivos

São objetivos destes instrumentos estabelecer:

- A tradução, no âmbito local, do quadro de desenvolvimento do território estabelecido nos instrumentos de natureza estratégica de âmbito nacional e regional;
- A expressão territorial da estratégia de desenvolvimento local;
- A articulação das políticas sectoriais com incidência local;
- A base de uma gestão programada do território municipal;
- A definição da estrutura ecológica municipal;
- Os princípios e as regras de garantia da qualidade ambiental e da preservação do património cultural;
- Os princípios e os critérios subjacentes a opções de localização de infraestruturas, equipamentos, serviços e funções;
- Os critérios de localização e distribuição das atividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços;
- Os parâmetros de uso do solo;
- Os parâmetros de uso e fruição do espaço público;
- Outros indicadores relevantes para a elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial.

### Plano Estratégico do Concelho de Seia 2020

O plano estratégico do Concelho de Seia define uma visão estratégica ancorada em cinco ambições

#### Ambições

- Ambição 1 – Fazer de Seia uma cidade de referência em termos ambientais.
- Ambição 2 – Construir uma sociedade de pleno emprego.
- Ambição 3 – Preparar os jovens para a economia do conhecimento, da iniciativa e do empreendedorismo.
- Ambição 4 – Criar uma Governança ao serviço do cidadão e da competitividade.
- Ambição 5 – Favorecer a atração de novos residentes.

## **ANEXO IV**

Relação entre os principais Instrumentos do Quadro de Referência Estratégico e respetivos Objetivos Estratégicos da proposta do PP DA JAGUNDA

Relação entre as questões estratégicas da proposta do Plano de Pormenor da Jagunda e os Objetivos do QRE:

**Relação Forte** (evidencia que os objetivos do QRE se encontram contemplados nas opções estratégicas da proposta do PP).

**Relação Média** (evidencia que os objetivos do QRE se encontram apenas parcialmente contemplados nas opções estratégicas da proposta do PP).

**Relação Fraca a Nula** (evidencia a existência de objetivos do QRE que não são se encontram devidamente contemplados nas opções estratégicas da proposta do PP).

### Questões Estratégicas da proposta do Plano de Pormenor da Jagunda:

**QE1:** Promover o desenvolvimento económico e social.

**QE2:** Promover um modelo de organização territorial e de ocupação turística que melhor salvaguardada a defesa dos valores ambientais.

**QE3:** Valorização paisagística da área de intervenção.

**QE4:** Melhorar as acessibilidades internas e externas.

## Relação entre as questões estratégicas da proposta do PP da Jagunda e os Objetivos do QREN.

Questões Estratégicas da Proposta do Plano de Pormenor da Jagunda	QE1	QE2	QE3	QE4
	Objetivos do QREN			
Promover a qualificação dos Portugueses				
Promover o crescimento sustentado através, especialmente, dos objetivos do aumento da competitividade dos territórios e das empresas, da redução dos custos públicos de contexto.				
Garantir a coesão social atuando, em particular, nos objetivos do aumento do emprego e do reforço da empregabilidade e do empreendedorismo, da melhoria da qualificação escolar e profissional, do estímulo às dinâmicas culturais, assegurando a Inclusão social.				
Assegurar a qualificação do território e das cidades traduzida, em especial, nos objetivos de assegurar ganhos ambientais, promover um melhor ordenamento do território, estimular a descentralização regional da atividade científica e tecnológica, prevenir riscos naturais e tecnológicos e, ainda, melhorar a conectividade do território e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento.				
Aumentar a eficiência da Governação				

## Relação entre as questões estratégicas da proposta do PP da Jagunda e os Objetivos do PNPOT.

Questões Estratégicas da Proposta do Plano de Pormenor da Jagunda	QE1	QE2	QE3	QE4
	Objetivos do PNPOT			
Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos				
Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração no espaço ibérico, europeu e global				
Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais				
Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social				
Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública				

Objetivos do PNPOT	Questões Estratégicas da Proposta do Plano de Pormenor da Jagunda			
	QE1	QE2	QE3	QE4
Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições				

**Relação entre as questões estratégicas da proposta do PP da Jagunda e os Objetivos da ENDS.**

Objetivos da ENDS	Questões Estratégicas da Proposta do Plano de Pormenor da Jagunda			
	QE1	QE2	QE3	QE4
Qualificação dos portugueses em direção à Sociedade do Conhecimento				
Economia sustentável, competitiva e orientada para atividades de futuro				
Gestão eficiente e preventiva do ambiente e do património natural				
Organização equilibrada do território que valorize Portugal no espaço Europeu e que proporcione qualidade de vida				
Dinâmica de coesão social e responsabilidade individual				
Papel Ativo de Portugal na Cooperação para a Sustentabilidade Global				

**Relação entre as questões estratégicas da proposta do PP da Jagunda e as opções da ENCNB.**

Objetivos da ENCNB	Questões Estratégicas da Proposta do Plano de Pormenor da Jagunda			
	QE1	QE2	QE3	QE4
Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, bem como a monitorização de espécies, habitats e ecossistemas				
Constituir a Rede Fundamental de Conservação da Natureza e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, integrando a Rede Nacional de Áreas Protegidas				
Promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social				

Objetivos da ENCNB	Questões Estratégicas da Proposta do Plano de Pormenor da Jagunda			
	QE1	QE2	QE3	QE4
Assegurar a conservação e a valorização do património natural dos sítios e das zonas de proteção integrada no processo da Rede Natura 2000				
Desenvolver em todo o território nacional ações específicas de conservação e gestão de espécies e habitats, bem como de salvaguarda e valorização do património paisagístico e dos elementos notáveis do património geológico, geomorfológico e paleontológico				
Promover a integração política de conservação da natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais				
Aperfeiçoar a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local				
Promover a educação e a formação em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade				
Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil				
Intensificar a cooperação internacional				

**Relação entre as questões estratégicas da proposta do PP da Jagunda e os Objetivos do PNAEE.**

Objetivos do PNAEE	Questões Estratégicas da Proposta do Plano de Pormenor da Jagunda			
	QE1	QE2	QE3	QE4
<b>Áreas de Transportes</b>				
Aumento da eficiência energética no transporte particular, por via da renovação de equipamentos e estímulo à aquisição de veículos e produtos energeticamente eficientes.				
Estimular a utilização de meios de transporte energeticamente mais eficientes como os transportes coletivos em detrimento do transporte individual nas deslocações pendulares, não deixando de aumentar sempre que possível a eficiência energética dos primeiros.				
Redução do consumo de energia no transporte de passageiros e mercadorias, por via da transferência para sistemas de transporte energeticamente mais eficientes e introdução de medidas de melhoria da eficiência nos transportes rodoviários.				
<b>Área Residencial e Serviços</b>				

Tornar o parque atual de equipamentos domésticos (eletrodomésticos e iluminação) mais eficiente quer por via da substituição direta quer através do desincentivo à compra de novos equipamentos com performances energéticas significativamente inferiores às melhores práticas já existentes no mercado, quer por via do estímulo a uma mudança de comportamentos na aquisição e no consumo de energia.				
Melhorar o desempenho energético dos edifícios, através da melhoria da classe média de eficiência energética do parque edificado, mediante a implementação do Sistema de Certificação Energética.				
Promover a substituição do consumo de energia não renovável por energia renovável através da maior facilidade de acesso a tecnologias de micro-geração e de aquecimento solar.				
<b>Área Estado</b>				
O comportamento do Estado deve constituir uma referência para o Mercado, assim pretende-se reduzir a energia consumida no Setor Estatal a um ritmo superior ao definido como objetivo geral na diretiva europeia, através da implementação de medidas de eficiência energética e alteração de comportamentos de consumo.				

#### Relação entre as questões estratégicas da proposta do PP da Jagunda e os Objetivos do PNAC.

Objetivos do PNAC	Questões Estratégicas da Proposta do Plano de Pormenor da Jagunda			
	QE1	QE2	QE3	QE4
Reforçar a monitorização nos diversos setores e alargar o esforço de cumprimento do Protocolo de Quioto, "através de medidas nos setores não abrangidos pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão"				
Acautelar que os diversos setores desenvolvam um esforço de monitorização apertado de modo a garantir a execução das diferentes medidas				
Reforçar a verba do Fundo Português de Carbono				

#### Relação entre as questões estratégicas da proposta do PP da Jagunda e as Linhas de Orientação do PNA.

Linhas de orientação do PNA	Questões Estratégicas da Proposta do Plano de Pormenor da Jagunda			
	QE1	QE2	QE3	QE4
Aumento da produtividade da água e promoção do seu uso racional, com o máximo respeito pela integridade territorial das bacias hidrográficas				
Proteção, conservação e requalificação dos meios hídricos e dos ecossistemas associados				

Linhas de orientação do PNA	Questões Estratégicas da Proposta do Plano de Pormenor da Jagunda			
	QE1	QE2	QE3	QE4
Satisfação das necessidades das populações e do desenvolvimento económico e social do país				
Respeito pela legislação nacional e comunitária relevante e satisfação dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado português				
Acesso à informação e participação dos cidadãos na gestão dos recursos hídricos				

#### Relação entre as questões estratégicas da proposta do PP da Jagunda e os Objetivos do PNAAS.

Objetivos do PNAAS	Questões Estratégicas da Proposta do Plano de Pormenor da Jagunda			
	QE1	QE2	QE3	QE4
Intervir ao nível dos fatores ambientais para promover a saúde da pessoa e das comunidades a eles expostos				
Sensibilizar, educar e formar os profissionais e a população em geral, de forma a minimizar os riscos para a saúde associados a fatores ambientais				
Promover a adequação de políticas e a comunicação do risco				
Construir uma rede de informação que reforce o conhecimento das inter-relações Ambiente e Saúde				

#### Relação entre as questões estratégicas da proposta do PP da Jagunda e as linhas estratégicas do PENT.

Objetivos do PENT	Questões Estratégicas da Proposta do Plano de Pormenor da Jagunda			
	QE1	QE2	QE3	QE4
<b>Mercados emissores</b> - Apostar na captação de turistas de 20 mercados emissores internacionais e no desenvolvimento do Turismo interno.				
<b>Estratégia de produtos</b> - Consolidar e desenvolver 10 produtos turísticos estratégicos.				
<b>Linhas orientadoras para as regiões</b> - Desenvolver ofertas distintivas para as regiões, alinhadas com a proposta de valor do destino Portugal, capitalizando a vocação natural de cada região e				

Objetivos do PENT	Questões Estratégicas da Proposta do Plano de Pormenor da Jagunda			
	QE1	QE2	QE3	QE4
desenvolvendo os seus fatores de qualificação.				
<b>Linhas de orientação para os pólos</b> - Desenvolver 6 novos Pólos Turísticos para diversificar a oferta turística em Portugal e implementar um modelo de desenvolvimento sustentado.				
<b>Acessibilidades aéreas</b> - Reforçar as acessibilidades aéreas com as cidades/regiões com maior potencial turístico em cada mercado emissor.				
<b>Eventos</b> - Dinamizar um calendário nacional de eventos que assegure o reforço da notoriedade do destino e o enriquecimento da experiência do turista.				
<b>Enriquecimento da oferta</b> - Desenvolver e inovar conteúdos tradicionais portugueses que constituam fatores de diferenciação turística.				
<b>Qualidade urbana, ambiental e paisagística</b> - Tornar a qualidade urbana, ambiental e paisagística numa componente fundamental do produto turístico para valorizar e qualificar o destino Portugal.				
<b>Qualidade de serviço e de recursos humanos</b> – Reforçar a qualidade do Turismo português através da implementação de um sistema de qualidade turística e da formação e valorização dos recursos humanos.				
<b>Promoção e distribuição</b> – Implementar uma abordagem inovadora, comunicando uma proposta de valor diferenciada, atuando por mercado emissor e segmento, conferindo maior enfoque no canal internet, promovendo uma gestão proactiva da relação com prescritores e definindo como prioridade o destino Portugal.				
<b>Eficácia e modernização da atuação dos agentes públicos e privados</b> - Facilitar a interação das empresas com o Estado, promover a difusão do conhecimento, estimular a investigação e o desenvolvimento e a adoção de práticas inovadoras pelas empresas, incentivar a modernização empresarial.				

#### Relação entre as questões estratégicas da proposta do PP da Jagunda e os Objetivos do PNUEA.

Objetivos do PNUEA	Questões Estratégicas da Proposta do Plano de Pormenor da Jagunda			
	QE1	QE2	QE3	QE4
<b>Meta no consumo urbano</b> – Tendo em conta as perspetivas de evolução em termos de controlo de perdas, de procedimentos dos utilizadores e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir, ao fim de um período de 10 anos, uma eficiência de utilização da água de 80%.				

Objetivos do PNUEA	Questões Estratégicas da Proposta do Plano de Pormenor da Jagunda			
	QE1	QE2	QE3	QE4
<b>Meta no consumo agrícola</b> - Tendo em conta as perspetivas de evolução em termos de área regada, de procedimentos dos utilizadores e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir a 10 anos uma eficiência de utilização de água de 65%.				
<b>Meta no consumo industrial</b> - Tendo em conta as perspetivas de evolução em termos de procedimentos dos utilizadores industriais e de evolução tecnológica dos equipamentos, propõe-se atingir ao fim de um período de 10 anos uma eficiência de utilização da água de 85%.				

**Relação entre as questões estratégicas da proposta do PP da Jagunda e os Objetivos do PEASAR II.**

Objetivos do PEASAR II	Questões Estratégicas da Proposta do Plano de Pormenor da Jagunda			
	QE1	QE2	QE3	QE4
Servir cerca de 95% da população total do País com sistemas públicos de abastecimento de água				
Servir cerca de 90% da população total do País com sistemas públicos de saneamento de águas residuais urbanas, sendo que em cada sistema integrado o nível de atendimento desejável deve ser de, pelo menos, 70% da população abrangida				
Garantir a recuperação integral dos custos incorridos dos serviços				
Contribuir para a dinamização do tecido empresarial privado nacional e local				
Cumprir os objetivos decorrentes do normativo nacional e comunitário de proteção do ambiente e saúde pública				

**Relação entre as questões estratégicas da proposta do PP da Jagunda e os Objetivos do PERSU II.**

Objetivos do PERSU II	Questões Estratégicas da Proposta do Plano de Pormenor da Jagunda			
	QE1	QE2	QE3	QE4
Prevenção da produção				
Maximização da reciclagem				
Minimização da deposição em aterro				

**Relação entre as questões estratégicas da proposta do PP da Jagunda e os Objetivos da Proposta para Estratégia de Proteção dos Solos.**

Objetivos da PEPS	Questões Estratégicas da Proposta do Plano de Pormenor da Jagunda			
	QE1	QE2	QE3	QE4
Prevenir uma maior degradação do solo e preservar as suas funções nas situações em que o solo é utilizado e as suas funções são exploradas, sendo, portanto, necessário tomar medidas relativas aos modelos de utilização e gestão de solos				
Prevenir uma maior degradação do solo e preservar as suas funções nas situações em que o solo funciona como sumidouro/recetor dos efeitos de atividades humanas ou fenómenos ambientais, sendo necessário tomar medidas na fonte				
Reabilitar os solos degradados, garantindo um nível de funcionalidade mínimo coerente com a sua utilização atual e prevista, tendo assim igualmente em conta os custos da reabilitação do solo				

**Relação entre as questões estratégicas da proposta do PP da Jagunda e os Desafios do PNACE.**

Desafios do PNACE	Questões Estratégicas da Proposta do Plano de Pormenor da Jagunda			
	QE1	QE2	QE3	QE4
Reorientar a aplicação dos recursos públicos dando prioridade aos investimentos indutores de crescimento e criadores de emprego.				
Estimular o investimento em setores chave, reestruturar o capital de risco, atrair o investimento privado, apoiar a modernização do tecido empresarial.				
Melhorar a eficiência dos mercados. Reforçar a função reguladora e fiscalizadora do Estado, em particular a regulamentação dos serviços, garantindo condições de livre concorrência e acesso a "inputs" produtivos em condições mais favoráveis.				
Promover o emprego qualificado.				
Promover a inovação, o empreendedorismo e a internacionalização. Reforçar a capacidade de criação de valor nas empresas.				
Promover a criação de emprego, atrair e reter o maior número de pessoas no emprego, atingir uma taxa de emprego global de 69%.				
Promover um uso mais sustentável dos recursos naturais e reduzir os impactos ambientais.				

Desafios do PNACE	Questões Estratégicas da Proposta do Plano de Pormenor da Jagunda			
	QE1	QE2	QE3	QE4
Promover a eficiência energética.				
Melhorar o ordenamento do território e a eficiência dos instrumentos de ordenamento.				
Promover um sistema urbano policêntrico e a crescente integração das cidades e do país em espaços supranacionais.				
Melhorar a mobilidade dos transportes e aproveitar as oportunidades de exploração da logística.				

**Relação entre as questões estratégicas da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere e os Objetivos do PRN 2000.**

Objetivos do PRN2000	Questões Estratégicas da Proposta do Plano de Pormenor da Jagunda			
	QE1	QE2	QE3	QE4
Introdução de significativas inovações relativamente ao PRN85, potenciando o correto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários, o desenvolvimento de potencialidades regionais, a redução do custo global dos transportes rodoviários, o aumento da segurança da circulação, a satisfação do tráfego internacional e a adequação da gestão da rede.				
Necessidade de aumentar a densidade da rede de estradas nas zonas fronteiriças, promover o fecho de malhas viárias, assim como melhorar a acessibilidade de alguns concelhos, o que contribuirá para a correção das assimetrias que ainda se verificam no desenvolvimento socioeconómico do País.				
Reclassificação de algumas das estradas não incluídas no anterior plano rodoviário nacional como estradas nacionais e instituir uma nova categoria viária, a das estradas regionais.				
Preocupação assumida em matéria de melhoria qualitativa da rede rodoviária, com especial relevo para a defesa ambiental em meio urbano, para os dispositivos de combate à sinistralidade nos mais diversos planos e para os instrumentos de informação necessários à boa gestão e utilização das infraestruturas em causa.				

## Relação entre as questões estratégicas da proposta do PP da Jagunda e os Objetivos do PBH Rio Mondego.

Questões Estratégicas da Proposta do Plano de Pormenor da Jagunda	QE1	QE2	QE3	QE4
	Objetivos do PBH - Rio Mondego			
Recuperação e Prevenção da Qualidade da Água				
Gestão da Procura				
Proteção da Natureza				
Prevenção e minimização dos efeitos das cheias, das secas e de acidentes de poluição				
Valorização económica e social dos recursos hídricos				
Articulação do ordenamento do território com o ordenamento do domínio hídrico				
Quadro normativo e institucional				
Sistema económico e financeiro				
Outros objetivos: Aprofundamento do conhecimento sobre recursos hídricos				

## Relação entre as questões estratégicas da proposta do PP da Jagunda e os Objetivos do PROFBIN.

Questões Estratégicas da Proposta do Plano de Pormenor da Jagunda	QE1	QE2	QE3	QE4
	Objetivos do PROFBIN			
Promover e garantir um desenvolvimento sustentável dos espaços florestais.				
Promover e garantir o acesso à utilização social da floresta, promovendo a harmonização das múltiplas funções que ela desempenha e salvaguardando os seus aspetos paisagísticos, recreativos, científicos e culturais.				
Constituir um diagnóstico integrado e permanentemente atualizado da realidade florestal da região.				
Estabelecer a aplicação regional das diretrizes estratégicas nacionais de política florestal nas diversas utilizações dos espaços florestais, tendo em vista o desenvolvimento sustentável.				

Objetivos do PROFBIN	Questões Estratégicas da Proposta do Plano de Pormenor da Jagunda			
	QE1	QE2	QE3	QE4
Estabelecer a interligação com outros instrumentos de gestão territorial, bem como com planos e programas de relevante interesse, nomeadamente os relativos à manutenção da paisagem rural, à luta contra a desertificação, à conservação dos recursos hídricos e à estratégia nacional de conservação da natureza e da biodiversidade.				
Definir normas florestais ao nível regional e a classificação dos espaços florestais de acordo com as suas potencialidades e restrições.				
Potenciar a contribuição dos recursos florestais na fixação das populações ao meio rural.				

#### Relação entre as questões estratégicas da proposta do PP da Jagunda e os Objetivos do POPNSE.

Objetivos do POPNSE	Questões Estratégicas da Proposta do Plano de Pormenor da Jagunda			
	QE1	QE2	QE3	QE4
Promover a conservação dos valores naturais, desenvolvendo ações tendentes à salvaguarda dos aspetos geológicos e das espécies da flora e fauna com interesse científico ou paisagístico.				
Promover o desenvolvimento rural, levando a efeito ações de estímulo e valorização das atividades económicas tradicionais que garantam a evolução equilibrada das paisagens e da vida da comunidade.				
Salvaguardar o património edificado, levando a efeito ações de reabilitação, bem como promovendo uma construção integrada na paisagem.				
Apoiar a animação sociocultural, através da promoção da cultura, hábitos e tradições populares.				
Promover o repouso e o recreio ao ar livre, de forma que a Serra da Estrela seja visitada e apreciada sem que daí advenham riscos de degradação física e biológica para a paisagem e para o ambiente.				

## Relação entre as questões estratégicas da proposta do PP da Jagunda e os Objetivos do PROT-C.

Objetivos do PROT-C	Questões Estratégicas da Proposta do Plano de Pormenor da Jagunda			
	QE1	QE2	QE3	QE4
Definir as opções estratégicas de base territoriais para o desenvolvimento da região Centro				
Definir o modelo de organização do território regional				
Identificar os espaços sub-regionais relevantes para a operacionalização do PROT e desenvolver estratégias e propostas adequadas à sua diversidade, valorizando especificidades e reforçando complementaridades como meio de afirmação da competitividade e coesão regionais				
Definir orientações e propor medidas para o uso, ocupação e transformação do solo adequadas às especificidades dos modelos e padrões de povoamento, às características das estruturas urbanas e às exigências dos novos fatores de localização de atividades, em particular para contrariar os fenómenos de urbanização e edificação difusa para fins habitacionais ou instalação de atividades não rurais				
Definir orientações e propor medidas para um adequado ordenamento agrícola e florestal do território, bem como de salvaguarda e valorização da paisagem, das áreas protegidas ou classificadas e de outras áreas ou corredores ecológicos relevantes				
Identificar e hierarquizar os principais projetos estruturantes do modelo territorial proposto, bem como os que concorram para o desenvolvimento dos setores a valorizar, e definir orientações para a racionalização e coerência dos investimentos públicos				
Contribuir para a formulação da política nacional e regional de ordenamento do território, harmonizando os diversos interesses públicos com expressão espacial, e servir de quadro de referência e definir orientações para as decisões da Administração e para a elaboração de outros instrumentos de gestão territorial				
Definir mecanismos de monitorização e avaliação da execução das disposições do PROT- Centro				

## Relação entre as questões estratégicas da proposta do PP da Jagunda e os Objetivos do POR\_C.

Objetivos do POR_Centro Mais	Questões Estratégicas da Proposta do Plano de Pormenor da Jagunda			
	QE1	QE2	QE3	QE4
Competitividade, Inovação e Conhecimento				
Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos				
Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-Regionais				


Objetivos do POR_Centro Mais	Questões Estratégicas da Proposta do Plano de Pormenor da Jagunda			
	QE1	QE2	QE3	QE4
Proteção e Valorização Ambiental				
Governação e Capacitação Ambiental				

**Relação entre as questões estratégicas da proposta do PP da Jagunda e os Objetivos do PMDCI.**

Objetivos do PMDCI	Questões Estratégicas da Proposta do Plano de Pormenor da Jagunda			
	QE1	QE2	QE3	QE4
Aumento da resiliência do território aos incêndios e da zonagem do território				
Redução da incidência de Incêndios				
Melhoria da eficácia e da gestão de incêndios				
Recuperar e reabilitar ecossistemas				
Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz				

**Relação entre as questões estratégicas da proposta do PP da Jagunda e os Objetivos do PDM.**

Objetivos do PDM	Questões Estratégicas da Proposta do Plano de Pormenor da Jagunda			
	QE1	QE2	QE3	QE4
A tradução, no âmbito local, do quadro de desenvolvimento do território estabelecido nos instrumentos de natureza estratégica de âmbito nacional e regional.				
A expressão territorial da estratégia de desenvolvimento local.				
A articulação das políticas sectoriais com incidência local.				
A base de uma gestão programada do território municipal.				
A definição da estrutura ecológica municipal.				

Objetivos do PDM	Questões Estratégicas da Proposta do Plano de Pormenor da Jagunda			
	QE1	QE2	QE3	QE4
Os princípios e as regras de garantia da qualidade ambiental e da preservação do património cultural.				
 de localização de infraestruturas, equipamentos,				
	idades industriais, turísticas, comerciais e de			
Os parâmetros de uso e fruição do espaço público.				
Outros indicadores relevantes para a elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial.				

**Relação entre as questões estratégicas da proposta do PP da Jagunda e os Objetivos do PECS2020.**

Ambições do PECS 2020	Questões Estratégicas da Proposta do Plano de Pormenor da Jagunda			
	QE1	QE2	QE3	QE4
Ambição 1 -Fazer de Seia uma cidade de referência em termos ambientais.				
Ambição 2 – Construir uma sociedade de pleno emprego.				
Ambição 3 – Preparar os jovens para a economia do conhecimento, da iniciativa e do empreendedorismo.				
Ambição 4 – Criar uma Governança ao serviço do cidadão e da competitividade.				
Ambição 5 – Favorecer a atração de novos residentes.				

